

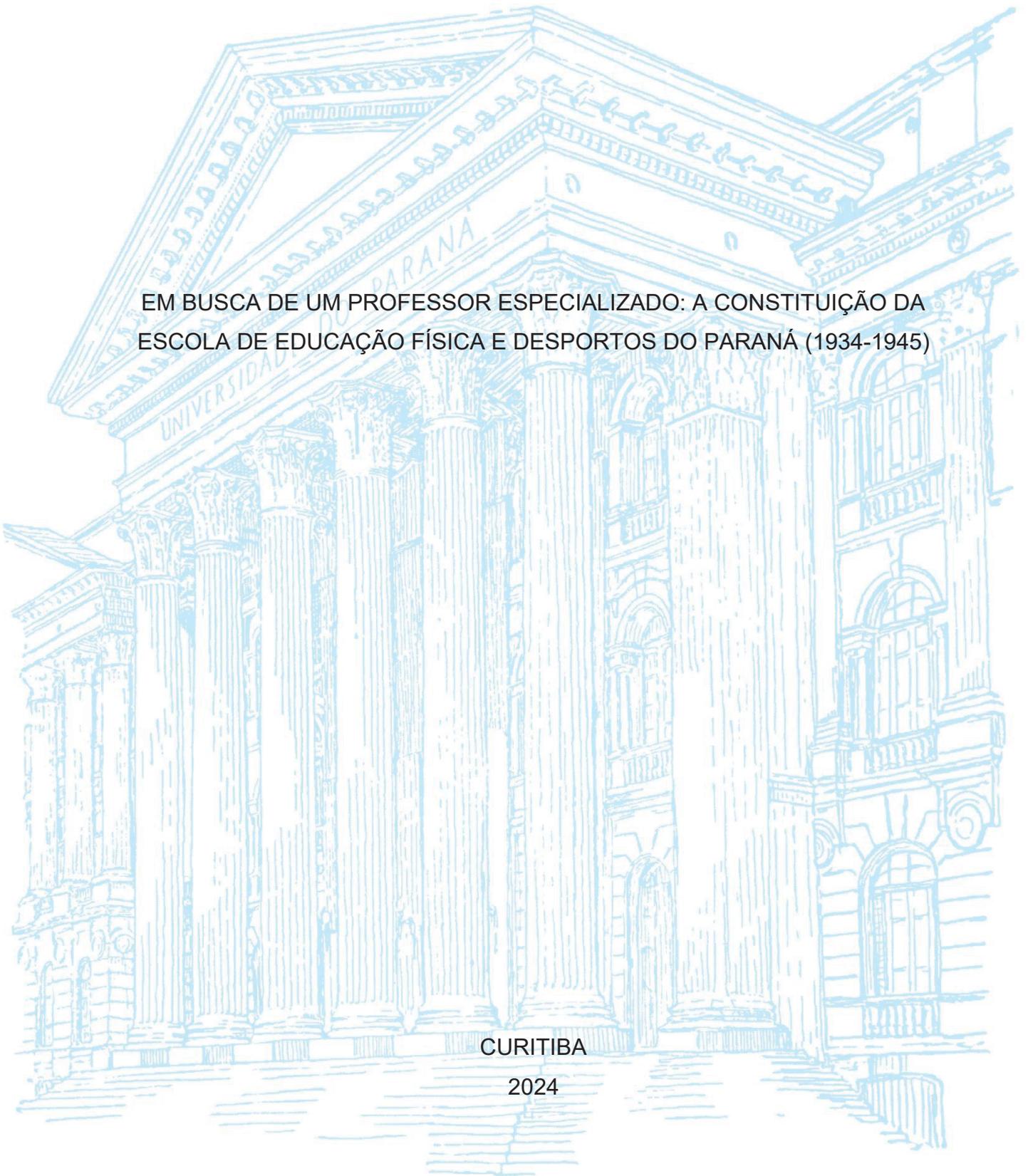
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAHUANE CORRÊA

EM BUSCA DE UM PROFESSOR ESPECIALIZADO: A CONSTITUIÇÃO DA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ (1934-1945)

CURITIBA

2024



CAHUANE CORRÊA

EM BUSCA DE UM PROFESSOR ESPECIALIZADO: A CONSTITUIÇÃO DA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ (1934-1945)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Educação, Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Corrêa, Cahuane.

Em busca de um professor especializado : a constituição da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1934-1945) / Cahuane Corrêa – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação física – Estudo e ensino. 3. Educação e Estado. 4. Professores de educação física - Formação. 5. Educação física – Paraná – História. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **CAHUANE CORRÊA** intitulada: **EM BUSCA DE UM PROFESSOR ESPECIALIZADO: A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ (1934-1945)**, sob orientação do Prof. Dr. MARCELO MORAES E SILVA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Setembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

01/10/2024 21:47:03.0

MARCELO MORAES E SILVA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/10/2024 07:24:06.0

CAROLINA FERNANDES DA SILVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

01/10/2024 11:21:54.0

ROBERLAYNE DE OLIVEIRA BORGES ROBALLO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/10/2024 12:11:59.0

VERA LUIZA MORO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/10/2024 09:55:13.0

GIZELE DE SOUZA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos citando aquelas pessoas que sempre estiveram ao meu lado, independentemente de tudo. Aos meus familiares e amigos que sempre me deram todo o suporte necessário para que pudesse seguir em frente, na jornada acadêmica, que embora gratificante, é árdua e extenuante.

Essas pessoas foram responsáveis por tornar a jornada mais leve e suportável, oferecendo-me condição emocional e afetiva. Muito obrigada à minha mãe, Débora Furtado; ao meu pai, Edson Luiz Corrêa; aos meus irmãos, Allan, Diogo e Franciane; ao meu marido, Leandro Walger e aos meus amigos, Giovana Celli, Jefferson Darodda, Ciro Costa, Samara Lemes e Luís Guilherme.

Agradeço, especialmente, às professoras Vera Moro e Letícia Godoy, e ao professor André Capraro por sempre me auxiliarem e incentivarem nos caminhos da pesquisa, desde a graduação nos momentos difíceis, quando parecia não haver mais saída, mostraram-me o caminho e não deixaram que eu desistisse.

Minha gratidão estende-se aos membros do Grupo de Pesquisa “Núcleo História do Esporte” e do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da UFPR: Heitor, Maíra, Tabea, Evelise, Sol, João Pedro, João Stec, Daniele, Fernanda, Lucas, Joana e João, por impulsionarem as discussões e contribuírem para o avanço da pesquisa, aperfeiçoando os debates e a escrita da tese. E aos membros da banca: Vera Luiza Moro, Roberlayne Roballo, Gizele Souza e Carolina Fernandes da Silva, por dedicarem seu tempo e esforço para análise e apreciação do trabalho, e com isso, foram indispensáveis para o enriquecimento da pesquisa.

Quero também registrar aqui todo reconhecimento e respeito aos meus colegas professores da educação básica, que apesar de tudo que enfrentam diariamente, desde a tentativa recorrente do desmonte da educação pública, da cólera dos governantes e da desvalorização profissional, não desistem de uma educação de qualidade. Juntos, resistiremos!

E, por fim, o meu principal agradecimento é para o meu orientador, Marcelo Moraes e Silva, que trilha comigo um caminho de mais de 10 anos, participando de toda minha formação como pesquisadora. Mostrou-me o mundo fascinante da pesquisa em História. Esteve ao meu lado enfrentando os altos e baixos e os encantamentos e desencantamentos que a vida acadêmica oferece. Forneceu-me oportunidades, apoio e suporte em tudo aquilo que fosse necessário.

A todos, o meu muito obrigada!

“A Educação Física não visa, como julgam muitos, robustecer músculos e formar atletas ou ginastas, mas dotar o indivíduo de eficiência pessoal e social, tornando-o um ser útil e valioso para a sua função na vida de comunidade.”

(Nicanor Miranda)

RESUMO

O surgimento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná contribuiu para o enriquecimento da área a que se destina, a partir de uma tentativa de sanar a carência de professores capazes de ministrar tais saberes em diversos âmbitos profissionais, seja na escola, clubes esportivos e recreativos, treinamento técnico esportivo, entre outros. Sendo assim, com a regulamentação normativa federal que obrigava a apresentação de diploma emitido por instituição de nível superior para lecionar a disciplina esportiva, nas escolas de educação primária e secundária, aumentou a urgência por estabelecimentos capazes de formar tais docentes. No estado do Paraná, isso só foi possível graças a iniciativa particular, encabeçada por Francisco Mateus Albizú, que a partir de seus esforços, juntamente com seus pares, pode inaugurar a primeira escola especializada, no ano de 1942. Isto posto, surge o objetivo central da presente tese: compreender a ambiência da constituição do projeto formador do professorado especializado em Educação Física no estado do Paraná. Para atingir tal propósito foram analisados documentos provenientes da Escola, como atas, relatórios e regulamentos, bem como a legislação vigente no período, com leis, decretos e normativas. Foram utilizados, ainda, os periódicos jornalísticos, a fim de entender o processo de constituição do estabelecimento, a partir do projeto formador de professores. Portanto, concluiu-se que a construção de um saber escolarizado para a Educação Física em território paranaense perpassa por um engendramento de diversos caminhos, indivíduos, tensões e distanciamentos. Todas as vertentes da disciplina visitadas ao longo da pesquisa puderam ser observadas na construção do campo paranaense. Associação Brasileira de Educação, Associação Cristã de Moços, médicos e militares, cada um a seu modo, todos tiveram contribuições significativas para a consolidação e produção da área da Educação Física no estado do Paraná, e, principalmente, na sua entrada no contexto escolar.

Palavras-chave: Formação de Professores; Escola de Educação Física e Desportos do Paraná; Departamento de Cultura Physica; Educação Física.

ABSTRACT

The emergence of the *Escola de Educação Física e Desportos do Paraná* contributed to enriching the field of Physical Education by attempting to fill the need for qualified teachers capable of imparting such knowledge across various professional domains—schools, sports clubs, recreational facilities, and technical sports training, among others. The federal normative regulations that mandated a diploma issued by an institution of higher education for teaching Physical Education in primary and secondary schools increased the urgency for institutions capable of training these teachers. In the state of Paraná, this was made possible through a private initiative led by Francisco Mateus Albizú, who, with his efforts and the support of his peers, inaugurated the first specialized school for Physical Education in Paraná in 1942. Thus, the primary objective of this thesis is to understand the environment surrounding the establishment of a specialized teacher training program for Physical Education in the state of Paraná. To achieve this, documents from the *Escola de Educação Física e Desportos do Paraná*, such as minutes, reports, and regulations, as well as period-specific legislation, including laws, decrees, and normative guidelines, were analyzed, alongside journalistic sources to understand the process of establishing this institution based on the project to train teachers. The findings suggest that constructing formalized Physical Education knowledge in Paraná involved various pathways, individuals, tensions, and divergences. All aspects of Physical Education explored during the research contributed to shaping the field in Paraná. The *Associação Brasileira de Educação*, *Associação Cristã de Moços*, doctors, and military personnel all contributed significantly to consolidating and developing the field of Physical Education in Paraná, especially in its integration into the school context.

Keywords: Teacher Education; School of Physical Education and Sports of Paraná; Department of Physical Culture; Physical Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano de Ensino do Curso de Instrutores de 1932	58
Figura 2 - Flyer da ACM em Curitiba	64
Figura 3 - Foto de Francisco Albizú	73
Figura 4 - Brinquedos dos campos de jogos	81
Figura 5 - Alunos em uma lição de Educação Física em uma Escola Primária no Paraná	103
Figura 6 - Grupo de alunos posando em um dos aparelhos da Escola	104
Figura 7 - Fluxograma da organização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná	138
Figura 8 – Jayme Drummond de Carvalho	143
Figura 9 – Maximo Pinheiro Lima	144
Figura 10 – Halina Marcinowska	145
Figura 11 – Hamilton Saporski Dal’lin	146
Figura 12 – João Gualberto Gomes de Sá Filho	147
Figura 13 – Vivian Albizú de Carvalho	148
Figura 14 – Neuzarth Francisco Machado	149
Figura 15 – Rozala Garzuze	145
Figura 16 – Horário de Aulas do Superior – 1º ano - 1944	158
Figura 17 – Horário de Aulas do Curso Superior – 2º ano - 1944.....	159
Figura 18 – Horário de Aulas do Curso Normal - 1944	166

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A INSERÇÃO DA CULTURA FÍSICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	33
2.1 ESCOLA NORMAL: UMA PRIMEIRA EMPREITADA PARA O MAGISTÉRIO ...	33
2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERRITÓRIO NACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	42
2.3 OUTRAS VIAS DE ENTRADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O DEBATE ACADÊMICO E MILITAR	54
3. A AMBIÊNCIA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ	69
3.1 A NECESSIDADE DE UM INSTRUMENTO PARA REGULAR A EDUCAÇÃO PHYSICA NO PARANÁ: A CRIAÇÃO DA INSPETORIA DE CULTURA PHYSICA. .	69
3.2 AS AÇÕES DA INSPETORIA DE CULTURA FÍSICA: A IMPLEMENTAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES DE CULTURA FÍSICA	76
3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PARANAENSES	93
4. A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ: A GÊNESE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.	106
4.1 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ.....	106
4.2 ESTRUTURANDO A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ: A ORGANIZAÇÃO DE SEU DISPOSITIVO EDUCACIONAL	128
4.3 O QUADRO DOCENTE DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DO PARANÁ	139
5. CURSO SUPERIOR E CURSO NORMAL SUPERIOR: O PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ.	153
5.1 O CURSO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ.....	156
5.2 O CURSO NORMAL SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	164
5.3 UM OLHAR SOBRE A EMENTA DOS CURSOS: A PROPOSTA DE INSTRUÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS	168
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181

FONTES.....	186
REFERÊNCIAS.....	197

1. INTRODUÇÃO

As primeiras duas décadas do século XX foram marcadas por profundas mudanças na ordem social brasileira. Esse período de muita efervescência foi marcado pela busca de inserir o país nas lógicas da modernidade, visto que a jovem república intentava se colocar nos trilhos do progresso (Freyre, 2004). O que interferiu diretamente nos elementos da cultura física difundida nos grandes centros urbanos brasileiros (Lucena, 2001; Melo, 2001; Moreno, 2001; Moraes E Silva, 2011; Góis Júnior, 2013; Furtado, 2021; Lessa, 2021; Medeiros, 2021).

A cultura física, segundo apontam Kirk (1999), Scharagrodsky (2014) e Gleyse (2021), trata-se de um vasto conjunto de discursos que incidem sobre o corpo e as práticas físicas, retóricas essas, bem próximas ao período que abrange todo o século XIX e início do XX. Refere-se também a uma forma de comportar-se, associada a várias formas de exercícios e práticas físicas. Os autores ainda comentam que a cultura física era constituída de práticas, como divertimentos, esportes e os distintos exercícios físicos. Esses distintos exercícios físicos se referem aqueles que tivessem passado por um processo de institucionalização, com uma premissa de civilidade, que transparecessem o grau de polidez do indivíduo que o praticava.

Moraes e Silva, Quitau e Soares (2018), ao abordar a noção de cultura física, o estendem para a realidade brasileira e sugerem que o termo expressava crenças, saberes e práticas individuais e sociais mais amplas, isto é, a referida noção ia muito além de pensar as práticas físicas somente como uma das várias formas de exercitar-se. Segundo os autores, elas incidiam diretamente nas formas de sociabilidade e comportamento dos indivíduos, dentro de uma lógica regida pela modernidade e que se tentava disseminar nas principais cidades brasileiras.

Durante esse período, a jovem república viu o discurso sobre a necessidade de modernizar o país, se tornar cada vez mais pulsante, fazendo com que a nação se deslocasse de um sistema que era basicamente agrário-comercial para o início de um maior processo de urbanização e industrialização. Esse fenômeno fomentou o desenvolvimento das cidades, tornando “obsoleto” os valores ligados a esfera agrária (Freyre, 2004). Com isso, os corpos precisavam ser educados para satisfazer os

novos valores citadinos. Logo, conforme sinaliza Linhales (2009), a educação física¹ recebeu nesse período uma maior atenção, pois acreditava-se que ela poderia contribuir nessa missão modernizadora.

Outro ponto fundamental para esse processo de modernização era a intensa e crescente preocupação com a saúde dos cidadãos, já que se media o progresso de uma nação através da saúde de seus habitantes (Stoffel; Araújo, 1936). Para alcançar a almejada saúde da população, dentre as demais ações, o discurso da cultura física e a vida ao ar livre surgiram como elementos fundamentais dessa missão modernizadora. O que fez alterar a percepção aos itens aludidos, permitindo que, paulatinamente, tivessem mais espaço dentro do projeto modernizador.

As transformações sociais também afetaram as percepções sobre o fenômeno educacional e os processos de formação dos docentes, instalando um novo sentimento na educação brasileira (Tanuri, 2000). Moro (2022) indica que tais mudanças contribuíram numa reformulação dos estabelecimentos voltados à formação do professorado do Brasil, que eram realizados nas denominadas Escolas Normais. Afinal, eram nestas instituições educacionais que foram difundidos os valores que contribuiriam na construção de uma sociedade mais moderna. Tais elementos também ecoaram na instrução pública paranaense, que passou por importantes reestruturações no seu processo de formação de professores, como a instalação, em 1876, da sua primeira Escola Normal (Souza, 2004; Sbardelotto, 2016; Miguel, 2018; Moro, 2022).

A educação brasileira passou por diversas modificações, ao longo das primeiras décadas do século XX, o que impactou diretamente na construção de um campo para a Educação Física, contribuindo significativamente na estruturação de

¹ A forma de mencionar o termo “Educação Física” se altera dependendo do período histórico referenciado. Quando se escreve o termo em letra minúscula, se alude a um período em que o campo da Educação Física ainda não estava constituído, onde não havia se estabelecido como uma disciplina dentro da escola, é tão somente uma educação da dimensão corporal. Ao utilizar letra maiúscula no início de cada palavra, diz respeito a um campo que já estava estabelecido ou que começava a se estabelecer, ou seja, momento em que a disciplina estava se consolidando no âmbito escolar (Chaves Junior, 2004). No entanto, vale destacar que embora os elementos da Educação Física já figurassem dentro da escola, manifestados pelos métodos da *Gymnastica*, ainda não se refere aos conhecimentos encontrados na disciplina de Educação Física de forma mais sistematizada. Levando em consideração que a sua prática passou por diversos momentos e mudanças, em um processo de constante reconstrução. Por isso, resolveu-se, na presente tese, reconhecer que a Educação Física no âmbito escolar é um acontecimento posterior às práticas ginásticas, por isso, um fenômeno diferente. Desse modo, não se anula que a *Gymnastica* já se manifestava como uma ocorrência da cultura física dentro da escola, mas sua modificação para Educação Física mudou completamente seus paradigmas, trazendo novos saberes.

uma disciplina escolar que, primeiramente, se restringiu às práticas ginásticas (Soares, 1994). Desse modo, foi necessário compreender como a educação brasileira se organizou, para então ter a capacidade de entender como a Educação Física se manifestou, dentro do cenário paranaense, e sobretudo, como após esse ordenamento passou a exigir cada vez mais um pessoal habilitado para o ofício. Diante do exposto, se tornou indispensável analisar a conjuntura de outros entes federativos brasileiros e até mesmo de outros países sul-americanos como a Argentina e o Uruguai que eram, nas primeiras décadas do século XX, mais estruturados e avançados, no ponto de vista educativo, para traçar similitudes e distanciamentos com relação ao caso do estado do Paraná.

Com a estruturação do âmbito educacional, uma preocupação com a educação física começou a ganhar mais força, no Brasil, a partir da década de 1920 (Linhaes, 2009). Quando o cenário nacional passava por intensas transformações políticas, sociais e culturais. O que gerou um entusiasmo pela escolarização e um grande otimismo pedagógico visualizado no aumento quantitativo no número de escolas algo, diretamente, relacionado a uma concepção de progresso nacional.

A década de 1920, conforme indicam Vieira (2007), Linhaes (2009) e Horta (2012), foi marcada por inúmeras tentativas de reformas educacionais. Horta (2012), salienta que muitas delas estavam inundadas de retóricas nacionalistas, em que o ideário militar era valorizado pela possibilidade de incutir sentimentos de amor à pátria. O autor lembra que a escola estava no centro desse processo, pois apoiada em uma educação moral e cívica, seria a forma ideal para a regeneração social tão desejada.

Foi então, que conforme sinaliza Linhaes (2009), se intensifica a ideia de educar os corpos como forma de desenvolvimento da sociedade brasileira. A autora salienta que foi nesse momento que a preocupação com a “energização do caráter” ganhou grande primazia nos discursos educacionais no país. Linhaes (2009), lembra, ainda, que foi dentro desse contexto que a Educação Física passou a ser cada vez mais considerada como um elemento digno de fazer parte dos processos de escolarização, uma vez que se apresentava como uma prática cultural concreta para a elaboração desse novo ideário. Afinal, os diversos elementos da cultura física poderiam ajudar a construir um projeto de modernidade que tanto almejava o país.

Nesse mesmo período, ocorreu, no ano de 1925, a tentativa de realização do I Congresso Brasileiro de Educação Física. Espaço reservado para reunir os principais temas debatidos na época, incluindo uma seção reservada para dialogar sobre a

criação de repartições estaduais e nacionais de educação física (Dalben *et.al*, 2019). Sem embargo, devido a diversas disputas e tensões, o evento não foi realizado, porém as pautas destacadas para as conferências indicam que havia uma grande preocupação para sistematização e institucionalização de um campo relativo a Educação Física no Brasil, no qual os elementos da cultura física seriam utilizados nas escolas brasileiras.

Ferreira Neto (1999), salienta que a década de 1930 foi marcada pela incumbência a Educação Física em ser a ferramenta para disciplinarizar os corpos, a fim de se criar uma nação forte, ou seja, para que a formação do denominado cidadão-soldado fosse consolidada. Os militares passaram a utilizar a Educação Física como instrumento para intervir na realidade educacional e social do país, adentrando, contundentemente, no espaço escolar. Castro (1997), salienta que isso se deu, a partir de um anteprojeto de lei, interposto pelo Ministro da Guerra, em 1929, que propunha se estender a educação física de inspiração militar para todas as escolas civis.

Ferreira Júnior (1999), Parada (2009) e Horta (2012), lembram que a educação, a partir da Revolução de 1930, capitaneada pelas forças políticas formadas em torno de Getúlio Vargas, passou a ser vista como um “problema nacional”. Afinal, diante das diversas mudanças sociais e econômicas que estavam em curso, tanto no Brasil como num contexto internacional mais amplo, a educação se apresentava como ponto fundamental para formar indivíduos sintonizados com o novo ordenamento social. Cabe destacar, que a educação também era tratada como um “problema de segurança nacional”, o que justificaria a presença de militares em todo o sistema educativo brasileiro.

Nesse período, os problemas educacionais deveriam ser resolvidos em função das problemáticas oriundas de um contexto social mais amplo (Horta, 2012). De certo modo, ambos eram complementares, isto é, a educação dos indivíduos deveria ser integral, objetivando edificar a sociedade brasileira. Sendo assim, a Revista de Educação Física, publicação especializada organizada pelo Exército brasileiro (Ferreira Júnior, 1999), publicava em suas páginas retóricas que enfatizavam premissas como as sinalizadas acima:

Na educação do homem, impõe-se, antes de qualquer coisa, a tarefa de estudá-lo, conhecê-lo, compreendê-lo. O estudo do homem mostra que sua natureza individual se manifesta sobre três aspectos: físico, moral e intelectual. Precisa-se ter da vida e, portanto, da educação, uma concepção integral (Revista de Educação Física, 1938, p. 55).

Logo, ao observar tais premissas que norteavam o que de mais moderno se tinha na área pedagógica, no período, pode-se inferir que o projeto de formação de profissionais especializados em Educação Física se assentou nessa base, pois conforme a publicação organizada pelo Exército brasileiro o “(...) despertar e o desenvolver das faculdades morais e intelectuais por meio do cultivo e, portanto, do desenvolvimento das faculdades harmônicas do físico, é um fato incontestável” (Revista de Educação Física, 1938, p. 55).

Todo esse processo de implementação dos elementos da cultura física no âmbito escolar ocorrida, principalmente, na década de 1930, não se deu de forma simples e súbita. Linhales (2009b) e Silva e Góis Júnior (2019), declaram que tal efetivação teve contribuição das reformas educacionais e, principalmente, pela criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) ocorrida na década de 1920. Desse modo, retóricas relacionadas aos elementos da cultura física circularam em vários ambientes da referida entidade, não se restringindo somente à seção específica de Educação Física e Higiene.

Linhales (2009b) e Silva e Góis Júnior (2019), salientam que esse debate em torno de uma Educação Física interessava a diversos agentes que compunham a educação brasileira. Por este motivo os autores apontam que discursos relacionados à Educação Física acabou se tornando um consenso entre os diversos segmentos, nos quais a necessidade de se escolarizar os diversos elementos da cultura física tornaram-se premissa defendida por estes grupos. Além disso, cabe destacar que a exigência de docentes com conhecimento científico das práticas se tornava padrão cada mais exigido, dado que almejava-se fugir do empirismo, da incúria e da improvisação, que poderia trazer consigo diversos malefícios ao corpo e a saúde dos estudantes. Em vista disso, esse conhecimento científico deveria ser buscado em instituições específicas e especializadas em Educação Física. Premissas como essa podem ser observadas nas palavras do Doutor Paulo Frederico de Araújo², em

² Paulo Frederico Figueiredo de Araújo foi médico, especializado em Educação Física pela E.E.F.E, assistente voluntário à Educação Física das Escolas Técnicas Secundárias do Distrito Federal, articulista, assistente de ensino do Departamento Nacional de Educação, Divisão de Educação Física e fundador da Sociedade de Estudos nos Problemas da Educação Física (S.E.P.E.F.) (Stoffel; Araújo, 1936; Rocha *et al.*, 2023)

discurso proferido na cerimônia de encerramento do ano letivo de 1934 da Escola de Educação Física do Exército:

A Educação Física Escolar, que hoje se faz, limita-se, na grande maioria de casos, a algumas horas semanais, quiçá mensais, de alguma ginástica ministrada pela própria professora, e isto mesmo pelas mais dispostas, sem outra credencial que, de quando aluna, haver praticado tais exercícios, sob a direção de monitor ou monitora, muito provavelmente, nas mesmas condições que ele hoje. Além do que, essa ginástica é feita, muitas vezes, com roupas, e em locais impróprios, sem uma direção médica especializada, dada a grandes e pequenos, meninos e meninas conjuntamente, e, por todas essas razões, tornando-se sua execução às vezes sério perigo. (...) Urgem, pois providências para uma cuidadosa escolha de médicos instrutores e monitores de Educação Física, evitando-se assim as improvisações [sic] sempre prejudiciais (Araújo, 1934, p. 10).

Não obstante, como uma área especializada em Educação Física ainda estava em processo de formação, no Brasil se proliferava o autodidatismo e o empirismo, carecendo de embasamento científico. Nesse contexto, Lima Sobrinho (1936), argumentou que embora a Educação Física tivesse avançado, a falta de cientificidade fazia surgir diversos métodos distintos, como se cada professor criasse a sua própria estratégia metodológica. Para o autor, tal quadro ocorria devido à falta de um modelo centralizador, baseado nos preceitos científicos, que viria de uma Escola voltada aos saberes da Educação Física, que estabeleceria um plano geral para a disciplina, que deveria ser implementado em todo o território nacional.

Desse modo, fica evidente que uma retórica da necessidade do alargamento da Educação Física, nas escolas brasileiras se cristalizou no país na década de 1930. Apesar disso, a difusão deveria estar sintonizada com as premissas de Getúlio Vargas e do Estado Novo, sendo realizada de uma forma metodizada e centralizada. Todavia, a área da Educação Física não estava, totalmente, estruturada a ponto de ter instituições capazes de formar profissionais especializados, assentados em conhecimentos e práticas científicas.

À vista disso, as maneiras de se pensar estas instituições especializadas em Educação Física eram muito distintas. Linhales (2009b), salienta que as propostas provinham de três principais grupamentos: do Club dos Bandeirantes do Brasil, das Associações Militares e da Associação Cristã de Moços (ACM). Ainda que a Associação Brasileira de Educação (ABE) tenha transitado, no final da década de 1920, entre as três perspectivas. A entidade, segundo apontam Linhales (2009b), Silva (2017), Baía e Moreno (2020) e Dogliotti e Silva (2021), estreitou a interlocução

com a ACM. Aproximação que afetou, diretamente, a Educação Física brasileira, principalmente, pelo diálogo estabelecido com os Estados Unidos, passando a dar maior importância ao esporte como elemento da cultura física a ser utilizado no espaço escolar.

Dessa forma, Linhales (2009) e Moro (2022), assinalam que as práticas esportivas passaram a circular cada vez mais, nas principais cidades brasileiras, inclusive, mostrando-se bastante presente dentro das escolas. Tal inserção se deu através de, principalmente, duas vias: como prática social disseminada que necessitava ser padronizada pedagogicamente para servir como possibilidade educativa; e como prática moderna, com intuito de trazer para o ambiente escolar sentidos e significados modernizadores, buscando superar o rústico e o atrasado, que na opinião dos defensores do esporte, conforme ensina Vigarello (2018), ao analisar o contexto francês, estava representado na *Gymnastica*.

Outro ponto de importante contribuição para a constituição da área da Educação Física, no Brasil, como informam Goellner (1992), Castro (1997), Grunennvaldt (1997), Ferreira Neto (1999), Horta (2012), Queiroz e Cancelli (2018) e Bruschi, Eller e Schneider (2020), foi a vinda ao país, em 1919, de uma missão militar francesa, influenciando de sobremaneira os métodos de formação de instrutores, desenvolvida na Escola de Sargentos de Infantaria.

Um segundo aspecto a ser destacado, conforme elucidam Ferreira Neto (1999) e Horta (2012), foi por influência da vinda dos denominados “jovens turcos”, militares brasileiros formados no Exército alemão que defendiam a reestruturação do Exército do Brasil, baseado em premissas que exigiam uma maior profissionalização e modernização. Dentro desse projeto dos “jovens turcos” a Educação Física ganhava um papel primordial.

Este ambiente se tornou propício para a circulação de ideias políticas, o que culminou, segundo indicam Goellner (1992), Ferreira Neto (1999), Horta (2012), Queiroz e Cancelli (2018) e Bruschi, Eller e Schneider (2020), na aprovação do Regulamento de Educação Física do Ministério de Guerra, documento que era uma adaptação do regulamento desenvolvido pela Escola de *Joinville-le-Pont* e utilizado pelo exército francês. Sendo assim, conforme apontam os autores, tal dispositivo³

³ O termo “dispositivo”, utilizado em alguns momentos no decorrer da presente tese, não implica no conceito de dispositivo cunhado por Michel Foucault, mas sim pelo real sentido da palavra. Entende-

legal, também conhecido como “Regulamento 7”, adotava nas escolas brasileiras o método francês, que foi implementado e oficializado através da portaria nº 70 de 30/06/1931.

Este novo ordenamento trouxe consigo a incorporação dos jogos e esportes como parte da Educação Física. O que pode ser visto como a coroação da introdução do esporte no meio pedagógico, dado que sua prática passou “(...) do projeto socioeducativo que pretendeu formar a escola em uma referência cultural moderna, democrática, ativa e eficiente” (Linhaes, 2009, p. 82). Todavia, a adoção desse novo modelo não ocorreu sem embates e contradições, principalmente, pelas críticas provindas do interior da Associação Brasileira de Educação (ABE), que temia militarizar em demasia as escolas brasileiras, uma vez que tal método já estava caindo em desuso, até mesmo em seu país de origem, conforme evidenciam os estudos de Saint-Martin e Attali (2015), Gomet e Attali (2018) e Pénard, Gomet e Attali (2021). Isto posto, os ecos dessa nova ordem, conforme descrevem Castro (1997), Grunennvaldt (1997) e Bruschi, Eller e Schneider (2020), balizaram as principais experiências na preparação de professores especializados em Educação Física no Brasil, que se intensificou na área, durante toda a década de 1930.

Nesse íterim, segundo sublinham Melo (1996), Grunennvaldt (1997) e Moraes e Silva e Capraro (2011), já se tinha a percepção da urgência de um ambiente específico para o desenvolvimento de mão de obra especializada em Educação Física no Brasil. De acordo com Melo (1996) e Cantarino Filho e Costa (2006), a intenção de ter um docente especializado não era algo que havia se iniciado na década de 1930. Os autores lembram que em 1905, o deputado amazonense Jorge de Moraes já havia defendido a necessidade de criação de escolas civis e militares de Educação Física, a fim de formar professores para atuarem em todas as instituições de ensino do país. Afinal, uma formação especializada era urgente, pois “o docente de ginástica necessita de uma soma regular de conhecimentos que só um curso bem organizado pode fornecer” (Cantarino Filho; Costa, 2006, p. 489).

Porém, na primeira década do século XX, as condições de possibilidades para a concretização desse ideário não se mostraram presentes, por isso o projeto não teve sucesso. Contudo, os militares conseguiram articular um projeto de intervenção

se por dispositivo o conjunto de ações coordenadas e planejadas por algo ou alguém, ou seja, por um indivíduo ou por uma instituição, isto é, algo que sugere um ordenamento.

na sociedade civil, dando continuidade na proposta de sistematização da formação profissional especializado em Educação Física: “Um exemplo marcante foi a fundação, em 1922, do Centro Militar de Educação Física, localizado junto a Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar do Rio de Janeiro” (Moraes e Silva; Capraro, 2011, p. 624).

Goellner (1992), Castro (1997) e Horta (2012) indicam que em 1929 iniciou-se uma tentativa de regulamentar o ensino da Educação Física no Brasil, a partir de dois projetos distintos: um oriundo dos segmentos militares e outro idealizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE). O primeiro visava uma formação militar, tendo como base o Centro Militar de Educação Física, que havia sido criado em 1922. Já o projeto civil capitaneado pela ABE estava fundamentado na tentativa de criação de uma Escola de Educação Física ligada a Universidade do Rio de Janeiro. A empreitada civil buscava contrapor o projeto dos militares, principalmente, na busca pela introdução de técnicos e professores de Educação Física, nas escolas primárias e secundárias de todo o Brasil. Afinal, a instituição do exército brasileiro já formava instrutores e monitores para os estabelecimentos militares, e na década de 1930, procuraram garantir também o seu controle nos estabelecimentos escolares espalhados por todo o país.

Em 1931, como salienta Castro (1997), a Reforma Francisco Campos introduziu a obrigatoriedade da execução de exercícios físicos em todas as classes de ensino secundário. O que fomentou ainda mais a necessidade de mão de obra especializada em Educação Física. A obrigatoriedade foi oficializada após uma visita feita pelo próprio Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, ao Centro Militar de Educação Física, nesse mesmo ano:

A visita do Exmo. Sr. Francisco Campos teve especial significado. pois, mostrando-se verdadeiramente interessado com tudo quanto assistiu por ocasião dessa visita, concorreu para que fosse obrigatório a Educação Física nos estabelecimentos de Ensino Secundário, segundo o método do Estabelecimento (Revista de Educação Física, 1932, s/p).

Em 1934, como esclarece Horta (2012), foi criado no Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, através do decreto 24.794, de 14/07/1934, que entre outras funções, ficou encarregada de questões atinentes à Educação Física. No decreto de criação da referida inspeção, também foram definidos os objetivos e meios a serem empregados, no ensino da Educação

Física, com base no documento expedido pelo Ministério da Guerra. Além de estender a disciplina a todos os estabelecimentos ligados ao Ministério da Educação. Tal ensino seria estabelecido por militares formados nessa área de conhecimento. No entanto, Horta (2012), lembra que a Inspetoria não chegou a ser implementada, porém abriu precedentes para que os militares garantissem a orientação e o controle do ensino do conteúdo em todo território nacional.

Castro (1997), Parada (2009) e Horta (2012), apontam que com a reorganização do Ministério de Educação e Saúde, em 1937, foi criada uma divisão exclusiva para tal ciência, a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. O novo órgão ficaria responsável, especificamente, pelos seguintes aspectos, conforme registrado nas páginas da publicação especializada em Educação Física do Exército brasileiro:

- a) - Legislação:
 - 1 – Criação da Escola Nacional de Educação Física, sua construção, instalação e funcionamento.
 - 2 - Criação do Instituto Nacional de Educação Física, anexo à Escola, sua construção, instalação e funcionamento. (...)
- b) – Organização geral:
 - 1 – Formação imediata de pessoal técnico especializado em cursos de emergência, para tornar possível o cumprimento do Art. 131 da Constituição.
 - 2 – Organização prática do ensino da Educação Física nos estabelecimentos subordinados ao Ministério da Educação e Saúde, tornando modelar o Colégio Pedro II (internato e externato) (Revista de Educação Física, 1938, p. 28).

O novo organismo estatal teria papel fundamental para o estabelecimento de uma instituição capaz de formar mão de obra especializada, no ensino da matéria, além de ser substancial para fomentar a prática da disciplina para além dos muros da escola, isto é, formar um ideário na população de que a prática da Educação Física seria vital para um bom desenvolvimento físico e para uma vida salutar na sociedade. O que auxiliou na popularização e no desenvolvimento junto ao meio social e político de todo o Brasil.

Como no âmbito da Educação Física o meio militar estava mais estruturado, a escolha de um militar para ficar à frente da DEF, por pedido do próprio ministro Gustavo Capanema, era a escolha mais óbvia. Para chefiar a divisão foi indicado o major Barbosa Leite, que dentre suas aspirações, a principal se assentava na “vontade” de uniformizar o método de ensino da doutrina em todo o país. Para isso, deveria ampliar o número de vagas para civis nos cursos de formação da Escola de

Educação Física do Exército (EEFE), garantindo a curto prazo, o maior número possível de docentes formados através da ideologia do exército brasileiro, para atuar nas redes públicas e particulares de ensino. O que culminou no domínio militar sobre a área, além da pressão exercida sobre os legisladores para fomentar a matéria e tornar sua prática obrigatória, já que havia disseminado suas “sementes” por vários estados brasileiros. O triunfo de tal ideário acabou se manifestando na Constituição de 1937 (Cardoso, 1939).

Com a promulgação da nova Constituição, em 10 de novembro de 1937, conforme indicam Castro (1997) e Chaves Júnior (2004), pela primeira vez de forma constitucional, os exercícios físicos se tornaram elementos obrigatórios em todos os estabelecimentos de ensino do Brasil. O artigo 131 da Constituição era inteiramente voltado para esse fim:

Art 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (Brasil, 1937, s/p).

Álvaro Cardoso (1939), em matéria publicada na Revista da área, indica que tal inserção no ambiente escolar poderia trazer sérios problemas, uma vez que os professores primários não tinham orientação suficiente para o ensino do conteúdo. O autor salienta, também, que os docentes secundários ainda estavam entrando nessa seara, recebendo cursos emergenciais de forma insípida. Nesse momento, deveria se criar estratégias urgentes para suprir a demanda de professores especialistas que a Constituição de 1937 almejava. O autor ainda ressaltava que a prescrição errada dos exercícios físicos poderia ser mais prejudicial do que a inatividade física, evidenciando que era premente abandonar o empirismo e a improvisação e formar profissionais amparados em premissas científicas. No entanto, Álvaro Cardoso afirmava que não se tinham, ainda, as condições adequadas para receber de forma apropriada a disciplina no seio escolar, pois faltava um projeto formador mais amplo. Para tal, era necessário uma série de ações, como a formação de profissionais especializados, a destinação de materiais adequados para a prática, a construção de espaços reservados, conhecidos como estádios ou praças de esporte, entre outros elementos.

Feito esse preâmbulo inicial, a presente tese de doutoramento se justifica pela necessidade de se entender a constituição da formação especializada em Educação Física no Paraná, para então, ser possível, compreender os processos que levaram a

constituição de uma área específica para a Educação Física nesta unidade federativa brasileira. Para tal intento, foi necessário se envolver nos meandros de uma área em formação, observando seu conjunto de normas reguladoras que envolviam suas instituições regulamentares, como a Inspetoria de Cultura Física, a Inspetoria Geral de Instrução Pública e outros agentes regulamentares estaduais e federais, além da necessidade de se entender onde tais indivíduos foram buscar suas inspirações para realizarem suas formulações e prescrições educacionais.

Compreender a transição de pensamento entre um cenário no qual já se entendia a indispensabilidade de uma educação física, mesmo que de forma incipiente e experimental, para um espaço no qual começava a se esboçar preceitos pedagógicos e científicos que culminariam na exigência de profissionais qualificados, capacitados e especializados é fundamental para uma historiografia da educação paranaense e brasileira relacionada à área da Educação Física. Deste modo, conforme estabelece Goodson (1997), o currículo escolar é um produto do meio social, que foi estruturado de acordo com as necessidades e objetivos humanos específicos. Diante do exposto, compreender como se estruturou a disciplina de Educação Física e o processo de formação de seus professores é também entender os anseios e preocupações de uma determinada sociedade. Foi a partir dessa premissa que surgiu o objetivo geral da presente tese: compreender a ambiência da constituição do projeto formador do professorado especializado em Educação Física paranaense, materializado em torno da criação e desenvolvimento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Já os específicos se constituem em: entender os processos que levaram a constituição de uma área específica para a Educação Física paranaense; apreender como se estruturou o desenvolvimento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

A exemplo dessas inter-relações surge a problemática central da presente tese de doutoramento: Como ocorreu a busca pelo estabelecimento da formação de um professor especializado em Educação Física que culminou na constituição da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná? Nesse contexto, esta pesquisa doutoral tem como hipótese que a procura pela formação por um professor especializado em Educação Física, que culminou, em 1941, com a criação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, teve características que estavam em sintonia com questões globais, mas que também foram marcadas por elementos locais da cultura curitibana e paranaense. Fato que possibilitou na constituição de um estabelecimento

com características diversas, como o fato de ser de caráter particular, das outras instituições congêneres estabelecidas no país no mesmo momento histórico.

O marco temporal que se delimitou na presente tese tem relação com o fato de que se encontra certo padrão, nos diversos estados brasileiros, no que diz respeito a implementação de Escolas Superiores de Educação Física de caráter civil. Primeiro emergiu um órgão regulamentar para dar norte às ações correspondentes à área, normalmente um Departamento de Educação Física e/ou uma Inspeção designada à disciplina, para posteriormente se estruturar um estabelecimento responsável por formar docentes especializados (Massucato, 1999; Azevedo, Malina, 2004; Souza, 2004b; Mazo, 2005; Cantarino Filho, Costa, 2006; Campos, 2007b; Sousa, 2010; Borges, Aquino, Puentes, 2011; Moraes e Silva, Capraro, 2011; Figueiredo, 2016; Lyra, Mazo, Begossi, 2016; Góis Junior, 2017; Bruschi, *et al.* 2019; Dalben, 2019; Silva, 2021).

No estado do Paraná, a premissa ocorreu de forma semelhante, mantendo a linha de raciocínio das demais unidades federativas brasileiras. Isto posto, o marco inicial da presente pesquisa se deu com a criação da Inspeção de *Cultura Physica* do Paraná, organismo burocrata estatal que foi criado no ano de 1934.

Já a delimitação final se deu com o ano de 1945. Apesar da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná ter sido fundada em 1941, o ano de 1945 foi marcante para o futuro da primeira instituição de formação de professores especializados em Educação Física do Paraná.

Segundo apontam Moraes e Silva e Capraro (2011), a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná tratava-se de um estabelecimento de caráter privado e de propriedade de seu fundador, o então Inspetor de *Cultura Physica* do estado do Paraná, o professor Francisco Mateus Albizú. Após sua criação, a instituição obteve autorização para o seu funcionamento, junto ao Governo Federal, através do decreto número 9.890, de 7 de julho de 1942, tendo seu primeiro ano letivo somente em 1943. Os cursos ofertados foram em número de dois, um superior com duração de dois anos, que constou com a matrícula de trinta e um alunos e um Normal, com seis alunas, com duração de um ano. Sendo assim, o ano de 1945 foi escolhido como delimitação final por ser o momento de vários acontecimentos marcantes para a instituição. Nesse ano a primeira turma do curso superior se formou; foi obtido o reconhecimento como Curso Superior e Escola Normal de Educação Física, pelo decreto n.17.592, não deixando mais “pendências” legais para o funcionamento do estabelecimento. Além

de que, foi no ano de 1945 que houve mudanças significativas na lei nº 1.212, de 1939. Dentre as quais, houve a alteração da duração dos cursos superiores, passando de dois a três anos. Além de outras providências que alteraram a estrutura interna dos cursos que se amparavam na lei supracitada.

Para responder à indagação levantada foi preciso estabelecer um amplo *corpus* documental. Desse modo, o conjunto de fontes mobilizados na presente pesquisa de doutoramento foi composto por documentos oficiais da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, além de terem sido acionados fontes publicadas pela imprensa escrita paranaense. Documentos que favoreceram a compreensão do objeto de pesquisa de uma maneira mais ampla e que auxiliaram nas análises acerca das diferentes nuances dos modos de pensamento relativos à área e sua relação com uma instituição formadora de professores especializados em Educação Física.

Para a materialização de uma pesquisa de natureza historiográfica foi indispensável o uso de fontes que ampararam o desenrolar da investigação, elucidando fatos e dando luz a momentos significativos com relação ao objeto analisado. A quantidade, qualidade e a tipologia de documentação que circundaram o objeto foram amplas, bem como o tratamento dado a cada uma delas. Por isso, houve a necessidade de catalogar e categorizar as fontes utilizadas na análise. Para assim criar critérios de inclusão e exclusão da documentação analisada. “Organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes” (Pimentel, 2001, p. 184). Portanto, para compreender os assuntos relacionados a formação especializada em Educação Física no Estado do Paraná, realizou-se a reunião de fontes que compreendem matérias vinculadas na imprensa escrita, documentos oficiais da Escola Normal do Paraná e da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná e de órgãos governamentais e coletâneas de leis e decretos.

Lapiente (2015) traz à tona a ideia de que usar jornais como fonte se justifica, não por ser lido pela comunidade em geral, mas por serem criados por indivíduos que fazem parte de um determinado contexto cultural, isto é, os autores destes escritos estavam encharcados de informações que circundavam o período no qual viviam, envolvidos em jogos de interesses, convergentes ou conflitantes, transformando tais informações em linguagem comum que, posteriormente, eram consumidas pela

população. Diante disso, a partir dessa linguagem foi possível compreender o pensamento e a ambiência cultural do período estudado.

Benvenuti (2004) argumenta que a imprensa, no início do século XX, tinha grande importância no contexto curitibano, pois foi através de suas páginas que os habitantes de Curitiba ficavam a par dos acontecimentos ocorridos ao redor do mundo e das principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como eram informados sobre acontecimentos de seu próprio estado e cidade. A imprensa escrita também foi a responsável, na capital dos paranaenses, conforme aponta Moraes e Silva (2011), por repassar os novos modos de olhar e maneiras de se comportar, servindo como um dos principais meios de difundir os elementos da cultura física e com isso educar o corpo da população curitibana.

É sob esse contexto, que os periódicos, segundo indica Luca (2008), tornam-se um objeto de pesquisa bastante rico para compreender o cenário citadino, das primeiras décadas do século XX, visto que o período foi marcado por um intenso furor pelas publicações periódicas, sinalizado pela criação de inúmeros almanaques, folhetins, jornais de associações recreativas, revistas de variedades, folhetins sindicais entre outros tipos de publicação.

Lapiente (2015) e Barros (2021) trazem à tona que é necessário ter alguns cuidados para se realizar uma pesquisa histórica utilizando periódicos como fonte de pesquisa. Uma delas é a de não assumir como verdade tudo aquilo explicitado em suas páginas, sendo prudente tencioná-las com informações obtidas em fontes secundárias, buscar na historiografia apontamentos que explorem o contexto global do objeto e entender também que os periódicos estão envolvidos em um jogo de interesses e de poder. Em vista disso, sempre haverá inclinações e preferências, sendo tarefa do ofício do historiador identificar e ser cauteloso quanto às orientações que envolvem cada publicação periódica selecionada.

As fontes jornalísticas foram localizadas na plataforma da Hemeroteca Digital. As palavras chaves utilizadas para encontrar as reportagens foram: “Albizu”, “Francisco Albizu”, “cultura physica”, “educação physica”, “inspetoria de cultura physica”, “praças de esporte”, “parque de recreio”, “parque infantil”, “escola de educação física e desportos”, “escola de educação física e esportes”, “escola de educação física”, “escola normal”, “Jayme Drummond de Carvalho”, “Vivian Albizu”, “Neuzarth Machado”, “Rozala Garzuze”, “Halina Marcinowska”, “gymanastica”, “Maximo Pinheiro Lima”, “João Gualberto Gomes de Sá”, “Hamilton Saporski”,

“Associação Cristã de Moços”, entre outros termos semelhantes. Vale destacar que embora tenham sido usados descritores, todos as edições em que apareciam ocorrências foram folhados e lidos na íntegra para obter uma melhor compreensão do contexto investigado.

Os periódicos selecionados para o desenvolvimento da presente tese de doutoramento foram os jornais *Diário da Tarde* e *O Dia*. Embora outras publicações também tenham sido utilizadas para suprir alguma demanda específica do objeto investigado, as duas publicações mencionadas foram as que mais se destacaram no número de ocorrências e informações sobre o tema central da presente tese de doutoramento.

A utilização do *Diário da Tarde* se deu pelo seu grande período de circulação, que vai desde 1899 até 1940. Benvenutti (2004) indica que a primeira edição do periódico circulou pelas ruas de Curitiba no dia 18 de março de 1899. O jornal apresentava uma forte tendência liberal e anticlerical e pretendia cobrar do poder público o progresso e a modernização da cidade, através dos ideais e condutas liberais. Todavia, era comum a circulação de assuntos amplos, como economia, política e temas do cotidiano como relativos aos elementos da cultura física (Brandão, 1994; Moraes e Silva, 2011).

Já o jornal *O Dia* teve sua circulação compreendida entre os anos de 1923 e 1961, sua seleção se deu pelo fato de seu período de vigência abranger as décadas nas quais as discussões relativas à cultura física e a Educação Física passou por grandes transformações na sociedade brasileira. O periódico tinha como lema “o compromisso de combater pela verdade e pela justiça, dentro da ordem (...) e cumpre o dever cívico de evidenciar valores positivos e negativos independente da preocupação subalterna do nome que trazem e da posição que ocupam” (O Dia, 1923, p. 2). Percebe-se no trecho acima reproduzido, que o periódico tinha a intenção em transparecer em suas páginas o que realmente ocorria no período, sem floreios e modificações para proteger uma ou outra parte. Além disso, figuravam em seus conteúdos assuntos de especialidades diversas como aquelas relativas as “informações telegraphicas”, temas políticos, economia, noticiário esportivo e mundano local, entre outras temáticas.

Outro grupo de fontes utilizado na confecção da presente tese de doutorado foram os documentos oficiais, ou seja, aqueles compostos por decretos, leis, regulamentos, atas, relatórios oficiais, ofícios, correspondências etc. Tais documentos

foram importantes ferramentas para compreender as ações governamentais que instituíram a Educação Física no estado do Paraná e que, posteriormente, contribuiu na constituição da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Sendo assim, conforme apontam Bacellar (2008) e Monteiro, Pajaú e Barroso (2017), as fontes oficiais podem ajudar a esclarecer possíveis dúvidas sobre determinado fato, pois contribuem na obtenção de dados para o processo investigativo. Entretanto, os autores lembram que tais documentos também não estão livres de inclinações, pois carregam ideologias, valores, princípios e normas. Sendo assim, faz-se indispensável ponderar tais elementos para que não prejudiquem a pesquisa historiográfica.

Para desenvolver a presente tese doutoral, foi necessário, também, compreender a transição de pensamento da Educação Física dentro do contexto paranaense no período delimitado, analisando a legislação educacional, que abrangeu leis, decretos, regimentos, relatórios, códigos de ensino etc. Sendo assim, foram utilizados os seguintes documentos: relatórios trimestrais e anuais da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná que se constituíram numa das principais fontes da presente pesquisa de doutoramento. Nas páginas destes relatórios foi possível encontrar os currículos dos professores auxiliares, contratados e catedráticos; o programa de cada disciplina; os pontos sorteados para os exames; informações sobre a vida escolar dos alunos; distribuição das aulas; os concursos de habilitação; dados sobre mobiliário; transferência e/ou contratação do pessoal docente; o balanço da contabilidade, o regulamento da Escola, entre diversos outros aspectos. As fontes supracitadas que foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa se constituem da seguinte documentação: Relatório de Reconhecimento (Albizu, 1944), Relatório Anual de 1944 (Albizu, 1944b), Relatório do 2º trimestre de 1944 (Albizu, 1944c), Relatório do 3º trimestre de 1944 (Albizu, 1944d), Relatório Anual de 1945 (Albizu, 1945), Relatório do 2º trimestre de 1945 (Albizu, 1945b), Relatório do 3º trimestre de 1945 (Albizu, 1945c). Além de ofícios enviados às diversas autoridades pelo diretor e proprietário da instituição, o professor Francisco Mateus Albizú (Albizu, 1944e, Albizu, 1945d e 1945d).

As leis e decretos também tiveram papel de destaque, durante o desenvolver da pesquisa, pois através desses dispositivos legais foi possível entender como a área da Educação Física estava se estruturando. Isto é, leis e decretos podem ser o início e/ou o fim de uma determinada disputa para se estabelecer algo. Isto posto, tomar a legislação como base para a investigação é tentar compreender como os discursos

estavam circulando. No caso da Educação Física e da formação profissional docente, é assimilar como a área estava se desenvolvendo, quais pressões estavam sendo impostas e quais discursos estavam mais atuantes, culminando ou partindo de um determinado ato legislativo.

Em vista disso, além dos documentos supracitados, foram significativos para o desenvolvimento da presente tese de doutoramento, leis e decretos estaduais e nacionais. Dentre eles, por ordem cronológica, os atos legislativos utilizados foram: Decreto n. 1.331-A de 1854, aprovando a reforma do ensino primário e secundário, no município da Corte, no qual há a primeira menção sobre um mestre de *Gymnastica*, ou seja, é o início da tentativa de se instituir um profissional especializado nos exercícios físicos. Embora, ainda não obtivesse o *status* de disciplina, os conhecimentos próprios já começavam a circular dentro da instrução pública, requerendo um indivíduo responsável, somente para esses momentos, desvinculando do professor generalista. Em seguida, utilizou-se o Ato de Instituição do Ensino da *Gymnastica*, em 1882, assinado pelo então presidente da província do Paraná, que instituiu a exigência do ensino da *Gymnastica*, no ensino primário, para o sexo masculino. O que deu início a utilização da prática de elementos da cultura física dentro dos estabelecimentos de ensino paranaenses.

A Portaria ministerial n° 70, de 18 de abril de 1931, também foi utilizada como fonte, visto que instituiu a obrigatoriedade do ensino da Educação Física, nos estabelecimentos de ensino secundário, e em todos os anos letivos. A partir dessa portaria, criou-se a Inspeção Geral de Ensino Emendativo, através do Decreto-lei n. 24.794, de 14 de julho de 1934, que dispõe sobre o ensino da Educação Física, elencando seus objetivos e metodologias a serem apropriadas pelos docentes. Ainda que não tenha sido implementada, a Inspeção demonstrava uma primeira tentativa de organização da área de Educação Física. A constituição brasileira de 1937 veio para ratificar os esforços já citados, mais especificamente, em seu artigo 131, que determinava a indispensabilidade do ensino da Educação Física, em todos os estabelecimentos de ensino primário, secundário e Escolas Normais brasileiras.

Todos esses esforços em escolarizar os elementos da cultura física culminaram na necessidade de um docente especializado em Educação Física, que, por sua vez, trouxe à tona a indispensabilidade de estabelecimentos de ensino voltados para a formação desses profissionais. Fato que se materializou no Decreto-lei n. 1.212 de 17 de abril de 1939, que criou a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação

Física e Desportos, que serviu como modelo para as demais instituições espalhadas por todo território nacional, e estabelecendo, desta forma, um padrão a ser seguido, inculcando cientificidade e método para uma área em fase de formação e consolidação no Brasil.

Os últimos decretos analisados referem-se à criação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. A partir do Decreto-lei n. 9.890, de 7 de julho de 1942, que concede a autorização de funcionamento à Escola e o Decreto-lei n. 17.592, de 16 de janeiro de 1945, que atribui o reconhecimento definitivo como um Curso Superior de Educação Física, pondo fim aos suspenses e imbróglios legais e, finalmente, estabelecendo um estabelecimento de nível superior em Educação Física no estado do Paraná.

Para determinar a trajetória da escolarização da Educação Física paranaense, recorre-se aos regimentos e regulamentos de ensino da instrução pública. Foram examinados os regulamentos provindos dos decretos de 1890, 1895, 1901, 1907, 1909, 1915 e 1917. A lei de 1912 e o Programa dos Grupos Escolares de 1921, que também foram utilizados.

Analisar documentos oficiais se torna basilar para compreender a estrutura, as ações e as relações presentes na instituição de ensino investigado. Conforme Werle (2004, p. 112) “a base de gestão - regimentos, normas, currículos, procedimentos e seus administradores - é um espaço concreto de manifestação da instituição”. Todavia, essas instituições também são espaços subjetivos, devido às relações de autonomia, pluralidade e liberdade dos indivíduos. O que faz com que os documentos, apesar de seu caráter formal e funcional, não sejam estanques. Embora envoltos em elementos burocráticos, é possível perceber as tensões, relações de poder, distanciamentos e omissões presentes no interior de uma determinada instituição. Tais documentos aliados a outros tipos de fontes podem dar densidade ao objeto de pesquisa selecionado para análise.

Werle (2004), ao abordar a história das instituições escolares assume que a dimensão subjetiva desses espaços garante que possam ser vistos como um ambiente plural, diversificado, atuante e dinâmico. Trabalhar a partir dessa premissa assegura que não haja uma abordagem determinista e coisificante, que enxerga os elementos como os prédios, propostas pedagógicas, regimentos, relatórios etc. como a realidade objetiva, completa e factual, dando-lhe uma dimensão estática e inerte. As

dimensões e identidades, que envolvem o estabelecimento, são múltiplas, levando isso em conta, devem ser analisadas a partir dessa perspectiva.

Outra tipologia de fonte, amplamente, utilizada foi a Revista de Educação Física, produzida pela Escola de Educação Física do Exército. Com a primeira edição publicada em 1932, foi o primeiro periódico nacional especializado em Educação Física. Possuía um caráter multidisciplinar, com publicações envolvendo diversas áreas do esporte, educação e saúde. A referida publicação mantém-se ativa até os dias atuais, com periodicidade trimestral. Foram utilizados desde as suas primeiras edições até 1945, ano que marca a delimitação final da presente investigação de doutoramento.

Utilizar as publicações contidas na revista supracitada como fonte primária para a presente tese de doutoramento se tornou algo bastante profícuo pelo fato de que, durante muitos anos, a revista foi o único espaço voltado, inteiramente, para os assuntos atinentes a área da Educação Física, sendo local importante para a disseminação das ideias que vinham circundando a área no Brasil. Desse modo, em linhas gerais, a revista foi importante meio de difusão dos conhecimentos em Educação Física, isto é, o repasse de tudo o que de mais novo se tinha sobre a área, os esportes e as teorias educacionais aplicadas à disciplina. Além de veicular notícias sobre as novidades educacionais e esportivas relacionadas à Educação Física em todo território nacional.

Desse modo, todas as fontes exploradas e analisadas na presente tese de doutoramento estão agrupadas e explicadas na tabela a seguir, para melhor visualização e entendimento:

Tabela 1 – Detalhamento das Fontes

Categoria	Fonte	Descrição Detalhada
Documentos Oficiais	Relatórios da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (1944-1945)	Relatórios anuais e trimestrais que fornecem informações abrangentes sobre a estrutura curricular da escola, incluindo disciplinas oferecidas, sorteios de pontos para exames e concursos de habilitação. Os documentos contêm dados sobre a vida escolar dos alunos, a distribuição das aulas, informações

Categoria	Fonte	Descrição Detalhada
		sobre a contratação e transferência de docentes, balanços contábeis, e regulamentações internas.
Leis e Decretos	Decreto n. 1.331-A (1854), Ato de Instituição do Ensino da Gymnastica (1882), Decreto-lei n. 1.212 (1939), Portaria Ministerial n° 70 (1931), Decreto-lei n. 24.794 (1934), Constituição Brasileira (1937)	Conjunto de leis e decretos que institucionalizaram a Educação Física no Brasil, tornando-a obrigatória em níveis primário e secundário, definindo metodologias de ensino, e criando instituições como a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Estas regulamentações foram essenciais para a estruturação e reconhecimento da disciplina no sistema de ensino
Imprensa Escrita	Jornais "Diário da Tarde" e "O Dia"	Matérias localizadas na Hemeroteca Digital, utilizando palavras-chave como "educação physica" e "escola de educação física". Essas reportagens forneceram um panorama das discussões e desafios enfrentados pela Educação Física, na época, além de refletirem as expectativas sociais e culturais em torno da formação de professores e a importância da disciplina no currículo escolar.
Regulamentos de Ensino	Decretos de 1890, 1895, 1901, 1907, 1909, 1915, 1917; Programa dos Grupos Escolares (1921)	Regulamentos e decretos que detalharam como a Educação Física seria estruturada no sistema de ensino do Paraná. Cada regulamento estabelece mudanças significativas, desde o reconhecimento da Educação Física como disciplina obrigatória, até as especificidades sobre como a disciplina deveria ser ensinada, seus objetivos e metodologias. Esses documentos mostram a evolução da

Categoria	Fonte	Descrição Detalhada
		prática dentro das escolas públicas e privadas no Paraná.
Revistas Especializadas	Revista de Educação Física (1932-1945)	Primeiro periódico nacional especializado na área. A revista produzida pela Escola de Educação Física do Exército, abrange uma variedade de tópicos nas áreas de educação, esporte e saúde, além de publicar artigos científicos que fundamentaram o estudo teórico da Educação Física.

Fonte: Elaborada pela autora

Todas as fontes referentes à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná foram acessadas no acervo do Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR). O Centro de Memória foi fundado em novembro de 2004, a partir da iniciativa da professora Vera Moro, com o objetivo de recuperar, preservar e divulgar a memória da antiga Escola de Educação Física do estado. O CEMEDEF reúne em seu acervo inúmeros documentos, tais como: regimentos, relatórios, atas, correspondências, álbuns fotográficos, produções teóricas, históricos escolares e documentos pessoais dos estudantes, ementas de cursos ofertados, troféus, uniformes, entre inúmeros outros tipos de documentação. Que foram catalogados e estão disponíveis para a análise e utilização por parte dos pesquisadores interessados.

Considerando isso, a presente tese de doutorado foi composta por quatro capítulos, além de uma introdução e uma conclusão. O primeiro deles se referiu a “inserção da cultura física no processo de formação de professores”. O início de tal capítulo se deu com o aparecimento da disciplina nas Escolas Normais e posteriormente na criação de instituições capazes de formar docentes especializados em Educação Física. Para tal, foi preciso entender como houve essa inserção nas Escolas Normais de todo o Brasil, principalmente no estado Paraná, compreendendo como a *gymnastica* e os exercícios físicos foram acrescentados ao currículo escolar. Em seguida, buscou perceber que os saberes já não encontravam ali um local profícuo

para se desenvolver e se disseminar, havendo então, a necessidade do surgimento de instituições especializadas em Educação Física.

O segundo capítulo explorou a conjuntura da educação paranaense, focando no modo como os elementos da cultura física foram se inserindo no processo de formação de professores e no currículo escolar das instituições primárias e secundárias paranaenses. O foco de investigação se assentou na forma como a cultura física foi referenciada historicamente no âmbito da formação de docentes do Estado do Paraná. Outro fator importante para a Educação Física paranaense analisado nesse capítulo foi a criação de um organismo governamental para regulá-la, isto é, a Inspeção de Cultura Física, criada em 1934. Em seguida, foi apresentado o personagem central nessa organização de uma área relativa à Educação Física paranaense, o professor Francisco Mateus Albizú. O intelectual teve sua atuação facilitada por transitar em diversos ambientes esportivos, educacionais e políticos, visto que no meio esportivo foi presidente e/ou fundador de diversas associações, federações e clubes esportivos. Foi um membro importante da Associação Cristã de Moços no Brasil e nos Estados Unidos, o primeiro Inspetor de Cultura Física do estado do Paraná, professor de pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e, por fim, fundador, diretor e professor da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

O terceiro capítulo abordou os elementos que levaram a constituição da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, analisando os indivíduos que compuseram a instituição, bem como as tensões, estratégias e momentos importantes para a consolidação do estabelecimento, no cenário educacional curitibano, paranaense e brasileiro. Esta parte da tese explorou as características de seu corpo docente, bem como seu Regimento Interno, currículo e demais assuntos e características referentes a primeira instituição responsável por formar professores especializados em Educação Física no Estado do Paraná.

Por fim, o quarto e último capítulo se debruçou sobre a análise da divisão de cursos ofertados pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Buscou-se enfatizar diferenças mais substanciais entre o Curso Normal Superior e o Curso Superior em Educação Física, apontando as diferenças curriculares, a carga horária destinada às diversas cadeiras, divididas entre aulas teóricas e práticas, as ementas de cada disciplina, entre outros apontamentos.

2. A INSERÇÃO DA CULTURA FÍSICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.1 ESCOLA NORMAL: UMA PRIMEIRA EMPREITADA PARA O MAGISTÉRIO

Vale ressaltar que antes mesmo de existir um estabelecimento próprio para a formação de professores especialistas em Educação Física, havia outras instituições responsáveis por formar professores para atuar nos estabelecimentos educacionais, o que por vezes, também incluía a Educação Física. Refere-se, as denominadas Escolas Normais. Prova disso é o VII Congresso Nacional de Educação, organizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1935, que dentre outras providências, focou no problema da Educação Física, na instrução pública brasileira, a fim de inseri-la no Plano Nacional de Educação em discussão no referido debate. Um dos destaques foi a Organização de Institutos ou Escolas de Educação Física, que previa a criação de uma Escola Normal de Educação Física junto à Universidade do Rio de Janeiro, sob chancela do Governo Federal, que manteria três cursos: um para formar professores de Educação Física, um segundo para a formação de médicos especializados em Educação Física e um terceiro para o Superior de Investigações e Aperfeiçoamento para professores especializados. Entretanto, antes dessa ideia se materializar para suprir a imediata demanda recorrente do período recorriam-se às Escolas Normais espalhadas por todo país. Eram essas instituições que desempenhavam a função de manter os cursos, conforme pode-se verificar na seguinte redação localizada numa edição de 1935 da Revista de Educação Física: “As escolas normais e de professores devem incluir no seu *currículum* um programa de noções de teoria e prática de educação física que habilite o professor primário a ministrar a mesma na escola elementar” (Revista de Educação Física, 1935b, p. 29).

No entanto, é preciso retroceder no tempo para entender, inicialmente, o engendramento da formação de profissionais capazes de atuar nas instituições de ensino primário. Tal intenção provém da primeira metade do século XIX, quando a formação docente começou a receber maior atenção das autoridades imperiais, culminando no surgimento das primeiras Escolas Normais no Brasil. Tal empreitada só foi possível após o Ato Adicional de 1834, que transferiu a responsabilidade com a instrução pública primária e secundária para as províncias, além de lhes incumbir o encargo da formação de professores, com a finalidade principal de constituir seus

quadros docentes (Borges *et al.*, 2011; Bragança; Moreira, 2013). Sendo assim, segundo comenta Villela (2003), esse ato foi responsável por determinar um novo momento para a formação de professores, iniciando o processo de institucionalização da profissão docente no Brasil.

As Escolas Normais, conforme discute Martins (2009), foram importantes polos mediadores da cultura, isto é, como espaço irradiador de produção e reprodução de uma cultura considerada “erudita”, acabando por apresentar inúmeras especificidades. Conseqüentemente, estes estabelecimentos educacionais se tornaram a referência para a formação de professores no Brasil, estabelecendo saberes, normas e técnicas atinentes ao que se espera de um docente. Desse modo, como aponta Martins (2009, p.174), pode-se considerar as Escolas Normais como “(...) um ‘*ethos*’ que elabora uma cultura pedagógica para a formação do professor”.

A Educação Física, antes mesmo de se tornar um saber específico, participou desse *ethos* pedagógico e, de certa forma, se estabeleceu como parte dessa cultura pedagógica, se tornando parte daquilo que se configurava o ser professor. Paulatinamente, ela foi adentrando o cotidiano escolar, o que fez surgir a necessidade de se formar docentes específicos para ministrar esse tipo de saber, já que a simples empiria e as cartilhas utilizadas até então, não estavam suprimindo a demanda necessária.

Desse modo, se torna importante entender esse processo de transição entre estar dentro de um projeto de formação de um professor generalista e sair de dentro dessas fronteiras e se tornar uma área específica, com saberes, necessidades e especificidades próprias. Não obstante, cada estado brasileiro, embora tenha passado por processo similar, tinham suas próprias características que os levaram a essa transição.

No estado do Paraná, a instrução pública passava por diversas dificuldades nesse período, segundo evidenciaram as investigações de Anjos e Barbosa (2013), Anjos e Souza (2015) e Barbosa (2016). A precariedade da instrução pública era evidenciada pela escassez de recursos, bem como, pela ausência de uma instituição responsável por formar docentes (Miguel, 2018). Algo que só foi amenizado com a instalação da Escola Normal do Paraná, através da lei nº 456, de 12 de abril de 1876 (Sbardelotto, 2016). Contudo, esse transcurso, conforme evidenciam Miguel (2018) e Moro (2022), passou por um intenso processo de debates e tratativas. Embora se soubesse da enorme necessidade de um ambiente específico para a formação de

professores, a concretização de tal intento esbarrava em inúmeros problemas, como a falta de recursos financeiros e interesse por parte do poder público. Porém, a notícia da instalação de uma instituição para formação de professores gerou furor e entusiasmo por parte da imprensa, que via surgir uma centelha de esperança para o progresso da instrução pública e da província (Moro, 2022). Miguel (2018) indica que seu início não foi tão deslumbrante quanto era esperado, pois a instituição enfrentou diversos problemas estruturais, materiais e um limitado conjunto de saberes, que não abarcava todas as necessidades da instrução pública paranaense, do último quartel do século XIX.

Os elementos da cultura física não foram mencionados nesse primeiro momento, só começando a ter visibilidade quando ocorreu o alargamento dos conteúdos das Escolas Normais nos últimos dois decênios do século XIX (Souza, 2000; (Moro, 2022). Momento no qual houve a substituição do modelo “artesanal”, provindo do “notório saber” de determinada prática, para um modelo mais “profissional”, alicerçado a partir de preceitos mais “científicos” (Villela, 2005). Souza (2000), Villela (2005) e Vago (2010) indicam, ainda, que tal alargamento trouxe consigo os princípios da tríade spenceriana, baseada em uma educação moral, intelectual e física, que de acordo com Moro (2022, p. 37) “ligava-se aos objetivos de uma sociedade que se urbanizava a passos largos e começava a vislumbrar a possibilidade de um início de industrialização e que, (...) foi incorporado, (...) pelas autoridades provinciais paranaenses”. Nesse sentido surgiu, conforme apontam Moraes e Silva, Moro e Souza (2022), um terreno fértil para adentrar na Escola Normal do Paraná disciplinas relacionadas à cultura física, como a *Gymnastica*, que, no contexto paranaense, se efetivou somente quando o novo programa para o estabelecimento foi instituído em 1882.

Uma das medidas implementadas pelo governo paranaense, dentro da Escola Normal do Paraná, e que impactou diretamente a área da Educação Física e a formação de docentes, foi aquela relativa a implementação de saberes relacionados a cultura física dentro do referido estabelecimento educacional, a fim de formar docentes em pleno gozo de sua saúde física, para que pudessem realizar seus trabalhos da melhor maneira possível. Conseqüentemente, a inserção desses elementos da cultura física no cotidiano das normalistas pode ter dado condições para que pudessem repassar tais conhecimentos na rotina escolar quando se tornassem profissionais da área. O que pode ter favorecido e dado condições para se constituir

a formação de pessoas qualificadas e especializadas em Educação Física no estado do Paraná. Logo, essa inserção na Escola Normal do Paraná demonstra que o projeto começava a ganhar forma, intensificando a indispensabilidade da geração de especialistas em ensinar os elementos da cultura física a população paranaense de uma maneira mais ampla. Além da indispensabilidade da produção de um espaço específico para a circulação desses discursos e saberes (Moro, 2022).

A alternativa encontrada no estado do Paraná para atenuar os problemas da falta de pessoal habilitado, foi entregar aos professores o livro “*Gymnastica domestica, medica e hygienica*”, escrita pelo médico alemão Daniel Schreber. O manual era “capaz” de formar qualquer indivíduo para ministrar o programa de ginástica. Através de um “sistema de movimentos corporais medidos pelo autor e fáceis de executar em quaisquer circunstâncias” (Puchta, 2007, p. 27). Puchta (2007), salienta que o referido manual tinha o intuito de alcançar o equilíbrio entre as atividades corporais e intelectuais, além de evitar o desgaste do corpo, isto é, manter a saúde em equilíbrio através da realização dos exercícios físicos, bem calculados e definidos de forma racional, com a finalidade de se evitar os temidos excessos corporais.

Conforme argumentam Puchta (2007), Moraes e Silva, Moro e Souza (2022) e Puchta e Linhales (2022), Daniel Schreber, em seu manual dividiu a *Gymnastica* em distintas vertentes. No entanto, o seu objetivo principal era a aplicação de uma ginástica doméstica, que se caracterizava por um plano de movimentos dos músculos e de articulações que pudessem ser executados sem a utilização de aparelhos ou quaisquer outros objetos, podendo ser realizado em qualquer lugar. Portanto, pode-se notar que a *Gymnastica* na escola tinha o objetivo de manter os alunos ativos e, com isso, preservar a saúde, através da educação e da exercitação do corpo. Portanto, buscava-se, segundo aponta Puchta (2007), combater o mal que começava assolar os grandes centros urbanos: o sedentarismo.

Embora a obrigatoriedade do seu ensino tenha sido instituída em 1882, a ginástica não se inseriu rapidamente no cenário educacional paranaense. Um dos motivos apresentados para a não utilização dos exercícios ginásticos nos estabelecimentos de ensino paranaenses era pela falta de docentes capacitados a ministrarem tais atividades no espaço escolar (Moro, 2022; Moro; Moraes e Silva, 2022; Moraes e Silva; Moro; Souza, 2022). Somente a formação realizada com o manual de Schreber não era suficiente para abranger todas as necessidades inerentes à ginástica. Por isso, havia a eminente demanda de professores específicos para esse elemento da

cultura física. Para tanto, se tornou imprescindível uma instituição capaz de formar um docente apto a desempenhar tal papel nas escolas do estado do Paraná.

Em um primeiro momento, conforme elucida Moro (2022), a instituição responsável por formar esses professores que ensinariam a prática ginásticas seria a Escola Normal do Paraná. No entanto, a autora, ao analisar os regimentos do referido estabelecimento, demonstra que houve diversas inconsistências no desenvolvimento da *Gymnastica*, uma vez que passou por um processo de entrada e saída dos conteúdos programáticos do curso ao longo das sucessivas reformulações dos regulamentos relativos à instituição. Moro (2022) aponta, ainda, que o processo de “aceitação” da ginástica como parte do cotidiano escolar foi lento e marcado por diversas tensões. Mesmo que a ambiência citadina de Curitiba já mostrasse a eminente necessidade da cultura física para o desenvolvimento da cidade e da população, porém conforme apontam Moraes e Silva (2011) e Quitzau (2018), ainda havia certos receios quanto à prática dos exercícios físicos na capital dos paranaenses.

Foi de forma paulatina que a *Gymnastica* foi adentrando ao cotidiano educacional da Escola Normal do Paraná e, conseqüentemente, no cotidiano da instrução pública paranaense (Moro, 2022; Moraes e Silva; Moro; Souza, 2022). Cabe destacar que foi somente na década de 1920, muito em virtude do regulamento de 1917, que os exercícios ginásticos passaram a figurar com um pouco mais de destaque, no currículo da instituição responsável, por formar os professores paranaenses (Moro, 2022; Moro; Quitzau; Moraes e Silva, 2022).

A primeira Escola Normal pública do Brasil se instalou, em 1835 em Niterói, após a promulgação da Lei nº 10. A instituição teria a missão de auxiliar na ordenação moral e cívica dos cidadãos (Martins, 2009). Porém, o estabelecimento fechou suas portas em 1849 (Lopes; Martinez, 2007). Posteriormente, em 1874 haverá uma nova tentativa de estruturação de uma Escola Normal, só que dessa vez, de caráter particular, mas subsidiada pelo governo, tornando seu ensino gratuito. Somente em 1880 é que finalmente se instalou uma Escola Normal pública, nas dependências do Colégio Pedro II, importante estabelecimento educacional localizada na cidade do Rio de Janeiro (Accácio, 2006; Lopes; Martinez, 2007; Martins, 2009).

A Escola Normal, instalada no Rio de Janeiro possuía um curso de quatro anos, dividido em disciplinas teóricas e algumas poucas práticas. Os elementos da cultura física apareciam somente no quarto ano, como sendo parte da ementa da disciplina

de Pedagogia e Metodologia Geral, que dentre seus conteúdos contemplava a “educação física, intelectual, moral, religiosa e nacional” (Accácio, 2006, p.4). A introdução desses saberes provinha, principalmente, da intenção de formar o indivíduo para se enquadrar nos preceitos modernos urbanos e industriais. Logo, o professor se tornaria um civilizador, que se utilizaria da educação física para formar esses novos cidadãos nos preceitos do indivíduo moderno e civilizado (Lopes; Martinez, 2009).

Em 1897, ocorreu a reforma do ensino público municipal, no Rio de Janeiro, o que fez alterar o currículo da Escola Normal. Nessa reformulação um interesse pela educação física e dos elementos da cultura física ganharam mais destaque, visto que passou a dar mais ênfase nas questões relativas à raça e à higiene, além de implementar a ginástica nos currículos. O programa do conteúdo de Pedagogia passou a se preocupar em repassar os fundamentos de uma pedagogia destinada a dimensão física, que dentre outras noções, inclui os preceitos higiênicos. Tais pontos passaram a ter mais destaque, em 1906, com a posterior introdução da cadeira de Higiene no currículo da instituição carioca (Accácio, 2006).

Concomitante a estruturação carioca, a importante província de Minas Gerais também iniciou seu processo de instituição de uma Escola Normal, que ocorreu em 1835, a partir da Lei n. 13. A instituição foi instalada em Ouro Preto, então capital dos mineiros, tornando-se a primeira desse tipo na província. Embora o ato de sua criação date de 1835, devido a diversos obstáculos e a falta de pessoal qualificado, suas atividades escolares foram, efetivamente, estabelecidas somente em 1840. O estabelecimento iniciou suas atividades, apenas em 1840, devido ao fato de que na falta de profissionais qualificados, foram enviados dois indivíduos para estudar na França, a fim de aprenderem o modelo de ensino utilizado, nos países europeus, e por ocasião de sua volta, pode-se enfim, inaugurar a escola de formação de novos docentes em Minas Gerais. As atividades foram encerradas dois anos depois, em razão da morte do seu diretor, único professor e principal entusiasta. Sendo reabertas em 1847 e novamente fechadas em 1852. Outra tentativa de inauguração ocorreu em 1871, após passar por algumas alterações organizacionais, na estrutura do currículo e nos métodos empregados (Ferreira, 2010; Jardimino; Pedruzzi, 2016).

Em Minas Gerais a preocupação com a educação física e com os elementos da cultura física foi institucionalizada, na Escola Normal tão somente em 1890, momento no qual a cadeira de *Gymnastica* passou a fazer parte do quarto ano do

Curso Normal. No entanto, nesse momento, poderiam participar das aulas os alunos do sexo masculino. Todavia, as mulheres não ficavam sem praticar exercícios, para elas, a cadeira de Aula Práticas compreendia exercícios calistênicos e ginásticos. Dois anos mais tarde, haverá uma reforma da instrução pública mineira, que abrangeu desde a instrução primária até os cursos normais. Essa nova regulamentação manteve o ensino da *Gymnastica* na Escola Normal, apesar disso a estendeu para os quatro anos do curso e mantendo a mesma separação por sexo (Moreno *et. al*, 2014).

A província da Bahia também estava sintonizada com as tendências nacionais, tanto que em 1836, criou sua primeira Escola Normal. Entretanto, só em 1841 que o curso normal foi inaugurado. Isso se deu devido ao fato de que na Lei de criação do estabelecimento, havia um artigo que exigia que dois professores deveriam ser enviados à França para estudar em sua Escola Normal, com o intuito de absorver os métodos de ensino franceses, e com isso poder formular um regulamento para a Escola Normal. Sendo assim, apenas em 1841, os professores regressaram e puderam dar seguimento ao projeto, inaugurando o primeiro ano letivo em 1842, conforme indica a pesquisa Anjos (2018).

Embora a tentativa de estruturar o cenário educacional baiano já viesse acontecendo há décadas, a educação física e os elementos da cultura física não apareciam no currículo da Escola Normal da Bahia. Segundo aponta Anjos (2018), exclusivamente, na reforma de 1881, que os olhares se voltaram para uma educação moral, física e intelectual, que passou a ser parte fundamental da disciplina de Pedagogia. Paulatinamente, o currículo foi se expandindo e aderindo novas práticas e ambientes, trazendo novas concepções referentes à formação do professorado baiano. Miguel (2023) esclarece que, só a partir de 1914, passou-se a se preocupar mais com a dimensão física dos estudantes, fazendo com que se alterasse a arquitetura escolar, introduzindo pórticos e locais para a prática da Ginástica. Já em 1918, houve a criação de gabinetes de higiene, para colocar em prática as concepções higienistas e eugenistas circulantes à época. A partir das preocupações com a educação física, em 1925, foi anexado aos ambientes da escola baiana uma área para a ginástica e jogos educativos ao ar livre, o que demonstra a expansão dos elementos da cultura física na instituição destinada a formação de professores na Bahia.

Com os saberes relacionados à Educação Física já estabelecidos, dentro da Escola Normal, discussões referentes a especificidade da área começaram a ganhar maior destaque, principalmente, em meados dos anos de 1935, quando circulou a

notícia de que seria construído um prédio aparelhado e equipado para ser a sede da Escola de Educação Física da Bahia. Tal notícia foi utilizada no discurso do Deputado paranaense Couto Pereira para o Congresso Nacional, a fim de justificar a necessidade da organização da cultura física paranaense. Seu discurso foi veiculado pelo jornal “O Dia”:

O Governo Baiano, vem a iniciar a construção de grande prédio destinado a Escola Normal da Capital, com Ginásio e Estádio anexos, onde funcionará a Escola de Educação Física daquele adiantado Estado, subordinada a uma Superintendência de Educação Física (O Dia, 11/05/1935c, p. 6)

Ao proferir seu discurso com a intenção de convencer seus pares a investirem no projeto de constituição da Educação Física, no estado do Paraná, Couto Pereira citava o caso de outro estado que, em seu ponto de vista, estava mais avançado. Desse modo, antes de se tornar um saber independente, a Educação Física, não raro, estava atrelada a outros conhecimentos no ramo da educação. O que repercutiu, diretamente, no projeto de formação dos profissionais da disciplina.

Uma outra tentativa de instalação de Escola Normais se deu, na província do Mato Grosso, quando em 1837 iniciaram as tratativas de se instituir uma Escola Normal em sua capital, a cidade de Cuiabá. Para tal, o Governo da Província enviou, em 1838, o professor Joaquim Louzada para cursar a Escola de Niterói, a fim de obter os conhecimentos necessários para dar prosseguimento ao curso. Após a “excursão” ao Rio de Janeiro, o professor Louzada (escolhido para encabeçar a nova Escola Normal), regressou à cidade para iniciar, em 1840, os trabalhos da primeira Escola Normal da província. Porém, tal empreitada teve duração efêmera, pois ao concluir seu contrato, Louzada preferiu não dar continuidade a sua docência, devido a pouca procura do curso (Xavier; Sá, 2008; Castanha, 2008).

Xavier e Sá (2008), argumentam que a formação docente ofertada pela instituição mato-grossense ainda bastante incipiente, haja visto que todo o curso era centrado em um único docente, detentor de todo o conhecimento necessário para formar os novos professores. Embora seguisse as premissas da Escola de Niterói, a instituição, localizada em Cuiabá, era bem mais modesta. Com uma quantidade, significativamente menor, de alunos e com espaço físico bastante limitado. Logo, pode-se incutir que a *Gymnastica* e os demais elementos da cultura física não tinham espaço dentro desse processo formador, já que exigia espaço adequado e saberes específicos. O que esbarrava na crise da educação enfrentada pela província no

período, devido à falta de profissionais capacitados, espaços físicos apropriados e mobília adequada. O que, segundo apontam Xavier e Sá (2008), prejudicava o ensino, a higiene e a Educação Física.

Em São Paulo a Escola Normal foi instituída em março de 1846 e fechada em 1867, em razão da precariedade das instalações e do ensino, o que levava a pouca procura dos discentes, fazendo com que nesse período, de pouco mais de vinte anos, apenas 40 professores tivessem sido formados pela instituição. Uma tentativa de reabertura ocorreu em 1874, com um novo fechamento quatro anos mais tarde, devido aos mesmos problemas anteriores. Outra investida aconteceu em 1880, agora com importantes reformulações estruturais e curriculares (Almeida, 1995; Prado, 2020).

Em 1890 foi efetuada uma reforma na Escola Normal de São Paulo, que ficou conhecida como Reforma Caetano de Campos alterando, significativamente, a estrutura curricular, focando na formação prática do professor. Foi introduzido no currículo da instituição atividades práticas e utilitárias, nas quais a Ginástica foi inserida como disciplina do Curso Normal e como atividade obrigatória, nas escolas primárias, anexas ao estabelecimento. Além do Exercícios Militares, que embora fossem ministrados tão somente aos alunos do sexo masculino, aparecia no *hall* de disciplinas da Escola Normal de São Paulo, os exercícios ginásticos (Almeida, 1995; Góis Junior, Batista, 2010).

Sem embargo, em concordância com o observado, as Escolas Normais enfrentaram diversos obstáculos, durante o século XIX, muita indefinição existente em torno da importância da formação de professores. Sendo assim, relegava a esses estabelecimentos a incúria e a improvisação, visto que, geralmente, as Escolas Normais eram instaladas em locais com péssimas condições, escassez de recursos e materiais, falta de equipamentos e profissionais sem qualificação. O que resulta na precarização da formação docente, refletindo, diretamente, em toda a instrução pública brasileira (Accácio, 2006; Prado, 2020). Condição que levou a estes estabelecimentos educacionais a passarem por diversas dificuldades, culminando, muitas vezes, no encerramento de suas atividades. Lopes e Martinez (2007), apontam que muitas dessas escolas possuíam uma organização didática simples, com poucos professores, por vezes, um ou dois, que deveriam ministrar todas as disciplinas do curso que, geralmente, durava dois anos. O que fez com que no curto período de algumas décadas, mais de duas dúzias de escolas tenham sido criadas e fechadas no Brasil.

Outro fator a se destacar é que as primeiras Escolas Normais de alguns estados, como: Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina surgiram anexas à Liceus e Ateneus voltados à preparação das elites masculinas para ingressar no ensino superior. Escolas Normais essas que dividiam o currículo com esses cursos secundários. Acrescentava-se somente a cadeira de Pedagogia e Metodologia, estaria posto o curso de formação de professores. Os catedráticos eram os mesmos dos Liceus que recebiam uma pequena bonificação para estender suas aulas também aos futuros docentes. Desse modo, a formação profissional não era, especificamente, voltada a ministrar aulas na escola, se assentando em bases distintas e com outros objetivos. Por isso, a formação geral era reduzida e aligeirada, e a atuação profissional era exercida na instrução pública, sem conhecimentos prévios e com pouco embasamento científico (Kulesza, 1998; Prado, 2020).

Assim sendo, no momento de criação das Escolas Normais, nem mesmo os conteúdos e disciplinas para a formação do professor generalista estavam bem estruturados. Assentavam-se, conforme discutido anteriormente, em improvisações e com professores despreparados. Por isso, embora a educação física e os elementos da cultura já circulassem pela instrução primária, o momento ainda não era oportuno para adentrar ao *hall* de saberes na formação do professor normalista. Apenas anos mais tarde, principalmente a partir de 1880, com os currículos mais bem organizados e estruturados as Escolas Normais puderam inserir os elementos da cultura física em suas grades curriculares. Prado (2020) salienta que essa maior preocupação com a educação física começou a ocorrer após os anos de 1850, ano em que as Escolas Normais começaram a ter uma nova significação, passando a se preocupar em formar uma força produtiva, pautada na modernização e industrialização.

2.2 A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERRITÓRIO NACIONAL: A CONSOLIDAÇÃO DE UMA FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Antes de analisar a implementação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, propriamente dita, foi necessário compreender o contexto mais amplo que possibilitou sua criação. À vista disso, foi de suma importância entender como o

processo de formação de professores se delineava, no Brasil e, principalmente, como ele se configurou no estado do Paraná.

A estruturação de um espaço de debate para o problema de Educação Física se intensificou a partir das discussões, que provinham de décadas anteriores como, por exemplo, a tentativa de implementação do I Congresso Brasileiro de Educação Física, na década de 1920, que dentre as diversas pautas, estava o ensaio de estruturação da Educação Física nacional. Conforme argumentam Dalben *et. al* (2019, p. 268) “a presença de Cardim⁴ na comissão organizadora do congresso era, especialmente, expressiva. Ainda em 1918, Cardim publicou relatório a respeito da viagem oficial que realizou à Argentina e ao Uruguai para levantar dados sobre como a educação física se organizava naqueles países”.

A conclusão tirada por Mário Cardim, ao finalizar sua viagem aos dois países sul-americanos, era que o Brasil carecia da criação de uma Escola Normal Superior de Educação Física, além de inspetorias estaduais, nos moldes existentes, tanto na Argentina como no Uruguai. Desse modo, a exemplo de São Paulo que estava buscando inspiração em solos argentinos e uruguaios, o Paraná, conforme apontam Moro (2022) e Moro, Quitzau e Moraes e Silva (2022), também realizou empreitada similar, ao enviar Lysimaco Ferreira da Costa para visitar escolas argentinas e estreitar as relações, entre o Estado do Paraná e os intelectuais daquele país, buscando com isso subsídios para a realização da reforma da Escola Normal do Paraná concretizada na década de 1920.

Outras unidades federativas também estavam passando por processos similares, no final da década de 1920 e começo dos anos 1930, instituindo órgãos regulamentadores da Educação Física em seus respectivos estados e posteriormente criando seus primeiros cursos superiores de Educação Física. Moraes e Silva e Capraro (2011) e Moro, Moraes e Silva (2022), argumentam que grande parte das instituições brasileiras responsáveis em formar professores especializados em Educação Física foram idealizadas na década de 1930.

⁴ Segundo Dalben *et al.* (2019), Mario Sérgio Cardim foi um importante intelectual paulista, formado na área de direito, educação e educação física. Foi inspetor de ensino, diretor de escola e um dos principais cronistas esportivos do jornal *O Estado de São Paulo*. Foi também atleta, fundador e dirigente de várias entidades esportivas nacionais. Era um grande entusiasta do futebol e um dos responsáveis por trazer o escotismo para o Brasil, após realizar missão oficial na Europa. Faleceu em 1953, aos 65 anos.

Cabe destacar que uma discussão com relação a inserção da *Gymnastica* nos estabelecimentos de ensino já vinha desde o século XIX (Soares, 1994). Os primeiros esboços da educação física como um saber escolarizado provém da lei nº 630 de 17/09/1851, do Governo Imperial, que incluía a ginástica nas escolas primárias. Posteriormente, a medida foi regulamentada para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que até então era um estabelecimento considerado modelo para as demais escolas brasileiras (Cantarino Filho; Costa, 2006). Além de que, em 1854, foi aprovada a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte (Rio de Janeiro), conhecida com a Reforma Coutto Ferraz, pelo decreto nº 1.331-A, que garantiu o ensino da *Gymnastica* em todas as escolas públicas da capital imperial. Sendo assim, esse foi o primeiro passo para difundir e ser exemplo para as demais províncias, no que tange o ensino da ginástica nos estabelecimentos de ensino do país (Limeira, Schueler, 2008).

Foi nesse contexto que emergiu a necessidade de se formar docentes qualificados para o ensino desse novo elemento da cultura física. Contudo, só em 1876, foi tomada alguma medida legal referente à formação de professores para atender essa demanda. O decreto nº 6370 introduziu na cidade do Rio de Janeiro o ensino da *Gymnastica* e dos princípios gerais da educação física nas Escolas Normais. Uma novidade presente nesse decreto foi a apresentação do termo “Educação Física”, pela primeira vez, em um documento oficial, já que até então, o termo predominante referia-se a ginástica (Cantarino Filho; Costa, 2006). A partir daí é que um saber mais amplo para a área começou a ser esboçado no Brasil, deixando de ser, meramente, exercitações providas dos exercícios ginásticos e começando a desenvolver novas preocupações em relações aos demais elementos relacionados à cultura física.

Além disso, o ano de 1882 foi marcado por um intenso debate educacional, irradiando de diversos entes federativos, com vistas à reforma da instrução pública brasileira. No Rio de Janeiro, por exemplo, conforme sinalizaram Cantarino Filho e Costa (2006) e Vago (2010), ocorreu uma sessão na Câmara dos Deputados para tratar sobre a reforma do ensino primário e das instituições complementares da instrução pública. Rui Barbosa, a partir disso, elaborou dois pareceres com importantes diagnósticos sobre as reformas do ensino primário e secundário, ocorridas por decreto no ano de 1879.

Ao utilizar um vasto material especializado provindo, principalmente, da Europa e dos Estados Unidos, Rui Barbosa pode elaborar um novo programa de ensino, no qual introduzia a Educação Física como disciplina dos cursos primários (Vago, 2010; Figueiredo, 2016; Cavalcante; Bungenstab; Lazzarotti Filho, 2020). Além de que, dentre as pautas abordadas estava a necessidade da criação de uma Escola Normal de Ginástica voltada, unicamente, para formar professores para atuar nas escolas primárias. No entanto, decidiu-se que o mais sensato a se fazer, naquele momento, era garantir uma seção, especialmente, voltada à Ginástica, em todas as Escolas Normais existentes no país, garantindo a obrigatoriedade da ginástica na formação dos docentes brasileiros. Desta forma, nota-se que a indispensabilidade de mão de obra especializada para a área foi uma pauta presente, no cenário educacional brasileiro desde o último quartel do século XIX, uma vez que, os professores formados nesse modelo considerado “antiquado” não eram capacitados o suficiente para ministrar esse emergente saber escolar. O que fez surgir a exigência de locais e meios adequados para exercer a referida função nas escolas brasileiras.

Com o advento da república as discussões acerca da Educação Física e da Pedagogia foram se intensificando e se tornando cada vez mais qualitativas, culminando em estratégias e metodologias diferenciadas para a disciplina, bem como para a educação brasileira como um todo. Logo, toda essa efervescência pedagógica iniciada no final do século XX, foi fomentada no período republicano, culminando na década de 1920, em intensas reformulações educacionais que ocorreram na instrução pública em todo o Brasil, e que também acabaram repercutindo no Paraná, conforme aponta Souza (2004).

É nesse momento que reformas educacionais foram realizadas em diversos estados brasileiros, sendo conduzidas por intelectuais importantes como Sampaio Dória em São Paulo (1920), Lourenço Filho no Ceará (1922), Anísio Teixeira na Bahia (1924), Carneiro Leão no Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1922-1926), Francisco Campos em Minas Gerais (1927), Fernando de Azevedo sucedendo Carneiro Leão, promoveu uma nova reforma entre 1927 e 1931 no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte por José Augusto Bezerra de Menezes (1925-1928) e Antônio de Arruda Carneiro Leão, em Pernambuco (1928). Desse modo, os anos de 1920 foram marcados por um clima de efervescência ideológica e de inquietação social que culminou em um ápice de euforia educacional e de grande otimismo pedagógico muito influenciado pelo movimento da Escola Nova. O objetivo era atender ao forte apelo

para a modernização da sociedade brasileira. Segundo aponta Araújo (2009), a educação deveria responder às exigências de uma sociedade urbana e industrial que se almejava instalar no Brasil.

A década de 1920, entre outras coisas, trouxe importantes reformulações que contribuiriam, fortemente, à constituição de um espaço relativo à área da Educação Física no Brasil (Linhaes, 2009; Vago, 2010). Afinal, os elementos da cultura física necessitavam fazer parte de uma área com conhecimentos próprios e que estivessem organizados de maneira prática e amparados com uma adequada fundamentação teórica. Vago (2010), salienta que foi nesse momento que a expressão “*Educação Physica*” passou a ser utilizada para designar a *Gymnastica* ou os exercícios *physicos* e *gymnasticos*. Anteriormente, segundo o autor, o termo “*educação physica*” era empregado tão só para nominar tarefas generalistas que envolviam toda a escola.

A mudança na designação indicava certa especialização para os saberes relativos à cultura física, o que indica que o processo de constituição de um campo disciplinar, dentro das escolas, começava a se definir, inclusive, apontando a necessidade de docentes específicos e especializados para lecionar tais elementos nos estabelecimentos educacionais. É nesse exato momento que os “exercícios ginásticos” provindos das escolas ginásticas europeias deixavam de ser os únicos saberes a figurarem como forma de educação física dos jovens brasileiros. Os chamados jogos de esporte passaram, paulatinamente, a adentrar os muros das escolas de todo o país e, posteriormente, abriria espaço para os esportes ganharem papel de destaque como um saber próprio da Educação Física no Brasil (Linhaes, 2009; Vago, 2010; Moro, 2022; Moro; Moraes E Silva, 2022).

Piletti (1994) e Góis Júnior (2015) argumentam que Fernando de Azevedo, um dos intelectuais mais atuantes da denominada Escola Nova, foi um dos grandes articuladores para o estabelecimento de uma área para a Educação Física no Brasil. Já na década de 1910, o importante intelectual apontava para os benefícios da educação física e os problemas enfrentados por ela para sua consolidação:

É necessario contemplar a ginastica scientifica num programa escolar, e de se quebrarem as cadeias do empirismo. (...) A arvore desta disciplina, mergulhando suas raizes no sólo feraz da physio-anatomia e haurindo a seiva do domínio inteiro da pedagogia moderna, deve elevar seus ramos vivificadores para todos os programas educativos e abranger sob sua cópa exuberante a vida escolar e domestica (Fernando Azevedo apud Bonorino, 1933, s/p).

Cabe lembrar que a instrução pública paranaense também seguiu a efervescência pedagógica observada, na década de 1920, em diversos estados brasileiros. O período foi marcado pela tentativa de melhoramento do ensino público, a partir da reforma educacional do governo Caetano Munhoz da Rocha encabeçada por Lysimaco Ferreira da Costa e César Pietro Martínez (Souza, 2004; Abreu, 2007; Moreno, 2007). A partir dessa reestruturação do ensino paranaense que a preocupação com os elementos da cultura física, sobretudo, a ginástica se tornou mais latente e começou a circular com um pouco mais de contundência, na Escola Normal do Paraná, instituição responsável por formar professores no estado (Puchta, 2007; Moraes e Silva; Moro; Souza, 2022; Moro; Moraes e Silva, 2022a; 2022b; Moro; Quitzau; Moraes e Silva, 2022).

Essa reformulação só foi possível devido a reorganização administrativa ocorrida em terras paranaenses. Afinal, quando Caetano Munhoz da Rocha, presidente do estado do Paraná, assumiu o cargo reestruturou as Secretarias existentes, criando a Inspeção Geral de Ensino, que seria chefiada por César Pietro Martínez. Pela primeira vez, afastou a gestão da Inspeção da direção da Escola Normal e Ginásio Paranaense, nomeando pessoas diferentes para o cargo de diretor destas instituições. O que gerou certa tensão com relação às reformas que seriam concretizadas (Souza, 2004; Abreu, 2007). A reforma oficial é fundamentada, a partir de documentação legal, e se efetivou apenas na Escola Normal do Paraná e as reformulações ocorridas nas escolas primárias e secundárias aconteceram de forma mais contida e de formas extraoficial (Souza, 2004).

Embora a divisão das diretorias pudesse ter gerado uma série de tensões entre os dois educadores, a preocupação com uma utilização dos elementos da cultura física era um ponto de convergência entre os educadores. Já que ambos enxergavam a necessidade da utilização desses saberes nas escolas paranaenses. Tanto que, ao formular suas propostas para o ensino do Estado do Paraná, ambos em suas especificidades, introduziram elementos da cultura física em seus projetos reformistas (Moro, 2022, Moro; Quitzau; Moraes e Silva, 2022).

Vago (2010), argumenta que outro fator determinante para se começar a entender a Educação Física como uma disciplina, com uma área recém estruturada, foi a criação de Inspeções responsáveis por cuidar, especificamente, do seu ensino em diversos estados brasileiros. O que demonstrava certa preocupação com a “qualidade” do ensino da cadeira.

No cenário paranaense, a criação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná esteve, diretamente, ligada as ações da Inspeção de Cultura Física, uma vez que a iniciativa de sua fundação veio por intermédio de Francisco Mateus Albizu, primeiro diretor da Inspeção (Moraes e Silva, Capraro, 2011; Moraes e Silva; Moro, 2022). Conseqüentemente, a implementação da instituição formadora de professores especializados em Educação Física, na capital dos paranaenses, foi a coroação das intervenções do referido intelectual a frente dos empreendimentos atinentes à Educação Física realizadas no estado do Paraná no transcorrer das décadas de 1930 e 1940.

Fato que pode ser observado, concomitantemente em outras unidades federativas do país como, por exemplo, o estado do Rio Grande do Sul, que demonstra trajetória similar e próxima, temporalmente, a observada no Paraná, pois de acordo com Vicari, Lyra e Mazo (2021), sua inspeção foi criada no ano de 1929. O órgão tinha como intuito fiscalizar o trabalho realizado na disciplina de Educação Física, o que demonstrava a preocupação em consolidar um saber específico que começava a se tornar um elemento proeminente no contexto escolar gaúcho. As autoras lembram que, nesse mesmo ano, foram ofertados os primeiros cursos de Educação Física para professores do ensino primário, oferecidos no período de férias, pela Escola Normal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de atualizar e preparar professores normalistas para o ensino da Educação Física no ente federativo localizado no extremo sul do país.

Mazo (2005), aponta que após o decreto nº. 1.212 de 1939, que estabeleceu a exigência de formação profissional específica para exercer a profissão de professor de Educação Física, a Escola Normal do Rio Grande do Sul passou-se a ofertar cursos emergenciais para amenizar o problema de falta de docentes capacitados para a função. A autora lembra que, no período de 1939 a 1942, foram ofertados quinze cursos intensivos de aperfeiçoamento. Nesse período, começou a se esboçar a criação de uma Escola Superior de Educação Física, na cidade de Porto Alegre, instituição que iniciou suas atividades no ano de 1940. O estabelecimento oferecia um Curso Normal superior, com a duração de um ano e Curso Superior que era composto por dois anos.

O estado de Minas Gerais, mais um estado, que passou por processo similar. Silva (2021) indica que a criação, em 1927, da Inspeção de Educação Física foi fundamental para desenvolver o pensamento de que era necessária uma formação

de professores especializada em Educação Física. A autora salienta que o uso da Ginástica, nas escolas mineiras, já acontecia, desde os anos finais do século XIX, mantendo-se presente nas Escolas Normais mineiras, no entanto, com a justificativa de corte de gastos, a cadeira de Ginástica foi retirada do currículo da formação de professores normalistas. Ainda assim, não deixou de figurar entre o rol de cátedras presente nas escolas primárias. Devido à falta de especialização, a alternativa foi fazer circular, no magistério de Minas Gerais, obras e manuais de ginástica capazes de “suprir” a demanda relacionada à Educação Física.

Silva (2009), argumenta que a Inspetoria de Educação Física de Minas Gerais surgiu em conjunto com a reforma do ensino primário, idealizada por Francisco Campos, que tinha como objetivo remodelar um sistema frágil e desorganizado de educação. Como ação imediata, já em 1928 começaram os primeiros cursos intensivos, com a intenção de despertar o interesse na qualificação dos saberes relacionados à Educação Física por parte do professorado mineiro. Consequentemente, esse entusiasmo inicial em edificar um campo para a Educação Física esbarrou em tensões políticas mais amplas, levando a extinção da inspetoria em 1938. O que atrasou, consideravelmente, conforme salientado pela autora, a implementação de um curso superior específico em Educação Física no Estado de Minas Gerais.

Nesse ínterim, havia a preocupação militar em formar instrutores e monitores de Educação Física para sua tropa, que saíam dos portões dos quartéis e adentrariam a escola, pois formavam, ainda, indivíduos para a direção das exercitações físicas dos educandários mineiros. Foi com esse intuito que em 1934, em Belo Horizonte, foi criado o Centro de Educação Física, como parte do Departamento de Instrução da Força Pública. O Centro foi responsável por formar instrutores, monitores e médicos versados nos preceitos científicos da Educação Física (Revista de Educação Física, 1935)

Apenas em 1940 houve a retomada da discussão da formação de uma instituição para formar especialistas em Educação Física em Minas Gerais. Porém, devido às divergências e lutas de interesses dos dois grupos que disputavam a hegemonia para sistematizar o estabelecimento - de um lado médicos e militares apoiados pelo governo, e de outro magistrados e católicos -, o processo caminhou a passos lentos, resultando na criação de duas Escolas de Educação Física em Belo Horizonte (Campos, 2007). Entretanto, a efetivação dessas duas instituições

aconteceu somente doze anos depois do início do debate que permeou a formação especializada em profissionais da Educação Física no estado. Foi no ano de 1952, que foram criadas a Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, de caráter público e a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura. Posteriormente, devido a alguns fatores, ocorreu em 1953, a fusão das duas instituições, passando a ser chamada de Escola de Educação Física de Minas Gerais (Nascimento, 2013).

A exemplo de Minas Gerais, o Estado do Espírito Santo implementou cursos de formação em Educação Física, encabeçados pela reforma educacional promovida por Francisco Campos. “Um desses cursos foi o Curso Especial de Educação Física, criado para suprir a carência de professores com formação específica dessa área” (Souza, 2004b, p. 26). A partir dessas políticas criou-se, em 1931, a Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo (EsEFES), considerada a primeira instituição civil do Brasil. Entretanto, seus articuladores foram os capitães Carlos Marciano de Medeiros e Horácio Cândido Gonçalves, diplomados pela Escola de Educação Física do Exército, fazendo com que assentassem a nova instituição civil e se baseasse nos moldes da caserna (Revista de Educação Física, 1936).

A Escola era anexa a Inspetoria de Educação Física, criada em 26 de junho de 1931, pelo decreto nº 1.366. Tal departamento era responsável por “dar orientação científica à educação física da mocidade escolar e preparar professores pela Escola de Educação Física” (Revista de Educação Física, 1936, p. 2).

O estabelecimento tinha como objetivo ofertar um curso de formação suplementar para professores normalistas. A escola capixaba foi instituída num momento no qual ocorria uma profunda mudança no método de ensino da disciplina, que deixava de se amparar na Ginástica Sueca, no qual as professoras normalistas foram formadas, passando a adotar o Método Francês. Posteriormente, com o decreto nº. 1.212 de 1939, a escola se adequou às normativas estabelecidas pelo Governo Federal, seguindo o modelo da Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro (Souza, 2004b; Figueiredo, 2016; Bruschi *et al.*, 2019). O estado do Espírito Santo, outra unidade federativa, que esteve na vanguarda em anexar a Educação Física a sua constituição estadual, garantindo a obrigatoriedade da sua prática ao lado da Educação Moral e Intelectual, assegurando uma educação integral ao indivíduo (Revista de Educação Física, 1936).

Em Santa Catarina, no ano de 1937, o batalhão escola da Escola de Educação Física do Exército passou pela cidade de Tubarão, onde pode semear e propagar a causa da Educação Física, visto que a cidade nunca experimentou qualquer método de exercitação física para a sua mocidade (Revista de Educação Física, 1937). A partir daí a prática física em forma de cátedra começou a ter mais visibilidade e, por conseguinte, ser mais bem estruturada. Principalmente, no fim dos anos de 1930, quando o Interventor Federal no estado, Dr. Nereu Ramos, solicitou ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a designação de um técnico para organizar e dirigir os trabalhos iniciais em território catarinense.

Nessa perspectiva, já era realidade a Inspeção de Educação do estado de Santa Catarina, criada em 1938, pelo decreto-lei nº 125 e o Curso de Educação Física da capital e do interior (Revista de Educação Física, 1938d). Nesse mesmo ano, sob responsabilidade da Inspeção, foi criada a Escola de Educação Física, que passou a ofertar o curso Provisório de Educação Física, para formar professores e instrutores da disciplina para atuar na instrução básica. Após se adequar às normativas da Escola Nacional de Educação Física, tornou-se, em 1941, o Curso de Habilitação para Professores de Educação Física (Bombassaro; Vaz, 2009).

Como assinala Dalben et al. (2019), no Estado de São Paulo na década de 1920, ocorreu um intenso debate relativo à Educação Física. Tal movimentação foi expressa pela tentativa de organização do I Congresso Brasileiro de Educação Física, que, apesar de não ter ocorrido, demonstrava que a área necessitava de uma discussão mais avançada e especializada, que culminasse em uma maior ordenação. Tanto foi, que um dos pontos centrais de debate no congresso seria a organização de um plano de estruturação da Educação Física, criando um departamento nacional com seus correspondentes estaduais, que seriam subordinados ao organismo do governo federal. Nesse ínterim, Dalben et al. (2019) e Moro (2022), lembram que um dos articuladores desse debate, o professor Mário Cardim, ao observar as iniciativas promovidas nos países vizinhos, a Argentina e o Uruguai, percebeu a iminente necessidade de criação de uma Escola Normal Superior de Educação Física no estado de São Paulo.

Sendo assim, em 1931, foi fundado o Departamento de Educação Física de São Paulo (DEF-SP), que deu novo fôlego à sistematização da Educação Física paulista. No entanto, em um primeiro momento, o órgão esteve mais ligado às entidades esportivas do que a instrução pública, pois sua origem remontava a 1924,

quando foi fundada a Associação Paulista de Esportes Atléticos. Apenas um artigo no seu decreto de criação versava sobre a educação física no âmbito escolar, que garantia a inspeção da disciplina nas escolas públicas e particulares. Visto que seu principal objetivo era garantir a prática dos exercícios físicos de forma sistematizada e controlada por um organismo estatal, para evitar prejuízos à saúde dos praticantes. Entretanto, mesmo assim, algumas ações foram promovidas como, por exemplo, os cursos para professoras normalistas, a partir do vínculo entre o DEF-SP e o Departamento de Instrução Pública. Tais formações objetivavam habilitar os professores normalistas no ensino dos elementos da cultura física, a serem utilizados nas escolas dessa importante unidade federativa brasileira (Mastrososa, 2003; Góis Júnior, 2017; Dalben *et al.*, 2019).

Góis Júnior (2017), afirma que em 1933 o DEF-SP foi extinto, após a reestruturação da Diretoria Geral de Ensino, transferindo suas obrigações ao recém-criado Departamento de Educação. Em 1934, o interventor federal em São Paulo reestabeleceu o órgão, atribuindo-lhe novas funções, dentre elas estava o controle de uma Escola de Educação Física para a formação de professores especializados, que havia sido criada em 1931, mas que não estava em funcionamento. O primeiro ano letivo da Escola Superior de Educação Physica de São Paulo aconteceu em 1934, quando a maioria do seu corpo docente obteve seus diplomas, na Escola de Educação Física do Exército, visto que em 1933, foi enviado cerca de vinte professores públicos estaduais para realizar sua formação em Educação Física na referida instituição militar. Entre estes profissionais, destacaram-se Idílio Alcântara e Antônio C. Carvalho que tiveram papel fundamental no estabelecimento educacional sistematizado pelos paulistas (Revista de Educação Física, 1936).

A nova instituição, em moldes semelhantes à Escola de Educação Física do Exército, oferecia dois cursos distintos, um voltado para a formação de “instrutores de gymnastica” e outro para “professores de educação physica”. O segundo era destinado somente aos aprovados no curso de instrutores, tendo início no ano de 1935 (Mastrososa, 2013; Góis Júnior, 2017). A escola por ser um instituto isolado, ainda não possuía uma sede própria, utilizando o espaço de várias entidades para garantir o desenvolvimento de suas atividades letivas. Em 1969, a instituição foi transferida para a Universidade de São Paulo, passando a ser denominada de Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP) (Massucato, Barbanti, 1999).

O estado do Paraná também passou por processo similar as unidades federativas citadas anteriormente, visto que no começo da década de 1930, foi criado um organismo estatal responsável por regular a Educação Física no estado: a Inspeção de *Cultura Física* do Paraná. Órgão que deu mais um passo em direção a especialização profissional e à construção de uma área para o emergente saber que se escolarizava (Moro; Moraes E Silva, 2022; Moro; Quitzau; Moraes e Silva, 2022). Assim sendo, entender as condições de concepção dessa inspeção governamental privilegia o entendimento do próprio sistema de educação paranaense, bem como fornece elementos sobre o contexto de criação da Escola de Educação Física e Desporto do Paraná (Moraes e Silva; Capraro, 2011). Além de ampliar a compreensão da forma como a cultura física e a formação de professores de Educação Física se materializaram no contexto paranaense nas décadas de 1930 e 1940.

Nos anos de 1930, o debate sobre a urgência de uma escola superior focada em formar mão de obra especializada em Educação Física se intensificou em diversas localidades do território nacional. Melo (1996), sublinha que a discussão ocupou lugar de destaque em congressos de instrução pública, assim como em diversos meios políticos. Nesse momento ocorreu uma união dos educadores, médicos, militares e até mesmo de políticos em relação à área, eles vislumbravam a demanda de instituições capazes de formar profissionais qualificados. Após diversas tentativas de se estabelecer algo nesse sentido, algumas concluídas com sucesso em alguns estados brasileiros, conforme já abordado, finalmente, foi concebida, em 1939, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), ligada a Universidade do Brasil, com sede na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. Tal instituição, conforme lembra Melo (1996), serviu como padrão para as demais escolas já existentes no país (Espírito Santo e São Paulo), bem como para aquelas que viriam a ser criadas no começo da década de 1940 (Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul).

Melo (1996), lembra que a ENEFD foi instalada em 01/08/1939 e teve como primeiro diretor o Major Inácio de Freitas Rolim. Tal nomeação demonstrava a influência dos militares nos rumos da Educação Física no Brasil, principalmente, nos aspectos relacionados ao processo de formação de professores. No entanto, tal inserção não se deu sem tensionamentos, uma vez que alguns civis teceriam duras críticas à presença dos militares e dos métodos empregados para o ensino da Educação Física, que nesse caso, seria representado quase que exclusivamente no

método francês (Soares, 1994; Ferreira Neto, 1999; Horta, 2012; Queiroz; Cancelli, 2018; Goellner, 2021).

Por serem os primeiros a estruturarem cursos e escolas voltadas ao ensino da cultura física os militares acabaram por ter uma grande influência na área, principalmente, por serem a maioria com a formação necessária para formar novos docentes. O que facilitou sua entrada e domínio não só na ENEFD, como também nas demais instituições desse gênero estabelecidos no Brasil. Castro (1997), Ferreira Neto (1999), Parada (2009) e Horta (2012), argumentam que um outro facilitador para o domínio militar, nesse período, foi a instalação, em 1937, do Estado Novo, pois a Educação Física passou a ser vista pela ditadura instalada por Getúlio Vargas como um importante instrumento para a energização do caráter e a nacionalização das áreas com forte colonização europeia. Fatores que contribuíam para a construção de um Estado forte e centralizador idealizado pela ideologia estadonovista.

2.3 OUTRAS VIAS DE ENTRADA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O DEBATE ACADÊMICO E MILITAR

Conforme visto anteriormente, os militares tiveram grande influência na constituição da área da Educação Física no Brasil. Este segmento foi um dos primeiros a sistematizarem as práticas voltadas à educação do físico e a formação de pessoal especializado para repassar tais conhecimentos para toda sociedade brasileira. Condição que gerou uma grande influência dos militares, inclusive, nos meios civis voltados à Educação Física.

As instituições militares também tiveram papel fundamental na formação de professores especializados em Educação Física, pois elas foram anteriores aos estabelecimentos civis citados acima. A primeira ação formativa foi posta em curso pela Força Pública do Estado de São Paulo quando, em 1910, criou-se o Curso de Esgrima e Ginástica, na seção de Educação Física, destinado a oficiais e demais elementos da força pública. No ano de 1914, a seção passou a ser denominada de Escola de Educação Física, mas somente em 1936 é que ela foi regulamentada como instituição de ensino, direcionada à formação de “Instrutores e Monitores de Educação Física Geral e Desportiva; formar Mestres de Armas e Monitores de Esgrima; proporcionar, aos médicos, conhecimentos especializados em Educação Física e formar Massagistas Desportivos” (Cantarino Filho,;Costa, 2006, p. 490).

Ferreira Neto (1999) e Cantarino Filho e Costa (2006), indicam que em 1922 foi criado, por ato do Ministro da Guerra, o Centro Militar de Educação Física, que se anexaria à Escola de Sargentos de Infantaria, a fim de difundir o novo Método de Educação Física Militar, além de suas aplicações na esfera esportiva. Para tal propósito, foram elaborados vários cursos, que se dividiram em relação ao seu objetivo e para as diferentes patentes, contendo períodos de duração que variavam entre um e três meses. No entanto, o Centro não foi instalado de forma definitiva, não formou nem a primeira turma, deixando as ideias apenas no papel, devido à “revolução” ocorrida em 1922 (Ferreira Neto, 1999). Segundo apontam Cantarino Filho e Costa (2006), seguindo o exemplo do Exército, no ano de 1925, por meio de ato do ministro da Marinha, foi fundada e regulamentada a Escola de Educação Física da Marinha, com vistas a conduzir a prática da Educação Física. A instituição formou sua primeira turma de monitores, em 1927, e continuou a funcionar por vários anos posteriores.

Quando a necessidade da educação da dimensão corporal começou a ser mais valorizada pela sociedade brasileira, como explica Abgar Renault, em publicação encontrada nas páginas da Revista de Educação, datada do ano de 1939, indicou que é o Exército brasileiro que tomou a frente de tal empreitada, pois sem a participação dos militares, segundo seus argumentos, não seria possível criar esse ambiente de imprescindibilidade da educação integral do homem, a qual perpassava como ponto fundamental, a Educação Física. Prova disso é que através desse braço das forças armadas do Brasil surgiu a primeira Escola voltada para a formação especializada em Educação Física (Renault, 1939).

A Escola de Educação Física do Exército surgiu em 1929, quando é retomada a ideia inicial de criação de um Centro de Educação Física, sob o comando do Tenente Ignácio de Freitas Rolim e do médico Virgílio Alves Bastos. No ano seguinte, em 1930, a instituição ganhou uma nova sede, um local mais adequado às especificidades que a disciplina requeria. Permitindo a expansão e a melhoria do ensino (Ferreira Neto, 1999).

A criação da Escola de Educação Física do Exército foi essencial para o desenvolvimento da área, pois ainda em seus primórdios, quando era denominada de Centro Militar de Educação Física, a instituição já admitia a matrícula de civis em seus cursos. Posteriormente, em 1933, através do decreto n. 19.398, de 11 de novembro, a instituição se transformou na Escola de Educação Física do Exército (EEFE), tendo

como missão formar instrutores e monitores militares e civis para atuar nos estabelecimentos militares, bem como exercer a docência, nas escolas primárias e secundárias espalhadas, por todo o território nacional. Esse sentimento pode ser resumido nos comentários realizados por Modesto de Abreu, publicado em 1937, na Revista de Educação Física:

Um dos progressos realizados pela reforma de ensino vigente desde 1931 para o curso secundário consiste precisamente em ter assim compreendido a função da escola moderna e prescrita para todos os alunos a prática dos exercícios ginásticos e esportivos, tomando por base os ensinamentos ministrados pela Escola de Educação Física do Exército (Abreu, 1937, p. 1).

A formação desses professores seguia uma base bem definida, tomando como modelo a Escola de *Joinville-Le-Pont* (Ferreira Neto, 1999). O plano de ensino do Centro Militar de Educação Física, localizado numa fonte disponível na Revista de Educação Física, publicada no ano de 1932, dividia-se em seis cursos distintos, dentro da educação física geral e desportiva: a) de informações (para oficiais superiores, e tinham o intuito de capacitá-los para dirigir e coordenar as unidades de Educação Física); b) de instrutores (para oficiais subalternos que pretendiam ter conhecimento sobre o método de educação física do exército e buscassem atuar como orientadores de ensino da educação física em diversas classes de ensino); c) de monitores de educação física (para sargentos combatentes, com, praticamente, as mesmas atribuições dos instrutores, mas com área de atuação que abrangia somente a caserna, além de terem que executar com perfeição os exercícios prescritos no método aprendido); d) complementar de monitores de educação física (para sargentos recém diplomados, com as mesmas finalidades do curso de monitores, com ênfase maior no ensino teórico-prático, e de lições de educação física geral e desportiva); e) de monitores e instrutores civis (cursos eventuais que visavam formar professores para a instrução pública, com programas de ensino semelhantes aos itens b e c); e, f) revisão para instrutores e monitores (destina-se a diplomados que estavam afastados da Escola por um período superior a 5 anos, proporcionando aperfeiçoamento a esses militares) (Revista de Educação Física, 1932).

Além dos cursos citados, anteriormente, havia também a divisão de medicina especializada, que ofertava cursos de: a) informações (oferecido a médicos oficiais superiores e capitães, que objetivava proporcionar os conhecimentos da educação física adotado no exército, para coordenarem o ensino da disciplina sob o ponto de

vista médico); b) especialização (aos médicos subalternos competia o conhecimento do método da educação física utilizado no Exército e o estudo dos principais distúrbios médicos ocasionados pela prática da educação física); c) massagista desportivo (para os sargentos do serviço de saúde do Exército, e tinha como função proporcionar os conhecimentos imprescindíveis para desempenharem a função de massagistas desportivos nas tropas e estabelecimentos militares); e d) revisão (curso para oficiais diplomados pela Escola que tivessem se afastado da mesma por um período maior do que 5 anos (Revista de Educação Física, 1932).

Outra seção da Escola se referia à esgrima. Nesta divisão eram formados mestres d'armas, destinados à sargentos combatentes que tivessem concluído o curso de monitor de esgrima. O curso tinha o objetivo de capacitar, pedagogicamente, o aluno para cumprir a função de mestre d'arma nas tropas e estabelecimentos militares. O curso de monitor de esgrima era oferecido aos sargentos combatentes que possuíssem o diploma de monitor de educação física para exercerem a função de monitor de esgrima nos corpos das tropas e estabelecimentos militares. E, por fim, havia também, o curso de revisão de esgrimas, destinado aos diplomados ausentes por mais de 5 anos (Revista de Educação Física, 1932).

O currículo dos cursos era bastante semelhante, sendo divididos em disciplinas teórico-práticas e práticas. A parte prática era composta em todos os cursos pelas mesmas disciplinas: Educação Física Geral. Educação Física Militar, Esgrima das armas de mão, Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos) e prática de atuação como juiz de desportos. Essa última disciplina era a única que se modificava nos diferentes cursos. Para o curso de medicina ela era substituída por trabalhos de aplicação nos laboratórios. Já para os massagistas ela dava lugar à aplicação da massagem desportiva. Por fim, para os cursos de esgrima, toda a parte prática era voltada a dimensão mais esportivizada (Revista de Educação Física, 1932).

Figura 1 - Plano de Ensino do Curso de Instrutores de 1932

CURSO DE INSTRUTORES

MATERIAS	PROVA ESCRITA	PROVA ORAL	PROVA PRATICA	COEFICI- ENTE
Parte Teórico-Prática				
Biologia; anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos; bioquímica	—	—	—	3
Quinesilogia	—	—	—	3
Historia da educação física em geral, e no Brasil, em particular.	—	—	—	1
Métodos. Higiene	—	—	—	1
Fisioterapia; ginastica ortopedica e massagem desportiva; socorros de urgencia nos acidentes desportivos	—	—	—	2
Pratica de morfologia; biometria e bio-estatística	—	—	—	1
Pedagogia da educação física e desportiva e parte prévia de psico-pedagogica. Organização civil e militar da educação física	—	—	—	5
Parte prática				
Educação física geral (todos os ciclos). Educação física militar	—	—	—	5
Esgrima das armas de mão	—	—	—	5
Desportos terrestres e aquáticos (individuais e coletivos)	—	—	—	4
Prática de atuação como juiz de desportos	—	—	—	3

Fonte: Revista de Educação Física, 1932, s/p

Ao observar a imagem anterior é possível perceber que os cursos possuíam elementos bastante específicos, inclusive, similares aos encontrados nos cursos civis em anos posteriores. Isto posto, ao formar instrutores e monitores, o Exército Brasileiro poderia difundir seus ideais para toda a mocidade brasileira, repassando através dos professores formados na referida instituição, seus princípios nas escolas do país. Além disso, o então Centro Militar de Educação Física tinha um plano para irradiação e difusão do ensino de Educação Física, em todo território nacional, começando por organizar departamentos e Escolas de Educação Física em estados como: Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco. Em seguida, como outras medidas para a disseminação da disciplina, pretendia-se adotar nos estabelecimentos de ensino secundários o Regulamento Francês de Educação Física. Do mesmo modo, se pretendia realizar conferências com instrutores do CMEF através de estações de rádio e transmitir filmes sobre a disciplina no Cine Teatro de Guanabara (Revista de Educação Física, 1932).

Essa hegemonia conquistada pela instituição militar, na Educação Física brasileira, perdurou até a área começar a se estruturar de maneira oficial,

principalmente, com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em 1939, instituição ligada a Universidade do Brasil, e que serviu de base para as demais Escolas de Educação Física espalhadas pelo território nacional.

Não obstante, a criação do estabelecimento civil não ofuscou o papel protagonista da Escola de Educação Física do Exército, principalmente, pela escassez de mão de obra especializada existente no país. Assim, o Governo Federal recorreu à instituição militar para formar os professores que iriam atuar na recém-formada escola civil. Renault (1939) indicou que a EEFCE realizou um curso emergencial intensivo de seis meses que formou cerca de 300 técnicos para compor o corpo docente da jovem faculdade e o quadro de professores da educação elementar, que se mostrava insuficiente para atender à crescente demanda que existia no país.

Em terras paranaenses, a presença de militares em assuntos concernentes, a educação física seguiu a tendência nacional, pois antes de se ter uma Escola Civil responsável por formar profissionais de Educação Física para atuar nas escolas, já se “seguia” no estado o modelo provindo da Escola de Educação Física do Exército. Um elemento que indica essa relação do Paraná com a instituição militar, localizada na cidade do Rio de Janeiro, foi a solicitação feita ao Interventor Federal, Manoel Ribas, de que fossem enviados oficiais da força pública para realizar o curso na referida instituição, a fim de se tornarem instrutores. Afinal, já se apontava a necessidade de contar com profissionais qualificados em elementos relacionadas aos da cultura física no Estado do Paraná, visto que os exercícios repassados pelos professores formados na Escola Normal do Paraná eram vistos como improdutivos, sem didática e cientificidade, como indica a matéria localizada no jornal curitibano *O Dia*, datada de fevereiro de 1934:

Considerando que a Força Publica do Paraná, possui um quadro de officiaes que (...) têm, provavelmente qualidades fisicas aproveitáveis e que empregadas em beneficio da educação física nas Escolas Publicas, seriam de grande utilidade, ao mesmo tempo que supririam o espetáculo lamentável dos exercícios improdutivos que são ministrados por porfessoras publicas, que, por muitos motivos justos, não podem ajuntar á competência didática, a necessaria para uma racional ministração de exercícios fisicos;

Considerando que alguns officiaes, de preferencia sem encargos de família, poderiam (...) cursar na Capital Federal a Escola de Educação Fisica do Exercito afim de posteriormente instruirem aqui outros officiaes e sargentos seleccionados, para, progressivamente serem aproveitados como instrutores de educação fisica das Escolas Publicas (O Dia, 24/02/1934, p. 8)

Cabe destacar que embora não tenha sido encontrada fontes que comprovem que os oficiais paranaenses tenham ido ao Rio de Janeiro obter na instituição militar uma formação mais especializada em Educação Física, existem dados que indicam que talvez isso tenha se efetivado. Devido a um pequeno excerto do texto do Cap. Antônio M. Molina, que ao discorrer sobre a atuação da Escola em prol da Educação Física Nacional, publicado na Revista de Educação Física, existem menções de que no ano de 1935, estiveram na Escola de Educação Física do Exército, indivíduos provenientes do estado do Paraná (Molina, 1935). Considerando isso, pode-se realizar alguns apontamentos a partir desse pedido encontrado nas páginas do jornal *O Dia* em fevereiro de 1934, momento em que ainda se estava gestando um órgão regulador para a cadeira, a Inspeção de Educação Física. Afinal, conforme aponta Moro (2022), desde a década de 1920, as professoras normalistas eram vistas como incapacitadas de repassar os elementos relacionados a cultura física nas escolas paranaenses. Dessa forma, no adentrar dos anos 1930, procurava-se solucionar essa problemática do ensino da educação física no Estado do Paraná e os militares poderiam ajudar os paranaenses a resolver tal estado de carência em relação ao desenvolvimento da disciplina em suas escolas.

Apesar de ter se detectado a influência militar na área de Educação Física do Estado do Paraná, pode-se também observar uma grande influência da instituição civil que havia sido criada na então capital federal em 1939. Afinal, como o governo federal comandado por Getúlio Vargas tinha um espírito bastante centralizador não é de estranhar que isso repercutisse na área de Educação Física. Tanto que a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, ligada a Universidade do Brasil, conforme indicado, anteriormente, era o modelo para as demais Escolas de Educação Física existentes no país. Entre elas estaria a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná que seria criada, em 1941, e analisada de maneira mais detalhada nos próximos capítulos da presente tese de doutorado.

Contudo, a influência militar na área da Educação Física no Brasil sofria duras críticas do segmento civil, que em muitas vezes, colocavam-se em planos opostos. Uma vez que, uma vertente pedagógica acreditava que a dominância militar da área poderia militarizar em demasia a juventude brasileira, trazendo prejuízos para a instrução pública (Pinheiro, 1932). Todavia, o que se observa é que a vertente militar, mesmo com todas as críticas, se estruturou e serviu de base para o projeto de

formação de professores de Educação Física que se manifestaria, fortemente, nos anos posteriores.

Indivíduos ligados à Associação Brasileira de Educação foram os que mais fizeram ressalvas e se colocaram contra a tendência militarista que se assentava na Educação Física brasileira, embora, em certos momentos, tenham traçado uma interlocução com os militares, haja visto que a ABE constitui-se como um espaço de trocas plurais, a fim de traçar um “Projeto de Educação Física Nacional”. Conseqüentemente, nesse caso, a ABE, segundo aponta Linhales (2009b), aparece como um segmento mais “acadêmico” responsável pela difusão da Educação Física, pois seus membros eram os intelectuais incumbidos de estudar e trazer soluções para o problema da educação brasileira e, com isso, o problema da Educação Física.

Vieira (2021), argumenta que a década de 1920 contou com a fundação da já referida Associação Brasileira de Educação, que desde sua criação realizou intensos debates em torno de temas relativos aos processos educativos, que incluíam a educação elementar, profissional e superior, além de outras asserções que transpassavam o “pátio da escola”. Linhales (2009b), por sua vez, aponta que para a Educação Física, de início, se reservou a *Secção de Educação Physica e Higiene* (SEPH), mesmo que com certa confusão quanto ao lugar da Educação Física, entendida como sinônimo de higiene e de educação dos corpos (mais relacionado a uma ortopedia), tornado espaço incontestado das autoridades médicas. Entretanto, com a ampliação dos debates, foi possível galgar novos espaços.

Os debates desenvolvidos no interior da ABE tomaram proporções nacionais, principalmente, pela realização das denominadas Conferências Nacionais. Eventos ocorridos em Curitiba (1927), seguido por dois encontros em Belo Horizonte e um quarto em São Paulo, nos anos seguintes. Tais Conferências trouxeram maior abrangência e relevância para o debate do problema da educação nacional. Os principais temas debatidos na primeira Conferência foram relacionados à moral e civismo, educação higiênica, uniformização de métodos e programas, novas metodologias para o ensino da língua portuguesa e outras questões didáticas. “Enfim, a I CNE foi um evento que teve por finalidade debater propostas educacionais dentro do desejo de unidade nacional propagado pela ABE” (Bona Junior, 2005, p. 42).

O mesmo ocorreu com a SEPH que, na década de 1930, realizou a tentativa de produzir um Projeto Nacional para a Educação Física, resultado de um debate que

já vinha sendo traçado no interior da ABE desde finais da década de 1920. (Linhales, 2009b).

As Conferências Educacionais continuaram a discutir diversos temas pertinentes à educação nacional. Até ter como tema central a Educação Física, na sétima conferência, realizada em 1935, que trouxe o seguinte slogan: “pátria forte quer filhos fortes”, conferindo à Educação Física uma causa nacional (Linhales, 2009b).

Outra instituição que auxiliou, fortemente, a constituição da área da Educação Física no Brasil foi a Associação Cristã de Moços (ACM). Ao lançar um olhar para as Escolas de Educação Física instalada, nos diversos estados brasileiros, observa-se que várias delas tiveram uma relação direta com a ACM, como é o caso do Rio Grande do Sul, com Frederico Guilherme Gaelzer e Minas Gerais, com Renato Eloy de Andrade (Mazo, Silva; Frosi, 2012; Silva, 2017; 2018; 2020; Baía, Moreno, 2020; Dogliotti, Silva, 2021). Estes personagens foram importantes articuladores em seus estados da entrada da Educação Física no âmbito escolar. Inclusive, eles realizaram suas formações na ACM de Montevideu (Uruguai) e em Springfield (Estados Unidos), respectivamente (Cantarino Filho, Costa, 2006; Cantarino Filho, Costa, 2006b; Silva, 2017; Baía; Moreno, 2020).

Os intelectuais ligados às ACMs, segundo aponta Silva (2019), tiveram maior circulação e encontraram espaço dentro da Associação Brasileira de Educação (ABE). Local no qual aqueles formados sob os preceitos acemistas, puderam estabelecer um vínculo identitário com os intelectuais da educação brasileira. A circulação de ideias, interesses e práticas foram de grande relevância para a Educação Física do país, afinal, reuniram-se indivíduos de formações e convicções acadêmicas distintas e que ocupavam posições diversas dentro do sistema educacional. O que favoreceu o estabelecimento de diversas seções, que dividiam grupos de trabalhos focados em reformular e/ou aperfeiçoar a educação no Brasil. Aos acemistas a interlocução se estreitou com a Seção de Educação Física e Higiene, que pretendia discutir conceitos relacionados, dentre outros assuntos, à cadeira, dentro de uma organização escolar (Silva, 2019).

O projeto de formação preconizado pela ACM era voltado para a educação moral, intelectual e física. Relacionava o esporte e a religião, a partir da vertente protestante, utilizando-se, assim como indica Baía (2012), de práticas reguladoras, pois seus valores tinham funções educativas e formadoras, com vistas a garantir o bem-estar físico e o aperfeiçoamento intelectual, espiritual e social. O autor lembra

que as ações desenvolvidas pela entidade, no Brasil, seguiam valores provindos do “americanismo”, explorando valores como: Vitória e Êxito, Atividade e Trabalho, Orientação Moral, Eficiência e Espírito Prático, Igualdade e Liberdade, Ciência e Racionalidade Secular e Costumes Humanísticos. Linhales (2009), sinaliza que além da sua educação esportiva, a ACM trouxe ao Brasil uma proposta de formação profissional, através da preparação de técnicos desportivos para atuar em diversos ramos da Educação Física. Além de trazer ideias que valorizavam a implementação dos parques de recreio, conhecidos como praças de esportes, campos de jogos, *playgrounds*, entre outras denominações.

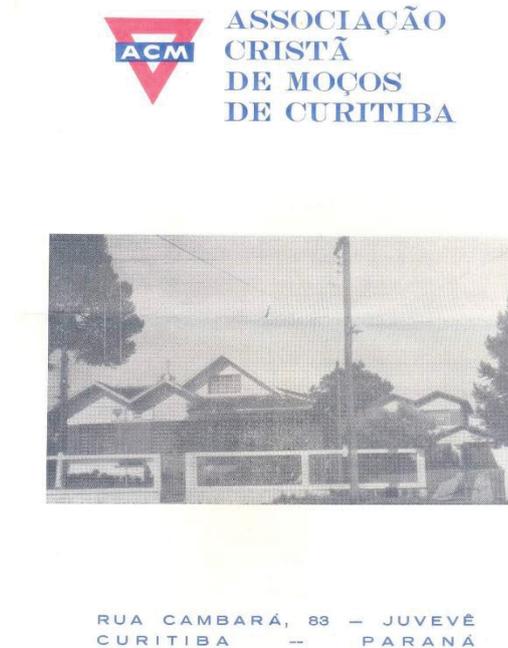
A presença da instituição, no Brasil, seguiu um processo de expansão das ACMs, que após ser instalada na América do Norte, encontrou, no Brasil, um terreno fértil para o florescimento de estabelecimentos de ajuda mútua. O que culminou, de acordo com Baía (2012), na instalação da associação em várias cidades brasileiras, como: Rio de Janeiro (1893), Porto Alegre (1901), São Paulo (1902) e Recife (1907), além da tentativa de incorporação em outros locais, inclusive em Curitiba.

Em setembro de 1948, realizou-se um estudo sobre a cidade de Curitiba, feito pelo Sr. Lichtwardt, Secretário Geral do Comitê Nacional das ACMs, com ajuda do Sr. Oscar Raul Buhner. Esse estudo teve o intuito de fomentar a instalação de uma nova sede da ACM na cidade. Nesse relatório constava que o estabelecimento já havia sido instituído no município, durante os anos de 1921 a 1923, mas encerrou suas atividades devido ao fato do prédio em que funcionava a ACM não garantia as condições necessárias para atrair novos sócios, além da precária situação financeira a qual se encontrava, não permitindo a mudança para uma sede melhor. Antes da realização do estudo supracitado não houve nenhuma outra tentativa de instituição da agremiação na capital paranaense. Somente entre 1948 e 1949 houve uma sondagem por parte do Secretário Geral, com vistas a instalar novas sedes em Curitiba e Belo Horizonte. Entre os proponentes interessados em instalar uma sede da ACM na capital do estado do Paraná estavam indivíduos entusiasmados e interessados em reviver o espírito acemista na cidade, dentre eles, está, principalmente, Francisco Albizu e Sátilas do Amaral Camargo (Pastor da Igreja Presbiteriana Independente). O que trouxe grande interesse em reativar a associação em Curitiba (Lichtwardt, Buhner, 1948; Lichtwardt, 1949).

Todavia, embora as articulações tenham ocorrido na década de 1940, aquele não era o momento propício para o recebimento da agremiação. Logo, o Paraná só

receberia seu polo no final dos anos de 1960: “A Associação Cristã de Moços, com mais de 32 mil clubes no mundo inteiro, será oficialmente instalada em Curitiba em janeiro do próximo ano” (Diário do Paraná, 24/12/1968, p. 3).

Figura 2 – Flyer da ACM em Curitiba



Fonte: Grupo “Antigamente em Curitiba” – Facebook, 2022.

No ano de 1969, foi instalada uma sede da ACM, no município de Curitiba, com seu prédio localizado no bairro Juvevê, região norte da cidade. No entanto, não foi possível acessar fontes relativas ao funcionamento da entidade, nem quando foram encerradas suas atividades. Apenas indícios na imprensa paranaense, como por exemplo, em nota jornalística publicada em junho de 1984 no jornal *Correio de Notícias*: “A ACM de volta”, que mencionava que os trabalhos vinham acontecendo morosamente, mas em 1984, haveria um impulso, com a formação de uma nova diretoria e se falava na compra de um imóvel para se construir um ginásio coberto e piscina aquecida, para alavancar as atividades da instituição, quando passaria a ter sua sede na Avenida Getúlio Vargas, 1327 (*Correio de Notícias*, 26/06/1984). Com relação ao encerramento das atividades da entidade em Curitiba, não se tem maiores informações, sabe-se que a última ocorrência localizada nos jornais paranaenses foi em 1986, indicando que a ACM era um dos locais credenciados para receber as inscrições da Corrida Rústica III (*Correio de Notícias*, 02/05/1986), após isso, tem-se

um completo silêncio com relação a associação. Outro indício encontrado foi que o CNPJ da instituição foi baixado no ano de 2008 (estava ativo desde 1970). No entanto, tal assunto carece de maiores investigações, que não cabem no escopo da presente tese e devem ser abordadas em estudos futuros.

A existência dessa instituição justifica a entrada e maior ênfase dada aos esportes, para além da ginástica, que até então tinha, segundo apontam Soares (1994) e Linhales (2009), a hegemonia no que concerne a uma educação física realizada no espaço escolar. Linhales (2009), salienta que, principalmente, a partir dos anos 1920, o esporte adentrou aos muros escolares amparado, sobretudo, em um discurso da regeneração da raça, fortalecimento do corpo e energização do caráter. Destinado a formar corpos trabalhadores, racionalizados, disciplinados e representantes de uma raça forte e saudável.

O período subsequente, entre as décadas de 1930 e 1940, foi de grande valia para a Educação Física brasileira. Momento marcado pela tentativa de institucionalização, criação de cursos civis, políticas públicas para a área, que culminaram no processo de centralização, organização e regulamentação das práticas. Esta fase teve um grande desejo de criação de um método nacional (Scharagrodsky, Quitzau, 2024).

Nesse mesmo período, o panorama sul-americano estava em transformação, prova disso foi o primeiro Congresso Panamericano de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro em 1943, promovido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, contando com representantes do continente americano. Tal evento foi noticiado em diversos jornais do país, inclusive, aqueles publicados na capital paranaense, conforme evidenciou matéria publicada no Diário da Tarde, de 09 de agosto de 1943. Segundo apontam Scharagrodsky e Quitzau (2024), este evento constituiu-se como espaço de intenso debate sobre os conceitos da Educação Física, abarcando diversos temas dentre os trabalhos enviados para as cinco seções que dividiam o congresso: Pedagogia aplicada a Educação Física, Biologia aplicada a Educação Física, Política Educacional, Organização e Administração da Educação Física e Assuntos Correlatos.

O referido congresso em seu final definiu 21 resoluções e tais pontos foram mencionados pelo jornal paranaense: "(...) foram resolvidos variados problemas e assentadas medidas que oferecerão, forçosamente, frutos benéficos a todos os países participantes" (Diário da Tarde, 09/08/1943, p.5). As recomendações aos

educadores, em resumo, no que se aplicava à Educação Física escolar, foram as seguintes: 1° - A Educação Física deveria ter início, como parte integrante da educação geral, já na escola primária e seguir para os demais graus de ensino; 2° - o professor primário deveria ser habilitado para orientar e dirigir a educação moral, intelectual e física da criança, para que se torne útil a coletividade; 3° - sempre que possível, o trabalho deve ser iniciado na educação pré-escolar e jardins de infância; 4° - as instituições extra escolares, como parques infantis, clubes esportivos etc., deveriam estar a cargo de um profissional habilitado, para que as oriente com as mesmas finalidades dos centros educacionais; 5° - caberia ao administrativo, junto com as autoridades competentes, realizar estudos sobre a higiene escolar, para tomar medidas, a fim de tornar o material didático (mobiliário), adequado às condições de saúde, evitando a má postura, para que não necessitasse da educação física corretiva; 6° - a Educação Física de todos os tipos deveria ser separada por sexo, quando as características sexuais dos educandos começariam a aflorar e deveria ser, preferencialmente, ministrada por especialistas do mesmo sexo dos discentes; 7° - os exercícios físicos deveriam ser ministrados diariamente; 8° - as provas práticas deveriam ser aplicadas individualmente, sempre que o professor julgasse necessário; 11° - deveria haver permanente colaboração entre o professor e o médico especializado; 17° e 18° - os exercícios físicos aplicados para as mulheres e homens deveriam ser diferentes, levando em consideração as características de cada um, tendo em vista a preparação para a maternidade e os períodos menstruais; 19° - os exercícios deveriam ser aplicados, em regime especial, também em indivíduos não saudáveis, quando fossem de extrema necessidade para a correção ou compensação de desvios da normalidade (Diário da Tarde, 09/08/1943).

Ao examinar as resoluções reforçadas no jornal curitibano, pode-se depreender que se depositou grande esforço para a estruturação da área. Nesse congresso se reuniram todas as vertentes da Educação Física, isto é, o evento foi um espaço de debate de diversos países da América Latina, com representantes de todas as frentes metodológicas. Com relação ao cenário brasileiro, congregaram-se médicos, militares e professores, logo, representações provindas da Associação Brasileira de Educação (ABE), da medicina, do exército e da Associação Cristã de Moços (ACM) puderam expor seus entendimentos diversos sobre a Educação Física, estabelecendo diálogos sobre os melhores caminhos a serem traçados pela área. Fato que resultou nas resoluções expostas e vinculadas com ênfase no jornal curitibano. Desse modo, fica

evidente que houve esforços para construir um esboço que serviria de base para a estruturação da área em todo o território brasileiro, nos quais se buscava tornar a Educação Física um saber escolarizado, pautado em alicerces bem estruturados e embasados na cientificidade, a fim de dar sustentação e legitimidade à área que se formava no Brasil.

A inspiração para a construção da área de Educação Física, no Brasil, também repercutiu no Paraná. Nesse sentido, as experiências europeias e sul-americanas para a construção de um campo relativo à Educação Física evidenciaram-se na realidade paranaense. Por conseguinte, uma série de indivíduos trabalharam em prol desse propósito, como por exemplo, o deputado estadual paranaense Antônio Couto Pereira, em seu discurso no Congresso Estadual, ao realizar reivindicações para o esporte paranaense, mencionou os casos de sucesso implementados em alguns países sul-americanos (Argentina e Uruguai), bem como os Estados Unidos, Japão e algumas nações europeias:

No Uruguay e na Argentina, os desportos são cultivados com todo o carinho, por isso que dispõem no amparo oficial; o mesmo se dá na America do Norte, na Inglaterra, na França, na Italia, no Japão e na Alemanha, onde os governos procuram com interesse o desenvolvimento da cultura física, como problema capital de suas administrações.
Entre nós, esse amparo oficial tem sido insignificante (O Dia, 11/05/1935d, p. 6).

A fonte reproduzida, no jornal paranaense, evidencia que para o desenvolvimento esportivo de uma localidade era necessário um apoio governamental. Nesse sentido, o deputado paranaense questiona o amparo dado pelo governo no Paraná e para isso sugeria se inspirar na experiência argentina e uruguaia. Contudo, não foi só com as ações governamentais que os paranaenses se aproximaram dos uruguaios. Há ainda, outro importante tópico de correspondência entre o estado do Paraná e o Uruguai: a Associação Cristã de Moços (ACM).

Esse modo de produzir a Educação Física se deu pelo fato de que alguns dos primeiros diplomados a constituir a área, não somente a brasileira, mas sul-americana, foram de figuras formadas na ACM, a dos Estados Unidos, quanto sede localizada no Uruguai. Tais centros de formação exportaram figuras para diversas cidades e países, em que assumiram papéis de destaque na esfera educacional, bem como naquele relativo às questões da cultura física. No Brasil, o seu ponto de entrada, no ambiente escolar, foi por intermédio da Associação Brasileira de Educação (ABE), quando se

fomentou o debate que pretendia regulamentar o ensino da Educação Física no país. Para tal, vários indivíduos, entre eles, membros da ACM, foram inquiridos sobre os métodos indicados para o ensino da disciplina nas escolas primárias e secundárias (Linhales, 2009; Dogliotti, Silva, 2021). O que indicava que tais personagens tiveram papel importante na constituição de uma área da Educação Física no Brasil, o que também repercutiu, diretamente, no Estado do Paraná, visto que o observado no cenário paraense vai ao encontro de todas as características discutidas, anteriormente, no que tangia a preocupação com formação de professores especializados, a implementação das praças de esportes, a regulamentação de uma Inspeção entre diversos outros aspectos.

A partir desse novo olhar e da nova configuração de uma área assentada em um debate transnacional, surgiu a exigência da formação de profissionais capacitados para desenvolver e ensinar nas escolas essa “nova” forma de se pensar a Educação Física.

3. A AMBIÊNCIA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ

3.1 A NECESSIDADE DE UM INSTRUMENTO PARA REGULAR A EDUCAÇÃO PHYSICA NO PARANÁ: A CRIAÇÃO DA INSPETORIA DE CULTURA PHYSICA.

A década de 1930, como prolongamento dos anos 1920, figurou como um momento de intenso furor para a educação brasileira (Vidal; Faria Filho, 2003; Vidal; Rabelo, 2019). A Educação Física também foi afetada por essa ambiência de efervescência educacional, prova disso foi o projeto de lei elaborado por Godofredo Viana⁵, em discussão no Senado da República, para a instituição da educação *physica* como disciplina obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino do país. Tal proposição, de um modo geral, foi muito bem recebida pela imprensa das principais cidades brasileiras, tendo inclusive repercussão em periódicos paranaenses, visto que, o jornal curitibano *Diário da Tarde* teceu as seguintes considerações sobre o projeto idealizado pelo político baiano:

Não é preciso resaltar o merito da medida aventada por aquelle parlamentar. Ella avulta aos olhos dos espiritos menos atilados pelos beneficios que nos poderá trazer o trato physico da raça, desde os bancos escolares infantis, formando uma geração de fortes de corpo para aquisição de fortaleza de espirito.
A Grecia foi grande pelo apego com que a sua mocidade se entregava a cultura physica, robustecendo o organismo para a resistencia nas nobres empreitadas civicas em que se empenharam, vencendo galhardamente (Diário da Tarde, 12/09/1930, p. 1)

A passagem ilustra muito bem uma retórica que advogava em prol da utilização da cultura física nas escolas circulava, intensamente, no país. No entanto, parece que a proposta tinha algumas desaprovações, pois alguns parlamentares ainda não conseguiam perceber a importância do desenvolvimento físico para a formação da

⁵ Godofredo Mendes Viana, nascido em Codó, no Maranhão, em 1878, era advogado, professor, jornalista e promotor. Formou-se na Faculdade de Direito da Bahia, em 1903. Após sua formatura, foi promotor público, juiz e procurador geral em seu estado de nascimento. Em seguida, entrou para a política, sendo senador pelo Maranhão por três mandatos (1921, 1926 e 1927) e governador por um (1923-1926). Além de ter sido deputado federal por outros dois mandatos, com posse em 1933 e 1935. Após ter seu mandato interrompido pela instituição do Estado Novo em 1937, passou a lecionar na Faculdade de Direito da Bahia, onde foi professor da cadeira de Direito Público e Constitucional. Ainda se dedicou ao jornalismo e à literatura, colaborando em jornais e revistas na Bahia e no Maranhão, publicando obras e poemas, o que lhe rendeu a indicação à Academia de Letras Maranhense (CPDOC, 2023).

mocidade brasileira. Tal posicionamento demonstrava ainda a resistência que a cultura física enfrentava em certos círculos da sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX (Melo, 2001; Moraes e Silva, 2011; Moraes e Silva; Quitzau, 2018).

Assim, uma proposição como essa também mostrava outra faceta, a de que a educação física já estava presente em diversos meios e que buscava sua consolidação no âmbito educacional brasileiro como um saber a ser ensinado em todas as escolas do país. Esse intento pode ser observado numa coluna publicada no *Correio do Paraná*, noticiando as instruções da Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro para a organização de clubes esportivos nas escolas públicas. A matéria publicada no jornal paranaense advertia que este seria:

Talvez o melhor programma de educação da infancia.
 Si conscientemente praticada, a medida ora decretada pela Directoria da Instrucção, do Rio, poderá trazer, sem qualquer duvida, os melhores resultados.
 No Brasil nunca nos preocupamos de maneira alguma, até ha poucos anos, com gymnastica.
 E essa despreocupação era uma grave ameaça ao futuro da raça brasileira. Felizmente, hoje, a cousa vai melhorando.
 Os clubes esportivos multiplicam-se por todo o paiz e a gymnastica é praticada, indistinctamente, por moços e moças, que comprehendem o seu valor para a manutenção da belleza e do vigor do corpo.
 E os clubes esportivos das escolas serão auxiliares poderoso para a maior diffusão desse gosto pela cultura physica, base que deve ser de toda a educação (Correio do Paraná, 02/09/1932, p. 3).

A despeito de problemas conceituais na passagem, pois existe uma confusão entre a ginástica e o esporte, algo, amplamente, comum na Curitiba do começo do século XX, conforme mostram Moraes e Silva e Quitzau (2018), a valorização dos elementos da cultura física era evidente. No entanto, cabe destacar que no estado do Paraná este período também foi um momento em que, no arranjo das políticas educacionais do Estado Novo, começou a ser conferida uma maior importância para a educação física (Moraes e Silva; Capraro, 2011; Moro, 2022). Mickey Royer Cury⁶ ao escrever para o jornal *O Dia*, ressaltava a grande importância da cultura física para a formação das gerações futuras. Seu texto sublinhava a urgência em dotar o estado com uma educação física modelar. Sugeria observar os exemplos positivos de países

⁶ Mickey Royer Cury foi um pugilista e jornalista uruguaio, campeão amador em 1926 e 1928, na categoria dos pesos meio médios. Durante a década de 1930 mudou sua residência para Curitiba, onde passou a ser colunista esportivo do Jornal "O Dia" (O Dia, 21/09/1933).

vizinhos, como o Uruguai, e transportar seus êxitos para a realidade paranaense, a fim de que todos possam ter acesso as práticas, não só para um pequeno grupo que tinham os meios necessários para lhes garantir a entrada no universo de tais manifestações. Então, concluiu sua fala em tom otimista: “Não faz perder tempo. Mãos à obra. Com boa vontade, unindo esforços, dentro de pouco tempo o Paraná, pelas suas privilegiadas condições naturais, póde ficar na vanguarda de todos os Estados, suscitando dahi, uma nobre emulação” (O Dia, 23/03/1935b, p. 6).

Tendo em vista o desenvolvimento da cultura física, no estado do Paraná, surgia a necessidade de torná-la uma prática institucionalizada. Com isso, havia em curso uma demanda de um órgão para regularizá-la e inspecioná-la. Para tanto, foi criada a Inspetoria de Ensino Emendativo, através do Decreto 24.794, de 14/07/1934, que se tornou o organismo estatal responsável pela cadeira até 1937, pois nesse ano ocorreu a criação do Departamento de Educação Física, que recebeu a responsabilidade de fiscalizar as ações relativas à Educação Física por todo o território paranaense. Entretanto, ao pesquisar sobre os órgãos reguladores no Estado do Paraná há certa confusão quanto à nomenclatura, pois as fontes indicam que foi criada uma Diretoria de Instrução de Cultura Physica no ano de 1934, designada a Directoria Geral da Instrução Pública, conforme fonte localizadas nos jornais *Correio do Paraná*, *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Dia* (*Correio do Paraná*, 15/04/1934; *Diário da Tarde*, 13/04/1934b; *Gazeta do Povo*, 18/04/1934; *O Dia*, 18/05/1934b). Já em outros anos o mesmo órgão apareceu com nomes diferentes, sendo denominado de Inspetoria de Educação Física e Superintendência de Educação Física.

A primeira fonte localizada sobre o órgão data-se do ano de 1934. O então interventor federal Manoel Ribas assinou em abril de 1934 o Decreto 846, nomeando Francisco Mateus Albizú para exercer o cargo de Diretor de Cultura Física dos estabelecimentos de ensino público. O referido dispositivo legal apresentava o seguinte teor: “O Interventor Federal no Estado do Paraná, resolve nomear, sob proposta da Diretoria Geral da Instrução Pública, Francisco Albizú, para exercer cargo de Instrutor de Cultura Física dos estabelecimentos de ensino público, recebendo os vencimentos anuais de 6:000\$000 (seis contos de réis)” (Paraná, 1934, s/p).

A consulta aos jornais curitibanos do período evidenciou que a indicação do nome de Francisco Mateus Albizú, foi de certa maneira celebrada por uma parte da imprensa local como uma escolha acertada do Interventor Federal porque era, “nome conhecidíssimo em todo o Paraná e quiçá no Brasil todo, pelos aficcionados na pratica

dos sports (...) figura de grande projecção no cenário de Educação Physica, conhecedor profundo de todos os sports” (Diário da Tarde, 13/04/1934b, p.4). A *Gazeta do Povo* também aplaudiu a escolha de Francisco Mateus Albizú e foi ainda mais longe, ao tecer críticas sobre a forma como a cultura física era tratada nas escolas paranaenses:

Assim sendo, é justo que tenhamos recebido com agrado o recente decreto do Sr. Interventor federal, nomeando uma pessoa para dirigir a cultura física em nossas escolas públicas.

Essa nossa satisfação assume maiores proporções ainda, por sabermos que a espinhosa missão de preparar fisicamente a nossa infância foi confiada ao dr. Francisco Albizú, um dos mais indicados técnicos, aptos para desempenhá-la com precisão.

Através de observações que temos feito, os exercícios físicos proporcionados aos frequentadores das nossas escolas públicas, carecem de eficiência não podendo portanto, produzir resultados satisfatórios, já pela feita de pessoas capacitadas, já pela falta dos necessários meios.

Com a recente deliberação da interventoria federal, no entanto queremos crer que esse mal será sanado.

O dr. Francisco Albizú é um profundo conhecedor da cultura física, já tendo demonstrado em vezes diversas e aliando esses conhecimentos à boa vontade que por razão sempre demonstrou, interessando-se sobremodo pela grandeza do nosso povo, está em condições de dar integral desempenho à incumbência que em boa hora lhe foi confiada (*Gazeta do Povo*, 18/04/1934, p.5).

Ao referir-se à Francisco Mateus Albizú (Figura 3), como grande conhecedor da cultura física e dos “*sports*”, a imprensa, provavelmente, estaria fazendo alusão à sua formação realizada nos Estados Unidos e sua estreita relação com a Associação Cristã de Moços (ACM). Portanto o referido intelectual possuía certo prestígio para fomentar e dar meios para o esporte se desenvolver em todo o Estado do Paraná. Prova disso é que ele foi presidente da *Federação de Tennis*, criou a *Federação Paranaense de Athletismo* e a *Academia Paranaense de Pugilismo*, além de ter sido presidente da *Federação Paranaense de Desportos*, da *Liga Athletica Paranaense*, da *Federação de Caça e Tiro*, *Federação Esportiva Paranaense*, *Federação Paranaense de Desportos Universitários* e do *Clube Nautico Curitybano*. Também fundador da *Liga Autônoma de Médios* e era um indivíduo muito ligado ao futebol curitibano, sendo presidente de alguns clubes⁷.

Tais fatos davam ao intelectual um reconhecimento e uma distinção nos assuntos relacionados aos elementos da cultura física o que, provavelmente, motivou

⁷ Todas as informações referentes a Francisco Mateus Albizú acima mencionadas foram retiradas dos jornais *O Dia* e *Diário da Tarde*, em diferentes edições e anos.

o interventor federal a escolher seu nome para exercer a referida função de inspetoria. À vista disso, assim como a narrativa historiográfica criada por Ginzburg (2017), que a partir de um indivíduo pode ser construído todo um contexto histórico singular, pode-se afirmar que Francisco Mateus Albizú foi a peça-chave para compreender a configuração da área da Educação Física no estado do Paraná e, principalmente, o projeto de formação de professores para a disciplina, que resultou na criação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Figura 3 - Foto de Francisco Albizú



Fonte: Jornal O Dia, 13/01/1937^a, p. 6.

Apesar do otimismo expresso por uma parcela da imprensa em relação à criação do cargo de Instrutor de Cultura Física e da nomeação do professor Francisco Mateus Albizú para exercê-lo, uma matéria com o título '*professorado incompetente*', veiculada alguns dias depois da publicação do decreto, aparecia como dissonante do coro uníssono de apoio e elogios dirigidos à nomeação. A matéria, publicada no *Diário da Tarde* (13/04/1934, p.3), sem identificação da autoria, mostrava sua indignação pela nomeação de um '*illustre tecnico não paranaense*' para ocupar importante

função. Para o autor, o Paraná já possuía professores especializados em todos os ramos do saber, mas esses não tinham seus nomes reconhecidos por terem “*um grande defeito, o defeito de serem paranaenses*”. O tom da matéria continuava com sua ácida crítica em relação à nomeação de Francisco Mateus Albizú, expressando-se da seguinte maneira:

Os technicos com 500\$000, automóvel a disposição e autoridade ilimitada sobre o misero professor, virão de fora. E são technicos porque sabem dirigir uma partida de foot-bal, e são technicos porque assistiram algumas luctas de box em os Estados Unidos. Pobre professor paranaense, pobre do vil metal; pobre, pois diante de si não vê brilhar a esperança de um cargo melhor (Diário da Tarde, 13/04/1934b, p.3).

Como visto, a nomeação de Francisco Mateus Albizú, apesar de ser recebida positivamente por uma parcela significativa da imprensa curitibana, não foi unanimidade. Contudo, era necessário apontar quais seriam as atribuições do cargo recém-criado pelo governo do Estado do Paraná. O Decreto que o nomeou como Instrutor de Cultura Física não deixava clara as atribuições da nova função, entretanto as notas publicadas nos jornais e uma entrevista concedida pelo inspetor ao jornal *O Dia* em maio de 1934, indiciam que o referido posto teria como principal atributo dirigir a cultura física nos estabelecimentos de ensino público, bem como organizar um sistema de Educação Física administrado pelo governo estadual. Destarte, Francisco Mateus Albizú definiu um programa de cultura física a ser adotado nas escolas públicas:

O departamento de cultura physica, ora sob meu cargo, está se aparelhando para a organização do programma preestabelecido:

a) ministração de aula theoricas para os professores especiaes de gymnastica. Nessas aulas trataremos de assumptos de ordem geral, isto é, do plano do nosso trabalho, visto como os referidos professores não desconhecem a sciencia de educação e consequente as materias que com ella se relacionam;

b) organizar fichario physiologico completo dos alumnos que frequentam os estabelecimentos de ensino publico para que ás crianças sejam ministrados gymnastica e esportes de accordo com sua idade physiologica e não cronológica.

A cultura physica a ser praticada nas escolas não pretende fazer dos alumnos campeões de provas athleticas nem exhibidores de musculos espetaculares. Proporcionará, apenas, um meio util e efficaz para o desenvolvimento sadio do physico das crianças em harmonia com o desenvolvimento mental.

O exercicio, indispensavel á criança e ao adolescente, será ministrado de maneira moderada, cuidando-se especialmente dos movimentos respiratorios. As aulas de gymnastica serão dadas de maneira a corrigir posturas viciosas e dar robustez á saúde.

c) programma simples, contendo exercicios respiratorios, mimicos, exercicios de applicação para desenvolvimento geral e educativo, adoptando o systema

moderno da escola naturalista de Georges Hebert; jogos para recreação, desenvolvimento, harmonico das faculdades espirituas e para o equilibrio do systema nervoso, assim como para o indispensavel espirito associativo que deve constar do trabalho de educação das crianças.

Nas aulas de gymnastica serão tambem incluídos jogos, pois é sabido que os alumnos tem necessidade de brincar. A escola deve lhe oferecer um ambiente de alegria, de optimismo.

Para as alumnas está sendo elaborado um programma especial, pois, devemos reconhecer que o corpo da mulher possui orgãos tão preciosos e frageis e que requer uma serie de exercicios brando e rythmicos;

d) competições gymnasticas, torneios de volley-ball, bola no cesto, etc., entre turmas do mesmo estabelecimento e, trimestralmente, com estabelecimentos congeneres da mesma localidade ou localidades vizinhas. Deste modo obteremos o intercambio escolar associativo;

e) no dia 7 de setembro de cada anno faremos uma demonstração do que se vem realizando com nosso programma, numa commemoración festiva da maior data nacional, havendo reunião do maior numero possivel das escolas da capital e do interior.

Todos os estabelecimentos de ensino publico receberão attencção especial de nossa parte quanto ao ensino de cultura physica e divulgação de suas vantagens. Em nosso programma acham-se incluídos o Abrigo de Menores e Escola de Reforma.

Conjunctamente com os exercicios e jogos os alumnos receberão lições especiaes de hygiene, alem das já existentes no programma escolar.

Cuidado especial será dado a pratica de revistas diarias dos alumnos para obrigar-os ao habito do asseio pessoal, como seja o da bocca, unhas, etc. (O Dia, 18/05/1934, p. 1,8).

A longa passagem publicada no jornal *O Dia* enfatizava como o inspetor planejava implementar suas ações referentes a cultura física no Estado do Paraná. O teor do trecho evidenciava com clareza que as ações eram destinadas, principalmente, a mocidade paranaense que frequentava os estabelecimentos escolares. Não obstante, em 1936, o cargo de *Instrutor de Cultura Physica* instituído em 1934, teria suas funções ampliadas, com a criação da Inspeção de Educação Física do Estado do Paraná, ligada à Diretoria Geral de Educação. Para o cargo de Inspetor de Educação Física, manteve-se o nome de Francisco Mateus Albizú. Cabe destacar que foi por meio das ações desse órgão governamental, que se iniciaram os primeiros movimentos em torno do aperfeiçoamento e formação de professores para o ensino de Educação Física no Estado Paraná

Outro ponto a se destacar é a relação da cultura física com a arquitetura da cidade, já que inúmeras reportagens encontradas, em diferentes jornais da época, indicavam a criação de praças para a prática dos elementos da cultura física. Geralmente, esses locais eram benfeitorias ligadas à *Inspeção de Cultura Physica*, o que evidenciava uma estreita relação dos órgãos federativos com a Educação Física e o governo do Estado do Paraná (O Dia, 18/05/1934, p. 1; 8; O Dia, 08/03/1935a, p. 6; 23/11/1935d, p. 4; O Dia, 02/10/1936, p. 6; O Dia, 13/05/1937b, p. 6). Foi sobre a

implementação destas praças e parques que o próximo tópico da presente tese de doutoramento se debruçou.

3.2 AS AÇÕES DA INSPETORIA DE CULTURA FÍSICA: A IMPLEMENTAÇÃO DE PRAÇAS E PARQUES DE CULTURA FÍSICA

Outro ponto a se destacar é relativo ao padrão observado nos diversos estados brasileiros sobre a criação de instituições de ensino direcionadas para capacitar professores especializados em Educação Física. Um primeiro ponto a ser explorado é que estava em curso uma tentativa de estruturação de uma área relativa à Educação Física no país, a partir da criação de agências reguladoras para a disciplina, criando Inspetorias responsáveis por fiscalizar a Educação Física, nos estabelecimentos de ensino, reportando-se aos órgãos governamentais encarregados da instrução pública. Um segundo elemento a ser lembrado é relativo a própria necessidade de profissionais capacitados e especializados no ensino dos elementos da cultura física que, a partir da década de 1920, começou a circular mais fortemente no Brasil. O que resultou na constituição de locais específicos para a formação desses professores. Na esteira desses outros estados brasileiros, o Paraná também passou por um processo similar, com a criação da sua Inspetoria, em 1934, e a posterior fundação da Escola de Educação Física e Desportos, no ano de 1942.

Ao explorar a implementação de praças e parques⁸ instituídos no Estado do Paraná, a partir de ações da Inspetoria de *Cultura Physica*, pode-se perceber que se trata de um dispositivo governamental instalado para o desenvolvimento da cultura física no território paranaense. Nesses locais eram realizadas práticas físicas, além de sediar algumas atividades escolares, pois muitos grupos estudantis utilizavam esses espaços ao ar livre como os locais para o desenvolvimento da atividade de Educação Física.

Nicanor Miranda, em texto publicado na Revista de Educação Física em 1941, aponta que a origem dos Parques Infantis, remonta ao fim século XVIII, quando três dos principais educadores europeus, Froebel, Pestalozzi e Fichte, tentavam encontrar

⁸ As praças e parques possuem nomes variados, a depender da fonte e autor ou autores utilizados, podem ser denominadas como: campos de jogos, parques infantis, parques esportivos, *playgrounds*, praças de jogos, praças de recreio e derivados. Vale ressaltar que se trata do mesmo ambiente, com as mesmas finalidades e disposições arquitetônicas, modificando-se apenas a forma de se aludir.

um sistema que pudesse trazer novos ares ao problema enfrentado pela educação. Foi então que as ideias de tais pedagogos divergiram. Pestalozzi acreditava que a educação da criança deveria ser responsabilidade, unicamente, das mães. Já Fichte vinha com uma ideia contrária, na qual a educação dos infantes deveria ser de responsabilidade do Estado. Por sua vez, Froebel trouxe à tona a ideia de unificar as melhores proposições de ambas as vertentes, afirmando que a criança pertence tanto ao Estado quanto às mães. Por isso, deveria permanecer algumas horas do dia longe do lar, em um espaço que não fosse a escola, surgindo, assim, a ideia dos Jardins de Infância. Local em que pudessem ter uma ocupação de acordo com sua própria natureza, robustecendo seu corpo, exercitando seus sentidos e estimulando seu espírito. Froebel sistematizou diversas ocupações, em sua maioria, jogos, que utilizando de inúmeras estratégias e ferramentas, seriam responsáveis por desenvolver os infantes (Miranda, 1941).

Miranda (1941), lembra que no século XIX, professores de uma escola na Alemanha decidiram realizar uma experiência, que consistia em levar os alunos duas vezes na semana a uma praça para realizar jogos organizados. Constatados os benefícios de tal prática, iniciaram uma campanha por toda a Alemanha em prol dos benefícios dos exercícios ao ar livre, realizados em praças e parques destinados a esse fim. O autor em seu texto mencionou que, nos Estados Unidos, havia movimento similar, pois, uma médica estadunidense, ao observar as caixas de areia, bastantes conhecidas do povo alemão, demonstrou interesse em levar a ideia para seu país. Sugeriu, então, que construíssem um desses tabuleiros junto a um jardim público, em Boston. A popularidade foi imediata, dado seus benefícios, estendendo-se para outras localidades do país, em pouco tempo observava-se mais de nove mil pontos espalhados pelo território norte-americano. Miranda (1941), ainda ressaltou que com o passar do tempo, foram acrescentados brinquedos, para servir às necessidades das crianças mais velhas, ganhando ainda mais popularidade, na forma de *playgrounds*.

Fonseca, Ferreira e Prandi (2015), declaram que as benesses desses parques além de tudo despertaram o interesse de outros países, utilizando como base a premissa de Froebel ou aquela que foi desenvolvida nos Estados Unidos. Nesse sentido, nações como: Argentina, Bélgica, Chile, Dinamarca, França, Holanda, Portugal, Holanda, Uruguai, entre outros, também implementaram os parques infantis para benefício de sua população.

As praças e parques, por vezes, também eram denominadas de campos de jogos, que na década de 1930, conforme matéria localizada na Revista de Educação Física, datada do ano de 1933, eram definidos como:

Um campo de jogos se presta á finalidades diversas. Para uns é recreio estabelecido nos bairros pobres, para divertimento dos que ali habitam; para outros, um novo atrativo nas praças e parques públicos;

(...) No que se refere funções ás dos campos de jogos, também se pode encontrar uma grande variedade de opiniões. Alguns ressaltam os benefícios higiênicos que nêles se pódem obter; outros os derivados da prática dos exercícios físicos e desportos; outros a função moral e social que têm e ainda há outros que só vêm seu aspecto recreativo.

(...) Os fins principais são os seguintes:

1° - Desenvolver uma saúde robusta, mediante o estímulo de uma vida sã e ao ar livre.

2° - Desenvolvimento de coordenação neuro-musculares e das funções normais do nosso organismo, especialmente as de nossos órgãos vitais, por meio de rigorosas atividades.

3° - Despertar o interêsse, emoções e entusiasmos mais profundos, por meio daquêlas atividades, que contribuirão para o desenvolvimento do sistema nervoso do homem ao qual se ligam em completa afetividade.

4° - Desenvolver a prática de cortesia e da bôa amizade por meio das relações sociais que neles se formam, que são mais perduráveis e mais consistentes que as formadas em quaisquer outras circunstâncias.

5° - Cultivo de tendências morais por meio de formação de bons hábitos de vida, adquirindo lealdade e fidelidade, o que constitúe em realidade a base sôbre a qual repousam a moralidade e a bôa cidadania.

6° - Cultivo de um sentimento especial de aprêço do prazer e da alegria da vida, que é um recrear são do espírito, por meio da qual poderiam adquirir-se as virtudes que farão com que o trabalho futuro se realize com o mesmo espírito que quando se joga (Revista de Educação Física, 1933, s/p).

Outro ponto que precisa ser salientado é o fato de que as praças e parques foram constituídos como um dispositivo responsável por atender aos anseios de um processo de modernização dos principais centros urbanos do país.

O Estado do Paraná, principalmente, a cidade de Curitiba, estava sintonizada com esse ideário, já que a cultura física se firmava na ambiência citadina, dado os benefícios que a prática dos seus elementos poderia ofertar aos seus praticantes (Moraes e Silva, 2011; Moraes e Silva; Quitzau, 2018; Moraes e Silva; Quitzau; Soares, 2018), fazendo surgir a necessidade de criar espaços voltados a fomentar a difusão de seus elementos a uma população mais ampla.

De acordo com os jornais consultados, nesse período, a preocupação com os exercícios físicos já era bastante presente na realidade de Curitiba da década de 1930. Por isso, a necessidade de criação de um órgão que regulamentasse e fomentasse sua prática, a fim de garantir seu acesso aos escolares, bem como para toda a população paranaense foi posta em curso. Essa efetivação pode ser observada nas

passagens a seguir, publicadas respectivamente nos jornais a *Gazeta do Povo* e o *O Dia*, nos anos de 1934 e 1937:

A cultura física, incontestavelmente, representa o principal fator da fortaleza de uma raça na palavra autorizada dos grandes entendidos na matéria. Para os praticantes de qualquer modalidade de esporte, a base mais segura está provado que é o exercício físico, razão por que hoje, todas as associações do gênero procuram impo-lo aos seus sócios (*Gazeta do Povo*, 18/04/1934, p.5).

Tão conhecidos são os processos e meios que se devem empregar para o aperfeiçoamento físico da raça, tão preconizados são os princípios dessa exigência de alto alcance social, que não é mais preciso documentar teoricamente as sublimes vantagens desses processos e princípios (*O Dia*, 14/03/1937c, p. 6).

Como um ideário em torno da cultura física estava se consolidando no estado do Paraná, principalmente, em sua capital, a cidade de Curitiba, além da criação de um órgão regulamentar, havia a necessidade de colocar em prática ações que possibilitassem o fomento da cultura física. Sendo assim, não é de estranhar que tenham sido publicadas nos jornais algumas matérias que exaltavam os feitos realizados pela Inspeção de Cultura Física:

Vários são os parques escolares existentes em nosso Estado. Sem dúvida alguma, esse é um dos mais valiosos serviços que se vem prestando á causa da educação física da infância paranaense. (...) Nessa materia precisamos mais ação do que teorias. E baseada nesse criterio de "mais atos e menos palavras" é que a Inspeção de Educação Física do Estado, vem, silenciosamente, alicerçando uma grande obra, a favor do desenvolvimento físico das crianças de nossas escolas (*O Dia*, 14/03/1937c, p.6).

A instituição desses ambientes foi resultado das transformações políticas e governamentais do período, seja em nível local, bem como aquelas realizadas nacionalmente. A Educação Física passou a ser visualizada como um importante meio para difundir alguns ideais caros ao Estado Novo para toda a população, principalmente, os jovens escolares (Parada, 2009; Horta, 2012). Por isso, a nova Inspeção viu necessidade de se estabelecer meios para que os elementos da cultura física no estado do Paraná pudessem prosperar de maneira exponencial. Ao se referir a esse período Chaves Júnior (2004, p.45), faz os seguintes apontamentos:

É exatamente deste investimento que se aproxima a fala do prefeito de Curitiba: além do controle efetivo do sistema educacional, o Estado deveria oferecer à população espaços para a prática de atividades físicas, o que contribuiria para o complemento da formação desenvolvida nas escolas, em especial, para a formação patriótica dos alunos. Contudo, não seriam

somente as crianças as beneficiadas com as instalações desportivas: jovens e adultos poderiam utilizar este espaço para a prática esportiva e ginástica e, em conseqüência, estariam incluídos neste processo de formação dos cidadãos, via prática de atividades físicas e inculcação de valores.

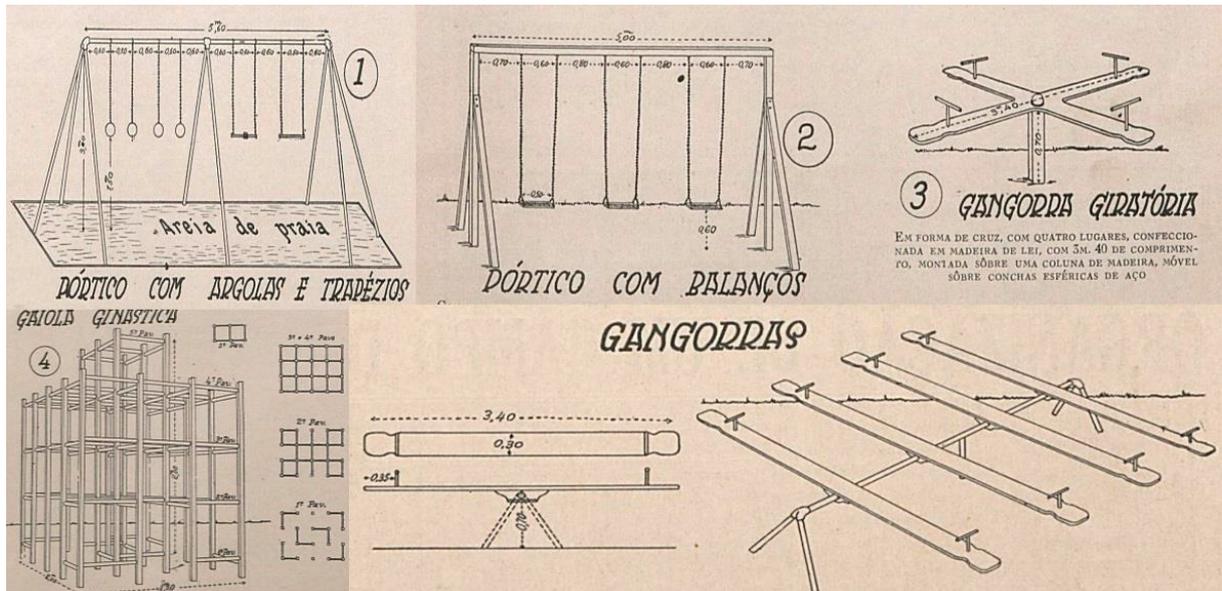
As praças possuíam usos variados, se modificando de acordo com as práticas e transformando os indivíduos que se apropriavam desses espaços, pois além de satisfazer as necessidades da escola, as praças eram dotadas de *playgrounds* para servir a todas as crianças da cidade. Mais que atender a necessidade de urbanização dos centros urbanos, “cidades pressupõem a construção de um ethos, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou a chamar de urbano” (Pesavento, 2007, p. 14). Então, criar espaços com bases científicas e que servissem para a causa de Educação Física, ia ao encontro das ideias difundidas no período, no que tange a modernização das cidades, da pedagogia e da valorização do ideário da cultura física.

Tais espaços eram fruto da transformação urbana a qual Curitiba vinha enfrentando desde a virada do século XIX para o XX (Moraes e Silva, 2011; Moraes e Silva; Quitzau; Soares, 2018; Moraes e Silva *et al.* 2022). Com isso, havia a necessidade de se modelar os corpos que ocupavam esse ambiente. Foi baseado nessa premissa que uma retórica relacionada a cultura física se assentou, pois ela possibilitou, conforme lembra Moraes e Silva (2011), o controle da gestualidade, integrando os indivíduos a nova lógica emergente, ou seja, aquela que primava pela cortesia e pela sutileza.

Um campo de jogo deveria ser elaborado a partir de algumas premissas, a fim de tornar as crianças mais fortes, ágeis e sadias, unindo a ludicidade com um ambiente são e agradável, preparado para desenvolver diversas qualidades, alicerçadas no brincar. Portanto, havia um padrão a ser seguido, isto é, os parques deveriam ser instalados, preferencialmente, em locais com grande fluxo de pessoas e em um terreno plano. Os brinquedos (aparelhos) também deveriam seguir um padrão pré-estabelecido, definindo os materiais a serem utilizados e as dimensões de cada parte dos aparelhos, segundo consta numa matéria publicada na Revista de Educação Física no ano de 1937 (Revista de Educação Física, 1937b). As praças deveriam conter o maior número possível de aparelhos, dentre os seguintes: pórtico com argolas e trapézios, pórtico com balanços, gangorra giratória, gaiola ginástica, gangorras, trave, escorregador, escada horizontal, alvo para arremesso de bolas, giro

gigante, cavalinho, trave instável e tripla barra horizontal. Tais elementos podem ser visualizados na imagem localizada na matéria publicada na Revista de Educação Física:

Figura 4 - Brinquedos dos campos de jogos



Fonte: Revista de Educação Física (1937b, p.3-5)

Mais que brinquedos, os parques infantis eram constituídos por outros espaços, como quadras de esportes, banheiros etc. Feix (2013, p. 60), ao explorar as praças implementadas no Rio Grande do Sul, indica que esses locais possuíam diversos ambientes, como: “biblioteca, vestiários femininos e masculinos, quadras esportivas e pracinha para crianças com vários equipamentos”.

De acordo com o jornal *O Dia* (02/10/1936, p. 6), os parques infantis do Paraná eram guarnecidos de gangorras, balanças, argolas e diversas quadras destinadas à prática de cestobol, voleibol, tênis etc. Além de pista para corridas e saltos. Sem contar que tais espaços respondiam a uma demanda existente na cidade de Curitiba: a falta de locais para a prática da cultura física em uma emergente localidade com projeto de modernização em crescente expansão (Moraes e Silva, 2011; Moraes e Silva; Quitau, 2018; Moraes e Silva; Quitau; Soares, 2018, Moraes e Silva *et al.* 2022).

Por conseguinte, pode-se inferir que o projeto de praças, parques ou campos de jogos instalado pela Inspetoria de Cultura Física do Paraná seguia os padrões encontrados em diversas cidades brasileiras, e principalmente, dos provindos do Distrito Federal, com referência clara aos *playgrounds* desenvolvidos nos Estados

Unidos. Isso se deve ao fato de que a construção de praças e parques foi tema relevante dentro da Seção de Educação Física e Higiene da Associação Brasileira de Educação (ABE), que, por sua vez, teve grande influência da Associação Cristã de Moços (ACM) e do Rotary Club, importando o pensamento do contexto norte-americano (Feix; Goellner, 2008; Silva, 2019; Kuhlman Jr., 2019).

Silva (2019), argumenta que os parques infantis começaram a ser pensados como possibilidade educacional, no Brasil entre a década de 1920 e 1930, vindo junto com as reformas educacionais e a efervescência pedagógica experimentada pelo Brasil naquele período. Nesse cenário a autora salienta que foram implementadas ações como essa em alguns estados brasileiros, como em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (Silva, 2019).

A proposta pioneira, segundo Feix (2013), foi a desenvolvida no Rio Grande do Sul, quando em 1926, foi constituído o primeiro jardim de recreio, idealizado por Frederico Gaelzer e baseada em um projeto urbano de modernização das cidades e na tentativa de estabelecer novos modos de comportamento de sua população (Mayboroda, 2017). Todo esse pioneirismo, de acordo com Feix e Goellner (2008), foi graças ao idealizador da proposta, Frederico Gaelzer. Este intelectual, entre os anos de 1916 e 1925, morou nos Estados Unidos, formando-se pela Associação Cristã de Moços (ACM) do referido país. Nesse momento, a interlocução com os chamados *playgrounds* estava bastante aquecida, principalmente, pela criação da *Playground Association of America*, fundada em 1906, na ACM de Washington, difundindo a ideia de que brincar em condições adequadas era essencial para o desenvolvimento da saúde e do bem-estar das crianças. Portanto, conforme indica Frost (2010), o parque infantil tornava-se uma necessidade para as propostas educacionais relacionadas a área da Educação Física. Assentado nesse pensamento Frederico Gaelzer desenvolveu seu trabalho em Porto Alegre, e posteriormente, nas demais cidades gaúchas.

Kuhlman Júnior (2019) argumenta que, desde a década de 1920, o estado de São Paulo também vinha tendo discussões e tratativas para a implementação de parques para contemplar a cultura física infantil, resultando, em 1930, na construção na cidade de São Paulo, do parque infantil D. Pedro II. Em 1933, o Estado de São Paulo instituiu em seu Código de Educação os “campos de recreios e jogos”, em alusão aos *playgrounds* norte-americanos. A partir desse momento, por intermédio do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (DEF-SP), surgiram

tratativas para a implementação de um programa arquitetônico para a instalação de parques infantis, que acabou se consolidando em 1935, quando o então prefeito da cidade, Fábio Prado, criou o Serviço de Parques Infantis, que foi responsável pela construção de diversos parques desse tipo na capital paulista. Esse novo departamento era parte integrante do recém-criado Departamento de Cultura, que ficava a cargo do importante intelectual modernista Mário de Andrade, que passou a ser uma figura importante para o desenvolvimento dos primeiros parques infantis no cenário paulistano. Foi nesse contexto que Nicanor Miranda passou a ser responsável pela seção de Parques Infantis, dentro do referido departamento (Ferreira, 2015; Kuhlman Júnior, 2019).

O estado de Minas Gerais passou por um processo bastante similar, visto que a Inspetoria de Educação Física também foi fundamental para a instalação de parques infantis no cenário mineiro. As ações se deram, principalmente, pelas mãos de Renato Eloy de Andrade, que assim como o gaúcho Frederico Gaelzer, teve sua formação realizada nos Estados Unidos, na Associação Cristã de Moços (ACM). Silva (2019) comenta que, no período de 1927 a 1937, houve a instalação de três praças de jogos em Minas Gerais. No entanto, as notícias veiculadas na imprensa local do período indicam que a primeira praça do estado foi construída na Escola de Aperfeiçoamento, em 1932, empreendimento que foi seguido, em 1933 por mais duas ações que eram anexas aos Grupos Escolares.

Assim como nos outros estados, no Paraná, os parques foram fomentados por um dispositivo estatal. A ação foi encampada pela Diretoria Geral da Educação, por intermédio de seu departamento especializado de Educação Física, chefiado por Francisco Mateus Albizu. “Assim é que graças ao dinamismo e a esclarecida visão daquele técnico, várias cidades do Estado, foram beneficiadas com a criação de parques infantis” (O Dia, 02/10/1936, p. 6). Desse modo, pode-se incutir que, devido a sua formação realizada na Associação Cristã de Moços (ACM), o intelectual importou o modelo norte-americano para o contexto paranaense, entendendo a importância e a necessidade desse tipo de empreendimento para as crianças paranaenses e aplicando tal proposta nas principais cidades do estado do Paraná. Índícios relativos a implementação destas praças foram localizadas na imprensa paranaense como, por exemplo, na notícia veiculada, em novembro de 1936, no Jornal “O Dia”, comentando sobre Parques Infantis instalados pela Diretoria de Educação:

Aparelhados racionalmente e construídos de molde a ministrar util recreação ao maior numero de crianças possível, os parques infantis, além de se constituírem em fatores de embelezamento urbano vieram imprimir um ritmo dinamico á educação física do Estado.

Balanças, gangôrras, carrocéis, argolas e outros instrumentos recreativos além de quadras de voleibol e cestobol trouxeram maior vivacidade á vida escolar (O Dia, 20/11/1936, p.6).

No entanto, os campos de jogos implementados, no Paraná, começaram de maneira diferente das outras localidades discutidas anteriormente. Ao invés de empreender esforços, na capital, as primeiras inciativas foram postas em curso em cidades do interior do estado. De acordo com o conjunto de fontes analisadas, o primeiro parque infantil implementado pelo aparato estatal, comandado por Francisco Mateus Albizú foi na cidade de Ponta Grossa, em 1935, na praça Barão do Rio Branco. A cidade, localizada nos Campos Gerais do estado, foi a primeira a ter um espaço reservado as suas crianças. Fato que não passou despercebido pela imprensa paranaense, conforme pode ser evidenciado na seguinte nota publicada no *Diário da Tarde*, em julho de 1935:

Está sendo dado início a construção, na praça Barão do Rio Branco, de um amplo e magnífico parque infantil, que será, em futuro mui próximo, o recreio e o gaudio da petizada pontagrossense, que ali irá “esquecer” as suas “horas de amargura” (Diário da Tarde, 03/07/1935, p.7).

O parque infantil serviria para suprir a lacuna relativa a falta de espaços para o cultivo da cultura física da mocidade da cidade de Ponta Grossa. A praça a qual o parque foi instalado carecia de maiores cuidados, já que estava abandonada e poderia trazer malefícios à população. Assim, ao ser reformulada, poderia servir aos propósitos da Escola Normal, do Grupo Escolar e Jardim de Infância, que funcionavam no mesmo prédio, em proximidade a Praça Barão do Rio Branco, que foi arborizada e ajardinada. Nesse espaço, conforme noticiado no jornal *O Dia*, também foram instaladas quadras destinadas ao Jardim de Infância, quadras para basquete e vôlei, além de carrossel, barras, balanços etc. (O Dia, 17/11/1935, p. 6).

Segundo matéria publicada no *O Dia* a inauguração do parque foi recebida com grande entusiasmo pela população ponta grossense e contou com um grandioso cronograma de comemoração, que se estendeu por um dia todo. O jornal informou que pela manhã foram recebidas inúmeras autoridades paranaenses, ligadas a instrução pública e ao esporte. Dentre elas, foram destacadas as figuras de Dr. Gaspar

Velloso, então diretor da Instrução Pública do estado do Paraná e Francisco Mateus Albizú, diretor da Inspetoria de Cultura Física. As comemorações contaram com demonstrações ginásticas, competições esportivas, corridas e brincadeiras, destinadas aos estudantes ponta grossenses da Escola Normal, Grupos Escolares, Escolas de Aplicação, bem como aqueles vindos de Curitiba e Paranaguá. Atividades que se estenderam por todo o período vespertino. A publicação realizada no jornal paranaense, acabou por resumir a festividade com as seguintes palavras: “Ver-se a azafama alegre e o sussurro encantador de dezenas de crianças, iluminando com a graça dos seus inocentes sorrisos o ambiente do primeiro Parque Infantil do Paraná” (O Dia, 21/11/1935, p. 5).

No ano seguinte, em 1936, houve a inauguração do Parque Infantil de Campo Largo, cidade vizinha a Curitiba. O referido espaço visava fomentar a saúde e a cultura física das crianças paranaenses. A implementação desse parque também não passou despercebido pelo olhar da imprensa paranaense, tanto que em setembro de 1936, o jornal Diário da Tarde, publicou notícia relativa a ação posta em curso em Campo Largo: “No espaçoso pateo de recreio do Grupo Escolar, dr. Macedo Soares foram erigidos aparelhos para ginastica, balanças. Foram construídos campos para tennis, para bola ao cesto e outros jogos, assim como excelente caixa para saltos de altura e de extensão” (Diário da Tarde, 24/09/1936, p. 6). O Parque também contava com outros aparelhos para a recreação infantil, como gangorras e argolas, além de quadra de vôlei e pistas de corrida (O Dia, 02/10/1936, p. 6).

Os anos seguintes foram bastantes movimentados, visto que houve a construção de parques infantis em várias cidades paranaenses. A região litorânea experimentou grande agitação, com a implementação dos parques em Antonina, Morretes e Paranaguá (O Dia, 14/05/1938, p. 2). Em Paranaguá, o jornal *O Dia*, mencionou em suas páginas que foi construído um campo de jogo em frente à Escola Normal, localizado na Praça João Gualberto, e que foi inaugurado em 1937 (O Dia, 29/07/1937, p. 3). Nesse mesmo ano, inicia-se a construção de um Grupo Escolar em Antonina, na Avenida Uruguay, principal via da cidade e situada em frente à estação de trem, que teria em anexo, um parque infantil (O Estado, 02/07/1937, p. 2). O mesmo ocorreu em Morretes, no qual houve a construção de um novo Grupo Escolar em frente à estação ferroviária, equipado com um parque infantil (O Dia, 30/07/1938, p. 3).

Outras cidades do interior também receberam investimentos relativos ao desenvolver parques e praças. Foram localizadas menções na imprensa informando que nas cidades de Castro, Lapa, Palmeira e Rio Negro ações deste tipo foram postas em curso. Em 1938, deu-se início a construção em Palmeira do parque infantil, localizado a poucos metros do Grupo Escolar (O Dia, 28/08/1938, p. 8). No ano de 1939, foram apresentados mais dois parques infantis com incentivo da Diretoria de Educação, situados em Castro e Lapa. A cidade da Lapa recebeu seu parque infantil anexo ao Grupo Escolar Manoel Pedro (O Dia, 04/04/1939, p. 8). Por sua vez, o município de Castro recebeu toda a aparelhagem na Praça João Gualberto, muito bem localizada, no centro da cidade. No entanto, em pouco tempo, o local foi abandonado, devido ao fato de os aparelhos terem sido desmontados para melhor se “assentarem” e jamais recolocados em seus devidos lugares, privando seu uso e não servindo ao propósito ao qual foram destinados (O Dia, 25/05/1939, p. 7). Por fim, Rio Negro recebeu seu Grupo Escolar “Barão de Antonina” em 1940, e junto deste, a inauguração do seu parque infantil (O Dia, 26/07/1940, p. 5).

Um importante ponto a se salientar era relativo ao caráter pedagógico dado a estes dois parques infantis, que pode ser observado em grande parte das localidades mencionadas. Segundo o educador argentino Ernesto Nelson, citado por Nicanor Miranda (1939), em artigo sobre o significado de um Parque Infantil em Santo Amaro no Estado de São Paulo, publicado na Revista de Educação Física, os parques infantis eram dispositivos que deveriam se alinhar ao sistema escolar e que necessitariam tomar a criança e a civilização como elas são de fato, harmonizando-as de maneira científica e humana. Algo que extrapolava o sistema educativo, que priorizava a uniformização e a docilização dos corpos infantis. Logo, poderia ser no espaço dos parques infantis que a criança teria a possibilidade de ir além e desenvolver a sua verdadeira natureza humana. Nesse cenário, um outro texto de Nicanor Miranda (1941, p. 9), publicado na Revista de Educação Física, explorou pontos bastantes interessantes, pois ao definir os parques infantis, argumentava que estes possuíam “um tríplice finalidade: assistir, educar e recrear”. E, que, outrossim, adquiria finalidades próprias, de acordo com as necessidades da criança, do meio e da população afetada, demonstrando o caráter fluido e mutável dessas construções arquitetônicas.

Ao ter em mente que as praças e parques eram dispositivos utilizados pela escola, pode-se também considerar que estes também se tornaram parte de uma

cultura material escolar. Conforme aponta Paulilo (2009), espaços como esses foram pensados, planejados e desenhados para o ensino, tornando-se, dessa forma, objetos profícuos para construir o entendimento da mentalidade do período, no que tangia à Educação Física a ser ministrada nos estabelecimentos de ensino, principalmente, após as reformas educacionais preconizadas por figuras como Anísio Teixeira e Fernando.

Inês Dussel (2019a) corrobora com esse pensamento e entende a importância de se assimilar o fenômeno da apropriação cultural de determinados objetos, para então, compreender sobre a dimensão material da vida social como um todo. A autora argentina, ainda, traz reflexões interessantes sobre a análise dos espaços, que segundo seus argumentos são a porta de entrada para observar o heterogêneo, o múltiplo no campo da História da Educação e que no caso dessa pesquisa de doutoramento pode também ser aplicada na História da Educação Física do estado do Paraná.

Segundo Dussel (2019b), os espaços operam de forma a organizar certa disposição e disciplina dos corpos, além de promover experiências sensoriais e afetivas. Por isso, as praças e parques podem ser locais nos quais um conjunto de práticas que envolvem corpos, espaços, objetos e saberes foram postos em curso. Um espaço de extensão da escola, lugar ocupado por estratégias especificamente pedagógicas. Afinal, segundo argumenta Viñao Frago (1996) um espaço, querendo ou não, educa e é sempre educativo.

Viñao Frago (1996) entende que o uso que se faz dos espaços, sua organização, sua disposição e sua percepção são produtos socioculturais, ou seja, trata-se de uma construção social bastante ampla. Então, os campos de jogos, de acordo com a Revista de Educação Física (1933b), eram os espaços nos quais a criança poderia brincar, local onde encontrariam prazeres e diversões, inculcando, inclusive, importantes valores, na formação moral dos corpos infantis. Sendo inclusive, um complemento ideal para a escola. Por isso, segundo Feix (2013), as praças eram quase sempre construídas próximas aos grupos escolares.

Contudo, a capital paranaense, recebeu seus primeiros parques infantis de forma tardia, levando em consideração os demais municípios do estado. Desta forma foram localizadas nos jornais duras críticas aos legisladores curitibanos. A imprensa indagava que na capital havia uma carência de espaços adequados para a educação

e o cultivo da cultura física das crianças conforme pode ser visto na matéria publicada no *Diário da Tarde*, datada de junho de 1938:

(...) relembrando-nos que mais de 10 cidades do interior e da marinha, como Ponta Grossa, Paranaguá, Morretes, etc. possuem parques infantis e tendo em consideração ainda mais que a nossa Prefeitura adquiriu a tempos todo o material para a construção de dois ou mais “playgrounds” na Cidade Sorriso, sugerimos ao eminente dr. Moreira Garcez, Prefeito de Curitiba, que assinale a sua passagem pela administração realizando esse importantíssimo melhoramento.

Homem viajado, culto e inteligente, sabe como nossa urbs é pobre, diremos mesmo paupérrima de lugares para distração da infância.

(...) Os parques viriam concorrer para aprimorar a formação de nossa juventude (*Diário da Tarde*, 28/06/1938, p. 1)

Enquanto cidades interioranas já gozavam dos benefícios de seus parques para a educação pueril, em Curitiba, havia ocorrido apenas algumas tímidas tentativas de estabelecer esse tipo de espaço. Como foi o caso das ações realizadas na praça Tiradentes e no Estádio Municipal, no Passeio Público, que seriam dotados de toda a aparelhagem para um parque infantil. No entanto, a imprensa curitibana noticiou que tais espaços funcionaram apenas por um tempo, mas que por razões diversas, deixavam de atender a população logo em seguida (*O Estado*, 16/10/1937, p. 2; *Diário da Tarde*, 26/02/1938, p. 8)

Embora, a recém-criada Inspetoria de Cultura Física estivesse tentando estabelecer um parque infantil na capital no ano de 1934, tal ação não se concretizou. Segundo matéria localizada no *jornal O Dia*, o objetivo era transformar o velho Largo Bittencourt em um “playground” e esta ação teria sido idealizada por Francisco Mateus Albizú: “o ante-projeto desse empreendimento de formidável influencia na preparação robusta de nossa juventude está a cargo do dr. Francisco Albizu, em boa hora nomeado inspetor de Educação Physica pelo Estado” (*O DIA*, 10/05/1934, p. 3). No entanto, de acordo com vestígios localizados na imprensa curitibana, a primeira empreitada a se consolidar na cidade ocorreu somente em 1938, através da construção de um parque infantil no Largo Ouvidor Pardinho, que foi edificado com campos e aparelhos para exercícios e jogos:

Curitiba vai ter, afinal, o seu primeiro parque infantil.

(...) Vai construí-lo a Prefeitura, ficando desta forma assinalada a passagem do Dr. Oscar Borges pelo governo da cidade por um melhoramento de enorme alcance para a infancia que dentro de pouco tempo terá onde se divertir e exercitar.

O primeiro “play groud” de Curitiba será no Largo Ouvidor Pardinho e constará de todos os requisitos necessarios ao seu belo fim.

Possuirá varios campos de bola ao cesto e voleibol gramado para varios jogos infantis, balanças, carrouseis, gangorras, pórticos para ginástica, um abrigo com todas as instalações sanitárias, um mastro de 15 metros de altura para hasteamento de bandeira, 1 bosque de arvores com bancos, canteiros de jardins, pista para corrida, caixa para saltos (Diário da Tarde, 09/03/1938, p. 1)

Além das instalações acima mencionadas, o parque abrigaria um amplo dispositivo arquitetônico, composto de diversos elementos:

De um suntuoso edificio onde as crianças encontrarão chuveiros para ambos os sexos. Instalações sanitárias, sala para professores, sala para médico, para curativos e massagens. Possuirá também uma biblioteca infantil, dotada de um vasto salão de leituras com ambiente apropriado afim de estimular o amor à leitura nas crianças. No terreno esportivo contará o Parque Infantil com: Quadras de Tenis. Quadras de voleibol e para a bola ao cesto. Estas obedecerão os preceitos mais modernos em materia de campos esportivos. Possuirá também um ringue para patinação, um tanque para vadeação e três bosques frondosos onde as crianças acompanhadas de suas famílias poderão se abrigar quando nos dias de canícula. Contará ainda com caixas de areia para a pratica de salto em extensão e altura. Uma pista para bicicletas será também construída, podendo ser com facilidade realizadas competições desse empolgante esporte (Diário da Tarde, 03/05/1941, p. 1).

Ao analisar o trecho publicado, é notável a empolgação com o empreendimento realizado e encabeçado pelo então diretor de Instrução Pública. A matéria indica que o parque infantil do Largo Ouvidor Pardinho poderia ser considerado um dos mais modernos e completos do sul do país. Afinal, segundo os argumentos levantados pelo jornal, o parque contaria com aparelhos de excelente qualidade e uma estrutura exemplar, tornando a solução dos problemas relacionados ao desenvolvimento das crianças paranaenses, pois não teriam mais a carência de espaços para cultivar os bons costumes e a cultura física, mesmo que de maneira tardia, considerando os outros municípios do próprio estado do Paraná.

Um importante ponto a se destacar foi a demora na realização da obra, uma vez que a primeira matéria localizada sobre a referida construção data do ano de 1938. Entretanto, só no dia 19 de abril de 1941 que ocorreu o lançamento da pedra fundamental da edificação (Diário da Tarde, 14/03/1941, p. 9; Diário da Tarde, 19/04/1941, p. 8), com a promessa de que a obra deveria ser concluída no próprio ano de 1941.

Após sua inauguração, o parque supracitado foi nomeado como “Parque Infantil Manoel Ribas”, e passou a ser frequentado por um grande número de alunos das escolas curitibanas. No parque era realizado jogos e atividades para o desenvolvimento físico da mocidade, acompanhados de professores de Educação

Física dos principais estabelecimentos educacionais da capital (Diário da Tarde, 11/11/1947, p. 2). Ainda que a capital necessitasse de espaços adequados para o desenvolvimento da cultura física das crianças a inauguração do parque, na praça Ouvidor Pardiniho, não parece ter surtido o efeito esperado. Visto que poucos anos depois da inauguração se localizaram matérias jornalísticas denunciando o abandono e a precariedade no qual o espaço se encontrava.

No entanto, por motivos não explicados, o parque infantil foi entregue a própria sorte, deixando de ter manutenções periódicas, o que resultou em sua deterioração. Este abandono foi noticiado pelos jornais, como é possível observar na matéria intitulada: “Um Parque Abandonado Apesar do Esmero da Sua Construção”, publicada no “Diário da Tarde”, em novembro de 1947:

Seria interessante se V. S. pudesse verificar o estado lastimável em que se encontra o aprazível local, que, durante a vida de seu inesquecível Patrono o saudoso seu Ribas, era sua “menina dos olhos”, sendo por ele sempre visitado e zelado como custosa relíquia, pois seu Ribas, era, sem favor, um verdadeiro amigo das crianças, dispensando-lhes, a todos os instantes, todos os carinhos.

Desde a morte do seu distinto Patrono, ficou o referido parque entregue ao mais completo e criminoso abandono por parte das autoridades responsáveis, resultando daí que, pouco resta agora, daquilo que foi encanto de nossa população infantil.

Tratando-se de um patrimônio público, e de uma obra de indiscutível utilidade que tão de perto interessa a nossa população infantil, urge que o atual Governo do Estado determine uma providencia qualquer, não só em benefício de nossa população escolar, como homenagem ao nome de seu inesquecível patrono (Diário da Tarde, 11/11/1947, p.2).

Mesmo compreendendo a importância desse tipo de espaço para o desenvolvimento das crianças curitibanas a matéria jornalística evidencia que o poder público dava pouca ou nenhuma importância para esse tipo de ambiente. Apesar de desprender alguns esforços para o estabelecimento de alguns espaços como estes, o governo não dava seguimento e condições para que se desenvolvessem a contento. Prova disso foi a tentativa de instalação de outros parques infantis em outros locais da cidade. Para contribuir com essa empreitada, conforme noticiado no “Diário da Tarde”, em 25 de janeiro de 1949, foram enviadas as professoras Diva Ruth Muller e Dyadalva O. Frederico, para um estágio em São Paulo, com o objetivo de visitar e estudar a organização e a direção dos parques infantis paulistas. Para, então, ter uma futura instalação no estádio Durival de Britto e Silva.

Contudo, nos anos seguintes ainda é possível se deparar com uma série de críticas, nos jornais curitibanos, denunciando a falta desses espaços no ambiente urbano da capital dos paranaenses:

Em nossa edição de quinta-feira última, falando sobre Parques Infantis, dissemos que, nossa capital não possui nenhum desses centros de recreação, na verdadeira extensão da palavra, o que, infelizmente é uma triste realidade.

Como é sabido, há em Curitiba muitas praças abandonadas, podendo esses locais serem utilizados para modernos Parques Infantis, tão necessários às crianças curitibanas.

(...) Há, entretanto, uma Praça no centro da cidade, que (...) seria oportuno, se nossas autoridades construíssem lá, o primeiro Parque Infantil, mas realmente um parque moderno e bem instalado, de que tanto necessitam nossas crianças (A Tarde, 11/09/1951. p. 1).

Desse modo, pode-se implicar que apesar dos exaustivos esforços dos órgãos e dos indivíduos engajados com a Educação Física, no estado do Paraná, a partir das diversas tentativas de oferecer espaços adequados para o divertimento e para a prática dos mais distintos exercícios físicos para a juventude, ainda na década de 1950, esses esforços não obtiveram consolidação.

Ainda que fosse um esforço da Inspeção de Cultura Física, foram outras localidades que mais se beneficiaram da estratégia concebida pelo órgão governamental competente. Afinal, ainda na década de 1950, havia um déficit muito grande de espaços como esse em Curitiba, como pode ser observado na matéria publicada pelo *Diário do Paraná*:

Se há uma cidade pobre em matéria de campos de esporte para as suas crianças, é Curitiba. Não tendo a vantagem de ser próxima ao litoral, onde as praias constituem campos de esporte naturais, a Capital paranaense quase que não pode oferecer às suas crianças oportunidades de praticarem esportes ao ar livre. (...) poderíamos citar duas ou três praças curitibanas onde a Prefeitura instalou pequenos parques infantis (Diário do Paraná, 05/08/1955, p.8).

Tal carência enfrentada pelo ambiente urbano curitibano esbarrava em um problema sinalizado por Viñao Frago (1996), ou seja, a falta de espaço com potencial para se transformar em um lugar de prática. Afinal, não havia a possibilidade de dar sentido e construir um lugar de sociabilidade e ideal para as práticas físicas, pois a cidade não fornecia espaços adequados para fomentar esse desenvolvimento. Entretanto, nesse caso, pode-se inferir que mesmo considerando a importância do exercício físico e do ensino de Educação Física nas instituições escolares, já que sua obrigatoriedade vinha sendo discutida desde os anos de 1930 (Diário da Tarde,

12/09/1930), as ações para sua consolidação, na capital paranaense, eram consideradas aquém do necessário. Apesar disso, vale ressaltar que os esforços que vinham ocorrendo para a modificação da cidade e do ideário urbano para suprir essa carência se manifestaram, já que levou a população a sentir a necessidade e a falta de espaços apropriados para a prática dos elementos da cultura física.

Embora, ainda na década de 1950, houvesse inúmeras críticas quanto a falta de espaços para a difusão dos elementos da cultura física, os jornais enalteceram as diversas tentativas de construção desses espaços posta em curso durante as décadas de 1930 e 1940, em todo o território paranaense. Os periódicos inferiam que o Paraná estava na vanguarda em relação aos demais estados e, inclusive, com relação a outros países sul-americanos: “Com o campo de Curitiba e mais os que, proximamente, serão realizados na Lapa, Antonina e Irati o Paraná se coloca na vanguarda dos Estados e mesmo países sul-americanos dotados de praças dessa natureza cuja utilidade é formidável” (Diário da Tarde, 09/03/1938, p. 1).

No entanto, ao observar as outras localidades, nota-se que existia um exagero em matérias como a acima reproduzida, já que o Paraná estava muito aquém de outros grandes centros urbanos do Brasil, principalmente em relação a São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como países como Argentina e Uruguai, que ressaltavam e proporcionavam meios para a sua população desfrutar da vida ao ar livre, principalmente a infantil (Scarlatto, 2015; Dussel, 2019c; Silva, 2019).

Porém, conforme observado no decorrer das análises aqui realizadas, pode-se afirmar que as praças e parques de esporte surgiram como uma ação do Departamento de *Cultura Physica*, com a intenção de fomentar os elementos da cultura física por todo o Estado do Paraná. Conforme discutido, anteriormente, em outros estados brasileiros, a presença da Associação Cristã de Moços (ACM) e do Rotary Clube foram uma constante no fomento aos Parques Infantis e da Educação Física. O Paraná e sua capital não diferem dos outros locais, visto que a presença dessas instituições foi bastante notável. A relação de Francisco Mateus Albizú com a ACM é indiscutível, já que realizou sua formação em Educação Física na referida instituição, e com isso, pode se apropriar de inúmeros conhecimentos e ações que reverberaram em sua passagem pelos cargos de direção que ocupou. Por isso, as incansáveis tentativas de instituir “*playgrounds*” em todo o estado do Paraná. Obtendo louros em numerosas cidades, entretanto, em Curitiba, devido a fatores que não se pode precisar, não conseguiu os mesmos feitos, pelo menos não até a temporalidade

delimitada para a presente pesquisa. Já a presença do Rotary Clube, mencionada anteriormente, pode ser observada na matéria veiculada ao jornal “A Tarde”, que indica a doação de todo o aparelhamento necessário para a instituição de um moderno Parque Infantil, destinado a Escola Maternal, de direção da Sociedade de Socorros aos Necessitados (A Tarde, 18/04/1951, p. 2).

Ao observar todo o exposto nesse subtópico é possível inferir que houve um certo progresso na tentativa de se estabelecer uma cultura física no estado do Paraná. Com isso, cresceu a necessidade da existência de indivíduos adequados e tecnicamente capazes de repassar à população as novas técnicas e saberes dessa área em exponencial fase de crescimento. Surgia então a eminente indispensabilidade da formação técnica e específica de professores para atuar nessa nova demanda social, que deveria ser sanada, em parte, com a inauguração da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, uma vez que, dentre o *hall* de disciplinas, encontra-se “Metodologia” que em sua ementa para o segundo ano do Curso Superior, dava ênfase aos parques infantis, contendo observação e estudo sobre o funcionamento e instalação desses parques (Albizú, 1944c).

3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PARANAENSES

A criação da inspetoria destinada ao desenvolvimento dos elementos da cultura física serviu, acima de tudo, para regular a prática da Educação Física nos estabelecimentos de ensino no estado do Paraná. Afinal, além dos inúmeros benefícios que a prática dos exercícios físicos poderia trazer para a mocidade paranaense, era reconhecido os problemas que a prescrição errônea poderia causar na juventude local. Por isso, a necessidade de se identificar a realização correta das lições dos elementos da cultura física. Para tal, havia inspetores responsáveis por essa fiscalização.

Conforme evidenciam Moraes e Silva, Moro e Souza (2022) e Moro (2022), a utilização dos elementos da cultura física vinha ocorrendo nas escolas paranaenses desde o último quartel do século XIX. Os autores lembram que tais saberes relacionados a área de Educação Física foram se aprimorando a medida que se adentrava no século XX. Moro (2022), argumenta que tais questões se intensificaram na década de 1920 e 1930. Fato que passou a fomentar a necessidade da existência de professores formados, especificamente, para a disciplina de Educação Física. Tal

exigência, assim como sinalizam Moraes e Silva e Capraro (2011) e Moro (2022), ganharam mais força nos anos de 1930, culminando para que na década de 1940 fosse criada a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, primeira instituição do estado responsável por prover vários professores para esse fim.

Cabe lembrar que os primeiros esboços da Educação Física como um saber escolarizado a nível nacional provieram da lei nº 630 de 17/09/1851, promulgada ainda durante o período Imperial. Esse dispositivo legal incluía a ginástica nas escolas primárias. Posteriormente, a medida foi regulamentada para o importante Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Até então, o estabelecimento era considerado modelo para as demais escolas brasileiras (Cantarino Filho; Costa, 2006).

Já em 1854, foi aprovada a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte (Rio de Janeiro), conhecida com a Reforma Coutto Ferraz, através do decreto nº 1.331-A, que garantiu o ensino da *Gymnastica* em todas as escolas públicas da corte. Assim, como sinalizam Limeira e Schueller (2008), esse foi o primeiro passo para difundir e ser exemplo para as demais províncias, no que tangia o ensino da ginástica. Logo, emergiu a necessidade de se formar professores qualificados para o ensino desse novo saber instituído.

Apesar disso, apenas em 1876, foi tomada uma medida legal referente à formação de professores. O decreto nº 6370 introduziu no município do Rio de Janeiro o ensino da *Gymnastica* e dos princípios gerais da Educação Física nas Escolas Normais. Desta forma, foram garantidas, mesmo que de forma inicial, as premissas das funções dos docentes de nível primário. Nesse decreto, apresentou-se pela primeira vez o termo “educação física”, já que até então, o termo predominante referia-se a ginástica (Cantarino Filho; Costa, 2006). A partir desse momento foi que um saber mais amplo para a área começou a ser esboçado, deixando de ser meramente exercícios físicos provindas da ginástica, em que uma preocupação com o ensino de outros elementos da cultura física também começaram a se mostrar presentes.

Entretanto, antes de se ter uma formação profissional adequada, para o ensino dos elementos da cultura física, a *Gymnastica* já figurava entre as práticas presentes nas escolas paranaenses. Desde que o Paraná se adequou às tendências nacionais, em 1882, momento no qual foi baixado um Ato Institucional assinado, no dia 30 de junho, pelo então presidente da Província, Carlos de Carvalho, instituindo a obrigatoriedade da *Gymnastica* em todas as escolas paranaenses:

O presidente da província, attendendo á conveniencia de melhorar a educação physica das creanças do sexo masculino e considerando que a gymnastica, desenvolvendo a musculatura e as vitalidades geraes tende a estabelecer o equilibrio, como ensinam os hygienistas, entre todas as funcções, entre as aptidões physicas e a capacidade intellectual, resolve:

Art. 1º Os professores das escolas publicas primarias do sexo masculino são obrigados a ensinar gymnastica aos alumnos tres vezes por semana e por tempo que não exceda de uma hora.

Art. 2º Enquanto a provincia não fizer distribuir os instrumentos e apparatus necessarios, o ensino da gymnastica, será feito pelo methodo do professor Schreber, de Leipsig – devendo os professores guiar-se exclusivamente pela – *Gymnastica domestica, medica e hygienica* desse professor, traduzida por Julio de Magalhães.

Art. 3º A directoria geral da instrucção publica remetterá a cada professor um exemplar da obra de Schreber e providenciará de modo que o ensino da gymnastica comece quinze dias depois de ter o professor recebido o alludido exemplar.

§ unico. Incorrerá nas penas indicadas no Regulamento Geral da instrucção publica o professor que deixar de cumprir o disposto neste acto.

Art. 4º A directoria geral da instrucção publica expedirá as instrucções que entende conveniente (Paraná, 1882, s/p).

A obrigatoriedade da *Gymnastica*, nas escolas primárias paranaenses, estava em sintonia com aquilo que estava ocorrendo nas principais cidades brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Localidade que já compreendiam a importância de exercícios físicos desde a tenra idade (Góis Júnior; Batista, 2010; Lyra; Mazo; Begozzi, 2016; Romão; Avelar; Moreno, 2023). Souza (2004) e Puchta (2007) descrevem que tal fato foi observado pelo então presidente da província do Paraná após viagem para São Paulo. No entanto, tais lições deveriam ser repassadas, exclusivamente, aos estudantes do sexo masculino, já que as meninas possuíam as lições de prendas domésticas. O seu “repasso” estava designado a todos os professores das escolas de sexo masculino, no qual ensino foi acrescentado às funções do professor. O que vai ao encontro do caráter generalista da educação observada nesse período, conforme apontado por Souza (1998).

A alternativa encontrada no Paraná para atenuar os problemas da falta de pessoal habilitado foi a disponibilização aos professores o livro “*Gymnastica domestica, medica e hygienica*”, escrito pelo médico alemão Daniel Schreber. O manual era considerado “capaz” de preparar qualquer indivíduo para ministrar um programa gímnico. Através de “um sistema de movimentos corporais medidos pelo autor e fáceis de executar em quaisquer circunstâncias” (Puchta, 2007, p. 27). Puchta (2007), salienta que o referido manual tinha o intuito de alcançar o equilíbrio entre as atividades corporais e intelectuais, além de evitar o desgaste do corpo, isto é, manter

a saúde em equilíbrio através da realização dos exercícios físicos bem calculados e definidos, racionalmente, com a finalidade de se evitar excessos.

Putcha (2007), Moraes e Silva, Moro e Souza (2022) e Puchta e Linhales (2022) argumentam que Schreber, em seu manual dividiu a *gymnastica* em algumas vertentes distintas. No entanto, o seu objetivo principal era a ginástica doméstica, que se caracterizava por ser um plano de movimentos dos músculos e de articulações que pudessem ser executados sem a utilização de aparelhos ou quaisquer outros objetos, podendo ser realizado em qualquer lugar. Portanto, pode-se notar que a *Gymnastica* na escola tinha o objetivo de manter os alunos ativos e, com isso, preservar a saúde através da educação e da atividade do corpo. Buscava-se combater o mal que assolava os grandes centros urbanos: o sedentarismo (Putcha, 2007).

Embora a obrigatoriedade do seu ensino tenha sido instituída em 1882, a *Gymnastica* não se inseriu rapidamente no cotidiano escolar, nem sequer no legislativo. Um dos motivos era a carência de professores especializados para ministrar a disciplina. Somente a formação realizada com o manual de Schreber não era suficiente para abranger todas as necessidades inerentes à ginástica. Por isso, a Escola Normal do Paraná, por ser a instituição de formação de professores, era incumbida de suprir essa necessidade de formação profissional. A referida instituição, assim como coloca Moro (2022), mesmo que de forma incipiente, começou a inserir os elementos da cultura física, principalmente, a *Gymnastica*, no processo de formação do professorado primário do Paraná.

Ao analisar os regulamentos escolares a partir de 1890, visando compreender o processo de inserção da disciplina de Educação Física na instrução pública paranaense, é possível perceber que a *Gymnastica*, mesmo sendo obrigatória, recebeu pouca e/ou nenhuma menção por parte das autoridades educacionais do Paraná. O Regulamento de Instrução Pública do Estado do Paraná de 1890 dispositivo legal publicado no alvorecer do período republicano e o primeiro após a obrigatoriedade da prática nas escolas primárias paranaenses, bem como o regulamento do ano seguinte, não fizeram menção à *Gymnastica* (Paraná, 1891).

Nota-se que, mesmo após quase dez anos da obrigatoriedade da sua execução nas escolas primárias, não havia nos documentos oficiais alusão à prática da *Gymnastica* e muito menos qualquer indício que a colocasse no processo de formação de professores realizado na Escola Normal do Paraná (Moro, 2022). Moro, Gomes e Moraes e Silva (2020), argumentam que a supressão da disciplina do regulamento

estava relacionada com os problemas financeiros enfrentados pelo estado do Paraná no período, pois a inclusão de mais uma disciplina acarretaria o aumento de pessoal e não haveria verba suficiente. No entanto, não há como afirmar com propriedade que esse argumento traduzia a realidade.

Não obstante, tão só com o regulamento de 1895, é que a *Gymnastica* mostrou um pouco mais evidente na legislação paranaense. Ela aparece como obrigatória para as escolas de primeiro e segundo graus, sendo nomeada de *gymnastica de salão*. “Assim como as demais matérias do programa, a parte destinada à *gymnastica de salão* também deveria ser ministrada pelos professores responsáveis pelas respectivas cadeiras ou escolas” (Putchá, 2007, p. 57).

Essa movimentação em incluir a ginástica no ambiente escolar pode estar relacionada à ascensão da cultura física no estado do Paraná. No fim do século XIX, o discurso modernizador se mostrou mais evidente na cidade de Curitiba, culminando na intensificação das modificações urbanas, pois a capital paranaense virou um canteiro de obras, a fim de instaurar benesses à população, com a criação de espaços verdes, de divertimento, de saneamento e embelezamento da cidade. Nesse sentido, Moraes e Silva (2011) salienta que ambientes públicos como praças, teatros, cafés, clubes sociais etc. cresceram de forma exponencial em Curitiba. Houve também a revitalização do Passeio Público, construído em 1886, tornando-o espaço propício para práticas ligadas ao cultivo da cultura física - que, posteriormente, ganharam características esportivas - uma vez que sua estrutura foi modificada para tal (Moraes e Silva; Quitzau; Soares, 2018).

Na esteira do Passeio Público, outras praças e locais públicos foram também modificados e/ou revitalizados. As áreas verdes tiveram bastante destaque na construção de uma cidade moderna, principalmente, por seu caráter higienista e civilizatório, tais áreas eram sinônimo de bem-estar e distinção, pois eram responsáveis por proporcionar ares puros e por deixar distante da população as doenças trazidas pela modernização, ou seja, foram os primeiros refúgios para a preservação da saúde e de distinção, porque materializava a difusão das regras de sociabilidade urbana nos moldes europeus (Moraes e Silva; Quitzau, 2018; Moraes e Silva; Quitzau; Soares, 2018).

O processo de modernização possibilitou que a cultura física se tornasse um importante meio de disseminação de discursos e dispositivos vinculados a forma e modo de exercitar o corpo, tornando indissociável o conceito de cultura física e a

modernidade, potencializadas pelos discursos médicos e pedagógicos em rápida ascensão no período, que conforme sublinharam Moraes e Silva e Quitzau (2018), incidiam diretamente na construção e educação dos corpos curitibanos. Tornar esse corpo adequado ao convívio social, ou seja, um indivíduo capaz de se integrar e agir a contento ao estilo de vida citadino, através de uma intensa e rígida disciplina corporal, pretendendo tirar a natureza selvagem do indivíduo e trazer à tona a natureza pacificada, ou mais do que isso, uma natureza “nobre e distinta”, se tornaria o ideal para o desenvolvimento da cidade.

A modernização gradativa de Curitiba foi preponderante para o desenvolvimento da cultura física. Afinal, práticas mais “civilizadas” e que garantissem o bem-estar dos indivíduos poderiam ser fomentadas pelos exercícios físicos. visto que eles poderiam ser responsáveis por ativar e proteger a saúde corporal do indivíduo contra os males urbanos (Moraes e Silva, 2011). A forma mais ampla de educar esses corpos, principalmente, os mais jovens, seria nas escolas, local no qual a mocidade adquiriria conhecimentos e habilidades para estar sintonizada como novo modelo social mais moderno.

Com todo esse processo de valorização da cultura física não é de se estranhar que seus elementos ganhassem mais espaço na legislação educacional. O Decreto n° 93, de 11 de março de 1901, fazendo valer a lei n° 365 de 1900 que regulamentava o ensino público no Paraná, estabeleceu uma nova relação com a *Gymnastica*. No seu art. 21° a *Gymnastica de salão* aparecia como componente curricular somente para o segundo grau do ensino primário, e com relação ao ensino secundário, de acordo com o art. 137° que estabelecia as matérias ministradas ao longo dos seis anos de curso, apresentava a *Gymnastica* sob o ponto de vista *hygienico*. Todavia, no artigo seguinte, ao detalhar cada conteúdo e estabelecer a carga horária semanal para cada ano, o regulamento não mencionava a disciplina. Ela também não aparecia nos programas de ensino, que situavam as temáticas de cada série (Paraná, 1901).

Ao relatar sobre as aulas, regime e disciplina, o regulamento indicava algumas atividades permitidas aos alunos nas dependências da escola. Porém, não indicava onde e em que momento tais práticas eram ou deveriam ser realizadas. Assume-se, com base nos regulamentos anteriores, que elas poderiam ocorrer nos momentos de recreio: dez minutos de descanso a cada uma hora de estudos. Já o art. 157° assinalava que outros elementos da cultura física começavam a ser pensados como possibilidades educativa:

São permissíveis como jogos escolares: a barra, a amarela, o foot-ball, a petéca, e o jogo da bola, o *cricket*, o *lawn-tennis*, o *croquet*, corridas, saltos, e outros, que a juízo do director, concorram para o desenvolver a força e a destreza dos alumnos, sem pôr em risco a saúde (Paraná, 1901, p. 122).

Ao analisar a passagem, nota-se que outros elementos da cultura física estavam presentes na escola. Já se pensava na utilização de alguns jogos, esportes e outros exercícios físicos. Portanto, observa-se que havia um terreno fértil para se instalar a disciplina de *Educação Physica* nas escolas do estado do Paraná. Embora tal nomenclatura ainda fosse pouco utilizada nos documentos oficiais. Constata-se, então, que estava se consolidando uma cultura física no ambiente escolar, uma reverberação do ideário social mais amplo que estava se construindo entorno das práticas físicas de divertimento e de desenvolvimento físico, na cidade de Curitiba, conforme aponta Moraes e Silva (2011).

Outro ponto a se destacar em relação ao avanço das culturas físicas no presente regulamento é que, pela primeira vez, a função de “ensinar” a *Gymnastica* no ensino secundário passou para um profissional específico. O art. 191º versava sobre um mestre de *gymnastica*, “nomeado por portaria do Secretario do Interior, sob proposta do director-geral” (Paraná, 1901, p. 130). A função de mestre não era relativa ao lente, nem ao professor, o que demonstrava certa “inferioridade” da disciplina, pois não foi criada uma cadeira específica para tal. Apesar disso, nota-se desenvolvimento na “importância” da prática, visto que passa de uma visão generalista, quando docentes de outras áreas repassavam os movimentos, para um mestre específico, responsável somente pelo seu ensino.

Em 1903 ocorreu a publicação de outro regulamento, o Regimento Interno das escolas públicas do Paraná. Este documento intentava dar unidade a metodologia das escolas públicas do estado, fazendo com que todas funcionassem da mesma forma. A *gymnastica* de salão continuava sendo componente dos dois anos do segundo grau, contando com exercícios que movimentam os braços e as pernas, o tronco e o pescoço. Diferente dos regulamentos anteriores o regimento, de 1903, apresentava em anexo uma lista de livros que deveriam ser adotados, além de algumas recomendações que deveriam servir como base de consulta para os professores. Pela primeira vez houve a indicação de um manual de *Gymnastica* diferente do imposto no ato institucional de 1882. O selecionado foi o Manual de *Gymnastica Escolar*, de M. Caldas e E. de Carvalho (Paraná, 1903).

Em 1907, conforme salienta Souza (2004), diante do intenso debate sobre a reestruturação do sistema de instrução pública do estado do Paraná, devido ao fato de o Regulamento em vigor, de 1901 ser incipiente, pois todos os outros foram revogados, foi apresentado um projeto de reforma do Regulamento de ensino, que culminou na formulação de um novo Regulamento de Instrução Pública do Estado, a vigorar a partir de janeiro de 1908. No entanto, por consequência de diversas pressões políticas, ele foi revogado, tendo vigência de pouco mais de um mês, voltando a valer a redação de 1901.

O Regulamento de 1907 continuava a reservar um espaço para a *Gymnastica* no ensino primário, buscando ampliar os espaços escolares para a sua realização. O dispositivo legal contava com um anexo com uma série de prescrições para os estabelecimentos de ensino. Dentre elas encontrava-se uma relacionada *educação física*, que não deveria ser constituída como aula e passaria a ser de caráter não obrigatório, a ser desenvolvida nos recreios, com jogos que desenvolvem a força física e a saúde dos alunos. Nesse momento houve uma alteração na nomenclatura relacionada aos exercícios físicos. O nome *Gymnastica* passou a ser substituído pelo de *educação física* (Paraná, 1907).

No ano seguinte, a revogação do Regulamento, de 1907, houve uma movimentação para que fosse redigido uma nova normativa, devido a necessidade de reformulação do ensino público. O que culminou, em 1909, no “Regulamento organico do ensino publico do Estado”. Pela primeira vez a *educação física* se apresentou como elemento que deveria ser ministrado em todas as escolas do ensino primário, desde a educação infantil. A redação do Regulamento de 1909 colocava a *educação física* em evidência em alguns momentos. No entanto, embora o destaque seja maior do que nos regulamentos anteriores, seu papel ainda era bastante ínfimo. Ela, até então, não tinha um caráter de disciplina, nem no ensino primário, nem no complementar (Paraná, 1909). Porém, assim como os demais, esse regulamento também foi revogado, voltando a valer o de 1901.

Uma nova tentativa de reformulação do sistema de ensino paranaense ocorre em 1912. No referido documento encontraram-se mudanças significativas na estrutura e no funcionamento do ambiente escolar. Com relação aos elementos da cultura física o documento elucidava que eles deveriam ser instituídos nos cursos elementar e complementar. Conquanto que houvesse uma atenção com os exercícios físicos, estes ainda não configuravam como uma disciplina obrigatória. Mas já se percebia a

presença de um ideário que demonstrava a necessidade destes para a formação do estudante. Principalmente, com relação aos outros elementos que circundam a prática da *gymnastica* e da *educação physica*, como era o caso da *hygiene*, que retoma seus status de disciplina, com a criação de uma cadeira específica para tal saber. Entretanto, tal reforma, assim como as demais, não teve força para se firmar, deixando de ter validade legal, retomando, novamente, ao documento de 1901.

A partir da ineficiência da publicação de regulamentos de ensino que não se sustentavam, o presidente do estado sancionou o decreto n° 710, de 18 de outubro de 1915, que institui o “Codigo de Ensino do Estado do Paraná”. Um documento bem mais detalhado em relação aos anteriores, trazendo muitos elementos já abordados anteriormente. A cultura física ganhou maior destaque no novo código, sua prescrição ia desde as escolas maternas até o ensino secundário. Pela primeira vez o programa de *Gymnastica* foi detalhado, mostrando exatamente o que se deveria ensinar e a frequência com que deveria acontecer. Outro ponto crucial a se observar é a atenção em inculcar nos alunos a ideia de que a *educação physica* possui preceitos científicos. Além de estar mais nítida uma separação entre a *gymnastica* e a *educação physica*. Dando indícios de que uma mudança de mentalidade estava sendo posta em curso no Estado do Paraná.

No Código de Ensino de 1917, sob o decreto n° 17, não houve muitas mudanças com relação à *Gymnastica*, nota-se que as referências são menores do que no código de 1915. Nesse mesmo ano tem-se o “Programma de Ensino para o Grupo Escolar Modelo da Capital e similares”. No referido programa foi descrito tudo o que se deveria ser trabalhado em cada ano do ensino primário em cada disciplina. Dentro da disciplina de *Hygiene*, além de estabelecer os cuidados com banho, limpeza etc., tinha no terceiro e quarto ano o ensino específico de *Gymnastica* e outros exercícios físicos. Para a *Gymnastica* havia prescrições específicas dos exercícios a serem utilizados, em todos os anos do ensino primário, iniciando pelo segundo ano. As prescrições contavam com 12 posições (exercícios) para ambos os sexos e um 13° exercício só para meninos. Todos os exercícios foram detalhados de forma cuidadosa, para que não haja dúvidas ou erros em sua execução. Depois de aprendidas todas as posições, o professor poderia passar outras diferentes, mas deveria seguir o plano apresentado, isto é, prescrever exercícios que envolvessem as mesmas habilidades (Paraná, 1917).

Nos anos seguintes, houve intenso furor e efervescência social, provindo de diversos debates com relação à educação nacional, culminando na tentativa de reformar o sistema de ensino (Souza, 2004). A chegada de Cesar Pietro Martinez, na década de 1920, para encabeçar a reestruturação da educação paranaense afetou, diretamente, o ensino da *gymnastica* na escola que passou, paulatinamente, a ser denominada como *educação physica* (Putcha, 2007; Moro, 2022). Souza (2004) argumenta que o novo Inspetor Geral de Ensino não estava contente com a forma que a instrução paranaense se desenrolava. Para tentar amenizar o problema, em 1921, foi lançado um novo programa para os grupos escolares que eram o que se dispunha de mais moderno na pedagogia. Nesse documento continha prescrições para o programa de *Gymnastica*, bem mais avançado e dinâmico que os anteriores estabelecendo exercícios a serem realizados, em cada ano de curso, que envolviam calistenia, marchas, corridas, canto, danças, exercícios militares e jogos *gymanasticos* (Paraná, 1921). Nota-se um exponencial avanço em relação ao programa de 1917, abrangendo outras práticas físicas para além dos exercícios estáticos, conferindo à educação física mais dinamismo e ludicidade.

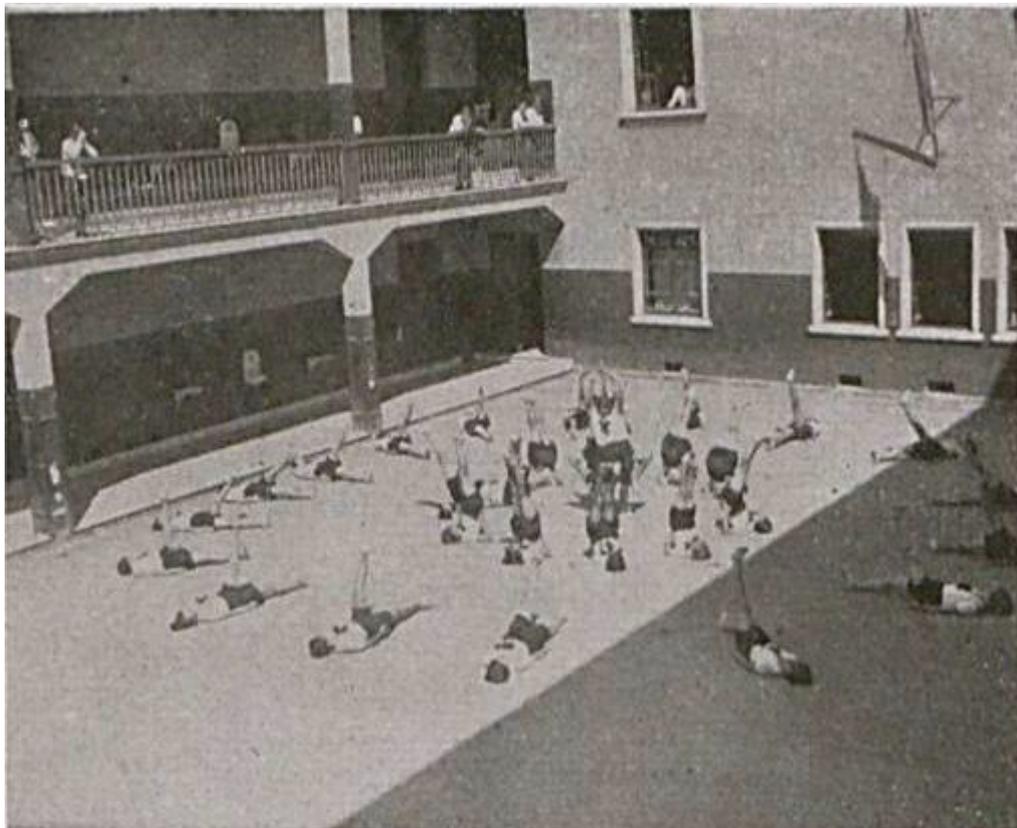
No relatório de 1922, enviado ao Inspetor Geral de ensino, existe uma seção específica para a educação *physica*, acontecimento não presenciado em relatórios anteriores. O que se verificava nos relatórios anteriores eram passagens que se referiam à *Gymnastica*, porém, nada com maiores aprofundamentos. A seção específica do relatório foi redigida por Aristoteles Xavier, militar do estado do Paraná, designado através do Decreto nº 148, de 6 de fevereiro de 1922, como instrutor de *gymnastica*, nos grupos escolares da capital, a fim de preparar os alunos para os números de *gymnastica* e exercícios *callisthenicos* a serem exibidos nas festas de independência política (Paraná, 1923). O instrutor relatou que encontrou dificuldades para desempenhar suas funções, dentre as quais ressaltava a falta de compreensão dos pais em relação aos exercícios físicos, considerados por eles prejudiciais às crianças, já que a intenção da escola não era formar soldados, mas sim ensinar a “fazer contas”. Além de atender sozinho onze grupos escolares e a escola intermediária, o que prejudicava seus esforços, dado que o tempo hábil o permitiu dar somente uma aula por semana em cada estabelecimento.

O militar criou seu próprio programa de *Gymnastica*, com vistas a examinar os alunos e identificar o nível de adiantamento destes. Tal programa consistia em exercícios de marcha e quatro séries de ginástica. Dessa forma, conferiu notas a cada

uma das crianças e as dividiu em classes, das mais avançadas para os aprendizes, seguindo os moldes do escotismo. Outro ponto crucial enfrentado pela “regularização” da educação *physica* na escola correspondia à falta de interesse dos alunos e a pouca importância conferida à prática. Para contornar o problema, Xavier tomou algumas precauções: “não obstante tantas medidas tendentes a evitar abusos, tornou-se necessário que varios directores viessem em meu auxilio e levassem em conta no boletim mensal as notas obtidas nas aulas de gymnastica” (Paraná, 1923, p. 79).

Ao analisar os relatórios, dos anos posteriores, pode-se notar que a atenção voltada à educação *physica* tomava proporções cada vez maiores. Sua importância era, visivelmente, mais compreendida. A cultura física passa a figurar, intensamente, no cotidiano do cidadão paranaense. Prova disso foi um artigo veiculado nacionalmente na Revista de Educação Física, mostrando os trabalhos realizados nas escolas primárias paranaenses: “O Paraná nos dá uma demonstração de como se conduz a educação dos jovens. (...) Nota-se que, apesar do modesto aparelhamento da escola, os directores oferecem aos seus alunos a alegria e os benefícios dos jogos e exercícios ginásticos” (Revista de Educação Física, 1938b, p. 23).

Figura 5 - Alunos em uma lição de Educação Física em uma Escola Primária no Paraná



Fonte: Revista de Educação Física (1938b, p.23)

Além das sessões de ginástica, aconteciam também os jogos e as brincadeiras em aparelhos próprios para a Educação Física que, apesar de modestos, serviam ao propósito como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 6 - Grupo de alunos posando em um dos aparelhos da Escola



Fonte: Revista de Educação Física (1938b, p. 23)

Portanto, ao investigar a legislação educacional paranaense, é possível perceber que a Educação Física passou por um processo lento e árduo, até adentrar ao *hall* dos saberes escolares. Enfrentou diversos silenciamentos e oposições, muito pelo fato de não se ter um saber científico por trás, relegada, por muitas vezes, amparada somente no empirismo, podendo trazer prejuízos se ministrada de maneira incorreta. A falta de especialização dos docentes contribuiu, fortemente, como um grande problema enfrentado. Todavia, mesmo como todos esses obstáculos, fica claro que, devido aos esforços de vários indivíduos, a Educação Física pode se

estabelecer no estado do Paraná, aperfeiçoando cada vez mais seus saberes e se inserindo como um conhecimento indispensável ao âmbito escolar. Fato que resultou na ideia da criação de uma Escola de Educação Física na capital paranaense.

4. A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ: A GÊNESE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ

Com o avanço da preocupação com a Educação Física como parte integrante das atividades curriculares da instrução pública do estado do Paraná, começou a se esboçar uma nova preocupação: a formação profissional de docentes para atuar nessa nova área de conhecimento. Conseqüentemente, o presente capítulo se debruçou no intento de compreender como se deu a ambiência, isto é, os esforços, tratativas e tensões para o estabelecimento de uma instituição capaz de formar, a partir de preceitos científicos, especialistas para atuarem como professores de Educação Física na instrução pública em terras paranaenses.

Conforme salientado anteriormente, o Brasil, durante a década de 1930, passava por um intenso debate e processo de reestruturação educacional. A concretização de todo esse movimento de estruturação de um campo relativo a Educação Física data dos anos finais da década de 1930. Quando em 17 de abril de 1939, o então presidente da república Getúlio Vargas, usando suas atribuições relativas ao Art. 180 da Constituição Federal de 1937 (Brasil, 1937), expede o decreto-lei nº 1.212, que criava, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Melo, 1996).

Moraes e Silva e Capraro (2011), indicam que a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (E.E.F.D.P) foi concebida com base nas premissas do decreto-lei supracitado, o impulso necessário para a efetivação de uma empreitada desse tipo no cenário paranaense. Afinal, conforme apontam Moro (2022) e Moro, Quitzau e Moraes e Silva (2022), a falta de mão de obra especializada já vinha sendo notada, desde as reformas educacionais ocorridas na década de 1920, quando Cesar Pietro Martinez já indicava que os normalistas eram incapazes tecnicamente de repassar os preceitos da cultura física em sua totalidade, mais especificamente, nas vertentes de divertimentos e jogos (esportes). Segundo aponta Moro (2022), as normalistas possuíam apenas um ínfimo conhecimento nos métodos ginásticos, repassados pelos manuais de ginástica utilizados no Estado do Paraná, bem como pela parca formação recebida no interior da Escola Normal do Paraná.

Ao observar todo esse panorama, fica evidente que já havia, nesse momento, uma articulação no sentido de se criar suportes e fundamentação para auxiliar e capacitar docentes para proporcionar a educação do físico dos discentes de todas as escolas paranaenses. A vanguarda para essa estruturação que se anunciava na área era relativa à criação, em 1937, de um curso de Educação Física para professores vindos de todas as localidades do estado do Paraná. O curso foi ministrado pelo Professor Francisco Mateus Albizu e pelo Dr. Maximo Pinheiro Lima, com a cooperação de um técnico, contando com 180 participantes, dentre professores, professoras e diretores de grupos escolares (O Estado, 19/02/1937).

Esta modalidade formativa seria mantida pela Inspeção de Educação Física, subordinada à Diretoria Geral de Educação, como pode ser observado na entrevista concedida pelo Dr. Máximo Pinheiro Lima, em dezembro de 1937, ao jornal *O Estado*:

Em interessante palestra com "O Estado", o Dr. Máximo Lima diz da utilidade do curso de Gymnastica e da necessidade do seu desenvolvimento.

O ESTADO noticiou a realização de um curso rápido de gymnastica para professores, levado a efeito durante as férias de hontem, 20, terminado.

As aulas theoricas estiveram a cargo do dr. Máximo Pinheiro Lima, proficiente clinico que se especializou em educação physica e as praticas, do tenente Aristhethenis Sarmento.

Findos os trabalhos daquela organização technica, offereceu-se-nos ensejo de uma troca de impressões com aquelle abalisado clinico que nos encareceu a importância da iniciativa do director de Educação, Dr. Gaspar Velloso, concorrendo para sua effectivação.

- Domingo – disse-nos o Dr. Pinheiro Lima – teremos ensejo de entregar um certificado de aprovação a 60 professores paranaenses que, vindos de varios pontos, frequentaram com assiduidade as lições de educação physica. Não se cogita, propriamente, de um curso que demandava mais tempo. Foram apenas aulas dentro de um programma synthetico e relativas a biometria, physiologia, ligadas á educação. Fizemos sabbatinas e provas finaes, dentro de certo rigor, que reclamava, é lógico, muito esforço do magisterio. E este, por sua dedicação, por sua intelligencia, correspondeu plenamente ás nossas exigências. A educação physica, pode disso ficar certo, para quantos trabalham nas fileiras do ensino e da medicina deixou de ser aquella maneira de cansar as crianças nas vésperas de festas. É algo muito serio com a finalidade de embellezar o corpo, dando-lhe desenvolvimento e equilibrio. Para tanto, vimos, dentro de recursos modestos, lutando. E vae se conseguindo algum resultado. Ha na Assembléa um projecto criando uma escola de educação physica, mediante a modesta dotação de 50 contos. Si lograssemos sua passagem, poderíamos instituir esse curso ainda este anno. E é o que esperamos do patriotismo dos srs. congressistas. Trata-se de uma quantia pequena. Mas em quantos beneficios ella reverteria para a melhoria da raça! São Paulo criou duas escolas de educação physica.

A da capital disporá de 3 mil contos para sua expansão e funcionamento. A de Campinas 2.000 contos para o mesmo objectivo.

Nós daremos os primeiros passos com apenas 50 contos para a installação de um curso de um anno, donde sahirão mestres preparados para a incrementação da gymnastica racional em todo o Estado.

O que já fizemos é relativamente muito. E o que pretendemos fazer nos dará ensejo para mostrarmos a conveniencia e o valor desse ramo da educação (O Estado, 02/12/1937, p. 1).

A matéria publicada no jornal paraense traz à tona uma série de elementos interessantes para a análise. O trecho deixa claro que já circulavam no contexto paranaense retóricas que apontavam a necessidade de ter cursos de formação de professores que pudessem dar conta da crescente demanda dos elementos da cultura física, sobretudo, no que concernia ao ensino da ginástica nos estabelecimentos escolares. Por este motivo era necessário realizar os primeiros cursos de formação de docentes no Estado do Paraná. A notícia publicada no jornal curitibano evidencia ainda que apesar de uma primeira ação ter formado cerca de sessenta professores ela não seria suficiente para suprir a demanda existente no contexto paranaense.

Nesse sentido, a criação de uma instituição específica para formar profissionais de forma contínua era desejada. No entanto, devido ao baixo investimento por parte do poder público, posto que “solícito” em estruturar uma instituição que fornecesse ambiente específico para a formação desses profissionais, a verba irrisória destinada a esse fim, não seria suficiente para concluir tal empreitada (Moraes e Silva; Capraro, 2011). Uma vez que, conforme salientado pelo próprio Máximo Pinheiro Lima, a quantia designada para a criação de uma Escola de Educação Física no Paraná era demasiadamente menor do que a observada em outras localidades, o que dificultaria o início desse processo no contexto paranaense.

Percebe-se na notícia a presença de uma retórica que ansiava pela qualificação da disciplina, dando-lhe fundamentação científica, teórica e prática. Afinal a todo momento foi mencionado que Máximo Pinheiro de Lima era um respeitável clínico que tinha amplos conhecimentos nos campos da Medicina, Biometria e Fisiologia. Buscava-se através destes saberes respaldar os conhecimentos difundidos nestes cursos, ressaltando a importância da formação dos professores aptos a ensinarem os elementos da cultura física e para isso era necessário justificar o valor da Educação Física para a sociedade. Nesse contexto, uma outra notícia publicada no jornal *O Dia*, em fevereiro de 1937, trazia elementos bastante interessantes sobre a importância de um Curso de Educação Física dentro de um discurso pautado numa maior cientificidade:

Dentro do processo educativo estadual, o Curso assume considerável importância pela projeção de suas finalidades.

Ministrando aos professores especializados de educação física um preparo que traduz fielmente as mais recentes conclusões científicas e fugindo ao empirismo secular, o Curso de Educação Física, pelo valor de sua

organização, pela difusão dos métodos mais racionais, pela síntese do seu objetivismo sadio e pela notável orientação que irá imprimir às atividades físicas de nossa infância, é um empreendimento de real vulto e desvanecedor para a avaliação do méritos renovadores das nossas autoridades de Ensino (O Dia, 23/02/1937d, p. 6).

Desse modo, a necessidade crescente de professores especializados em Educação Física para atuar nas escolas paranaenses, aliada a exigência do diploma de licenciado em Educação Física para exercer a função de professor nos estabelecimentos de ensino, determinado pelo art. 35 do decreto-lei 1212 de 1939, publicado pelo governo federal, foi terreno fértil para que a ideia de criação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná prosperasse em terras paranaenses:

Art. 35. A partir de 1 de janeiro de 1941, será exigido, para o exercício das funções de professor de educação física, nos estabelecimentos oficiais (federais, estaduais ou municipais de ensino superior, secundário, normal e profissional, em toda a República, a apresentação de diploma de licenciado em educação física.

Parágrafo único. A mesma exigência se estenderá aos estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário, normal e profissional, de todo o país, a partir de 1 janeiro de 1943.

Art. 36. A partir de 1 de janeiro de 1941, será exigido, para o exercício das funções de professores de educação física, nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, no Distrito Federal, nas capitais dos Estados ou em quaisquer outras cidades de população superior a 50.000 habitantes, a apresentação do diploma de normalista especializado em educação física (Brasil, 1939).

Todos esses fatores foram fundamentais para a celeridade da criação da Escola de Educação Física e Esportes do Paraná, que foi fundada no dia 05/05/1939, conforme indicam algumas matérias publicadas em jornais curitibanos (Diário da Tarde, 01/08/1939d). Os responsáveis pela sua implementação foram: Dr. Máximo Pinheiro Lima, Antônio P. Teixeira de Freitas, Francisco Mateus Albizú e Antístenes de Moraes Sarmiento. Todos eles eram indivíduos que mantinham uma forte ligação com o cenário da Educação Física no estado do Paraná há muitos anos.

Melo (1996), ao comentar sobre a exigência legal imposta pelo decreto-lei de 1939, aponta que começou a se ver a urgência sobre a implementação de instituições que garantissem a formação superior para professores de Educação Física em diversas cidades brasileiras. Talvez, por isso, tenha surgido as ações mais contundentes de indivíduos como Francisco Mateus Albizú e Máximo Pinheiro de Lima para a instalação de uma Escola de Educação Física no Paraná.

Entretanto, não se pode dizer que antes da publicação do decreto federal já não se discutia a criação de cursos que pudessem qualificar o professorado para

ministrar a Educação Física nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. A intencionalidade, bem como diversas ações sobre a criação de uma instituição paranaense eram anteriores a criação da Escola Nacional de Educação Física no Rio de Janeiro e da publicação do referido decreto-lei. Isso pode ser observado no projeto nº 126, apresentado pelos deputados estaduais Couto Pereira e Gomes Pereira o qual foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná em 1937. Tal proposição visava criar um Conselho de Educação, com funções similares ao Conselho de Educação Nacional usando como base o regulamento deste para elaborar os serviços criados no estado do Paraná. Dentro desse Conselho seria criado um Departamento de Educação Física, com a finalidade de formar professores da disciplina para a atuação nos diversos estabelecimentos de instrução no Paraná. O jornal *Correio do Paraná*, inclusive publicou, em outubro de 1937, tal proposição em suas páginas:

§ 1º - O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA do Estado abrirá um curso especial de educação física no Estado, cujos alunos serão escolhidos, preferencialmente, entre os professores e professoras normalistas.

§ 2º - Poderá o DEPARTAMENTO aceitar alunos particulares, mediante contribuição mensal.

§ 3º - A duração do curso de Educação Física será de dois anos e as matérias nele ministrada compreenderão:

a) - Estudos teóricos, educação física e educação física esportiva; pedagogia apropriadas ao fim em vista; fisiologia, física e química, nas suas relações com aquela; anatomia, higiene e história da civilização.

b) - Estudos técnicos e práticos; estudos comparados dos principais métodos de educação física; estudos das principais técnicas desportivas.

§ 4º - O aluno que não obtiver média de passagem no primeiro ano será eliminado do curso.

§ 5º - O aluno aprovado com a melhor nota será aproveitado, durante o ano seguinte, em uma das cadeiras do curso.

§ 6º - O Diretor e Instrutores do DEPARTAMENTO serão nomeados pelo Poder Executivo e deverão ser diplomados pela Escola de Educação Física do Exército ou nela terem diploma revalidado.

(...) Art. 3º - Para a execução desta lei o Poder Executivo poderá abrir os necessários créditos, até a importância de cinquenta contos de réis (50:000\$000) (*Correio do Paraná*, 01/10/1937, p. 4).

Nota-se que a intenção inicial desse curso era a de ser uma continuidade da formação recebida pelos normalistas na Escola Normal do Paraná. Seus alunos teriam acesso a conhecimentos amparados na pedagogia, anatomia, fisiologia e uma série de saberes científicos e seriam diplomados e/ou com diplomas validados pela Escola de Educação Física do Exército. Apesar disso, embora houvesse a necessidade de especialização do professorado paranaense essa primeira tentativa não culminou em efetiva realização de cursos específicos, pelo menos não se teve indícios no conjunto

de fontes analisados na presente pesquisa de doutorado, de que tal empreitada tenha realmente se efetivado. Talvez, a sua não implementação tenha se dado por falta de verba e/ou interesse, conforme retratou uma matéria publicada no jornal *O Dia*, em março de 1937:

Uma escola de educação física
 Corre na Assembléia Legislativa do Estado um projeto de lei para a criação de uma escola de educação física.
 Para atender a manutenção desse educandário, em sua organização e cursos, prevê-se a verba de cinquenta contos de réis.
 É pena que para se instalar e custear o funcionamento de uma instituição de tamanha importância, com seus cursos complexos, haja uma previsão tão irrisória.
 Ora, os cursos dessa Escola exigem vários professores para as diferentes disciplinas: Pedagogia, fisiologia, biologia e prática aplicadas á educação física.
 Além disso, há a montagem dos gabinetes próprios á obtenção das medidas e avaliações dos diversos tipos de educandos e mais a despesa decorrente da instalação da escola.
 Indubitavelmente, a medida é de alto alcance social.
 Ninguém poderá contestar o perigo grave que oferecem os exercicios ginásticos executados sem bases científicas.
 Quando a educação física não obedece as prescrições médicas e aos movimentos próprios a cada educando, se constitui em centro de males funestos para a saúde e a vida das crianças.
 Quantas crianças predispostas a enfermidades graves, são, ás vezes, levadas a fazerem exercicios inconvenientes á sua saúde. Dai decorre que a tal ginástica prepara melhor o campo para que a enfermidade prossiga vitoriosamente até ao aniquilamento da criança.
 Sómente os professores, capazes é que podem prevêr todos êsses males e que podem guiar a prática de educação física racional, propria e util a cada individuo.
 Só assim previniremos os perigos e promoveremos os meios para que tenhamos de futuro uma geração forte e sadia, e conseqüentemente, trabalhadora e honesta.
 A Escola de Educação Física que se fundará nessa Capital terá por fim especial a formação tecnica de professores normalistas do Estado, destinados ao ensino de ginástica á infancia escolar.
 Como se vê, teremos aí mais uma brilhante realidade nos serviços educacionais da nossa terra.
 Cremos que, muito logo, se possa melhor atender o funcionamento dessa importante instituição, concedendo-lhe o govêrno verbas suficientes para tão importante função (O Dia, 14/03/1937c, p. 6).

O excerto examinado traz importantes reflexões quanto a premente exigência de profissionais qualificados para aplicar as técnicas corretas dos exercícos físicos, uma vez que a sua aplicação sem bases científicas poderia trazer severos riscos à saúde física do praticante. Tal debate estava em efervescência no período em questão, pois já se falava sobre os benefícios da prática dos diversos elementos da cultura física, mas ainda se tinha receios quanto às cargas e a aplicabilidades dos

mesmos (Melo, 2001; Moraes e Silva, 2011; Moraes e Silva; Quitzau, 2018; Moro; Moraes e Silva, 2022).

A ideia de uma instituição superior só saiu do papel a partir de uma iniciativa privada, mas que obteve um amparo financeiro do governo do Estado do Paraná. De acordo com as fontes examinadas, a sistematização do estabelecimento ocorreu em 1939, mas não culminou na sua efetiva implementação. Inclusive, houve uma chamada pública para a matrícula de novos estudantes, conforme evidenciado em nota publicada no *Diário da Tarde*, numa edição de 25 de maio de 1939 (p. 3):

Até o dia 15 do proximo mês de junho acham-se abertas as inscrições para a matrícula da Escola de Educação Física e Esportes ha dias fundada nesta capital.
 (...)Esta Escola formara licenciados em educação física, treinadores, massagistas, etc. sendo seu diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e o candidato assim habilitada pode lecionar em estabelecimentos de ensino do país e em clubes esportivos.
 Qualquer informação pode ser obtida com o sr. Francisco Albizú', na Diretoria Geral da Educação.

Ainda, de acordo com a nota publicada no jornal curitibano aconteceria uma aula inaugural para oficializar o primeiro ano letivo da instituição. Algo que, realmente, ocorreu segundo as fontes jornalísticas localizadas:

Ontem às 9 horas da manhã, no orfeão da Escola Normal realizou-se a aula inaugural da escola de educação física que funcionará no antigo Grupo Professor Cleto. (...)
 Fez o discurso inaugural o capitão Ribamar, que proferiu uma bela oração, enaltecendo o sentido e alcance da iniciativa que ali se concretizava (*Diário da Tarde*, 17/07/1939c, p. 1).

Nota-se que a nova instituição tinha uma forte ligação com a Escola Normal do Paraná, fornecendo indícios para comprovar a hipótese de Moro (2022), que uma Escola de Educação Física paranaense foi gestada no interior do estabelecimento responsável por formar os normalistas do Estado do Paraná. O trecho evidencia que a nova escola também já possuía local para realizar suas aulas, que seriam realizadas no Grupo Escolar Professor Cleto, que havia sido inaugurado no ano de 1911, localizado na rua Visconde de Nacar, 544, no bairro Mercês (Castro; Posse, 2013). O *Diário da Tarde* não deixou de mencionar estes elementos em uma das suas edições de junho de 1939:

A Escola de Educação Física vai funcionar no antigo Grupo Cleto
 Está aberta a matrícula da Escola de Educação Física que vai ser inaugurada
 nessa capital.
 O numero de inscritos é grande já.
 Esse instituto de ensino funcionará no antigo prédio do Grupo Escolar
 Professor Cleto que está sendo adaptado para esse fim (Diário da Tarde,
 06/06/1939b, p. 2).

De acordo com o parecer n° 162 da Comissão de Ensino Superior, antes mesmo de obter autorização federal para funcionar, a Escola de Educação Física do Paraná já possuía vários alunos matriculados e estava com suas atividades em curso. O respaldo para o funcionamento do estabelecimento provinha da autorização Estadual, regulamentada pela portaria n° 95, de 10 de abril de 1940 (A Tarde, 07/08/1950). Não obstante, conforme o próprio relatório estabelecia, tal concessão não estava prevista no decreto-lei n. 421 de 1938, pois este ato era de competência exclusiva do Governo Federal, na figura do Presidente da República:

Art. 1º O ensino superior é livre, sendo lícito aos poderes públicos locais, às pessoas naturais e às pessoas jurídicas de direito privado fundar e manter estabelecimentos destinados a ministrá-lo, uma vez que se observem os preceitos fixados na presente lei.

Art. 2º A partir da publicação desta lei, para que um curso superior se organize e entre a funcionar no país, será necessária autorização prévia do Governo Federal.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, são considerados cursos superiores aqueles que, pela sua natureza, exijam, como condição de matrícula, preparação secundária, comprovada, no mínimo, pela apresentação do certificado de conclusão do curso secundário fundamental.

Art. 3º O pedido de autorização será dirigido ao ministro da Educação e Saúde, que, ouvido o Conselho Nacional de Educação, o submeterá, com parecer, à decisão do Presidente da República (Brasil, 1938, s/p).

A passagem do decreto-lei aponta que o governo federal era quem tinha o controle sobre a instalação de instituições do ensino superior em território brasileiro. Melo (1996), indica que na área da Educação Física isso deveria ser centralizado na capital federal, tendo como modelo a Escola Nacional de Educação Física. Mas, conforme aponta os dois primeiros artigos do decreto-lei, os poderes locais, representados aqui pelos governos estaduais, poderiam abrir suas instituições de ensino superior. Na Educação Física foi isso que ocorreu em algumas unidades federativas do país, porque além do intento paranaense, nessa década de 1930, outras experiências semelhantes estavam em curso, como os casos do Espírito Santo (Bruschi *et al.*, 2019), Minas Gerais (Moreno, 2014), Rio Grande do Sul (Lyra; Mazo, 2010) e São Paulo (Mastrososa, 2003; Góis Júnior, 2017; Dalben *et al.* 2019).

Em outra fonte jornalística foi possível encontrar algumas informações sobre esse primeiro ano letivo que, supostamente, contava com 39 alunos matriculados, sendo 22 mulheres e 17 homens. A nota publicada no *Diário da Tarde* indicava que a inauguração da Escola de Educação Física do Paraná se deu no dia 05 de maio, mas salientou que suas atividades começaram, efetivamente, no dia 15 de julho de 1939, tendo sua aula inaugural ministrada no dia seguinte:

CURITIBA JÁ TEM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FISCA

(...) Criada em 5 de maio, começou a funcionar desde 15 de julho, achando-se instalada na Escola Normal até que obtenha sua sede própria.

Ela é dirigida pelo Francisco Albizú, competente técnico de educação física e seu corpo docente, recrutado entre elementos (...) com idoneidade e preparo, se acha habilitado a ministrar com capacidade o programa do curso (*Diário da Tarde*, 01/08/1939d, p. 8).

A nota vinculada no *Diário da Tarde* evidenciava que a Escola de Educação Física tinha um forte vínculo com a Escola Normal do Paraná, podendo considerar a nova instituição como um braço do tradicional estabelecimento de formação de professores normalistas no Estado do Paraná. O vínculo era tão forte que como a Escola de Educação Física não tinha uma sede, a instituição funcionaria nas instalações da Escola Normal. O estabelecimento seria comandado por Francisco Mateus Albizú e o quadro docente seria constituído por elementos recrutados no interior da sociedade paranaense e que possuíssem idoneidade e preparo técnico para ministrar os programas estabelecidos. Numa outra nota publicada no *Diário da Tarde* foi possível vislumbrar como foi constituída a grade curricular desse curso com os respectivos docentes responsáveis por cada disciplina de seu programa:

São professores no novel estabelecimento os seguintes professores:

Cap. Dr. Nelson Bitencourt de Oliveira, leciona Anatomia e fisiologia humanas e cinesiologia; Cap. José de Ribamar Maciel Campos, leciona: Metodologia da educação física, educação física feminina e corridas; capitão dr. Máximo Pinheiro Lima, leciona: Higiene, socorros de urgência e fisioterapia; dr. Francisco Albizú, leciona: Psicologia aplicada e ataque e defesa; tenente dr. Antonio Paulino Teixeira de Freitas, leciona: Biometria, educação física masculina, voleibol e bola ao cesto feminino; professora Halina Marcinowska, leciona ginástica rítmica; tenente Antístenes de Moraes Sarmento, leciona: corridas e saltos femininos e história da educação física.

Todos os professores são pontuais, as aulas são dadas com regularidade e com o quasi total do comparecimento dos alunos que são grandes entusiastas (*Diário da Tarde*, 01/08/1939d, p. 8-4).

A fonte indica que uma série de saberes teóricos e práticos foram acionadas para constituir aquilo que comporia o primeiro curso de Educação Física do Estado do

Paraná. A passagem mostra que mesmo sem a autorização federal o curso estaria funcionando, nesse ano de 1939, evidenciando que Francisco Mateus Albizú continuava firme com seu intento de instalar, em Curitiba, um curso superior de Educação Física. Para tanto seria necessário resolver o problema das instalações e por isso um primeiro local não definitivo foi definido pelo governo estadual. As atividades se realizariam de forma provisória, na Escola de Professores da Capital, conhecida como Escola Normal do Paraná, até que as obras do Grupo Escolar Professor Cleto estivessem prontas. As lições práticas seriam ministradas no Estádio destinado a práticas físicas localizado na Praça Osvaldo Cruz (Diário da Tarde, 01/08/1939d).

Sendo assim, com toda a estrutura montada, Francisco Mateus Albizú foi em busca da autorização federal para a abertura oficial da Escola de Educação Física, sendo o pedido para o funcionamento do estabelecimento solicitado ao Governo Federal no dia 1º de setembro de 1939. Entretanto, detectou-se a situação irregular a qual o estabelecimento se encontrava. Fato que culminou em seu “fechamento”. Mas não sem antes ter sido realizado o seu primeiro ano letivo. Embora não se tenha localizado uma documentação oficial, relativa ao ano de 1939, encontraram-se vestígios, na imprensa, de que o estabelecimento continuou com suas atividades formativas, funcionando com regularidade e com o intento de diplomar a sua primeira turma: “Até o fim desse mês serão entregues os diplomas da primeira turma de professores de educação física” (Diário da Tarde, 16/04/1940, p. 5). Todavia, muito possivelmente, tal titulação não teria validade assegurada, já que a instituição não estava devidamente regularizada junto ao governo federal, conforme preconizava a legislação vigente em território brasileiro.

Sem embargo, foi inegável a originalidade que o estabelecimento representava na educação paranaense, dado que não existia nenhuma organização semelhante em todo o território estadual. A exigência de especialização na área recém-formada no país era, conforme indica Melo (1996), considerada de suma importância naquele momento histórico. Na medida que os elementos da cultura física já estavam inseridos no cenário social, bem como no próprio ambiente escolar, ganhando cada vez mais proporção e relevância no Brasil, principalmente, pelo fato da Educação Física estar sintonizada, assim como sinalizam Parada (2009) e Horta (2012), ao ideário político e social do Estado Novo comandado por Getúlio Vargas. Sendo assim, a intenção de

instalar uma instituição formadora de professores especializados em Educação Física se tornava cada vez mais próxima.

Por essa razão, a inauguração de uma Escola de Educação Física no Paraná foi recebida com grande entusiasmo pela imprensa curitibana. Afinal, via-se na instituição uma oportunidade de o estado dispor de profissionais preparados tecnicamente ao ensino da Educação Física ao mesmo tempo que pudessem estar engajados com o ideário social e político do período. Uma matéria publicada no jornal *O Dia*, em outubro de 1940, celebrava a criação de uma Escola de Educação Física no Estado do Paraná:

(...) não poderiam impedir a integral objetivação dessa ideia feliz de dotar nosso meio de um eficiente estabelecimento superior de educação física. Mais do que nunca o Paraná precisa de uma escola dessa natureza. Os seus idealizadores que lhe deram um início cheio de entusiasmo e energia, contando com gerais simpatias da população, não podem, em face da necessidade do seu funcionamento, deixa-la em meio, quando muito se esperava de sua ação e operosidade. Grandes, muito grandes são as vantagens que com sua existencia poderemos auferir. Ante ao atual problema racial brasileiro, tais educandarios surgem como elementos de primeira grandeza na formação da nacionalidade. A propria pedagogia moderna estabelecendo como postulado sagrado o desenvolvimento da educação física dos estudantes. oferece mão forte e base sólida á criação desses institutos de aperfeiçoamento. A criação do professorado especializado surge na atualidade como um notavel fator educativo, capaz de grandes feitos. Inumeros serão os beneficios que a Escola de Educação Física poderá prestar ao Paraná (O Dia, 11/10/1940b, p. 10).

A ideologia da nova instituição estaria sintonizada com o ideário varguista, visto que pregavam que uma Educação Física aplicada, corretamente, do ponto de vista técnico poderia contribuir na regeneração da raça e na formação do sentimento de nacionalidade tão caro aos valores preconizados pelo Estado Novo (Grando, 1996; Parada, 2009). Devido a esse contexto favorável a demanda e os esforços para o estabelecimento da entidade continuaram. Assim, no ano de 1940, Francisco Mateus Albizú solicitou uma nova inspeção federal, fato que foi noticiado com entusiasmo por parte da imprensa local, pois acreditava-se que naquele momento a Escola de Educação Física teria grandes chances de obter junto ao governo federal a tão sonhada autorização oficial para o seu efetivo funcionamento. O jornal *Correio do Paraná*, em fevereiro de 1940, assim se reportou sobre esse pedido de autorização realizada junto as autoridades federais:

O capitão Eduardo Silva por portaria recente do ministro da Educação e Saude vem de ser designado para verificar as condições da Escola de

Educação Física e Esportes do Paraná. Fundada nessa capital nos moldes de decreto-lei federal nº 1212 que criou a Escola Nacional de Educação Física.

Em vista da excelente documentação que a diretoria da Escola apresentou ao Ministério da Educação é que o ministro decidiu designar o capitão Orlando Eduardo da Silva para aquela missão e, com a sua chegada não temos dúvidas de que a nossa Escola será reconhecida (Correio do Paraná, 20/02/1940, p.6).

A expectativa era grande para se obter a tão necessária autorização, ainda mais quando houve a visita do fiscal do Exército Nacional, que segundo os relatos localizados na imprensa curitibana, teve excelente impressão do estabelecimento paranaense. O que levou ao entendimento de que toda a situação legal seria enfim resolvida. Tanto que já se estava preparando os exames vestibulares para ingresso no próximo ano letivo:

Feita inspeção por um fiscal do Exército Nacional que julgou excelentes as condições desse estabelecimento

Esteve nesta cidade em serviço de inspeção da Escola de Educação Física que desde o ano passado funciona com regularidade, o major Orlando Eduardo Silva, nosso conterrâneo.

Esse oficial que faz parte do Estado Maior do General Góes Monteiro, realizou uma inspeção rigorosa naquele instituto educacional, recebendo excelente impressão.

Até o fim desse mês serão entregues os diplomas da primeira turma de professores de educação física.

Estão já abertas as matrículas para o novo ano letivo que deve se iniciar em maio próximo.

Como vemos, se consolida cada vez mais a situação desse importante instituto técnico a quem compete a tarefa de preparar os mestres especializados da cultura física da nossa juventude (Diário da Tarde, 16/04/1940, p. 5)

Porém, mesmo com as “boas” impressões obtidas pelo inspetor federal, a perícia realizada não proporcionou os resultados esperados pelos paranaenses e mais uma vez a autorização federal para o funcionamento da sua Escola de Educação Física não foi obtida. Todavia, os responsáveis, principalmente, a figura de Francisco Mateus Albizú, continuaram a buscar parcerias e investimentos para melhorar a infraestrutura e obter a tão desejada autorização federal.

O meio político paranaense convencido da importância de se ter uma instituição de nível superior capaz de capacitar o professorado local se mobilizou para concretizar a empreitada iniciada pelos entusiastas de educação física capitaneados por Francisco Mateus Albizú. Prova disso foram as discussões ocorridas no âmbito administrativo do Governo Estadual, que após sessão do Departamento Administrativo do Estado do Paraná, deu parecer favorável para um auxílio à Escola

de Educação Física, doando um terreno para a construção da sede da entidade, como noticiado no jornal *O Dia*: “É aprovado o parecer n. 574, do sr. Alencar Guimarães, com um substitutivo favorável ao projeto da Interventoria Federal que destina um terreno para a construção do Estádio Getulio Vargas, séde da Escola de Educação Física do Paraná, e dá outras providencias (O Dia, 19/05/1940, p. 5)”.

No entanto, não se tem registros de que essa obra, de fato, tenha se iniciado. Uma vez que, em 1941, foi firmado um convênio com o Governo Estadual, através do decreto n. 11.865, assinado pelo senhor Interventor Federal no Estado do Paraná, que anexou a Escola de Educação Física e Esportes ao recém-criado Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná. O referido instituto seria responsável por fornecer toda a estrutura física necessária para o funcionamento da Escola de Educação Física, além da nova instituição realizar suas atividades nas instalações do Estádio Belfort Duarte, pertencente ao Curitiba Foot-Ball Club (Correio do Paraná, 17/09/1941, p. 4).

A busca pelo reconhecimento continuou sendo o objetivo dos defensores da instalação de uma Escola de Educação Física na capital dos paranaenses, devido à grande contribuição que a nova instituição poderia trazer para a esfera educacional do estado do Paraná. Prova disso foi o comentário publicado por J. Ribeiro numa edição do Jornal *O Dia*, datada de outubro de 1940, em que destacava-se a importância de uma instituição desse tipo para a população paranaense, bem como, lamentava a paralização das atividades pela qual a instituição havia passado:

A Escola de Educação Física do Paraná que durante o ano passado funcionou com regularidade, ministrando proveitosos conhecimentos a elevado numero de alunos, muitos dos quais eram professores formados pela nossa Escola Normal Secundaria contra a expectativa de todos os que admiravam e lhe vaticinavam um futuro benéfico á coletividade, deixou de funcionar. Até hoje, na verdade, ninguém sabe ao certo quais os motivos que lhe determinaram essa paralização de atividades. Quaisquer fossem eles, estou certo que não poderiam impedir a integral objetivação dessa ideia feliz de dotar o nosso meio de um eficiente estabelecimento superior de educação física. Mais do que nunca o Paraná precisa de uma escola dessa natureza (O Dia, 11/10/1940, p. 10).

Assim, após anos de esforços para o estabelecimento da instituição, em 1942, foi solicitada junto ao governo federal uma outra vistoria, que após verificar as novas instalações e aquisições realizadas pelos paranaenses, definiu, através do parecer nº162, da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação e Saúde que:

- a) – pode ser concedida a autorização para funcionar a Escola de Educação Física e Esportes do Paraná, desde que se pronuncie favoravelmente ao seu Regulamento Interno a douta Comissão de Regimentos, Regulamentos e Estatutos.
- b) – que sejam enviados ao Departamento Nacional de Educação os programas de ensino ajustados devidamente aos arts. 25, 26, 29 e 30 do decreto-lei n. 1212, de 17 de abril de 1939 (D. O. 1942, 22-6).

O documento emitido pela referida comissão indicava que algumas alterações no regimento interno eram necessárias para que a Escola de Educação Física do Paraná tivesse enfim seu reconhecimento obtido junto ao governo federal. A maioria das adequações eram relativas a troca de palavras, mudanças de sentenças ou estavam relacionadas à grafia utilizada. Porém, uma recomendação de mudança estava ligada ao nome do estabelecimento, visto que a instituição que inicialmente seria chamada de “Escola de Educação Física e Esportes do Paraná”, passaria a ser denominada como “Escola de Educação Física e Desportos do Paraná”⁹.

Após alguns anos buscando o reconhecimento federal a instituição destinada a formar professores de Educação Física no Estado do Paraná enfim obteve a autorização para seu funcionamento no dia 7 de julho de 1942. Entretanto, tem-se como data de sua fundação, o dia 05 de maio de 1939, conforme noticiado pela imprensa curitibana:

A Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, que tantos e tão brilhantes serviços vem prestando á nova geração paranaense, completa, na próxima segunda-feira, dez anos de proveitosa existencia. Comemorando a data, o professor Francisco Albizú reunirá os diretores de vários cursos congeneres de diversos pontos do país, para a realização de um programa de festejos que culminarão com um jantar que lhes será oferecido no salão do Vagão do Armistício (O Dia, 03/05/1952, p. 10)

A Escola de Educação Física e Desportos foi fundada no dia 05 de maio de de 1939 pelo professor Francisco Mateus Albizú, nos moldes do Decreto-Lei federal, de 17 de abril de 1939 (Última Hora, 10/08/1962, p.7)

A autorização de funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná foi estabelecida legalmente pelo decreto n° 9.890/1942, que só então conferiu o direito da instituição paranaense de iniciar suas atividades de formação de professores:

⁹ Não se sabe exatamente o motivo da recomendação para a mudança do nome do estabelecimento, pois não foram acessadas fontes que comprovassem tal fato. Porém, o mais provável é que seja para se enquadrar na legislação vigente, isto é, ao observar os documentos oficiais da época, foi possível perceber que o termo “desporto” era o mais utilizado para se referir às práticas esportivas.

O Presidente da República

Resolve, nos termos do art. 23 do decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938, conceder autorização para funcionamento da Escola de Educação Física e desportos do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná (Brasil, 1942, s.p).

Com todas as obrigações legais resolvidas a instituição pode, enfim, iniciar o seu primeiro ano letivo de forma oficial, que começou efetivamente no dia 1º de fevereiro de 1943. Os exames vestibulares para ingresso no estabelecimento foram amplamente divulgados em alguns jornais curitibanos:

Mais alguns dias e terão início as inscrições para os exames vestibulares dos cursos Superior e Normal de Educação Física, da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Muito significativa e merecedora de destaque tal notícia, tão alviçateira e tão útil ao futuro da educação física e dos desportos em nosso Estado (Diário da Tarde, 21/01/1943b, p. 3).

O Diretor da Escola de Educação Física e Desportos, instalada no Bacacherí, sr. Francisco Albizú baixou edital sobre os exames vestibulares à admissão no estabelecimento.

Ditos exames a serem realizados na sede da E. E. F. D. terão início ainda nesta semana (O Dia, 07/03/1943, p. 6).

Autorizado o seu funcionamento pelo Exmo. Sr. Dr. Getulio Vargas, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, iniciará suas atividades no próximo dia 7 de fevereiro, abrindo inscrições para os candidatos aos cursos Superiores de Educação Física e Normal de Educação Física. (...)

As inscrições estarão abertas na Secretaria da Escola, no Bacachery, de 1º a 7 de fevereiro próximo vindouro.

Logo após o candidato ser submetido a um exame médico rigoroso e, se aprovado, terá ingresso ao exame vestibular que constará de provas físicas e provas intelectuais.

As taxas são módicas e o aluno terá o máximo de aproveitamento no seu preparo para uma profissão nobre (Diário da Tarde, 16/01/1943, p. 8).

O concurso de habilitação do ano de 1943 ocorreu em 22 de fevereiro e contou com 12 candidatas para o Curso Normal e 34 postulantes se apresentaram para a seleção destinada ao Curso Superior. Após os exames vestibulares, matricularam-se 31 alunos no Curso Superior e 6 alunas no Curso Normal de Educação Física. Sendo assim, em março de 1943, iniciou-se o primeiro ano letivo da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, que foi recebido com grande orgulho e entusiasmo pela imprensa curitibana. Afinal, acreditava-se que a instituição traria inúmeros resultados e bons frutos ao estado do Paraná, visto que após muita insistência dos seus idealizadores, a mocidade paranaense poderia, enfim, desfrutar das benesses relacionadas ao ideário da cultura física. Novamente, se encontrou matérias

jornalísticas que enfatizavam esse sentimento de celebração em torno da criação da primeira instituição destinada a formação de professores especializados em Educação Física em território paranaense:

Vão ter inicio os trabalhos da primeira turma de alunos que serão amanhã os primeiros professores de educação física formados em nosso proprio meio. Moços e moças irão travar conhecimento com todas as disciplinas e irão penetrar em todos os detalhes que dizem respeito à educação física. Serão estes os pioneiros de uma campanha tão nobre qual seja a do levantamento da potencialidade de nossa raça e por conseguinte da valorização do nosso Homem. Os nossos parabens, os nossos aplausos e os nossos estímulos à pleidade de jovens que ingressarem na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, interessando de modo tão inteligente e altruístico, pelo futuro de nossas gerações, e portanto, pela grandeza do Brasil (Diário da Tarde, 21/01/1943b, p. 3)

Foi nesse contexto que a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná iniciou suas atividades. Ao final do ano de 1943, foram diplomadas as seis alunas ingressantes no Curso Normal, conferindo-lhes o título de “Normalistas especializadas em Educação Física” (Albizu, 1944). Nesse primeiro ano, em 1943, houve apenas o Curso Normal, devido aos poucos recursos que a Escola possuía no momento (Diário da Tarde, 4/01/1945). Pode-se observar que o curso para normalistas foi composto somente por mulheres. A presença feminina também foi maior na primeira turma do Curso Superior, pois dos 31 alunos matriculados 25 eram mulheres e apenas seis eram do sexo masculino.

Em 1944, após o concurso de habilitação, matricularam-se 4 alunas para o Curso Normal e 25 para o primeiro ano do Curso Superior, além dos 31 discentes que passaram para o segundo ano da graduação. A predominância feminina se tornou menos acentuada nas matrículas referentes ao ano seguinte, visto que dos 26 alunos, 17 eram do sexo feminino e 8 do masculino (Albizu, 1944).

Os dados apresentados acima demonstram que havia uma certa procura pelo curso, mesmo sendo a Escola de Educação Física e Desportos uma instituição de ensino de caráter particular. Já que se previa o pagamento de uma taxa anual de Cr.\$ 1.250.00 (mil duzentos e cinquenta cruzeiros), por parte dos discentes. Quantia relativamente alta para aquele momento histórico, pois se levar em consideração que o decreto-lei nº 5.977, de 10 de novembro de 1943, instituía o salário-mínimo em Cr\$ 290.00 (duzentos e noventa cruzeiros). Desse modo, a taxa para frequentar a escola seria relativa a quase 5 vezes o salário base. Portanto, nota-se que para realizar o

curso, além de ser aprovado no concurso de habilitação, com provas escritas, orais e práticas, o candidato também deveria possuir certo poder aquisitivo. Excetuava-se alguns casos específicos, pois conforme cita o relatório de 1944, a escola fornecia uma espécie de “bolsa”, uma vez que possuía “9 alunos gratuitos e 4 semigratuitos” (Albizu, 1944, s/p). Isto posto, nota-se que a carência de profissionais especializados em Educação Física provinha da falta de cursos de especialização no Estado do Paraná e não pela falta de interesse do público em se aperfeiçoar nessa área do conhecimento.

Contudo, era desejo do diretor e proprietário da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, Francisco Mateus Albizú, transformar a instituição numa instituição de ensino público. Ainda no ano de 1944, o diretor da instituição enviou um ofício ao interventor federal no Estado do Paraná, Manoel Ribas, que externalizava sua intenção de transferir o estabelecimento de sua propriedade para os cuidados do governo paranaense:

Certo de que maior influxo ao seu desenvolvimento receberia a já florescente Escola da Educação Física e Desportos do Paraná se fôr incorporada ao patrimonio e direção Estadual, pois alem de contar com a alta visão administrativa da V.Excia. contaria ainda com amplos recursos materiais que, estou convencido, permitiriam transforma-la num dos mais bem aparelhados estabelecimentos de ensino dêste gênero no paiz (Albizu, 1944, s/p).

Apesar de ter um caráter particular, a instituição devido a influência de seu diretor dentro de cenário político local obtinha algumas benesses do poder público. Afinal, apesar da maior parte da receita da escola ser proveniente da taxa paga pelos discentes para frequentar seus cursos, o estabelecimento recebia uma subvenção oriunda do governo estadual, que enviava uma quantia anual de Cr\$ 36.000.00 (trinta e seis mil cruzeiros). Apoio que não passou despercebido pelo olhar da imprensa curitibana do período:

Com emendas de redação foi aprovado pelo sr. Presidente da República o projeto-lei da Interventoria deste Estado concedendo, a partir de 1942, uma subvebção anual de 36:000\$ ao Instituto Técnico de Agronomia, Veterinaria e Quimica para ocorrer as despesas oriundas da anexação da Escola de Educação Fisica e Esportes (O Dia, 30/12/1941, p. 8).

Cabe destacar que mesmo assim a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná estava abrigada numa instituição pertencente ao governo do Estado do Paraná, visto que o decreto estadual nº 11.895, de 6 de setembro de 1941, garantia como entidade mantenedora o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química

do Paraná. Ademais, este estabelecimento também cedia parte do seu espaço físico para as atividades da nova instituição de ensino, pois na sede do Instituto conforme relatado pelo próprio Francisco Mateus Albizú (1944) existia um campo desportivo para a prática do futebol, uma pista em “aza de cesta”, uma pista reta, 3 barras (traves) e duas barras duplas. No edifício encontravam-se inúmeras salas de aula e administrativas e em sua parte externa tinham duas quadras de basquetebol, uma de voleibol, caixa de saltos, pista de atletismo, campo de arremesso e espaço para aulas ao ar livre. Também dispunha de extensa lista de material móvel para instruções práticas (Albizu, 1944).

A intenção de Francisco Mateus Albizú, diretor e fundador da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná não era contar tão só com essa subvenção do governo estadual. Seu objetivo foi o de estadualizar a instituição, transformando-a em um estabelecimento de caráter totalmente público. Sendo assim, o diretor enviou ao Sr. Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas, ofício manifestando seu propósito de repassar toda a estrutura da instituição para o governo do Estado do Paraná, visto que, embora com pouco tempo de funcionamento, as receitas providas da subvenção e das mensalidades não eram suficientes para suprir as necessidades do estabelecimento de forma adequada (Albizu, 1944).

O diretor tentou convencer o interventor federal com argumentos que mostravam os louros obtidos pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná até então, bem como apontaram para o patrimônio acumulado pela instituição. Pedia em troca só a manutenção dos postos de trabalho ocupados pelos funcionários do estabelecimento, tanto o quadro docente, quanto o administrativo, não requerendo nenhum tipo de indenização. A justificativa de Francisco Mateus Albizú quanto a essa estadualização, seria que, a entidade com os recursos governamentais conquistaria a sua estabilidade e o seu regular funcionamento, sem as incertezas e intempéries enfrentadas por um estabelecimento de ensino particular. Enfatizava o grande mérito e imprescindibilidade do estabelecimento na formação de professores especializados em Educação Física para atuarem em toda a sociedade paranaense (Albizu, 1944).

Francisco Mateus Albizú esperava que todas as suas justificativas fossem, suficientemente, atrativas no intuito de persuadir o interventor federal, a fim de que o governo do Estado do Paraná assumisse a tutela definitiva da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, como, segundo seus argumentos, ela já estava em pleno funcionamento, com boa estrutura, patrimônio e funcionários. Porém, a

transferência não se efetivou nesse primeiro momento. Com isso, a instituição continuou enfrentando problemas para suprir as demandas financeiras nos anos posteriores.

De forma concomitante a busca pela estadualização do estabelecimento seu diretor almejava o seu reconhecimento junto ao Governo Federal, pois, após a publicação do parecer nº162, o decreto nº 9890, de 7 de julho de 1942 garantia a autorização de funcionamento da instituição. No entanto, tal decreto por si só não garantia a continuidade das atividades da instituição, pois, de acordo com o decreto-lei 421 de 1938, além da autorização, um estabelecimento de ensino superior precisaria requerer, no prazo de dois anos, o reconhecimento federal:

Art. 6º O estabelecimento de ensino superior, que obtiver autorização para funcionamento de um ou mais cursos, ficará obrigado a requerer ao ministro da Educação e Saúde o respectivo reconhecimento, no prazo de dois anos, a contar da data de sua instalação. Se o não fizer, será cassada a autorização de funcionamento. Se, requerido o reconhecimento, for este negado, poderá ser novamente solicitado, dentro de um ano, a contar da publicação do ato denegatório. Decorrido este prazo sem que tenha sido feito novo pedido de reconhecimento, e na hipótese de ser o reconhecimento denegado pela [sic] segunda vez, será cassada a autorização de funcionamento (Brasil, 1938, s.p).

Francisco Mateus Albizú realizou tal pedido em 1942, e no ano de 1944, foi designada uma comissão, através da portaria ministerial nº 311, de 29 de junho de 1944, para verificar as condições da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Inezil Penna Marinho, Romeu de Castro Jobim e Sebastião da Silva Cruz foram os nomes indicados pelo Ministério da Educação e Saúde para realizar a inspeção e emitir parecer quanto ao funcionamento, condições e instalações do estabelecimento paranaense (Albizu, 1944).

O trabalho da comissão resultou, após intensiva inspeção e análise, no seu efetivo reconhecimento como Curso Superior e Escola Normal de Educação Física, em 16 de janeiro de 1945, com a publicação do decreto n. 17.592, que foi assinado pela presidência da república:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, letra a, da Constituição e nos termos do art. 23 do Decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938: Resolve conceder reconhecimento ao Curso Superior de Educação Física e ao Curso Normal de Educação Física da Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná (Brasil, 1945, s/p.).

Tal reconhecimento demonstrava que, supostamente, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, nos seus dois anos de funcionamento, mesmo com os diversos problemas encontrados atingiu, minimamente, o padrão de qualidade exigido pelo governo federal. Alcançava assim o patamar das demais instituições de ensino superior em Educação Física que haviam sido reconhecidas anteriormente no país (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo). O conselho deliberativo da instituição paranaense teve conhecimento da tão esperada e desejada notícia, no dia três de fevereiro, quando houve a leitura do decreto de reconhecimento na reunião da congregação da instituição (Albizu, 1945).

No entanto, mesmo com a autorização definitiva, havia diversos problemas para serem sanados, principalmente, aqueles relacionados aos aspectos financeiros e estruturais. Por isso, os repetidos esforços de Francisco Mateus Albizú para estadualizar a organização continuaram, pois os repasses garantidos pela subvenção supracitada, nem sempre eram transmitidos na data correta, não raro aconteciam atrasos e/ou cortes repentinos do subsídio, assim como as taxas e mensalidades pagas pelos alunos nem sempre eram quitadas pelos discentes. Logo, a receita da instituição era bastante instável, obrigando o seu diretor a cobrar, constantemente, as autoridades competentes, como observado no ofício enviado ao Interventor Federal e ao Diretor Geral de Educação, no dia 18 de janeiro de 1945, com o seguinte teor: “A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ, por seu diretor, abaixo assinado, pede o pagamento da subvenção consignada no orçamento para o corrente ano e destinada a mesma Escola (Albizu, 1945d, s.p)”.

A precariedade financeira da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná era tão grande que levou seu diretor a solicitar, junto ao Ministro da Educação e Saúde, a dispensa do pagamento da taxa de fiscalização, referente ao ano de 1945, de doze mil cruzeiros, dado que o estabelecimento estava com o orçamento desequilibrado, pagando um salário muito abaixo da média a seu corpo docente, bem como existia uma grande precariedade nos materiais destinados aos exercícios práticos, além de possuir um déficit orçamentário provindo do ano anterior no valor de Cr.\$ 4.999,20. A justificativa apresentada para obter a dispensa desse montante seria que esse valor se destinaria a aquisição de aparelhos e materiais para contribuir com o aperfeiçoamento do aparelhamento, aumentando com isso o patrimônio da instituição (Albizu, 1945b).

Mesmo recebendo a subvenção e as taxas dos alunos, os rendimentos não eram suficientes, pois além disso, no ano de 1945, havia a isenção de 50% da mensalidade de seis estudantes e a isenção total de outros seis. Somado a outros gastos e aos anos anteriores, a contabilidade fechou no vermelho, com déficit de quase Cr.\$ 10.000,00. Diante disso, Francisco Mateus Albizú buscou novos financiamentos para aumentar a renda e o patrimônio da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, solicitando auxílio financeiro ao Ministro da Educação e Saúde, visando obter alguma assistência junto ao Governo Federal (Albizu, 1945). Para agravar esse quadro financeiro, no ano seguinte, a subvenção estadual foi suspensa pelo governo do estado do Paraná. A justificativa apresentada, alegava uma possível “ilegalidade” no referido repasse financeiro. O procurador geral do estado estaria investigando se o pagamento dessa subvenção estaria dentro da legalidade. Na discussão realizada pelos membros do Conselho Técnico-Administrativo da Escola, em reunião no dia 8 de julho, para debater esse fato, acreditava-se que o Diretor Geral da Educação estaria de “má vontade” com a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (Paraná, 1946). No entanto, no final de outubro do mesmo ano de 1946, a subvenção foi reestabelecida, após não ter sido encontrada nenhuma ilicitude.

Ainda durante o ano de 1945, uma notícia veiculada no jornal “Diário da Tarde” indicava que o educandário foi anexado ao patrimônio do estado do Paraná, através do decreto-lei nº 296, por meio da Interventoria do Paraná. Com a estima de que a Escola pudesse se desenvolver, tendo, agora, recursos para a sua prosperidade (Diário da Tarde, 04/01/1945). Todavia, além desse pequeno texto, não foram encontradas outras fontes que indicassem essa “parceria”, nem mesmo o decreto-lei supracitado pode ser acessado¹⁰.

No início do ano de 1947, Francisco Mateus Albizú voltou a pedir incremento no aporte financeiro a ser destinado para instituição advindo do governo do Estado do Paraná. O diretor alegava existir um déficit de mais de 10.000 cruzeiros, devido a receita gerada pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná ser insuficiente para cobrir todos os gastos. Além disso, Francisco Mateus Albizú tinha também a

¹⁰ As fontes localizadas para a construção da presente tese de doutoramento indicam que somente na década de 1950 foi que essa “parceria” foi firmada, quando oficialmente a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná passou a ser de propriedade e responsabilidade do governo do Estado do Paraná.

intenção de aumentar os vencimentos dos professores e técnicos administrativos, pois, segundo seus argumentos, os salários estavam aquém dos ganhos dos funcionários de outros cursos e organizações paranaenses, não sendo compatível com a elevação do nível de vida enfrentado no período. Tais demandas realizadas pelo diretor resultou na elevação da subvenção recebida do governo estadual, que passou de Cr.\$ 36.000,00 para Cr.\$ 150.000,00, a começar a valer a partir do ano de 1948 (Paraná, 1947).

A imprensa paranaense informou que, no ano de 1949, foi aprovado um novo auxílio para a instituição, agora advindo do governo federal, que a partir de uma subemenda, garantiria Cr\$ 50.000,00 de subvenção para o Paraná, a serem repassados para a sua Escola de Educação Física e Desportos (Diário da Tarde, 03/12/1949). No ano de 1951, o jornal *O Dia* informou que a verba destinada a entidade que formava os professores de Educação Física no Paraná foi aumentada para Cr\$ 100.000,00, que passou a valer, também, para os anos posteriores (O Dia, 03/01/1951).

Em 1954 e em 1955, a imprensa informa que houve a aprovação de créditos especiais e auxílios, nos montantes de Cr\$ 350.000,00 e Cr\$ 300.000,00, destinados à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (O Dia, 05/06/1954; Diário do Paraná, 24/12/1955). Porém, mesmo com todos os recursos recebidos do governo estadual e federal, os proventos não eram suficientes para manter o funcionamento adequado do estabelecimento, necessitando de maiores aportes financeiros. Após inúmeras tentativas e tratativas, finalmente, a instituição foi estadualizada realizando enfim o antigo sonho de Francisco Mateus Albizú. Após anos de esforços, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná passou a ser uma instituição de ensino pública. Condição que foi legitimada através da publicação da Lei n. 2911, assinada em 29 de outubro de 1956:

O deputado Lincoln da Cunha Pereira, apresentou o seguinte projeto sobre a estadualização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná:

Art. 1º - Fica estadualizada a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, com sede nesta capital.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a indenizar os seus proprietários do material didático existente no referido estabelecimento de ensino.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Diário do Paraná, 17/07/1956, p. 3).

A partir de então, o estabelecimento de ensino passou a ser responsabilidade do governo estadual, mas isso não alterou sua estrutura interna. O governo estadual incorporou a seu quadro de funcionários os docentes da instituição e Francisco Mateus Albizú continuou sendo o diretor. No entanto, o antigo proprietário ainda foi indenizado pelos materiais que ficaram em posse da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná e os seus funcionários administrativos também passaram a ser de responsabilidade do governo do Estado do Paraná.

Foi somente na década de 1960, que se iniciam as tratativas para incorporar a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná à Universidade Federal do Paraná. Seria o momento que a Educação Física poderia fazer parte do rol dos mais prestigiados cursos de educação superior do estado do Paraná. Sendo assim, poderia elevar, de certa forma, o *status* da área. Tal discussão se iniciou no ano de 1961, conforme notícia veiculada no jornal “Última Hora”, datada de 12 de dezembro de 1961, p. 3:

O deputado Antonio Baby esteve na semana passada com o primeiro-ministro Tancredo Neves, tratando de interesses do Paraná, entre os quais a federalização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, velha reivindicação da entidade estudantil.

Não obstante, as tratativas para tal pedido se desenrolaram por vários anos, sendo somente em 1977 a concretização de tal feito. Apenas no dia 18 de agosto de 1977 foi que oficialmente a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná se tornou parte da Universidade Federal do Paraná, no setor de Ciências Biológicas, passando a ser responsabilidade do Governo Federal (Correio de Notícias, 25/09/1977, p. 3). Todavia, embora seja pertinente para o entendimento das nuances da instituição compreender seu processo de federalização, e por conseguinte, para o presente estudo de doutoramento, tal assunto deve ser mais bem explorado em pesquisas futuras, pois extrapola a delimitação temporal desta pesquisa.

4.2 ESTRUTURANDO A ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ: A ORGANIZAÇÃO DE SEU DISPOSITIVO EDUCACIONAL

Para garantir o funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná foi necessário estabelecer um regimento Interno bem estruturado, que como

mencionado anteriormente, necessitava passar pelo crivo do governo federal. Devido ao contexto do período, marcado por um governo central controlador como o Estado Novo, não é de estranhar que esse regimento se aproximasse ao que ditava as normativas impostas pelo Ministério da Educação e Saúde. Assim, ao analisar o Regimento Interno da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, nota-se, como não poderia deixar de ser, uma grande semelhança com o que estabelecia o decreto lei nº 1.212 de 1939, que havia criado a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. O referido dispositivo legal em seus artigos 1º. e 2º. Apresenta o seguinte texto:

Art. 1º Fica criada, na Universidade do Brasil, a Escola de Educação Física e Desporto, que terá por finalidade:

- a) formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) imprimir ao ensino da educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática;
- c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos;
- d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país. (...)

(...) Art. 2º A Escola Nacional de Educação Física e Desportos ministrará os seguintes cursos:

- a) curso superior de educação física;
- b) curso normal de educação física;
- c) curso de técnica desportiva;
- d) curso de treinamento e massagem;
- e) curso de medicina da educação física e desportos (Brasil, 1939, s/p).

A instituição paranaense ao transpor a normativa federal ao seu regimento interno deixava claro que o modelo do seu texto normativo foi, inteiramente, pautado nos moldes do referido decreto-lei federal que havia sido aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Por essa razão, existiam poucas divergências em relação ao documento produzido pelo governo federal. As pequenas diferenças eram apenas para enquadrar a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná à realidade paranaense e, principalmente, aos poucos recursos financeiros que a instituição havia recebido do poder público. Desse modo, o estabelecimento paranaense não ofertou os cinco cursos indicados no decreto federal e que aconteciam na Escola Nacional de Educação Física no Rio de Janeiro. Ao se deparar com o Relatório de Reconhecimento produzido, em 1944, pelo estabelecimento paranaense percebeu-se que o curso de formação de professores de Educação Física comportou apenas duas categorias: o curso superior e o normal (Albizu, 1944).

Em relação ao currículo, muito pouco se alterou ao que se preconizava pela modelar instituição do Rio de Janeiro. O que se observou no programa paranaense

relativo ao primeiro ano do curso superior foi uma diferença na nomenclatura de algumas disciplinas, no qual foi percebido um detalhamento um pouco maior na denominação das seguintes matérias curriculares: Cinesiologia e Mecânica Animal, Higiene Geral e Aplicada e Biometria e Bioestatística (Albizu, 1944).

Dessa forma, o currículo base do curso superior da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, seguiria o modelo da Escola Nacional de Educação Física, que era constituído das seguintes disciplinas:

Art. 3º O curso superior de educação física será de dois anos, e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Anatomia e fisiologia humanas.
2. Cinesiologia.
3. Higiene Aplicada.
4. Socorros de urgência.
5. Biometria.
6. Psicologia aplicada.
7. Metodologia da educação física.
8. História da educação física e dos desportos.
9. Ginástica rítmica.
10. Educação física geral.
11. Desportos aquáticos.
12. Desportos terrestres individuais.
13. Desportos terrestres coletivos.
14. Desportos de ataque e defesa.

Segunda Série

1. Cinesiologia.
2. Fisioterapia.
3. Biometria.
4. Psicologia aplicada.
5. Metodologia da educação física.
6. Organização da educação física e dos desportos.
7. Ginástica rítmica.
8. Educação física geral.
9. Desportos aquáticos.
10. Desportos terrestres individuais.
11. Desportos terrestres coletivos.
12. Desportos de ataque e defesa (Brasil, 1939, s/p).

O currículo do curso normal da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, seguia o modelo da instituição sediada na então capital federal. Seu programa era composto da seguinte maneira:

Art. 4º O curso normal de educação física será de um ano e se constituirá das seguintes disciplinas:

1. Anatomia e fisiologia humanas.
2. Cinesiologia.
3. Higiene Aplicada.
4. Socorros de urgência.
5. Fisioterapia.
6. Biometria.
7. Metodologia da educação física.

8. História da educação física e dos desportos.
9. Organização da educação física e dos desportos.
10. Ginástica rítmica.
11. Educação física geral.
12. Desportos aquáticos.
13. Desportos terrestres individuais.
14. Desportos terrestres coletivos.
15. Desportos de ataque e defesa (Brasil, 1939, s/p).

Ao analisar o documento de reconhecimento produzido em 1944 pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, nota-se que a instituição sediada em Curitiba vai além da Escola Nacional de Educação Física em algumas cadeiras específicas, pois abrangiam, pelo menos em suas nomenclaturas, outros conteúdos dentro da área de conhecimento como, por exemplo, em Cinesiologia, quando mencionava a mecânica animal ou ainda em Biometria, ao aludir também a Bioestatística.

Torna-se difícil precisar o real motivo para diminutas alterações. No entanto, tal fato deve ter relação com a maneira de organização da disciplina e, principalmente, pelo intento do docente responsável pela cadeira. Todavia, esse elemento demonstrava que mesmo em regimes bastante centralizadores e controladores como o Estado Novo, existia sempre a possibilidade dos indivíduos transitarem dentro de relações de poder bastante marcantes, evidenciando com isso uma certa maleabilidade de uma instituição de ensino em se enquadrar às necessidades do seu público-alvo, bem como mostrava o indicativo que os professores com suas diversas e diferentes trajetórias formativas, influenciavam de forma singular um estabelecimento que por exigência legal deveria reproduzir os ditames vindos do governo central que no caso específico era representado pela Escola Nacional de Educação Física, sediada na cidade do Rio de Janeiro, então capital brasileira.

O documento produzido, em 1944, pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná mencionava que toda a parte pertinente a administração, direção, secretaria e congregação da entidade foi elaborada, exclusivamente, de acordo com as exigências e demandas da instituição paranaense (Albizu, 1944). Ao levar em consideração que no decreto-lei federal que embasou a construção do referido regimento interno não existiam menções quanto a organização administrativa, percebe-se que isso foi mais um elemento para que os paranaenses pudessem conferir uma diferenciação em relação ao que acontecia na instituição sediada no Rio de Janeiro.

Desse modo, a construção do excerto relativo à organização administrativa foi de exclusiva responsabilidade dos colaboradores do documento. Nesse sentido, o ordenamento oficial do estabelecimento, localizado na cidade de Curitiba, contava com uma direção técnica e administrativa que “(...) será exercida pelo Diretor, pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação” (Albizu, 1944, s/p). Além disso, caberia ainda ao diretor a recomendação da nomeação de um secretário e de outros auxiliares, se considerasse necessário. Tudo isso para que houvesse um bom funcionamento da secretaria da instituição paranaense. Estes elementos mostram o controle absoluto que Francisco Mateus Albizú tinha sobre a instituição, visto que além de proprietário do estabelecimento o referido regimento interno lhe conferia o poder de constituir o quadro de funcionários da maneira que melhor lhe entendesse.

Um outro elemento importante para análise, refere-se à constituição do quadro docente da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, que era composto por professores catedráticos, contratados, assistentes e auxiliares, elemento que inclusive recebeu especial atenção na formulação do regimento interno da instituição. Os artigos 17º, 18º e 19º descreviam, respectivamente, os deveres dos professores, assistentes e auxiliares (Albizu, 1944). A elaboração de tais encargos foi atribuída ao autor do manuscrito, muito provavelmente seu diretor, Francisco Mateus Albizú. Essa parte do documento contava com importantes alterações em relação àquilo que era preconizado pelo governo federal, visto que na Escola Nacional de Educação Física, era estabelecido a seguinte questão:

Art. 15. As cadeiras de ginástica rítmica (XI), de educação física geral. (XII e XIII), de desportos aquáticos (XIV) de desportos terrestres individuais (XV), de desportos terrestres coletivos (XVI) e de desportos de ataque e defesa (XVII) serão providas sempre mediante contrato, não podendo o professor catedrático ser admitido com idade superior a 35 anos, nem permanecer no exercício da função depois dos 40 anos de idade (Brasil, 1939, s/p).

Já na instituição, situada na capital dos paranaenses, essa limitação não foi aplicada, pois não havia menção à idade máxima ou mínima para se tornar professor das disciplinas citadas. A cadeira de educação física geral e de desportos de ataque e defesa, por exemplo, foi regida, inicialmente pelo Major João Gualberto Gomes de Sá, que possuía 40 anos no momento da publicação do regimento (Albizu, 1944). Outro elemento que contrariava o dispositivo legal de 1939, produzido pelo governo federal, era relativo a outras disciplinas curriculares. O artigo 17 deste decreto-lei enfatizava que “o professor catedrático da 2ª cadeira de educação física geral e o

professor de ginástica rítmica, bem como os assistentes de um outro serão do sexo feminino” (Brasil, 1939, s/p). Essa normativa também não foi aplicada na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Tais modificações em relação ao preconizado pelo governo federal, talvez possam ser decorrentes da carência em mão de obra especializada e qualificada em assuntos concernentes à Educação Física que o estado do Paraná ainda possuía naquele contexto histórico. Desse modo, direcionar as disciplinas por questões de idade, sexo biológico ou de percurso formativo poderia estreitar, excessivamente, o perfil profissional. Consequentemente, correria o risco de não se preencher a vaga e as referidas cadeiras ficarem sem professores catedráticos e assistentes.

Outro ponto fundamental na elaboração das disciplinas concerne ao sexo biológico dos discentes. No estabelecimento educacional paranaense não existia distinção nos conteúdos e exercícios para serem ofertados a homens e mulheres. Todas as disciplinas eram ministradas de forma conjunta. Já na Escola Nacional de Educação Física a cátedra de educação física geral era aplicada de forma separada para homens e mulheres. Além do que, ginástica rítmica era destinada somente ao sexo feminino. Ademais, o ensino dos demais desportos, para as alunas, deveriam ser realizado somente por assistentes mulheres (Brasil, 1939).

Ao não utilizar a tática de separação, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná possibilitava a integração de todos os discentes, no mesmo ambiente de aprendizagem, o que poderia trazer características muito próprias como, por exemplo, uma maior troca de conhecimentos, experiências e visão de mundo entre homens e mulheres. Porém, parece que tal medida adivinha muito, provavelmente, da falta de mão de obra especializada para realizar tal função, assim como era também uma forma de uma instituição que sofria sérios problemas financeiros reduzir seus custos operacionais, pois a não implementação de classes mistas não exigia espaços distintos e nem demandaria da contratação de mais docentes para ministrar tais disciplinas.

O regimento interno no que se refere ao concurso para professor catedrático também não foi definido com base no que era preconizado pelo governo federal. No documento produzido pelos paranaenses foram detalhadas todas as fases do referido certame, os requisitos básicos e os pontos a serem avaliados. As provas eram divididas em prova de títulos, escrita, prática ou experimental, didática e defesa de tese (Albizu, 1944). O que, supostamente, garantia uma maior “lisura” ao processo de

escolha do professor catedrático. No entanto, nem todos os docentes tinham a condição de catedrático, já que existiam também os professores contratados, que integram o quadro docente sem a necessidade de concurso, sendo nomeados apenas por indicação do diretor e/ou pelo notório saber e destaque que tivessem em determinada área de conhecimento.

O exame para ingresso no curso também foi bastante detalhado no regimento interno. No relatório de reconhecimento, de 1944, e nos demais relatórios anuais produzidos, nos anos subsequentes, existiam uma seção voltada, exclusivamente, para os concursos vestibulares. Neles constavam a relação nominal dos inscritos, a lista de pontos a serem sorteados para as provas oral e escrita, de todas as disciplinas (inglês, francês, português, matemática, ciências físicas e naturais e desenho) do curso superior e normal. O que também poderia dar uma maior transparência ao processo, uma vez que nenhum candidato seria beneficiado, dado que os pontos a serem cobrados nas provas seriam decididos ao acaso (Albizu, 1944). Esse elemento ia além ao exigido pelo decreto lei nº 1.212, que apenas explicitava que existia um exame para ingresso, porém não o detalhava. Ponto que abria margem para que cada instituição tivesse discricionariedade, no que tangia ao seu processo de seleção de discentes.

O regime letivo também era outro ponto de livre escolha de cada entidade, a fim de se adequar à realidade de seu público-alvo. Na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná o ano letivo era dividido em duas partes, com início em 15 de março e finalização em 30 de novembro, com férias de meio de ano, estabelecida entre os dias 14 de junho a 15 de julho. Para avançar ao próximo ano do curso ou para obter o diploma, os alunos eram submetidos a uma série de exames, separados em parciais, que ocorriam em julho e em novembro, e um exame final no fim de cada período letivo, podendo ser de primeira ou segunda época, realizados diante de uma comissão examinadora, devidamente, constituída para a ocasião. As avaliações eram separadas em provas escritas, orais e práticas, sendo aprovados os alunos que obtivessem nota mínima, após a média aritmética, de cinco graus (Albizu, 1944).

Outro ponto que merece destaque na análise empreendida, na presente tese de doutorado, está relacionado ao organograma administrativo da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Cabe destacar que, em seus primeiros anos, a instituição não possuía uma sede própria, logo, sua estrutura era totalmente descentralizada. As instalações para as atividades práticas, localizavam-se na sede

do Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química, no bairro Bacacheri. Exceto pelas atividades aquáticas que eram desenvolvidas no Clube Duque de Caxias. Já a sede administrativa ficava localizada na praça Ouvidor Pardinho, no bairro Rebouças. Havia, um terceiro local, no qual aconteciam as aulas teóricas de esgrima e ginástica rítmica, que era localizada na rua Conselheiro Araujo, nº 5 (Albizu, 1944).

A falta dessa identidade e unidade espacial, segundo argumenta Werle (2004, p. 3), é um dos elementos que mais prejudicam o desenvolvimento de um estabelecimento educacional, pois de acordo com autora “um dos espaços de demarcação das instituições frente às demais é o prédio. O prédio escolar é um elemento importante na busca de identidade da instituição educacional, funcionando como agente físico ativo nas subjetividades e na materialidade da cidade”.

Essa ausência de um local adequado fez com que, inicialmente, faltasse à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná uma maior identidade, já que o estabelecimento ocupava espaços compartilhados, nunca sendo, completamente seu, fazendo com que em determinadas circunstâncias tivesse que modificar seu lugar de atuação. De acordo com as pesquisas realizadas, nos jornais, bem como nos documentos oficiais da instituição, verificou-se que as atividades, teóricas, práticas e cerimoniais foram realizadas em diferentes locais ao longo dos seus primeiros anos de funcionamento como, por exemplo, o Estádio Belfort Duarte (atual Major Antônio Couto Pereira) pertencente ao Coritiba Football Club; o Estádio Durival Britto e Silva (Vila Capanema) de propriedade do Britânia Sport Club; posteriormente Clube Atlético Ferroviário (atual Paraná Clube); o clube Círculo Militar do Paraná; o Centro Cultural Interamericano; a escola de idiomas de propriedade de Francisco Mateus Albizú; o Clube Duque de Caxias; o Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química; diversas Praças de Esportes existentes na cidade de Curitiba; a Faculdade Católica de Filosofia; Parque Infantil Manoel Ribas, entre outros espaços. A utilização destes diferentes locais se dava por vários motivos. Entre eles estavam as disputas existentes dentro dessas instituições, bem como a ausência de um repasse financeiro por parte da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná a estes estabelecimentos, condição que, paulatinamente, fez que as parcerias firmadas acabassem sendo inviabilizadas.

As incertezas quanto a um local exclusivo para sediar o curso de Educação Física só se amenizariam, mas sem cessar totalmente, quando o Governo do Estado do Paraná, através do decreto n. 19481, de 1958, destinaria a posse do Ginásio do

Tarumã, então em construção, para sediar a instituição. A obra que terminaria, só na década de 1960, quando passaria ser utilizada para os fins destinados. Unicamente, nesse momento é que foram enfim centralizadas todas as atividades pedagógicas da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná num único local. No entanto, tal conquista não se deu sem disputa. Ao ser anunciado que o Ginásio do Tarumã seria gerido pela instituição, muitos indivíduos ligados ao meio esportivo criticaram a decisão governamental, uma vez que enxergavam que o espaço poderia ter melhores usos para o benefício do esporte paranaense. A seguinte matéria publicada no *Diário do Paraná* no ano de 1963 evidencia essa questão:

Curitiba precisava e continua a precisar de um dêesses, coberto, conforme com as condições do nosso clima, e capaz de conter milhares de espectadores. O que torna ainda mais injustificável, e verdadeiro absurdo, o precaríssimo aproveitamento que lhe vem sendo dado, culpa exclusiva, afirma-se, da incapacidade da Escola de Educação Física, responsável pela sua gerência, em organizar uma verdadeira programação de atividades esportivas para dito local (*Diário do Paraná*, 28/08/1963, p.3).

Além de sediar a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, o Ginásio do Tarumã seria utilizado para diversos eventos esportivos, cumprindo um duplo papel, ou seja, a formação do professor especializado em Educação Física e o de fomento do esporte paranaense. Nada obstante, existiam outros tipos de eventos, de diversas naturezas, que aconteciam no local. O que gerava inúmeras críticas por parte dos alunos e dos demais indivíduos que transitavam no meio esportivo e universitário local. A nota publicada no *Diário do Paraná*, no ano de 1968, é um bom vestígio deste tipo de crítica:

Lamentavelmente, o Ginasium do Tarumã está sendo parcialmente destruído pelo Circo Italiano de Orlando Orfei, instalado naquele magnífico local, recentemente.

Outrora, uma pessoa calçada de sapato, era terminantemente proibida de adentrar à quadra de Basquetebol e Voleibol, a fim de não estragar o assoalho, conforme determinou a administração do Ginasium.

Entretanto, com a instalação do Circo Italiano, o assoalho foi furado para permitir a colocação de cabos de aço, onde foram esquiado o trapézios.

As paredes, igualmente foram perfuradas, também para os cabos de aço.

A piscina que fica ao lado do Ginasium, antes utilizada pela Escola de Educação Física, serve na oportunidade para lavar os cachorros e outros animais pertencentes ao Circo do italiano Orlando Orfei.

Foram suspensas as aulas de Educação Física [sic] e o odor que exala do interior do Ginasium, face a permanência dos animais é insuportável.

Acreditamos que o próprio governador Paulo Pimentel não saiba o que está ocorrendo no Ginásium do Tarumã.

Não acreditamos, que um Ginásium apontado como o melhor do País, face sua magnífica construção [sic] possa ser entregue para um circo utilizar, quando em outra época, ninguém poderia andar em seu recinto calçado de sapato.

Convém salientar, - que no ano passado o Coritiba F.C. solicitou [sic] da administração do Ginásium do Tarumã, permissão para realizar seu tradicional baile de carnaval.

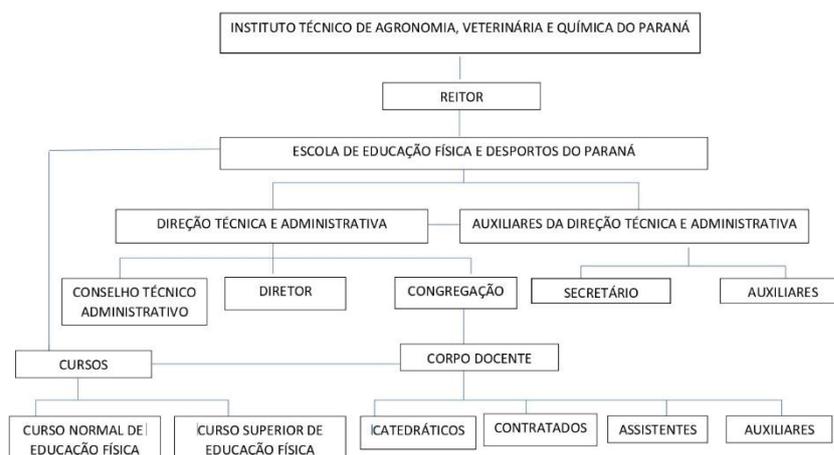
A resposta que obtive o Glorioso foi que não era possível, já que os foliões iriam estragar o piso e a parede contruído na melhor técnica moderna.

Entretanto, no mesmo local, desfilam leões [sic], tigres, cachorros, outros animais de mais variadas raças sem ninguém coibir ou pelo menos exigir que [sic] o Ginásium não seja danificado (Diário da Tarde, 1968, p. 6).

No excerto jornalístico é possível perceber a indignação do autor da matéria. O que, provavelmente, ia ao encontro da repulsa dos alunos e demais envolvidos na área da Educação Física e Esporte no estado do Paraná. Afinal, mesmo depois de incontáveis disputas para obter seu próprio local para desenvolver um trabalho com maiores recursos, precisava passar por episódios como esse, que além de inviabilizar a continuidade do trabalho pedagógico, depredava as estruturas físicas destinadas as atividades da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. No entanto, tal discussão foge do ponto focal da presente tese, sendo um debate bastante amplo e importante, que deve ser mais bem estruturado, analisado e abordado em pesquisas posteriores.

Dessa forma, devido à falta de identidade, antes pela ausência de um prédio ou um local específico, o estabelecimento educacional possuía em sua configuração inicial uma organização singular, em função da relação com sua entidade mantenedora. Isto posto, a forma de organização da Escola de Educação Física e Desportos pode ser visualizada no fluxograma reproduzido abaixo:

Figura 7 - Fluxograma da organização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná



Fonte: Elaborado pela autora

Ao observar o fluxograma é possível perceber que a distribuição administrativa da instituição se organizava de maneira bastante simples, porém com suas singularidades. O estabelecimento era subordinado ao Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química do Paraná, que possuía sua ordenação própria. No entanto, em teoria, era de responsabilidade do reitor desse Instituto tomar as decisões e as nomeações referentes a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, porque ele também seria o reitor desta instituição a ela subordinada. Todavia, ao nomear Francisco Mateus Albizú como diretor, sendo ele proprietário, idealizador e articulador de sua implementação, pode-se inferir que, provavelmente, todas as decisões relativas à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná ficavam a cargo do seu diretor, passando pelo reitor apenas por mera formalidade.

A instituição contava com uma direção técnica e administrativa, que era composta pelo conselho técnico administrativo, pelo diretor, já citado, e pela congregação, formada pelo corpo docente e que era responsável por deliberar e tomar decisões atinentes a aspectos concernentes a área pedagógica e administrativa da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. As funções administrativas, como documentação de alunos e professores, balanço econômico, correspondências etc.,

ficava a cargo dos auxiliares da direção técnica e administrativa, representada pelo secretariado e seus auxiliares, chamados de amanuenses.

Já o quadro docente, conforme já mencionado, anteriormente, era constituído por professores catedráticos, contratados, assistentes e auxiliares, que ministravam aulas no curso normal e no superior. Os professores catedráticos eram os que formavam o quadro permanente de professores da instituição, isto é, aqueles que passaram por um “concurso” para sua admissão. Embora não esteja documentado esse processo, os relatórios indicam que houve um processo de seleção e esses professores foram contratados para o cargo de forma permanente.

4.3 O QUADRO DOCENTE DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DO PARANÁ

No ano da sua primeira sistematização como instituição de ensino, em 1939, o quadro docente era pouco semelhante ao grupo que deu início efetivo à Escola de Educação Física e Desportos do Paraná alguns anos depois. Embora as disciplinas ofertadas nos cursos fossem, basicamente, as mesmas encontradas na configuração anterior, não foi possível precisar qual foi o motivo dessa grande alteração nos indivíduos envolvidos.

Em sua primeira formação, os docentes eram em sua grande maioria provenientes do universo militar. Dentre os sete professores escalados, cinco eram militares, ficando de fora dessa lista somente Francisco Mateus Albizú, idealizador da escola e a professora Halina Marcinowska, responsável pela cadeira de ginástica rítmica, uma disciplina que exige conhecimentos muito específicos.

O quadro docente relativo ao ano de 1939 foi composto da seguinte maneira: Cap. Dr. Nelson Bitencourt de Oliveira, lecionando anatomia e fisiologia humana e cinesiologia; Cap. José de Ribamar Maciel Campos, responsável por Metodologia da Educação Física, Educação Física Feminina e corridas; Capitão dr. Máximo Pinheiro Lima, para as cadeiras de Higiene, Socorros de Urgência e Fisioterapia; dr. Francisco Mateus Albizú, ensinando Psicologia Aplicada e Ataque e Defesa; tenente dr. Antonio Paulino Teixeira de Freitas responsável por Biometria, Educação Física Masculina, Voleibol e Bola ao Cesto feminino; professora Halina Marcinowska, com Ginástica

Rítmica e tenente Antístenes de Moraes Sarmento, nas disciplinas de Corridas e Saltos Femininos e História da Educação Física.

Tal tendência se observou em outras instituições congêneres existente em outras cidades brasileiras, nas quais a tendência militarista se sobressaia, devido ao fato da circulação de modelos oriundos da Escola Nacional de Educação Física, sediada na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que balizava a formação profissional em Educação Física. Outro fator importante tinha relação com a Escola de Educação Física do Exército, que nesse período era uma das poucas instituições voltadas ao ensino da disciplina e, conseqüentemente, à formação dos primeiros profissionais especializados do país (Melo, 1996; Ferreira Neto 1999; Horta, 2012; Góis Júnior, 2017; Lyra, Begossi, Mazo, 2019; Bruschi, Eller E Schneider 2020).

Já em 1944, o quadro foi formado por uma equipe de nove docentes, conforme consta no relatório anual (Albizu, 1944b), entre os seis catedráticos estavam: Dr. Jayme Drummond de Carvalho (Cinesiologia, Higiene Aplicada e Socorros de Urgência), Major João Gualberto Gomes de Sá (Educação Física Geral e Ataque e Defesa), Francisco Mateus Albizú (História da Educação Física, Organização da Educação Física e Metodologia da Educação Física), Hamilton Saporski Dal'lin¹¹ (Desportos Terrestres Individuais), Dr. Máximo Pinheiro Lima (Biometria, Bioestatística e Fisioterapia) e Halina Marcinowska (Ginástica Rítmica e Ginástica para o sexo feminino).

Entretanto, ao analisar outras fontes, é possível perceber que havia outros professores não listados no relatório. Ao diplomar a turma de 1943, a primeira turma oficial da Escola, durante a cerimônia de colação de grau foram homenageados diversos professores, dentre eles estavam Antenor Pupo e Dr. Otávio de Sá Barreto (O Dia, 02/12/1943). A nota jornalística e o Relatório de Reconhecimento (Albizu, 1944) são as únicas fontes que fazem menção a esses indivíduos, talvez possam ter sido professores colaboradores que participaram do primeiro ano, quando ainda estava em estruturação e, por motivos diversos, não se consolidaram no quadro docente permanente da instituição. O que parece ser o mesmo caso de Homero Braga, que foi listado como examinador das provas parciais em algumas disciplinas,

¹¹ O professor Hamilton Saporski Dal'lin aparece em alguns relatórios como professor catedrático e em outros como professor contratado. Nesse caso, como no relatório de reconhecimento, enviado ao senhor Interventor Federal, ele constava como professor catedrático, por isso foi considerado como tal (Albizu, 1944b).

e sendo o primeiro avaliador em Cinesiologia e Higiene Aplicada para as primeiras provas parciais do ano de 1943, o que pode indicar que era o professor dessas cadeiras, mas não foi mencionado nas segundas parciais, o que talvez possa sugerir seu desligamento durante o ano letivo. Outros nomes também aparecem só no Relatório supracitado, participando da banca do vestibular de 1943 e não são mais mencionados, como: Anchises Marques de Faria, Alfonso Wisniewski, Nilton Buhner, Tufi Salum, Augusto Conte e Nilo Brandão. Acredita-se que tais nomes poderiam ser professores convidados para auxiliar na avaliação do desempenho dos pleiteantes a ingressar no Curso, visto que a prova era composta de conteúdos para além da Educação Física, como: inglês, francês, ciências físicas e naturais, matemática, desenho e português.

Francisco Mateus Albizu era bacharel em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, na qual exercia atividades docentes. Possuía curso de radiologia e o curso de Educação Física pela Springfield College (YMCA). Nasceu em novembro de 1896, em São Paulo e faleceu em Curitiba em maio de 1974. Em 1914 quando tinha dezoito anos de idade, foi morar nos Estados Unidos, país onde permaneceu por vários anos, até voltar à São Paulo e, em seguida, se estabelecer no Paraná. Serviu ao Exército Brasileiro tornando-se Capitão Médico, se juntando a linha de frente na Revolução Constitucionalista em 1932, integrando a equipe médica, com seus serviços de radiologia, já que exercia a profissão na Casa de Saúde São Francisco (Diário da Tarde, 23/08/1932; Correio do Paraná, 18/08/1932). Sua estreita relação com os EUA reverberou em suas ações em terras paranaenses, ao fundar escolas de inglês e centros culturais, como o Interamericano, Aliança Francesa e Cultura Inglesa, além de ser Consul do Estados Unidos em Curitiba.

No esporte teve grande influência, transitando em vários ambientes e instituições. Foi presidente da Associação Paranaense de Tennis e Golf (O Dia, 17/02/1932), membro da comissão de atletismo e boxe da Federação Paranaense de Desportos, posteriormente, se torna o vice-presidente da entidade (O Dia, 17/05/1932; Diário da Tarde, 27/10/1932). Foi cronista esportivo do Jornal “Diário da Tarde”, escrevendo sobre hipismo, golfe e tênis (Diário da Tarde, 19/10/1932), fundou a Federação Autônoma de Médios, responsável por “cuidar” do futebol, atletismo e basquetebol (Diário da Tarde, 20/01/1933), diretor técnico do Palestra Itália e C.A Ferroviário, clubes de futebol paranaenses (Diário da Tarde, 20/01/1933; Correio do

Paraná, 19/11/1933), depois foi diretor geral de esportes do Coritiba F.C (23/05/1944), Vice-presidente da Liga Atlética Paranaense e, em seguida, presidente (Diário da Tarde, 16/06/1933; O Estado, 04/02/1937), membro do Conselho Regional de Desportos, junto ao Governo do Estado (Diário da Tarde, 08/09/1941), Diretor do Departamento de Educação Física, junto a secretaria de Educação (O Estado, 8/04/1937), diretor de Instrução e Cultura Física dos estabelecimentos de ensino público do Paraná (Correio do Paraná, 15/04/1934), presidente do Clube Náutico Curitibano (O Dia, 02/03/1935), entre outras atribuições.

Vale ressaltar, que a figura do professor Albizú era bastante controversa. Embora tenha inegável contribuição para o esporte e para a Educação Física paranaense, há muitas ressalvas quanto ao seu nome. Porém, tal afirmação não pode ser confirmada com as fontes acessadas, mas é possível perceber nas entrelinhas que havia certo favorecimento a sua família na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, uma vez que sua filha e seu genro eram professores da Escola, além de que, sua esposa e, posteriormente, seu filho e nora também trabalhavam no setor administrativo da instituição, como secretários. Todavia, tal informação parece não ser tão relevante, visto que o estabelecimento era de ordem privada. No entanto, quando a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná passa a ser de responsabilidade do governo estadual, todos os seus familiares passam a ser estatutários, garantindo os mesmos direitos dos funcionários públicos, sem a necessidade de passar pelo processo de seleção. Outros pormenores podem ser observados ao analisar as fontes, principalmente, com relação a sua rede de sociabilidade e suas ações visando a Escola de Educação Física e Desportos, porém, tal discussão necessita maiores esforços e investigações, para adentrar mais a fundo nessas relações, o que foge ao escopo da presente tese.

Dr. Jayme Drummond de Carvalho era genro de Francisco Mateus Albizú, dado que era casado com sua filha, Vivian, também professora da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Nasceu em 25 de setembro de 1918 e faleceu em setembro de 1992. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em dezembro de 1940 (Correio do Paraná, 12/12/1940). Com bom currículo, tinha curso de Medicina Sanitária e de Saúde Pública, realizados pelo Instituto Manguinhos e Instituto Oswaldo Cruz, respectivamente (Moraes e Silva; Capraro, 2011). Durante a década de 1950 foi diretor do Departamento de Saúde (Diário do Paraná, 21/05/1955), nos anos de 1970 foi diretor da Escola de Saúde

Pública da Coordenadoria de Orientação à Comunidade da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social (SESB) (Diário da Tarde, 05/07/1978).

Figura 8 – Jayme Drummond de Carvalho



Fonte: O Dia, 20/01/1943, p. 4

Máximo Pinheiro de Lima, nasceu em São José dos Pinhais em 31 de maio de 1905. Como apontam Moraes e Silva e Capraro (2011), era diplomado em Medicina pela Universidade do Paraná, concluindo o curso no ano de 1930, na sequência, fez o curso de Medicina Especializada em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, em 1939. Era também membro da Força Militar do Estado do Paraná, iniciando sua carreira como 1º tenente-médico (O Dia, 03/03/1931), e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, sendo um dos responsáveis por introduzir a Antropologia no Estado do Paraná. Foi membro do conselho deliberativo da Sociedade de Cultura Física Jahn (Correio do Paraná, 15/04/1939), vice-presidente do Nacional F.C, clube de futebol paranaense (O Dia, 18/01/1935). Exerceu também o cargo de vereador, na cidade de Curitiba, e como professor foi o segundo diretor da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, instituição na qual ministrava as disciplinas de Biometria/ Bioestatística e Fisioterapia.

Figura 9 – Maximo Pinheiro Lima



Fonte: Correio do Paraná, 01/10/1959, p. 6

A única professora catedrática do sexo feminino era Halina Marcinoski¹², tinha descendência polonesa, mas nasceu em Curitiba em agosto de 1913 e faleceu em dezembro de 2011, aos 98 anos. Durante sua vida, dedicou-se às atividades rítmicas e expressivas. Era dentista de formação, formada pela Escola de Medicina do Paraná, porém sua verdadeira adoração era com as atividades artísticas. Fez diversos cursos ligados a dança, expressão corporal e atividades rítmicas voltados para a recreação infantil, o que a fez se tornar coreógrafa de agremiações culturais ligadas a Polônia, local onde passou parte de sua vida realizando cursos de dança e atividades rítmicas. Frequentou, também, a Escola Normal Secundária (A República, 28/06/1930) e era diplomada em Ginástica Rítmica pelo Instituto de Varsóvia. Tinha relações estreitas com os Escoteiros de Curitiba, sendo chefe das Fadinhas do Círculo Militar (Correio do Paraná, 17/01/1939). Além disso, foi professora responsável pela disciplina de Expressão Corporal no Curso Permanente de Teatro do Teatro Guaíra e lecionou sobre atividades rítmicas para o Curso de Pedagogia.

Figura 10 – Halina Marcinoski

¹² Há certa confusão quanto a grafia do sobrenome da professora, em algumas fontes aparece Marcinoski, em outras Marcinowska e algumas derivações. Porém, optou-se por se referir a ela como “Marcinowska”, pois é a grafia que consta em alguns documentos oficiais da Escola analisados e em demais fontes.



Fonte: Miecoanski, 2013.

Hamilton Saporski Dal'lin foi um importante atleta, venceu inúmeras provas de atletismo e pentatlo (Correio do Paraná, 03/08/1937), competindo pela bandeira de vários clubes, como a Sociedade Junak, o Clube Atlético Ferroviário, o Clube Athletico Paranaense, o Britânia S.C entre outros. Além de ter integrado seleções paranaenses e brasileira. No mesmo período também foi atleta de voleibol. Nasceu em Curitiba, no dia 8 de dezembro de 1913 e faleceu em novembro de 2010, aos 96 anos. Foi diretor da Federação Paranaense de Voleibol (Paraná Esportivo, 14/04/1953), presidente da Federação Desportiva Paranaense (Correio da Noite, 09/06/1959), diretor geral de esportes do Ferroviário (Paraná Esportivo, 13/09/1956), membro da comissão que fundou a Federação Paranaense de Basquetebol (Diário da Tarde, 04/11/1950), membro da Federação Paranaense de Tênis de Mesa (Última Hora, 17/02/1962), foi preparador físico da seleção paranaense de voleibol e de diversos clubes de futebol e técnico da seleção curitibana de atletismo (A Tarde, 21/08/1959), e lecionou em diversas escolas paranaenses, como: Colégio Estadual do Paraná, Colégio Rio Branco, Internato Paranaense, entre outros.

Figura 11 – Hamilton Saporski Dal'lin



Fonte: Paraná Esportivo, 18/03/1957, p.5.

Por fim, encerrando os professores catedráticos, João Gualberto Gomes de Sá Filho. Filho do Coronel João Gualberto, que se tornou importante figura para a engenharia e segurança pública do estado do Paraná, foi professor de física e química (Motta; Piovezan, 2023). Nasceu em 10 de junho de 1901, e faleceu aos 80 anos em dezembro de 1982. Frequentou o Colégio Militar do Rio de Janeiro, em seguida cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, iniciando como aspirante a oficial, e logo em seguida, se tornou 2º tenente, chegando ao posto de general. Nesse período também foi atleta de atletismo, disputando inúmeras provas no Rio de Janeiro, representando seu grupamento militar, o Clube de Regatas Flamengo e, posteriormente, o Ypiranga F.C. Em 1930, fez o Curso Provisório de Educação Física, organizado pelo Centro Militar de Cultura Física, lhe conferindo o grau de Instrutor de Educação Física (O Paiz, 28 e 29/07/1930). Lecionou na Escola de Educação Física do Exército, na qual dividiu seus conhecimentos sobre atletismo, sendo instrutor de lançamentos (A Noite, 05/02/1934). Fez parte do Departamento de Cultura Physica da Escola Militar (Diário Da Noite, 26/02/1931), foi presidente da Liga Atlética Paranaense (Correio do Paraná, 19/11/1932), o primeiro presidente da Federação de Atletismo do Paraná, presidente do conselho deliberativo da Associação de Tiro Rio Branco (Correio do Paraná, 28/04/1939), dentre outros feitos relacionados à Educação Física paranaense.

Figura 12 – João Gualberto Gomes de Sá Filho



Fonte: Diário do Paraná, 11/08/1968, p. 21

Por sua vez, os professores contratados eram Neuzarth Francisco Machado (Desportos Aquáticos e Desportos Terrestres Coletivos), Dr. Rosala Garzuze (Psicologia Aplicada) e Dra. Vivian Albizú de Carvalho (Anatomia e Fisiologia Humana), contratada para o lugar de Antenor da Silva Pupo. Com o pedido de licença do Major João Gualberto, no último trimestre, para realizar formação nos Estados Unidos, foi contratado para o seu lugar o Capitão Renato Mendes, para a cadeira de Desportos Terrestres Coletivos ocupando o posto de junho a dezembro de 1944 (Albizu, 1944b). Cabe destacar que nos dois primeiros anos de funcionamento do estabelecimento não houve assistentes e auxiliares, estes começaram a ser contratados apenas após a formação da primeira turma do Curso Superior em Educação Física (Albizu, 1944; 1944b; 1945; 1946).

Vivian Albizú de Carvalho, filha do professor Francisco Mateus Albizú e esposa de Jayme Drummond de Carvalho, foi uma das primeiras médicas paranaenses, formando-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em dezembro de 1940. Em seguida, especializou-se em pediatria, com cursos de dietética infantil e clínica pediátrica médica, além de fazer estágio no Instituto Nacional de Puericultura (Correio do Paraná, 12/12/1940; O Dia, 20/01/1943). De acordo com o Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), Vivian Albizú foi a primeira mulher médica a se registrar no CRM-PR, recebendo o registro de número 58 (CRM, 2023). Ela nasceu no dia 18 de agosto de 1918, nos Estados Unidos, posteriormente, naturalizou-se brasileira, e faleceu em 1986. Além da sua cadeira na Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, era uma das diretoras da Associação de

Puericultura de Curitiba (Correio do Paraná, 27/10/1941), médica da Secretaria de Educação e Cultura, no Serviço Permanente de Assistência Médica às atividades de Educação Física, lotada no Ginásio Paranaense (O Dia, 21/04/1949). Sua relação com o esporte provinha de sua filiação ao *Paraná Tennis Club*, onde disputava competições esportivas pelo clube, segundo registros encontrados na imprensa curitibana (Diário da Tarde, 02/12/1933; 17/01/1934).

Figura 13 – Vivian Albizu de Carvalho



Fonte: CRM-PR, 2023

Neuzarth Francisco Machado, nascido em 19 de outubro de 1919, faleceu em setembro de 1963, foi atleta de natação e basquetebol, defendendo o Palestra e Ferroviário. Formou-se no curso noturno do Ginásio Novo Ateneu, em 1935 (Correio do Paraná, 27/09/1935), era contador e economista, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, em 1950 (Diário da Tarde, 24/11/1950), nos anos de 1940 cursou a Escola de Educação Física do Exército, realizando o curso de monitor de Educação Física, porque na época era apenas cabo, posteriormente, chegou à patente de capitão. Após se afastar da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, trabalhou como contador chefe no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, foi chefe de gabinete do prefeito Iberê de Matos, e primeiro presidente do atual Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Além de ter sido membro da Federação Desportiva Paranaense (O Dia, 04/03/1959).

Figura 14 – Neuzarth Francisco Machado

Fonte: A Divulgação, 08/1959, p. 31

O dr. Rozala Garzuze era médico de formação, nascido no Líbano, chegou ao Brasil aos três anos de idade, onde e estabelecendo-se em Irati, cidade localizada no interior do estado do Paraná. Realizou sua formação inicial no antigo Ginásio Paranaense, em seguida, diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1929, na qual, durante vários anos, foi professor da disciplina de Patologia Geral. Docente do Ginásio Novo Ateneu e do Curso Complementar do Ginásio Estadual, ele exerceu a função, interinamente, no Ginásio Paranaense (O Estado, 19/11/1937). Além disso, era poeta, escritor, editor de revistas científicas e filósofo (Moraes e Silva; Capraro, 2011). Nasceu em 02 de fevereiro de 1906 e faleceu em 2009, aos 103 anos de idade. Durante anos, exerceu o cargo de presidente do templo das musas, sede mundial do Instituto Neo-Pitagórico (entidade filosófica-cultural). Assumiu esse posto após a morte de seu sogro e fundador da instituição, Dario Vellozo, importante intelectual paranaense, e permaneceu na presidência até seu falecimento em 2009. Foi também presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, seção estadual do Paraná (Diário da Tarde, 29/03/1963). Durante os anos de 1970 foi diretor da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná (Diário do Paraná, 26/01/1973).

Figura 15 – Rozala Garzuze



Fonte: Wittig, 2006.

Pode-se perceber que os professores circulavam em vários círculos para além da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Ocuparam diversos cargos docentes, administrativos ou de gestão, em instituições relativas à sua área de atuação. Dessa maneira, fica evidente a relevância que esses indivíduos possuíam no cenário paranaense, seja para a área da Educação Física ou áreas correlatas.

Ao analisar o quadro docente, pode-se constatar que existiam dois segmentos bem definidos e divididos, principalmente, entre médicos e militares. Em sua grande maioria, os professores tinham ligação direta com a Educação Física, seja por sua formação e/ou pela trajetória pessoal. Representando o segmento militar tinham os nomes do Major João Gualberto e o Capitão Renato Mendes. Contudo, Neuzarth Machado e Hamilton Saptorski haviam realizado suas formações na Escola de Educação Física do Exército, desse modo, compartilham de alguma maneira o *modus operandi* militar. Por sua vez, Jayme Drummond, Rosala Garzuze e Vivian Albizú de Carvalho possuíam formação em Medicina. No entanto, Vivian Albizú era associada ao *Paraná Tennis Club*, além de ser filha de Francisco Mateus Albizú (Diário da Tarde, 1934). O mesmo ocorre com Jayme Drummond, casado com Vivian Albizú. O que demonstra a estreita relação desta família com a cultura física paranaense, uma vez que o idealizador da instituição transitava pelo meio esportivo há muitos anos. Já Máximo Pinheiro Lima, que junto com Francisco Mateus Albizú, foi um dos idealizadores da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, era médico de formação, porém sua relação com as práticas físicas era inegável, já que possuía um curso em Educação Física realizada na Escola de Educação Física do Exército.

Essa nova formação do quadro docente vai ao encontro de outra tendência: a incursão da medicina na área de Educação Física. Aqui há uma clara divisão entre as disciplinas teóricas, ministrada pelos médicos e as disciplinas práticas, desenvolvidas, por militares e/ou professores de educação física/destaques esportivos, que não raro, provinham da caserna e/ou tinham tido alguma relação com instituições militares.

Os trabalhos realizados, anteriormente, por Melo (1996) e Azevedo e Malina (2004), discutiram essa configuração ao analisar o contexto de construção do quadro docente e da grade curricular da Escola Nacional de Educação Física, na qual se encontrava uma clara divisão entre disciplinas práticas e teóricas, que seriam ministradas, respectivamente, por militares e médicos. A presença destes grupos corporativos nas primeiras instituições civis de formação especializada em Educação Física no Brasil se deve ao fato de que nesse momento a área relativa à Educação Física estava em fase de construção. Portanto, necessitava desenvolver a sua legitimidade acadêmica e profissional. Para tal, buscou refúgio em outras áreas de conhecimento, como é o caso da medicina, que já tinha desenvolvido diversos discursos que embasaram os exercícios físicos, a ginástica e os esportes dentro de um ponto de vista científico.

Posteriormente, os primeiros professores formados em Educação Física começaram a ser agregados ao quadro docente da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Condição que deu mais heterogeneidade a Educação Física paranaense, pois estes derivavam de outras escolas, e até mesmo provinham da recém-formada instituição localizada na cidade de Curitiba. Tal movimentação corrobora com os apontamentos realizados por Grunennvaldt (1997, p. 205)

Do triplo eixo básico que resultou numa proposição hegemônica, os médicos e os militares são legitimados pela forma de cobrança de sua intervenção na sociedade civil no sentido de ordená-la, eugenizá-la e discipliná-la, enfim coube-lhes um papel significativo na ordenação da sociedade brasileira, visando adaptá-la a sociedade corporativa. Os professores da parte *prática ou esportiva*, de início estiveram presentes mas não tão determinantes. Sua legitimidade se dá à medida que, o esporte enquanto fenômeno social com grande potencial aglutinador, toma-se um elemento de intervenção junto as massas.

Dessa forma, em anos posteriores, fica clara a transição a qual o autor se refere. Uma vez que a Educação Física foi estruturada assentada em discursos médicos e militares, o que justificava o grande número deles nas cadeiras da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Indivíduos que futuramente foram,

gradativamente, sendo substituídos por professores ligados aos esportes e, principalmente, por aqueles que estavam obtendo suas formações nos primeiros cursos de Educação Física espalhados pelo território brasileiro.

Em 1945, o quadro docente incluiria novos professores, assistentes e auxiliares. Foram incorporados alunos recém-formados no curso, como foram os casos de Maria de Lourdes Lamas e Diva Ruth Muller, nomeadas, respectivamente, para as cadeiras de Metodologia da Educação Física e Educação Física Geral, respectivamente. E, Joaquim Loureiro, técnico desportivo pela Escola de Educação Física e Desportos de São Paulo, para ministrar Esgrima (Desportos de Ataque e Defesa) (Albizu, 1945). Tais docentes foram contratados para suprir a ausência de João Gualberto, que pediu licença da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná para atender ao chamado do Exército Brasileiro, a fim de realizar uma missão nos Estados Unidos.

Foram contratadas assistentes e coadjuvantes de ensino. Judith Eunice Egg, Ivete Luz e Diva Ruth Muller¹³, como auxiliares de Biometria e Bioestatística, Ginástica Rítmica e Desportos Terrestres Individuais, respectivamente. E, como coadjuvante de ensino, Iraide Santos Carvalho, para atuar como pianista para a cadeira de Ginástica Rítmica (Albizu, 1945).

A contratação e escolha de professores para encabeçar a concepção de um curso em Educação Física foram primordiais para a estruturação deste, uma vez que a formação e as preferências desses docentes impactaram, diretamente, nos conhecimentos socializados durante a formação desses novos professores especializados.

¹³ Diva Ruth Muller foi contratada simultaneamente como professora da cadeira de Educação Física Geral e como assistente de Desportos Terrestres Individuais.

5. CURSO SUPERIOR E CURSO NORMAL SUPERIOR: O PROJETO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ.

O projeto de formação de professores de Educação Física, no Brasil, perpassou por pontos bastantes específicos no seu transcorrer histórico. A formação acadêmica desses professores seguiu a base que já estava posta e sendo executada nas escolas. Como pode-se observar, no ano de 1938, na Segunda Conferência para inspetores de ensino, oferecida pela Divisão de Educação Física, a fim de qualificá-los a identificar se um bom trabalho vinha sendo feito pelos professores de Educação Física nos estabelecimentos de ensino do país:

Um sistema de educação física a ser empregado nas escolas deve ser higiênico praticado o mais das vezes, ao ar livre, utilizando movimentos, de modo a generalizar o trabalho a todas as partes do corpo: exercícios destinados a ativar a circulação, a melhorar a função respiratória pela amplitude dos movimentos respiratórios obtidos por via reflexa. Deve ser corretivo para permitir combater as más atitudes escolares. Deve ser recreativo dedicando um lugar considerável aos jogos. Um método nessas condições é perfeitamente científico, maximé quando condiciona seu sucesso à colaboração íntima entre o médico e o professor (Revista de Educação Física, 1938, p. 36).

Em 1938, quando houve a Segunda Conferência, a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD) não tinha sido inaugurada. No entanto, conforme mencionado em capítulos anteriores, a Educação Física já fazia parte do ambiente escolar no país desde o século XIX. Como observado no excerto acima, ela vinha sendo ministrada com certa “regularidade”, mas precisava de um mecanismo de inspeção para atestar sua aplicabilidade, pois se feito da maneira incorreta, poderia gerar prejuízos aos praticantes, por isso a grande preocupação. Porém, como ainda não se tinham leis para regulamentar a formação de professores para a disciplina, e nem uma regulamentação própria para o ensino, o que se tinha disponível era apenas algumas poucas iniciativas civis, nesse caso a formação ficava em grande parte, por conta da Escola de Educação Física do Exército (EEFE). Portanto, pode-se inferir que o projeto de formação profissional, em grande parte, provinha das forças armadas. Esses professores eram responsáveis por repercutir um programa pré-definido para a disciplina:

Para executar-se a contento a educação física é necessário proceder da seguinte forma: 1.º) realizar o grupamento homogêneo feito por um médico, segundo a idade fisiológica dos indivíduos. Seria um erro submeter aos mesmos exercícios, creanças cujo valor físico é totalmente diferente.

A segunda etapa na execução da educação física é a adaptação dos exercícios, jogos ou aplicações conforme os grupos de alunos. Assim, às creanças de 4 a 6 anos devem ser ministrado exercícios mímicos, jogos, pequenas evoluções. Dos 6 aos 9 anos, pequenas evoluções, rodas cantadas, jogos e movimentos de iniciação, exercícios educativos e corretivos, pequenos jogos coletivos e jogos respiratorios. Dos 9 aos 11 anos: evoluções movimentos educativos e corretivos, educação respiratoria, pequenos jogos coletivos, preparação ás aplicações, e natação. Dos 11 aos 13 anos; evoluções, movimentos educativos e corretivos, educação respiratoria, jogos coletivos, aplicações elementares, natação. Dos 13 aos 16 anos esse programa é realizado com maior intensidade, iniciando-se a preparação para a pratica esportiva (Revista de Educação Física, 1938, p. 36).

Embora nesse cenário histórico, a formação superior em Educação Física fosse algo incipiente no Brasil, ao observar o programa descrito, anteriormente, pode-se deduzir alguns elementos de maior destaque, como por exemplo, os jogos e o movimentos corretivos e educativos, que perpassam por todo o plano de ensino. Os jogos apareciam em maior volume, pois eram considerados essenciais para as crianças. Com eles os infantes poderiam aprender diversas lições, uma vez que o trabalho era fantasiado de diversão. Ao unir destrezas físicas com habilidades mentais, poderiam proporcionar uma sensação de pertencimento, auxiliando no desenvolvimento das habilidades sociais dos praticantes.

Mesmo ainda sem contar com um projeto de formação profissional mais robusto, nota-se que já existia um método bem definido, com saberes específicos. O mesmo ocorre com o profissional. O que se esperava do professor era que ele fosse uma espécie de guia/tutor para os educandos. Sendo assim, deveria possuir, além dos conhecimentos elementares da disciplina, uma moral considerada ilibada para exercer uma influência considerada positiva em seus alunos. Tal questão fica bastante evidente numa matéria publicada na Revista de Educação Física do ano de 1938:

O indivíduo que recebe um grupo de creanças afim de cuidar de sua educação física, não vai ensinar, e, portanto, não vai desempenhar a função de professor. Vai, é certo, guiar as creanças que lhe são confiadas, na maneira real de educar seus organismos. Faze-las sentir as necessidades de melhor aproveitarem o trabalho físico em benefício de suas grandes funções orgânicas.

(...) Para tudo isso é preciso que o professor alem de uma solida cultura geral e técnica possua um caráter ilibado. Duas qualidades favorecem a ação do professor: personalidade e preparo (Revista de Educação Física, 1938, p. 37).

Ao se analisar a função de um professor de Educação Física, nota-se que existia uma clara diferença com os docentes responsáveis pelos demais componentes curriculares. O professor de Educação Física deveria ser uma figura que deveria guiar os trabalhos realizados pelos alunos, revelando o seu caráter essencialmente prático. No entanto, essa dimensão mais prática ecoava no projeto de formação desses docentes, uma vez que o saber fazer era um elemento considerado fundamental no processo de ensino. Isso fica mais claro ao analisar os modos de ingresso aos cursos e a ementa de cada disciplina na formação desses indivíduos. Tais pontos já foram explorados, de maneira sucinta, anteriormente, no que diz respeito à instituição modelar, a Escola Nacional de Educação Física (ENEFD). Cabia então, observar como esse projeto de formação profissional ocorria dentro da Escola de Educação Física e Esportes do Paraná, ou seja, de que maneira foram construídos esses saberes dentro da respectiva instituição de ensino, para então ter pistas sobre como esses docentes foram habilitados.

Nos primeiros momentos, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná era dividido em dois períodos, separados por um recesso de um mês entre um período e outro. O primeiro semestre compreendia o período que ia de 15 de março a 14 de junho, já o segundo se iniciava em 15 de julho e se encerrava em 30 de novembro. O período de matrícula nos cursos ia do primeiro ao vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro de cada ano. Para se matricular, o aluno deveria ter entre 16 e 30 anos, além de ter bons antecedentes criminais, apresentar atestado de vacina antivariólica, de sanidade física e mental. No entanto, só estaria apto a se matricular o aluno aprovado, após ser submetido a exames de higiene física, testes físicos e provas intelectuais, com exames escritos e orais (Albizu, 1944b).

No ano de 1944, as aulas aconteceriam todos os dias da semana, sendo que em dias úteis a carga horária era de 4 horas diárias, com classes de 50 minutos, iniciando com a primeira aula às 8h e encerrando às 11:50h, com 10 minutos de intervalo entre elas. Os dias de sábado e domingo possuíam organização diferenciada, já que aos sábados, as exposições iam das 8h até as 15:50h, com intervalo para o almoço, das 11:50h até às 14h, quando iniciava o período da tarde. No domingo, tinha apenas uma aula, das 8h até às 8:50h. A depender do ano do curso, havia alguns horários vagos entre as aulas, somente o Curso Normal possuía carga horária completa. Feita essa primeira apresentação torna-se fundamental

apresentar a estrutura dos dois cursos ofertados pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: o Superior e o Normal.

5.1 O CURSO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DO PARANÁ

O currículo do Curso Superior era dividido em dois anos, separando as disciplinas em práticas e teóricas e algumas consideradas teórico-práticas. Ao levar em consideração a quantidade de aulas, a duração e os dias letivos, a formação teria, em média, uma carga horária de 1160 horas, com 1392 aulas, muito menor que as 3200 horas atuais.

Segundo o relatório de reconhecimento da Escola de Educação de Educação Física e Desportos do Paraná (Albizu, 1944), as disciplinas eram divididas da seguinte forma:

Primeira Série:

- 1) Anatomia e Fisiologia Humanas (22 aulas teóricas)¹⁴.
- 2) Cinesiologia e Mecânica Animal (47 aulas teóricas).
- 3) Higiêne Geral e Aplicada (26 aulas teóricas).
- 4) Socorros de Urgência (10 aulas teóricas e 7 práticas).
- 5) Biometria e Bioestatística (36 aulas teóricas e 10 práticas).
- 6) Psicologia aplicada (43 aulas teóricas).
- 7) Metodologia da Educação Física (37 aulas teóricas e 5 práticas).
- 8) História da Educação Física e dos Desportos (26 aulas teóricas).
- 9) Ginástica Rítmica (15 aulas teóricas e 50 práticas).
- 10) Educação Física Geral (31 aulas teóricas e 74 aulas práticas).
- 11) Desportos Aquáticos (13 aulas teóricas e 30 práticas).
- 12) Desportos Terrestres Individuais (20 aulas teóricas e 24 práticas).
- 13) Desportos Terrestres Coletivos (20 aulas teóricas e 24 práticas).
- 14) Desportos de Ataque e Defesa (23 aulas teóricas e 63 aulas práticas).

¹⁴ A quantidade de aulas descrita diz respeito ao ano letivo de 1944, considerando as aulas ministradas em cada disciplina. A quantidade de aulas do ano de 1945 não foi considerada na análise.

Segunda Série:

- 1) Cinésioologia (54 aulas teóricas).
- 2) Fisioterapia¹⁵ (40 aulas teóricas e 10 práticas).
- 3) Biometria (24 aulas teóricas e 6 práticas).
- 4) Psicologia Aplicada (48 aulas teóricas).
- 5) Metodologia da Educação Física (33 aulas teóricas e 20 práticas).
- 6) Organização da Educação Física e dos Desportos (27 aulas teóricas).
- 7) Ginástica Rítmica (77 aulas práticas).
- 8) Educação Física Geral (104 aulas práticas).
- 9) Desportos Aquáticos (20 aulas teóricas e 29 práticas).
- 10) Depostos Terrestres Individuais (20 aulas teóricas e 33 práticas).
- 11) Desportos Terrestres Coletivos (50 aulas teóricas e 50 práticas).
- 12) Desportos de Ataque e Defesa (91 aulas práticas).

As aulas foram ordenadas demonstrando diferenças quanto ao arranjo entre o primeiro e segundo ano do curso. As imagens abaixo evidenciam muito bem tal distribuição curricular:

¹⁵ A nomenclatura da disciplina apresentava certa confusão, pois em partes do documento estava descrito como Fisioterapia e em outros momentos é referida como Fisioterapia. Sendo assim, como na descrição das disciplinas nos é apresentado como Fisioterapia, decide-se mencionar dessa forma ao longo do texto.

Figura 16 – Horário de Aulas do Curso Superior – 1º ano - 1944

<u>H O R Á R I O .</u>							
	<i>Segunda feira</i>	<i>Terça feira</i>	<i>Quarta feira</i>	<i>Quinta feira</i>	<i>Sexta feira</i>	<i>Sábado</i>	<i>Domingo</i>
8 - 8-50	<i>Método- logia.</i>	<i>Educação Física Geral. <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Educação Física Geral. <u>PRÁTICO.</u></i>	<i>Cinésio- logia.</i>	<i>Despor- tos Aquáticos <u>PRÁTICO</u></i>
9 - 9-50	<i>Anatomia e Fisiolo- gia H.</i>	<i>Desp. Terr. Individu- ais. <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Psicologia</i>	<i>Ginástica Rítmica <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Psicologia</i>	<i>Desp. TERR. Coletivos <u>PRÁTICO</u></i>	
10 - 10-50	<i>Higiêne</i>	<i>Ginástica Rítmica <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Cinésio- logia.</i>	<i>Desp. Terr. Coletivos <u>PRÁTICO.</u></i>	<i>Método- logia.</i>	<i>Desp. Terr. Individu- ais. <u>PRÁTICO</u></i>	
11 - 11-50	<i>Psicolo- gia.</i>	<i>Desportos Aquáticos <u>PRÁTICO</u></i>	<i>Biometria.</i>		<i>Higiêne.</i>	<i>Ginástica Rítmica <u>PRÁTICO</u></i>	
14 - 14-50						<i>Educação Física. <u>PRÁTICO</u></i>	
15 - 15-50						<i>Ataque e Defesa. <u>PRÁTICO.</u></i>	

Fonte: Albizu, 1944c, s/p.

Figura 17 – Horário de Aulas do Curso Superior – 2º ano – 1944

		<u>H O R A R I O.</u>						
		Segunda feira.	Terça feira	Quarta feira	Quinta feira	Sexta feira	Sábado	Domingo.
8	Cinésio- logia.	Educação Física Geral. <u>PRÁTICA.</u>	Educação Física Geral. <u>PRÁTICA.</u>	Educação Física Geral. <u>PRÁTICA.</u>	Educação Física Geral. <u>PRÁTICA.</u>	Método- logia.	Desport. Terr. Coletivos <u>PRÁTICA.</u>	Desp. Aquáti- cos. <u>PRÁTICA.</u>
8-50								
9	Método- logia.	Ginástica Rítmica. <u>PRÁTICA.</u>	Cinésio- logia.	Desportos Terr. Coletivos. <u>PRÁTICA.</u>			Desport. Terr. Individu- ais. <u>PRÁTICA.</u>	
9-50								
10	Fisicote- rapia.	Desport. Terr. Individuais. <u>PRÁTICA.</u>	Psicolo- gia.	Ginástica Rítmica. <u>PRÁTICA.</u>	Psicolo- gia.		Ginásti- ca Rítmi. <u>PRÁTICA.</u> A. e Def. H. <u>PRÁTICA.</u>	
10-50								
11	Organiza- ção da Ed. Física.	Biometria.	História da Ed. Fís.			Fisico- terapia.	Desp. Aquáticos <u>PRÁTICA.</u>	
11-50								
14							Ataque e Defesa. <u>PRÁTICA.</u>	
14-50								
15							Educação Física. <u>PRÁTICA.</u>	
15-50								

Fonte: Albizu, 1944c, s/p.

Ao analisar as disciplinas que compunham o currículo foi possível notar que existiam 26 disciplinas durante todo o curso, porém, algumas delas perduravam durante os dois anos de formação. O segundo ano possui duas cadeiras a menos que o ano anterior, embora permaneçam quase as mesmas disciplinas, havendo a inclusão de Fisioterapia e Organização da Educação Física e dos Desportos. Foram retiradas as cadeiras de História da Educação Física e dos Desportos, Anatomia e Fisiologia Humanas, Higiene Geral e Aplicada e Socorros de Urgência. As outras 10 matérias foram divididas nos dois anos da formação docente. Então, pode-se inferir que o curso contava com 16 disciplinas.

A carga horária de cada matéria era bastante variável, com algumas contendo mais de uma centena de aulas e outras com pouco menos de vinte. Os motivos para

essa divisão não foram encontrados, pelo menos não no grupo de fontes acessados. Destaca-se, ainda, que não foi possível encontrar nenhuma informação que discutisse a divisão do currículo, a quantidade de aulas, a carga horária, a divisão entre teoria e prática, entre outros elementos. Já com relação as disciplinas, sabe-se que estas provinham da lei n.1212 de 1939, com algumas poucas alterações, conforme já mencionado anteriormente. Contudo, como a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná era um universo formado por vários indivíduos com pensamentos e inclinações diferentes, era inevitável a existência de pressões e tensões que envolvessem todos os aspectos da instituição. A divisão de disciplinas e cargas horárias não seria diferente, muito provavelmente, houve embates para decidir quais disciplinas teriam mais tempo para se desenvolver e quais não, ganhando um maior espaço aquelas que possuíam catedráticos com maior influência dentro das lógicas do estabelecimento.

Desportos de Ataque e Defesa teve uma quantidade, significativamente, maior de aulas em relação as demais matérias esportivas. Ao analisar quem era o docente, pode-se entender um pouco melhor o motivo para tal. O Major João Gualberto foi um dos fundadores da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, além de possuir grande prestígio na sociedade paranaense, pois era filho do João Gualberto Gomes de Sá Filho, importante militar e patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná. Assim, seria vantajoso para o *status* do curso, dar maior ênfase e “vantagem” para sua disciplina. Em detrimento, por exemplo, de Desportos Aquáticos, que ficou com a menor carga horária entre as práticas esportivas e era ministrada por um professor contratado, Neuzarth Machado que, teoricamente, possuía um menor prestígio nas fileiras da instituição. No entanto, isso pode também se dever ao fato da dificuldade de acesso às piscinas, já que o estabelecimento não possuía uma em sua estrutura tendo que emprestar de outros locais.

Ginástica Rítmica era uma outra disciplina que se sobressaía com relação às demais matérias, com 142 aulas, ficando somente atrás de Desportos de Ataque e Defesa e Educação Física Geral, que possui a maior quantidade de aulas, com 209, que também era de responsabilidade do Major João Gualberto. A docente responsável por Ginástica Rítmica era Halina Marcinowska, presente no projeto de formação da Escola desde os primeiros esforços iniciados no ano de 1939. Ao realizar sua formação na Polônia, a professora possuía sólido conhecimento para conduzir a cadeira que demandava uma formação bastante específica. Levando em

consideração que para o período, marcado pela forte tendência militarista regida pelo modelo francês, era difícil encontrar alguém com formação voltada às artes e a ginástica, ainda mais sendo do sexo feminino. Por este motivo, indica-se que talvez esta tenha sido a razão pelo protagonismo da docente, mesmo ela não seguindo o modelo mais utilizado no período que era amparado no método francês.

A adequação da carga horária em função do nome, disponibilidade e influência dos professores que as ministravam pode ser uma hipótese bastante plausível de ser levada em consideração. Uma vez que as disciplinas com menor quantidade de horas eram dos professores médicos, que possuíam outras ocupações para além da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Como era o caso de Vivian Albizú de Carvalho com somente 22 aulas, em Anatomia e Fisiologia Humana para o primeiro ano, Rozala Garzuzo, com 48 aulas somente para o segundo ano e Máximo Pinheiro Lima com 46 horas, no primeiro ano e 30 horas para o segundo e, interinamente, somando 50 aulas de Fisioterapia, no segundo período. Jayme Drummond de Carvalho, que dentre os citados possui a maior carga horária, fugindo do padrão elaborado, anteriormente, tinha 90 aulas no primeiro ciclo e 54 no segundo, somando as três disciplinas de sua responsabilidade. Esses professores, como discutido inicialmente, possuíam diversas outras ocupações no interior da sociedade curitibana, visto que eram professores em outros cursos e instituições, possuíam consultórios médicos e/ou trabalhavam em algum hospital, clínica e/ou instituição governamental.

Tal divisão também poderia estar relacionada ao reconhecimento dado a cada área do conhecimento. Sendo um processo que destacaria determinadas disciplinas em detrimento de outras, talvez por pensarem que dentro da área da Educação Física elas pudessem representar maior relevância. Como foi o caso das matérias relacionadas aos esportes, mencionadas anteriormente, que em somente cinco disciplinas somam 642 aulas, equivalendo a quase metade do curso ofertado pela instituição.

No entanto, cabe salientar que todas essas análises são apenas suposições, já que esses tensionamentos não foram descritos nos documentos oficiais da instituição. Conjecturou-se tais questões tendo como base fragmentos de informações obtidos em diversas fontes oficiais da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, como ofícios, cartas, atas de reuniões, relatórios trimestrais e anuais e relatos informais de indivíduos envolvidos com a referida instituição. Além de informações obtidas em fontes jornalísticas, que apresentavam algumas informações pertinentes

a esses indivíduos, como em quais ambientes circulavam, quais relações tinham com seus pares, suas ocupações profissionais, entre outras informações.

O curso possuía uma tendência de equilíbrio entre aulas práticas e teóricas, tendo uma leve vantagem para as práticas. Ao incluir os dois anos, as exposições teóricas somaram 685 aulas, com 369 no primeiro ano e 316 no segundo ano, demonstrando uma inclinação maior de teoria no início da formação. Possuía sete disciplinas, exclusivamente, teóricas, como era o caso de Anatomia e Fisiologia Humanas, Cinésioologia e Mecânica Animal, Higiêne Geral Aplicada, Psicologia Aplicada, História da Educação Física e dos Desportos e Organização da Educação Física e dos Desportos. As demais possuem caráter teórico-prático, exceto Ginástica Rítmica, Educação Física Geral e Desportos de Ataque e Defesa do segundo ano, que possuíam um caráter, exclusivamente, prático. A carga horária relativa às incursões práticas totalizava 707 aulas, com 287 no primeiro ano e 420 no segundo ano, revelando que na parte final do curso eram priorizadas as atividades práticas.

A quantidade de disciplinas para um curto período de tempo também salta aos olhos, enquanto outros cursos da Faculdade Nacional de Filosofia, que servia como modelo para os outros cursos espalhados pelo território brasileiro, como Filosofia, Física, Matemática, Química, História, Ciências Sociais, Pedagogia e Letras, por exemplo, tinham de quatro a seis matérias por ano, o curso de Educação Física possuía catorze, conforme demonstra o Decreto-Lei nº 1190 de 1939. Fato que poderia indicar que a formação ofertada pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná era mais aligeirada que outros cursos existentes em Curitiba, visto que com o volume de conteúdo a ser abordado, não existia a possibilidade de se ter tempo suficiente para aprofundar em nenhum deles, mesmo algumas disciplinas se estendendo durante os dois anos de formação. Com uma ou duas aulas semanais, muitas vezes divididas entre teoria e prática, se tornava um tanto limitador repassar todo o conhecimento necessário para aquele saber. Assim sendo, os professores precisavam priorizar alguns pontos da área do conhecimento, para que pudessem atingir um melhor processo de ensino-aprendizagem.

No ano de 1945, a grade horária do curso se alterou, continuando com aulas de segunda a domingo, mas foi ajustada em somente um período, com aulas indo até 12:15h, não até 15:50h como era inicialmente. Nesse ano, os intervalos entre as classes passaram a ser de cinco minutos, diminuindo pela metade o tempo antecedente. Também não havia mais intervalo para o almoço, uma vez que as aulas

terminavam a tempo para tal, visto que os alunos não voltavam para novas classes durante a tarde. Outra mudança se refere ao número de aulas diárias, aumentando em alguns dias específicos, segunda e quinta-feira para o primeiro ano e somente segunda para o segundo. Tais adaptações visavam enquadrar as aulas em apenas um turno. Possivelmente, essa mudança veio a partir das reivindicações de professores e alunos, já que antes, o dia da semana com maior quantidade de aulas era no domingo, iniciando às 8h da manhã e encerrando as atividades somente às 15:50h. Assim, como o domingo sempre foi encarado como o dia do descanso, dos passeios e reuniões familiares, o que era impossibilitado pelo modelo anterior de grade horária, que ocupava, praticamente, o domingo todo, tal mudança foi posta em curso.

O currículo para 1945, teve outras pequenas modificações. A mais substancial foi a divisão da disciplina de Desportos de Ataque e Defesa, que passou a ter uma seção exclusiva para a esgrima. Sendo ministrada para os dois anos, com uma carga horária de 37 aulas para o primeiro período e 38 para o segundo. Deixou apenas 27 aulas para o primeiro ano de Desportos de Ataque e Defesa, que inicialmente usufruía de 86 aulas, e 33 para o segundo, quando antes eram 91 encontros. Portanto, tal divisão acabou prejudicando o ensino das demais modalidades de lutas, que passaram a ter menos da metade da quantidade de aulas atribuídas outrora. Tal fato pode estar relacionado à saída do docente titular, Major João Gualberto, e a contratação de um instrutor de esgrima para o posto, que passou a ser ocupado por Joaquim Loureiro, ocasionando, com isso, a segmentação da disciplina e a maior evidência que a esgrima passou a ocupar no currículo.

As demais mudanças ocorridas em 1945, eram relativas apenas as ementas de algumas cadeiras, que tiveram alterações de docentes e, com isso, algumas remodelações teóricas e de temas abordados foram realizadas, respeitando às inclinações e preferências do novo professor. Porém, esse assunto será mais bem discutido posteriormente. Feitas tais considerações apresenta-se nesse momento a estrutura do Curso Normal Superior em Educação Física, que era aquele destinado aqueles que tinham obtido a formação de normalista realizada no interior de alguma Escola Normal, sendo a maioria oriunda da Escola Normal do Paraná.

5.2 O CURSO NORMAL SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Para o Curso Normal Superior em Educação Física, além das exigências já mencionadas, os pleiteantes deveriam apresentar o diploma de professor formado, ou seja, deveriam ter concluído a formação em alguma Escola Normal e/ou outra instituição equivalente.

Todos os candidatos que se submeteram aos exames vestibulares nos dois anos em que foram ofertados, eram do sexo feminino. Isso se deve ao fato conforme aponta Castanha (2015), de que a docência acabou se transformando em uma profissão, essencialmente, feminina, pois de certo modo, remetia a um cuidado com os educandos, se referindo ao papel que as mães exerceriam. Sendo assim, as Escolas Normais se tornaram de um modo geral um espaço bastante feminilizado. Por isso havia pouca ou quase nenhuma presença masculina nesses espaços, após todo esse processo de feminização da profissão.

Nos documentos oficiais acessados, a presença do Curso Normal Superior nas fileiras da Escola de Educação Física do Paraná foi detectada somente nos três primeiros anos de funcionamento da instituição, acontecendo entre os anos de 1943 e 1945, formando a primeira turma em 1944 e a última em 1946. Em 1943 foram matriculadas as alunas Aracy de Souza Zaninelli, Clélia Canet, Dicea Tavares, Itália Mafalda Buzato, Maria José Dias de Oliveira e Maria Leocadia Laynes, embora doze pleiteantes tenham se inscrito no exame vestibular, apenas as seis citadas iniciaram e concluíram o curso, culminando com todas recebendo o diploma. Em 1944, o curso normal contava com a presença de quatro alunas, Ilza Veloso Rego, Ivete Fonseca de Siqueira, Maria Mansur e Regina M. da Silva Wolff, tendo 100% de aproveitamento dos exames vestibulares. Em 1945, cinco alunas se qualificaram para frequentar o curso: Anna Simedo Martins, Eudéa Olga Manocchio, Iole Meireles, Ligya Pompeo Ribas e Stella Guetter, ao fim, todas concluíram a formação almejada.

Após esse ano de 1945, não foram localizados mais registros sobre o referido curso. No relatório anual de 1946 não constava inscritos no vestibular e nem matriculados no Curso Normal daquele ano (Albizu, 1946). Os motivos da ausência do curso nos anos posteriores não podem ser aqui precisados, visto que em diversas fontes jornalísticas havia a chamada para as inscrições nos exames vestibulares para os dois cursos ofertados pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, porém na documentação oficial do estabelecimento não foram localizados registros

sobre os exames vestibulares do Curso Normal Superior em Educação Física. Sendo assim, não é possível concluir as causas desse lapso pode, simplesmente, não ter tido interessadas, não havendo inscrições válidas ou os documentos referentes ao curso podem ter sido perdidos.

Outro fator importante atinente ao Curso Normal Superior em Educação Física diz respeito às mudanças ocorridas na lei n. 1212 de 1939, que amparava o funcionamento das Escolas Superiores em Educação Física no Brasil. O Decreto-lei n° 8.270 de 3 de dezembro de 1945, alterava as disposições do decreto anterior, o 1212 de 1939. Dentre as modificações, o Curso Normal deixava de ter essa denominação e passava a ser alcunhado de “educação física infantil”. O Curso Superior sofre alterações, passando a ter três anos, ao invés de dois. Contudo, apesar da mudança de nomenclatura, não parece que o curso sofreu maiores transformações. Algumas disciplinas tiveram seus enfoques alterados, destacando sua aplicabilidade prática como, por exemplo, Anatomia e Fisiologia Humanas, que passou a ser chamada apenas de Fisiologia Aplicada, o mesmo acontece com Cinesiologia, Fisioterapia e Biometria, que passaram a ser aplicadas. As disciplinas de História e Organização da Educação Física e dos Desportos foram unificadas, passando a representar somente um conteúdo. Por fim, a disciplina de Psicologia Aplicada foi adicionada ao currículo e retirada a de Desportos de Ataque e Defesa. Em síntese, não parece que as modificações foram tão significativas, pois não alteraram, profundamente, a estrutura e/ou o funcionamento do Curso, mudando apenas alguns fatores pontuais.

Até o final de 1945, as disciplinas foram agrupadas em apenas um ano, também de cunho teórico e prático. Após passar pelos exames de todas as disciplinas listadas abaixo, as estudantes recebiam o título de “Normalista Licenciada em Educação Física”:

- 1) Anatomia e Fisiologia Humanas (22 aulas teóricas).
- 2) Cinesiologia Aplicada (43 aulas teóricas).
- 3) Higiene Aplicada (36 aulas teóricas).
- 4) Socorros de Urgência (17 aulas teóricas e 12 aulas práticas).
- 5) Fisioterapia (28 aulas teóricas e 15 práticas).
- 6) Biometria (30 aulas teóricas e 13 práticas).
- 7) Metodologia da Educação Física (26 aulas teóricas e 17 práticas).

- 8) História da Educação Física e dos Desportos (21 aulas teóricas).
- 9) Organização da Educação Física e dos Desportos (27 aulas teóricas).
- 10) Ginástica Rítmica (11 aulas teóricas e 30 práticas).
- 11) Educação Física Geral (23 aulas teóricas e 60 práticas).
- 12) Desportos Aquáticos (7 aulas teóricas e 34 práticas).
- 13) Desportos Terrestres Individuais (10 aulas teóricas e 34 práticas).
- 14) Desportos Terrestres Coletivos (10 aulas teóricas e 34 práticas).
- 15) Desportos de Ataque e Defesa (20 aulas teóricas e 44 práticas).

As aulas eram ministradas de segunda a domingo, estrutura que pode ser visualizada conforme a figura a seguir:

Figura 18 – Horário de Aulas do Curso Normal - 1944

<u>H O R A R I O</u>							
	Segunda feira.	Terça feira.	Quarta feira.	Quinta feira	Sexta feira	Sábado	Domingo
8 - 8-50	História da Ed. Física.	Higiêne	Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u>	Biometria.	Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u>	Higiêne	Desportos Aquáticos <u>PRÁTICO</u>
9 - 9-50	Cinésio- logia.	Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u>	Anatomia e Fisiologia Humana.	Ginástica Rítmica <u>PRÁTICO</u>	Método- logia.	Ataque e Defesa. <u>PRÁTICO</u>	
10 - 10-50	Método- logia.	Ginástica Rítmica <u>PRÁTICO</u>	Biometria.	Desportos Aquáticos. <u>PRÁTICO</u>	Fisicote- rapia.	Desp. Terr. Coletivos <u>PRÁTICO</u>	
11 - 11-50	Fisicote- rapia.	Desp. Terr. Individu- ais. <u>PRÁTICO</u>	Desp. Terr. Coletivos. <u>PRÁTICO</u>	Ataque e Defesa <u>PRÁTICO</u>	Ciné- sio- logia.	Desp. Terr. Indivi- duais. <u>PRÁTICO</u>	
14 - 14-50						Educação Física Geral <u>PRÁTICO</u>	
15 - 15-50						Ataque e Defesa. <u>PRÁTICO</u>	

Fonte: Albizu, 1944c, s/p.

Ao levar em consideração a quantidade de aulas e o tempo destinado a cada uma delas, pode-se inferir que o curso possuía uma carga horária de 520 horas, dividido em aulas práticas e teóricas, totalizando 331 aulas teóricas e 280 práticas. Diferente do Curso Superior, aqui as aulas teóricas se sobressaíam, destinando um tempo, significativamente, maior para as exposições desse tipo.

A exemplo do Curso Superior, a disciplina de Educação Física Geral também possuía a maior carga horária, seguida por Desportos de Ataque e Defesa. Porém, diferente do outro tipo de formação, as normalistas recebiam um enfoque diferente com relação as disciplinas, uma vez que Socorros de Urgência passava a ter maior destaque e História da Educação Física e dos Desportos era a matéria com menor carga horária. Ao excetuar esses casos discrepantes, grande parte das cátedras possuíam uma quantidade similar de horas atribuídas, ficando próximas de 40 horas aula. Com exceção dos casos já citados, de Educação Física Geral, com 83 aulas e História e Organização da Educação Física e Anatomia e Fisiologia Humanas, que possuem menos de 30 horas para a formação.

O ano de 1945, trouxe algumas alterações ao currículo e à ordenação das disciplinas. Toda a grade horária foi modificada para caber em somente um turno, das 8h às 11:30h de terça a domingo, e às segundas e quintas-feiras, até 12:15h. O currículo foi bastante alterado, transformando disciplinas anuais em semestrais, como Desportos de Ataque e Defesa, Organização da Educação Física e Socorros de Urgência. Desportos de Ataque e Defesa deixava de ser ministrada no segundo semestre, restando apenas a Esgrima. Socorros de Urgência se uniu a Higiene e começou a ser realizada somente na metade final do ano letivo. Já Organização da Educação Física apareceu como uma cadeira separada, tornando-se apenas uma disciplina de seis meses. A ementa dessas e de outras disciplinas serão discutidas mais adiante, pois tiveram mudanças significativas, devido às trocas dos docentes titulares, durante os primeiros anos de funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná.

Ao comparar as cadeiras de ambos os cursos, é notável que, embora com apenas um ano, o Curso Normal conseguiu abranger, praticamente, todas as disciplinas que o Curso Superior possuía, sendo privada apenas de “Psicologia”, que

não foi compreendida em seu projeto de formação. Talvez, essa posição se deva ao fato de que tal matéria, conforme apontam Souza (2004) e Moro (2022), tinha um grande destaque no processo de formação das normalistas, realizado na Escola Normal do Paraná. Entretanto, por mais que consiga compreender todas as disciplinas necessárias para a formação docente, sua carga horária reduzida faz com que seu ensino necessitasse ser mais superficial, devido ao pouco período de tempo para desenvolver os temas.

Outro ponto a se destacar é relativo à escolha de curso das professoras normalistas, algumas delas optavam por não fazer o Curso Normal em Educação Física, com uma formação menor e mais aligeirada, resultando em um diploma de normalista licenciada. Muitas professoras decidiam se dedicar por dois anos e fazer o Curso Superior em Educação Física. O motivo para essa escolha não é claro e necessitaria de um maior processo de investigação, mas acredita-se que se pode dever ao fato de que um diploma de nível superior seria mais valorizado socialmente do que o de normalista.

5.3 UM OLHAR SOBRE A EMENTA DOS CURSOS: A PROPOSTA DE INSTRUÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS

O presente subtópico não tem o objetivo de esmiuçar, detalhadamente, cada uma das disciplinas e suas respectivas ementas. O intuito foi o de observar o que estava sendo levado em consideração naquele momento, para então, buscar compreender como se estruturou o projeto de formação de professores especializados da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, ou seja, detectar quais conhecimentos estavam circulando para produzir um professor qualificado em Educação Física.

Ao analisar as disciplinas destinadas aos dois cursos ofertados pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, pode-se notar que algumas matérias tinham a mesma ementa tanto para o Curso Normal como para o Curso Superior. A diferença era que em cadeiras destinada a formação das normalistas, os conteúdos eram condensados para caber em somente um ano, se tornando um pouco mais

genérico e com um grau de aprofundamento menor. Já àquelas disciplinas que eram somente um ano para ambas as formações tinham, praticamente a mesma ementa¹⁶.

A primeira disciplina listada nos relatórios foi a de Anatomia e Fisiologia Humanas. Os conteúdos abordados por sua professora¹⁷, Vivian Albizú, incluíam as definições de Anatomia e Fisiologia, sua importância em um curso de Educação Física; noções gerais e preliminares e noções de Biologia Geral; Os seres vivos, a célula, morfologia e funções; Os tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos em geral; Os ossos, tecido ósseo e ossificação; Esqueleto em geral e particular; As articulações, classificações e divisão e movimentos articulares; Fadiga muscular e alavancas; Sistema nervoso; Tecido nervoso, neurônio e neuróglio; Sistema nervoso central, medula espinhal; Bulbo e cerebelo; Pedúnculos cerebrais e cérebro e sua constituição interior.

Jayme de Carvalho, em sua cadeira de Cinesiologia, em síntese, trabalhou com a introdução aos estudos da disciplina e sua importância no Curso de Educação Física, bem como seus fins e sua aplicação; O movimento como fator primordial, incluindo o estudo do aparelho locomotor e as noções de mecânica geral, mecânica animal e racional; Estudo de como pode a Educação Física desenvolver harmonicamente todo o organismo; Movimento: conceito e divisão, sistema de forças, velocidade, gravidade, inércia e massa; O aparelho locomotor, articulações, função neuromuscular; Estudo mecânico dos ossos; Estudo da elasticidade; Gravidade e equilíbrio; Músculos como órgão de movimento e seu papel mecânico; Estudos entre força muscular e força da gravidade e Estudos das sinergias musculares. O segundo ano começava com a retomada de conteúdos discutidos no ano anterior, para então, ampliar os conhecimentos já obtidos, acrescentando novos estudos atinentes a movimentação do corpo. Assim como, as diferenças mecânicas na realização do trabalho em diferentes posições (em pé, sentado, deitado) e as alterações mecânicas e biológicas em cada movimento dos diversos membros (saltar, correr, andar, lançar).

¹⁶ Vale ressaltar que todas as informações analisadas nesse capítulo foram obtidas nos Relatórios anuais e trimestrais da EEFD. Sendo eles: Relatório de Reconhecimento do Curso, Relatórios do 1º, 2º e 3º trimestre de 1944 e Relatório anual de 1944.

¹⁷ Os conteúdos apreciados por algumas disciplinas equivalentes no Curso Normal e Superior não tiveram alterações, sendo ministrados os mesmos tópicos para ambas as formações ou com algumas pequenas alterações, como é o caso de Anatomia e Fisiologia Humanas, Cinésiologia, Higiene, Desportos Aquáticos, entre outras.

Higiene e Socorros de Urgência apareceram no currículo como disciplinas separadas, no entanto, ao analisar a ementa, nota-se que ambas eram realizadas em conjunto. Ocorriam de março a meados de julho com enfoque na Higiene e de meados de julho a setembro a ênfase era em Socorros de Urgência. Ambas as disciplinas eram ministradas por Jayme Drummond de Carvalho. Os conteúdos abordados foram os seguintes: Introdução ao estudo da Higiene, sua importância na vida do homem e na Educação Física; Conceito, importância e fins da Higiene; A luta do organismo contra os agentes adversos do meio ambiente; Fatores morfológicos e biológicos nos processos de vida e morte; A Educação Física como fator de saúde; Conceito de saúde e doença e os agentes patogênicos; Higiene dos acidentes esportivos e dos exercícios; Higiene do aparelho locomotor, do esqueleto, do sistema nervoso, do aparelho respiratório, da pele como aparelho excretor e do trabalho muscular e fadiga; Higiene da alimentação e do aparelho digestivo; Higiene dos locais destinados à prática esportiva; Higiene do meio ambiente e da água; Importância do estudo de socorros de urgência etc. Na formação para o Curso Superior, a única mudança na ementa foi o acréscimo dos estudos sobre o vestuário e sua importância para a higiene, os estudos do solo (pistas e tablados de ginástica) e a higiene do meio ambiente e as vantagens dos exercícios ao ar livre.

A ementa de Fisioterapia de responsabilidade de Máximo Pinheiro Lima trouxe considerações gerais sobre fisioterapia e cinesioterapia; Massagem, sua definição, histórico e divisão; Técnica geral de massagem; Manobras e efeitos da massagem sobre o organismo, a pele e tecido celular subcutâneo, circulação e músculos; Efeitos da massagem sobre o sistema nervoso, articulações tórax e respiração; Tratamento dos acidentes comuns no campo esportivo; Massagem desportiva; Entorses e contusões e seu tratamento pela massagem; Massagem na perna, pés, coxa, mão, antebraço, costas, braço e joelho; Exercícios corretivos e passivos e Considerações sobre aparelhos ortopédicos. No Curso Superior, a cadeira foi ministrada somente no segundo ano de formação, apresentado apenas sutis diferenças em relação a sua aplicação no Curso Normal. Soma-se aos conhecimentos já citados, as massagens nas articulações de cotovelo e tornozelo, massagens contra constipação, escoliose e cifose, ginástica ortopédica e aparelhos para correção de desvios.

Biometria, também sob a direção de Máximo Pinheiro Lima, ocupou-se de sua História, definição e divisão; Orientação empírica e científica e sua relação e afinidade

com outras ciências, bem como, sua importância no estabelecimento de bases fisiológicas e pedagógicas da Educação Física; Noções gerais, definições, terminologias e finalidades da Bioestatística; Orientações gerais do trabalho biométrico; Condições e objetivos de uma ficha biométrica; Organização do trabalho biométrico nas escolas, clubes e sociedades; Biotipologia e Estudos sobre diversos autores e suas teorias aplicadas a Biometria.

Francisco Mateus Albizú tinha em sua responsabilidade três disciplinas, essencialmente, teóricas: Metodologia, História e Organização da Educação Física. Em Metodologia ele priorizou os conhecimentos a seguir: Introdução do estudo da Metodologia aplicada à Educação Física; Considerações sobre a educação geral e seus pontos relacionados à Educação Física; a necessidade da Educação Física; Bases científicas e filosóficas da Educação Física, do ponto de vista biológico, pedagógico, moral e social; Crítica dos diversos métodos de Educação Física; A Escola Nova em Educação Física; Características, natureza e formas educativas o exercício; Organização pedagógica; Grupamento homogêneo; Programas escolares para ambos os sexos; Atração despertada pelo exercício; A importância da verificação periódica do exercício; A sessão de Educação Física; Como conduzir a classe; Os exercícios naturais e formais; Formas educativas e educacionais do exercício; Flexionamentos; Exercícios como meio de aperfeiçoamento e as Características biopsicológicas das crianças e fins a atingir nos vários ciclos e graus.

A disciplina se estendia pelos dois anos do Curso Superior. O início da formação era atinente aos assuntos relacionados a pedagogia, didática e processo educativo, enquanto o Curso Normal seguia, diretamente, para os saberes da Educação Física, após isso, os conteúdos se assemelham aos supracitados. Essa diferença na ementa se referia ao fato de que, em tese, às alunas provindas da Escola Normal, por já terem finalizado sua formação inicial normalista, possuíam esses conhecimentos gerais sobre os princípios básicos da educação e da organização do trabalho pedagógico.

O segundo ano complementava os conceitos apresentados na primeira exposição, iniciando com a retomada de alguns conteúdos abordados anteriormente. Em seguida, surgiram argumentações sobre as condições climáticas e econômicas das regiões brasileiras. Para então, adentrar no trabalho docente, com o entendimento sobre o funcionamento das instituições escolares e a construção de planos de trabalho e de aulas para as diversas etapas de ensino, desde o ciclo elementar até o Curso

Superior. Todavia, o enfoque não era somente para o trabalho em sala de aula, se estendia, também, para os clubes e associações desportivas, desprendendo esforços para compreender o funcionamento e as ocupações nesses estabelecimentos. O curso era finalizado com o exercício nos parques infantis e colônias de férias, compreendendo as instalações e o funcionamento desses locais.

Em História da Educação Física os conteúdos para o Curso Normal iniciavam com a Introdução ao estudo da história da Educação Física e depois debruçava-se sobre os vários períodos históricos: idade neolítica e de bronze, egípcios, hindus, chineses, período clássico (gregos, espartanos, panateneias e os Jogos Olímpicos), a educação física entre os romanos, a educação física no período medieval (as justas e torneios), o Renascimento e os precursores da educação física nesse período, educação física nos séculos XVII e XVIII. Por fim, apresentava as Escolas Modernas da ginástica explorando nomes que iam de Amorós, passando por Ling, chegando a Demeny e Héber. Já para o Curso Superior, embora a cadeira estivesse listada para os dois anos da formação, ela não aparecia nos relatórios e nem na grade horária distribuída aos alunos. As informações se apresentavam apenas no segundo ano do curso. Nesse momento, conforme indicam os relatórios trimestrais, as disciplinas apareciam combinadas, mesclando os conteúdos de ambas em uma única. Entretanto, ao observar a grade horária, detecta-se que tinham horários separados, como se fossem duas cátedras distintas. História da Educação Física cumpria suas 26 aulas teóricas no primeiro ano, já que ela não constava no segundo período, quando foi substituída por Organização da Educação Física.

Todavia, a discrepância discutida no parágrafo anterior não afetava o ordenamento do Curso Normal. Neste percurso formativo a disciplina de Organização da Educação Física iniciava seus conteúdos apenas no mês de julho, isto é, no segundo semestre do ano letivo e contemplava temas relativos à Organização da Educação Física e dos Desportos no Brasil, na América do Norte, na América do Sul e na Europa. Além da organização de competições esportivas. Vale lembrar que, também não havia menção à disciplina na grade horária do curso. Já para o Curso Superior, a cadeira esbarrava no problema supracitado, quando se juntava com História da Educação Física e somente no segundo ano, a partir do segundo semestre era que começavam os registros. Os temas trabalhados eram os mesmos apresentados para as normalistas, mesclando tópicos de ambas as disciplinas. Contudo, mesmo nos relatórios parece haver inconsistências, pois as exposições já

iniciavam com os aspectos e características da educação física romana, mas há vários temas que precisam ser abordados antes de se chegar nessas discussões, indicando que, porventura, eles pudessem ter sido lecionados em aulas anteriores que versaram sobre esses tópicos, mas que não foram registradas. Um ponto que corrobora essa afirmação é relativo a primeira prova parcial, nas qual foi descrita os possíveis pontos a serem avaliados. Dentre eles estavam temas não listados no documento citado, anteriormente, como o período pré-histórico, gregos, hindus, chineses etc. Nesse caso, ficava claro que houve as exposições e que elas não foram fichadas.

Halina Marcinowska lecionava apenas Ginástica Rítmica, uma das disciplinas com maior carga horária. Os conteúdos eram bastantes variados, contemplando, essencialmente, as questões rítmicas e coreográficas. Por fim, pode-se dizer que o enfoque principal era relacionado à expressão corporal e à dança e tudo que a envolve, como: ritmo, compasso, posições dos pés e das mãos, saltos, saltitos e galope, marcação de tempo, frases musicais, valsa, livre interpretação, como conseguir a interpretação da criança etc. No entanto, ao direcionar a análise para a ementa da disciplina para o Curso Superior, foi possível notar que, embora os tópicos sejam os mesmos do Curso Normal, eram explorados, mais detalhadamente, devido ao maior tempo de desenvolvimento da cadeira, que foi ampliado para dois anos. O segundo ano servia para avançar os estudos sobre as danças e seus ritmos, sendo apresentadas novas movimentações e estilos de danças, bem como os jogos rítmicos e as formas de ensinar a dança na escola. Se no primeiro ano o foco era a compreensão dos passos e movimentos básicos da dança e expressão rítmica, no segundo momento foram as danças que ganharam espaço, com valsa, minueto, ritmos e marcha marciais, danças ritualísticas orientais e danças rústicas camponesas e regionais.

Educação Física Geral, ministrada pelo Major João Gualberto, tinha o maior número de aulas, e por conseguinte, um maior volume de conteúdo. A disciplina ocupava-se em formar o professor, propriamente dito, visando sua atuação nos estabelecimentos de ensino. Cada módulo enfocava em um ciclo da educação, trazendo suas principais noções, conteúdo a ser trabalhado, possibilitando aos alunos a experiência de ministrar uma aula. O primeiro módulo apontava os desdobramentos do ciclo elementar, 4º grau, com sessões de estudos, lições e grandes jogos. O segundo módulo além de trazer o mesmo formato do anterior, acrescentava os flexionamentos para o ciclo secundário de 1º grau. Vale destacar que durante o

desenvolvimento da disciplina havia exames práticos para conferir aos discentes um certificado de Educação Física para cada grau, iniciando no elementar e, em seguida para o secundário. Ao fim, havia sessões de trabalho físico na escola, com alunos e crianças. O segundo ano seguia da mesma maneira do primeiro, intensificando as lições e sessões de estudos nos diversos graus de ensino, assim como as execuções práticas com alunos.

Desportos Aquáticos, com Neuzarth Machado, focava, unicamente, na natação e seus diversos estilos de nado, mesclando aulas práticas e teóricas. As teóricas eram mais direcionadas aos estudos sobre as características, histórico e noções preliminares dos nados em terra. Para então passar para as lições práticas na piscina. O enfoque era dado ao nado crawl e apenas algumas poucas aulas para o estilo do nado de peito. O objetivo se centrava na execução e correção de erros dos nados citados. O estudo e as técnicas de salvamento, condições de execução e pegadas para os afogados também são parte dos conteúdos trabalhados. A ementa para o Curso Normal e o primeiro ano do Curso Superior não possuíam diferenças, no qual eram trabalhados, exatamente, os mesmos temas. No segundo ano os assuntos não se alteravam, o foco continuava sendo o nado crawl, porém, agora a atenção se voltava ao seu aperfeiçoamento, a coordenação dos movimentos que envolviam o nado, a saída do bloco, a virada etc. O nado peito era abordado em algumas poucas aulas, assim como o nado de costas e técnicas de salvamento.

A disciplina de Desportos Terrestres Individuais, no curso para normalistas, era, exclusivamente, direcionada ao atletismo e suas diversas modalidades. Hamilton Saporski havia sido um atleta de destaque nesse esporte e era o responsável pela cadeira. Inicialmente, contava com sessões de estudos das corridas, arremessos, salto em altura, distância e triplo. Para então, introduzir a vivência prática dessas modalidades, começando com os educativos e depois para sua aplicação, tanto para as provas de corrida (rasa, barreira, revezamento e estafeta) e salto (altura, distância e triplo), quanto para as de arremesso (peso, dardo, disco e martelo).

Os tópicos discutidos para o Curso Normal e o primeiro ano do Curso Superior, nos meses de julho até o fim do ano letivo eram, exatamente, os mesmos, diferindo-se apenas no primeiro semestre. Os meses análogos tratam de temas como: corridas rasas, de estafeta e barreiras e os arremessos de peso, disco, dardo e martelo. Já as diferenciações ficavam por conta da teoria, nesse caso, o Curso Superior se debruçava muito mais às sessões de estudo e lições teóricas das provas

de atletismo, enquanto a formação para as normalistas era mais superficial, devido ao menor tempo de desenvolvimento, sendo necessário partir, rapidamente, para a vivência prática. Os temas para a segunda etapa não sofriam interferências, continuam sendo voltados exclusivamente ao atletismo, focando, principalmente, nos educativos das corridas, saltos e arremessos. Acrescentava-se somente o salto com vara, que não havia sido abordado anteriormente.

Um ponto de destaque corresponde às diversas aulas destinadas a estudos, instruções e vivências do basquetebol e voleibol, entre os meses de abril a junho, no primeiro ano do Curso Superior. O que levanta alguns questionamentos sobre a presença desses esportes em uma disciplina voltada às competições individuais: foi alguma demanda levantada pelos alunos? Preferência do professor? Treinamento para alguma competição que se aproximava? Enfim, são interrogações, além de muitas outras, que podem ser tencionadas, mas não respondidas, pelos menos não a partir do conjunto de fontes analisados.

Desportos Terrestres Coletivos também seguia a mesma premissa das demais disciplinas esportivas, nas quais havia um encaminhamento teórico inicial, para, então, seguir às lições práticas. O primeiro conteúdo trabalhado foi o voleibol, iniciando com as regras, sua evolução histórica, os tipos de jogos, posições, jogadas, considerações psicológicas do jogo e seu lugar dentro da Educação Física. A prática acontecia logo na sequência, com a vivência do jogo e treinamento de jogadas ofensivas e defensivas, o toque e o saque. Além de evidenciar o papel do treinador esportivo e como desenvolver essa competência. Depois, ocorria o mesmo processo para o Cestobol, hoje conhecido como Basquetebol, Tênis e Futebol, levando em consideração as características de cada esporte. O Curso Superior também recebia formação similar, porém mais abrangente e aprofundada, disponibilizando um maior número de aulas para o desenvolvimento dos temas. Nesse primeiro momento, o foco se dirigia ao estudo e prática do voleibol e basquetebol. Apenas no fim da formação é que havia uma pequena introdução às práticas de tênis e futebol, que eram mais bem exploradas na segunda etapa da instrução, mas ainda muito aquém do tempo e preparação atribuídos aos outros dois esportes.

Ataque e Defesa, sendo uma das disciplinas com maior carga horária, se encarregava de muitos tópicos, também com viés teórico-prático, seguindo a linha das demais já debatidas anteriormente. Havia uma introdução teórica para entendimento da origem, evolução e regras das diversas modalidades trabalhadas, e, então, a

aprendizagem dos principais golpes de cada luta. A cátedra se baseava em três modalidades: jiu-jitsu, boxe e judô. O segundo ano seguiu o mesmo estilo do primeiro ano, porém, nesse momento, os golpes eram aperfeiçoados. Também havia enfoque na utilização dessas lutas como defesa pessoal. Conforme já discutido no subtópico anterior, essa disciplina era uma das que possuía maior carga horária. Todavia, não foi possível determinar o motivo para esse maior aprofundamento, mas é plausível conjecturar. A temática era bastante abrangente e exigia conhecimentos muito específicos, que necessitavam de treinamento e esforço para obtê-los. De forma bastante resumida, na presente análise, foram listados os conteúdos e as modalidades abordadas durante o decorrer da cátedra. Apenas três variedades de luta foram praticadas, mas que exigiam prática para se adquirir as inúmeras técnicas consideradas básicas de cada modalidade. Cabe destacar que mais do que nos demais esportes, as lutas demandavam que o instrutor soubesse realizar a técnica, pois não era possível repassar ou ensinar os comandos para outrem sem a devida demonstração, logo, era importante conhecer os meios e maneiras de se realizar determinado movimento. Talvez seja por esse motivo a grande quantidade de aulas reclamadas, para que os discentes pudessem praticar e aprender as competências necessárias.

Psicologia era uma das cadeiras que não foram contempladas no Curso Normal, existindo apenas no Curso Superior, nos dois anos de formação. No primeiro módulo os conteúdos contemplados eram os seguintes: definições, correntes, objeto e divisões da Psicologia; Psicologia educacional; Processos metodológicos da Psicologia; Observação psicológica; Introspecção e Extrospecção; Processo experimental em Psicologia e as principais formas de experimentação; Processo de inquéritos e testes; Fatos psicológicos e sua classificação; Sistema nervoso; Os atos reflexos, instintivos, habituais e voluntários; Emoções e sentimentos; A afetividade, suas tendências e sua reverberação na infância, adolescência, juventude e fase adulta e, por fim, juízo e raciocínio. No segundo ano, além de ocorrer uma retomada das discussões anteriores, outros conteúdos eram explorados, como os seguintes: as teorias e as leis da Psicologia; as escolas psicológicas; A Psicologia da antiguidade; Correntes modernas da Psicologia; Diferenças individuais, Biotipologia e Hereditariedade; Psicologia e a Educação Física; Reflexos e reflexos condicionados; Hábitos, tendências e interesses; Atividades sensoriais e perceptivas; Atenção,

interesse e fadiga; Temperamento, caráter e vontade; Atenção e Hábitos e seus valores na Educação Física e Interesse e rendimento.

Como salientado, anteriormente, o ano de 1945, trouxe algumas mudanças no ordenamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, principalmente, no que tangia a configuração das disciplinas, ementas e docentes. Após dois anos de funcionamento e com o reconhecimento obtido junto ao Governo Federal, a instituição, enfim, pode começar o seu processo de consolidação. Afinal, estava-se começando a contratação de novos professores, o que proporcionou alterações das ementas de algumas disciplinas.

Metodologia foi uma das cadeiras que teve seu docente alterado, Francisco Mateus Albizú cedeu lugar à recém-contratada, Maria de Lourdes Lamas. A professora recém-formada pela instituição, embora tenha mantido a mesma base da disciplina, trouxe suas preferências e deu um caráter mais prático para suas aulas, além de, aparentemente, se aproximar mais do trabalho na escola. Para além dos tópicos elencados por Albizu no ano anterior, a professora, ainda, abordou os métodos de educação física: sueco, francês, alemão e dinamarquês, a organização e direção das sessões de trabalho, escolha e adaptação dos exercícios, manejo de classe, a importância do planejamento, qualidades físicas e morais do professor de Educação Física, a utilização dos esportes nas práticas, adaptação dos exercícios e práticas de higiene na velhice, preparação física e técnica desportiva, preparação tática desportiva e treinamento e preparação para competições etc.

Educação Física Geral, com a saída do Major João Gualberto, passou a ser atribuída a nova contratada Diva Ruth Muller, também recém-formada. No seu primeiro ano, a quantidade de temas abordados pela professora foi deveras reduzida, se comparado ao ano anterior. Acabou se resumindo aos pequenos e grandes jogos, as lições de exercícios físicos, sessões de ginástica e flexionamentos. Além de reservar poucas aulas para as lições destinadas ao ciclo elementar. O segundo ano trouxe tópicos novos como as lições destinadas ao ciclo superior, exercícios mímicos, rodas, brinquedos e brincadeiras cantadas, preparação material e mental, ginástica especial e acrobática, entre outros.

A disciplina de Ataque e Defesa teve alterações substanciais, sendo remodelada para se transformar em duas cadeiras. Mesmo com carga horária reduzida, se mantiveram os mesmos temas já tratados em outros anos, com judô, jiu-jitsu, boxe e defesa pessoal, além da adição da luta livre. A diferença ficou por conta

daquela que resultou do desmembramento da disciplina, fazendo surgir uma nova cadeira, a de Esgrima. Lecionada pelo técnico desportivo, Joaquim Loureiro, a matéria fazia parte dos dois anos de Curso Superior e do Curso Normal. Ela abrangia temas tais quais: técnicas da esgrima (guarda, romper, afundo, ataques simples e compostos, fintas, contra-ataques etc.); O jogo da esgrima; O assalto; Esgrima e suas armas; Cumprimento das armas e as Qualidades de um esgrimista.

Organização da Educação Física e dos Desportos não alterou seu docente, mas teve importantes mudanças, indicando um avanço na disciplina, visto que ela se tornou um pouco mais abrangente. Anteriormente, era abordado somente a organização da Educação Física de maneira ampla, trabalhando um continente por vez e o caso brasileiro. Com as mudanças passou a apresentar a organização da Educação Física no ambiente federal, no Paraná e demais unidades federativas, tratando de decretos e leis atinentes à área. Discutia as Escolas de Educação Física de todo Brasil, indicando suas finalidades e debatendo o decreto-lei de criação destas, a lei 1212. A organização da Educação Física escolar também ganhava papel de destaque, discorrendo sobre a sua presença em escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores. Por fim, levantava a organização das praças e parques e colônias de férias e recreação. Dando espaço, ainda, a organização dos esportes no Brasil e clubes desportivos.

Disciplinas como Desportos Terrestre Individuais e Desportos Aquáticos tiveram poucas alterações. Só então algumas melhorias, no que tangia a abordagem dos conteúdos ensinados, foram realizadas, por vezes, com pequenos acréscimos. Desportos Aquáticos, por exemplo, teve a inserção de estudos sobre polo aquático e remo. Desportos Individuais, por sua vez, apresentou novas modalidades, como decatlo e pentatlo. Por fim, Ginástica Rítmica enfocou mais em alguns aspectos como os saltos, as cadeias rítmicas, a valsa e o papel pedagógico da dança, deixando de dar tanta atenção aos aspectos mais técnicos, a partir dos compassos e as interpretações rítmicas.

Outras cadeiras como História da Educação Física, Desportos Terrestres Coletivos, Socorros de Urgência, Higiene Aplicada, Fisioterapia, Cinesiologia, Anatomia e Fisiologia Humanas, Psicologia e Biometria não tiveram alterações significativas em suas ementas, permanecendo muito semelhante aos anos anteriores.

Conjectura-se que, devido a experiência obtida nos anos anteriores, os docentes puderam progredir em seus trabalhos e reorganizaram suas ementas e lhes deram melhores estruturas, possibilitando a inclusão de assuntos que não puderam ser mencionados anteriormente.

Ao lançar olhar sobre as disciplinas de forma isolada, pode-se chegar a algumas conclusões sobre como elas se desenvolviam. As matérias com saberes mais voltados a área biológica e médica, embora com menor carga horária, eram as que possuíam um maior volume de temáticas, abordando diversos objetos e seus desdobramentos, perpassando pelos conteúdos de maneira mais minuciosa e aprofundada, uma vez que eram tópicos mais densos. Nota-se que eram desenvolvidos muitos assuntos em poucas aulas e, raramente, foram revisitados, denotando a grande necessidade de seguimento dos conteúdos.

Pode-se observar que os assuntos discutidos pelos professores eram modernos e atuais para o período, visto que abordavam temas, relativamente, novos para a área pedagógica e, principalmente, para a Educação Física. Demonstrava a grande capacidade e atualização desses docentes, que ao se atualizarem nos debates desenvolvidos em suas áreas, garantiam qualidade em suas argumentações, trazendo benefícios para seus alunos, possibilitando uma formação completa, integral e de qualidade.

Por fim, conforme já esperado, por ter uma carga horária, consideravelmente maior, é possível incutir que a formação realizada no Curso Superior era mais completa que aquela obtida no Curso Normal. No entanto, os conhecimentos de cunho didático e pedagógico adquiridos pelas professoras normalistas em sua formação inicial realizada na Escola Normal não se equivaliam aos saberes adicionais recebidos pelos alunos do Curso Superior, pois excetuando alguns poucos momentos voltados à pedagogia, a essência do Curso Superior era relacionada a saberes próprios da Educação Física. Sendo assim, sem o maior aprofundamento, a instrução se torna incipiente e aligeirada.

Ao seguir as considerações descritas no parágrafo anterior, é razoável considerar que o ensino ofertado pela Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, tanto no Curso Normal, quanto no Superior eram mais voltados para os saberes específicos da Educação Física, ou seja, o objetivo principal não eram as ações e os estudos pedagógicos direcionados para a educação, mas sim para compreender o corpo humano e seu funcionamento. Do mesmo modo ocorria com as

modalidades esportivas, nas quais era preferível saber realizar com perfeição as técnicas e movimentos do que saber ensiná-los, uma vez que a premissa era saber fazer, levando pouco em consideração as estratégias didáticas e metodológicas que o ensino exigia. Prova disso era a quantidade vultuosa de aulas voltadas para esse fim, enquanto aquelas destinadas aos jogos ou aos usos dessas práticas em sala de aula ou para crianças eram resumidas a duas ou três aulas durante o ano todo. Apenas duas das dezesseis disciplinas contidas na formação completa do professor de Educação Física eram voltadas para o ensino. Metodologia e Educação Física Geral se apresentavam como as únicas que possuíam o enfoque em formar um docente, instruindo em como fazer um planejamento e como construir uma aula para os diferentes níveis de ensino. As demais disciplinas visitavam esse tema apenas em alguns poucos momentos.

Arrisca-se dizer que, o projeto de formação profissional estava mais inclinado a formar um esportista do que um professor propriamente dito. Ele poderia, no máximo, formar novos atletas, considerando o processo de sua formação acadêmica. O que corrobora com o fato de que para ser aceito no exame vestibular, os pleiteantes deveriam passar por testes físicos para comprovar sua higidez física. Tais testes não eram tão simples, uma pessoa sem treinamento não conseguiria atingir as notas mínimas exigidas. O que prova que os indivíduos ingressantes, se não atletas, deveriam estar habituados às práticas físicas, que continuariam a ser exigidas durante toda sua instrução. Ainda que as modificações ocorridas, no ano de 1945, indiquem uma mudança de mentalidade, aproximando mais a formação do papel do professor, ela ainda era bastante marcada por questões de o saber fazer.

Vale lembrar que todas as afirmações aqui explicitadas e tencionadas são baseadas em registros formais acessados durante as análises das fontes. Porém, não se pode afirmar com total veemência que realmente foram trabalhados todos os conteúdos listados, ou se eles realmente foram apropriados pelos estudantes. A investigação se baseia nos apontamentos encontrados, mas não se pode tomar como verdade absoluta, uma vez que se tratava de um relatório de uma instituição em processo de reconhecimento. Nesse caso, é notório que o funcionamento interno da instituição deveria ser exemplar, mesmo que somente no papel, isto é, abordar as fragilidades em um documento desse tipo seria infrutífero para os rumos que a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná gostaria de traçar, considerando o momento histórico observado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um saber escolarizado para a Educação Física em território paranaense perpassou por um processo que percorreu diversos caminhos, com a presença de distintos indivíduos e com muitas tensões. Todas as vertentes da Educação Física visitadas ao longo da pesquisa de doutoramento puderam ser observadas na construção da área no estado do Paraná. Associação Brasileira de Educação (ABE), Associação Cristã de Moços (ACM), médicos e militares, cada um a seu modo, tiveram contribuições significativas para a consolidação e produção da área da Educação Física Brasil e no próprio contexto paranaense e, principalmente, na sua entrada no âmbito escolar.

Os saberes provindos da Associação Cristã de Moços influenciaram, de certo modo, as ações da Inspeção de Cultura *Physica*, que, durante alguns anos foi a responsável por fiscalizar e nortear a Educação Física no estado do Paraná. Conforme pode ser observado, a Inspeção, dentre suas ações, inaugurou diversas praças e parques infantis/esportivos no estado, a partir do modelo instaurando em terras estadunidenses, importando o modelo e o modo de pensar norte-americano. Isso se deu devido à grande influência dessa instituição nas ações desenvolvidas por Francisco Mateus Albizú, então diretor da Inspeção. Uma vez que a base de sua formação em Educação Física se deu na Associação Cristã de Moços de Springfield, nos EUA, o que foi preponderante para a constituição do seu pensamento e de suas bases teóricas relativos a Educação Física.

No entanto, esse fenômeno não ficou restrito ao nosso território paranaense, processo similar também foi observado em outras localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O que indica uma tendência e a expansão desse tipo de ação, mesmo que cada local tenha se desenvolvido com suas características próprias, acabaram convergindo para o mesmo ponto, a estruturação da área da Educação Física e, com isso, a necessidade de formação adequada de profissionais especializados e capacitados para o exercício desta e de outras funções. Fato que exigia a criação de locais capazes de realizar essa instrução, ou seja, a sistematização das Escolas de Educação Física espalhadas por todo território nacional.

Outra vertente de suma importância para a constituição de uma área para a Educação Física, em cenário nacional, foi a iniciativa militar. Principalmente, no que

tangia a formação de professores para atuar na área, uma vez que a primeira empreitada de instalação de uma instituição capaz de conceber um profissional especializado para o ofício docente em Educação Física proveio da ação de instituições militares, quando em 1922, foi engendrado o Centro Militar de Educação Física. Durante alguns anos, as escolas militares foram as únicas a oferecerem formação desse tipo, inserindo no ambiente educacional os profissionais formados a partir de seus princípios. Estabeleceu-se um *modus operandi* próprio para as aulas de Educação Física, modelo que persistiu mesmo após a criação de estabelecimentos civis, uma vez que suas bases foram assentadas nessas instituições já estabelecidas, fazendo com que os saberes e princípios ali estabelecidos continuassem circulando. O ganho de notoriedade e a justificativa da presença da Educação Física na educação e no cenário social proveio do período turbulento ao qual o Brasil e o mundo enfrentavam no período, com a iminência de conflitos bélicos, fazendo surgir a necessidade da preparação e robustecimento da raça e dos corpos, além de estimular ideias de pertencimento, despontando o sentimento de amor à pátria. Sendo assim, a Educação Física poderia ser um importante aliado para alcançar tais objetivos.

A medicina também teve papel fundamental na estruturação da área. Os usos da Educação Física circularam de maneira profusa na área médica, o que repercutiu na educação, trazendo esses profissionais para a educação e, principalmente, para a formação de professores em Educação Física. Haja visto que os saberes da Educação Física perpassam pelo corpo e por uma educação deste. Logo, para conseguir atender a esse propósito, nada melhor do que especialistas nesse domínio, os médicos. Tal fato contribuiu para que se envolvessem de maneira ativa no projeto de formação de professores e ainda permanecer, da mesma maneira, no momento atual. Tais saberes também favoreceram a entrada e garantiram a presença da Educação Física no âmbito educacional, devido ao crescente ideário da manutenção da saúde e fortificação dos corpos.

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi outra instituição que beneficiou a organização da Educação Física, pois através da realização de Conferências Educacionais estabeleceu um espaço para o debate dos saberes já estabelecidos e tidos como dominantes, como a higiene e a ortopedia. Com isso, foi capaz de expandir as discussões, oportunizando o surgimento de novas teorias, saberes, vertentes e campos de atuação. Fato que enriqueceu e fez evoluir uma área em estruturação e iminente processo de expansão.

A Escola de Educação Física e Desportos do Paraná despontou em um momento de urgência e carência de docentes especializados em Educação Física, seguindo uma tendência encontrada em todo o território brasileiro. Sua constituição seguiu os parâmetros nacionais, porém, ancorada em especificidades regionais, devido a insuficiências e dificuldades encontradas em diversos âmbitos que envolveram a criação do estabelecimento paranaense. Seja na falta de apoio político, governamental, financeiro, entre outros. Por isso as diferenças características em relação as outras instituições e até mesmo do modelo nacional personificado na Escola Nacional de Educação Física. Isso ficou visível no ordenamento das disciplinas, no quadro docente, locais de realização das aulas entre diversos outros aspectos.

Por ser um objeto de pesquisa ainda pouco explorado o estudo da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná é um terreno fértil para novas investigações. A presente tese deixou diversas lacunas que não puderam ser respondidas nesse momento, uma vez que o objetivo não foi encontrar respostas, mas apontar questionamentos e apresentar um projeto formador que estava se estabelecendo em terras paranaenses. Sendo assim, foram traçados os primeiros esboços de uma tela em branco, a ser preenchida por pesquisas futuras. Desse modo, ainda há muitas indagações a serem exploradas e quem sabe, respondidas num futuro próximo. A depender do olhar empregado às fontes, é possível percorrer diversos caminhos que contribuirão para as pesquisas históricas, tanto para a área Educação Física, quanto para a História da Educação.

Carece maior aprofundamento nas questões acadêmicas da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, isto é, o projeto pedagógico da instituição, que envolvia os autores, livros, teorias, saberes, disciplinas etc., para uma melhor compreensão do professor que estava sendo formado, indicando suas inclinações teóricas e acadêmicas, que impactava diretamente em seu trabalho a ser realizado no espaço escolar. Embora, a presente tese tenha percorrido um pouco desse caminho, só as análises aqui desenvolvidas não são suficientes para se entender essa formação integral, que ia muito além dos muros da instituição analisada. Afinal, ela estava imbricada em diversas tensões, aproximações e distanciamentos, que não puderam ser esmiuçados na presente pesquisa. Portanto, avançar nas discussões, abrangendo o projeto formador em anos posteriores, será de suma importância para compreender a consolidação ou esquecimento de diversos saberes. Com isso,

possivelmente, será exequível assimilar como essa formação foi sendo modificada ao longo dos anos, para preencher lacunas deixadas pelos conhecimentos anteriores, seja por falta de embasamento teórico, excesso de empiria ou, simplesmente, por avanços científicos ocorridos na área. Sendo assim, será possível compreender o projeto de formação atual, percebendo as nuances dos caminhos percorridos para se chegar à fundamentação teórica hodierna.

A investigação dos indivíduos que participaram desse momento inicial de construção da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná também é um tema relevante para pesquisas futuras, uma vez que se torna bastante profícuo entender como e onde circulavam esses indivíduos que constituíram o núcleo basilar para a formação e consolidação de um campo para a Educação Física. Pesquisar somente as figuras mais importantes não é suficiente para compreender todo o fenômeno de uma área que é fluída e multifacetada. Seria interessante, também, perscrutar esses futuros professores, responsáveis por estabelecer um novo sentido para a Educação Física. Através desses indivíduos, eventualmente, possa ser possível enxergar a Educação Física que realmente era efetivada no interior das instituições escolares e não aquela idealizada pelos teóricos e vivenciada durante o Curso de Educação Física.

Ainda com relação aos indivíduos, foi possível observar que embora algumas alunas possuíssem o curso de normalista, preferiram se submeter ao Curso Superior e não ao Curso Normal, com uma formação em menor tempo. Os motivos para essa escolha não são claros, necessitaria de maiores investigações e acesso a outras fontes ou relatos orais de envolvidos no processo ou pessoas próximas. Uma averiguação desse tipo possibilitaria captar outras nuances com relação aos cursos ofertados e o papel e peso de cada um deles.

Outro ponto relevante a ser analisado refere-se à estadualização da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, quando a instituição passou a ser de responsabilidade do Governo Estadual. Reivindicação presente desde os primeiros anos de funcionamento, mas que só vai se consolidar na década de 1950. Entender os meandros desse ato, as pressões, engendramentos e parcerias necessárias para que tal intervenção pudesse acontecer seria de grande valia para perceber a constituição da área no estado do Paraná, além de ser possível observar os efeitos dessa normativa na própria instituição, bem como no processo de formação dos professores por ela realizada. Ademais, outros assuntos relevantes também podem

ser explorados a partir dessa temática. O mesmo ocorre com o momento da federalização do estabelecimento, passando a ser de incumbência da Universidade Federal do Paraná, na década de 1970, que também pode render inúmeras investigações que irão favorecer o entendimento da constituição e formação do curso de Educação Física sediada na maior universidade paranaense.

O aprofundamento na trajetória intelectual dos indivíduos que permearam a instituição é um dos pontos mais importantes para se interpretar no projeto que de formação de professores. Isto é, adentrar nos pormenores dos docentes, pode permitir entender suas relações com os alunos, com a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná e com a própria área da Educação Física, percebendo seus pares, bases teóricas, áreas de atuação e relevância dentro do cenário acadêmico, produzindo maior robustez ao entendimento do projeto de formação preconizado pelo estabelecimento. Tal investigação não pode ser mais aprofundada na presente análise, pois surgiram outros caminhos mais profícuos para a concretização do objetivo central da presente tese. No entanto, essa temática pode ser melhor abordada em trabalhos futuros.

Nos seus anos posteriores a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná também foi palco de diversos acontecimentos que merecem análises mais aprofundadas, que permitirão o entendimento do cotidiano da instituição e, em vista disso, a formação profissional e social de seus estudantes. Como a criação de um centro acadêmico, o envolvimento dos discentes em assuntos estudantis relevantes no cenário acadêmico e político, no âmbito nacional e estadual, a participação em festividades e competições esportivas, o oferecimento de novos cursos, de curta e longa duração entre outros eventos. Estes foram os pontos explorados e que, com certeza, serão melhor analisados futuramente.

FONTES

Jornais e Periódicos

- A Divulgação**, agosto de 1959, p. 31, ed. 138
- A Noite (RJ)**, 05 de fevereiro de 1934, p. 9, ed. 7974
- A República**, 17 de julho de 1906, p. 1.
- A Republica**, 28 de junho de 1930, p. 2, ed. 142
- A Tarde**, 07 de agosto de 1950, p. 2, n. 00123
- A Tarde**, 18 de abril de 1951, p. 2, ed. 324B
- A Tarde**, 11 de setembro de 1951, p. 1, ed. 443
- A Tarde**, 21 de agosto de 1959, p. 6, ed. 4495
- Correio da Noite**, 9 de junho de 1959, p. 8, ed. 06
- Correio de Notícias**, 26 de junho de 1984, p. 3, ed. 901
- Correio de Notícias**, 02 de maio de 1986, p. 11, ed. 1456
- Correio de Notícias**, 25 de setembro de 1977, p. 3, ed. 106
- Correio do Paraná**, 18 de agosto de 1932, p. 7, ed. 78
- Correio do Paraná**, 02 de setembro de 1932, p. 3, n. 91
- Correio do Paraná**, 19 de novembro de 1932, p. 5, ed. 155
- Correio do Paraná**, 19 de novembro de 1933, p. 6, ed. 456
- Correio do Paraná**, 15 de abril de 1934, p. 6, ed. 565
- Correio do Paraná**, 27 de outubro de 1934, p. 6, ed. 4317
- Correio do Paraná**, 27 de setembro de 1935, p. 3, ed. 998
- Correio do Paraná**, 03 de agosto de 1937, p. 5, ed. 1694
- Correio do Paraná**, 01 de outubro de 1937, p. 4, n. 01744
- Correio do Paraná**, 17 de janeiro de 1939, p. 8, ed. 3117
- Correio do Paraná**, 15 de abril de 1939, p. 3, ed. 3189
- Correio do Paraná**, 28 de abril de 1939, p. 3, ed. 3199
- Correio do Paraná**, 20 de fevereiro de 1940, p. 6, n. 8117
- Correio do Paraná**, 12 de dezembro de 1940, p. 6, ed. 3988
- Correio do Paraná**, 17 de novembro de 1941, p. 4, n. 4182
- Correio do Paraná**, 01 de outubro de 1959, p. 6, ed. 106
- Diário da Noite (RJ)**, 26 de fevereiro de 1931, p. 3, ed. 430

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, 21 de maio de 1955, p. 14, ed. 044

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, 05 de agosto de 1955, p. 08.

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, 24 de dezembro de 1955, p. 02, n. 00225.

Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, 17 de julho de 1956, p. 03, n. 00389.

Diário do Paraná: Órgãos dos Diários Associados, 28 de agosto de 1963, p. 03, n. 02871.

Diário do Paraná: Órgãos dos Diários Associados, 11 de agosto de 1968, p.21, ed. 3924

Diário do Paraná: Órgãos dos Diários Associados, 24 de dezembro de 1968, p. 3, ed. 4039.

Diário do Paraná: Órgãos dos Diários Associados, 26 de janeiro de 1973, p. 14, ed. 5267

Diário da Tarde, 01 de dezembro de 1900, p. 2. n. 493

Diário da Tarde, 31 de outubro de 1904, p. 1.

Diário da Tarde, 17 de janeiro de 1924, p. 7, ed. 11673

Diário da Tarde, 12 de setembro de 1930, p. 1. n. 10.845

Diário da Tarde, 23 de agosto de 1932, p. 4, ed. 11249

Diário da Tarde, 19 de outubro de 1932, p. 6, ed. 11298

Diário da Tarde, 27 de outubro de 1932, p. 6, ed. 11305

Diário da Tarde, 20 de janeiro de 1933, p. 6-7, ed. 11375

Diário da Tarde, 16 de junho de 1933, p. 6, ed. 11495

Diário da Tarde, 17 de janeiro de 1934, p. 7, n. 11.673.

Diário da Tarde, 13 de abril de 1934.

Diário da Tarde, 21 de abril de 1934, p. 3

Diário da Tarde, 31 de abril de 1934.

Diário da Tarde, 03 de julho de 1935, p. 07, ed. 12118.

Diário da Tarde, 24 de setembro de 1936, p. 6, ed. 12493

Diário da Tarde, 26 de fevereiro de 1938, p. 8, ed. 12927^a

Diário da Tarde, 09 de março de 1938, p. 1, ed. 12934

Diário da Tarde, 28 de junho de 1938, p. 1, ed. 13027

Diário da Tarde, 25 de maio de 1939, p. 3, n. 13304

- Diário da Tarde**, 06 de junho de 1939, p. 2, n. 13314
- Diário da Tarde**, 17 de julho de 1939, p. 1, n. 13349
- Diário da Tarde**, 01 de agosto de 1939, p. 8, 4, n. 13362
- Diário da Tarde**, 16 de abril de 1940, p. 5, n. 13577
- Diário da Tarde**, 14 de março de 1941, p. 9, ed. 13864
- Diário da Tarde**, 19 de abril de 1941, p. 8, ed. 13894
- Diário da Tarde**, 3 de maio de 1941, p. 1, ed. 13904
- Diário da Tarde**, 8 de setembro de 1941, p. 7, ed. 13990
- Diário da Tarde**, 16 de janeiro de 1943, p. 3, n. 14.603.
- Diário da Tarde**, 21 de janeiro de 1943, p. 3, n. 14.609.
- Diário da Tarde**, 09 de agosto de 1943, p. 5, ed. 14775.
- Diário da Tarde**, 23 de maio de 1944, p. 3, ed. 15018
- Diário da Tarde**, 04 de janeiro de 1945, p. 3, ed. 15214
- Diário da Tarde**, 11 de novembro de 1947, p. 2, ed. 16492
- Diário da Tarde**, 25 de janeiro de 1949, p. 3, ed. 16590
- Diário da Tarde**, 03 de dezembro de 1949, p. 3, n. 16.884.
- Diário da Tarde**, 04 de novembro de 1950, p. 3, ed. 17167
- Diário da Tarde**, 24 de novembro de 1950, p. 5, ed. 17183
- Diário da Tarde**, 29 de março de 1963, p. 4, ed. 20941
- Diário da Tarde**, 19 de outubro de 1968, p. 6, n. 21.465.
- Diário da Tarde**, 5 de julho de 1978, p. 2, ed. 23653
- Gazeta do Povo**, 18 de abril de 1934.
- Paraná Esportivo**, 14 de abril de 1953, p. 4, ed. 1459
- Paraná Esportivo**, 13 de setembro de 1956, p.1, ed. 2376
- Paraná Esportivo**, 18 de março de 1957, p.5, ed. 2527
- O Dia**, 01 de julho de 1923, p. 2. n. 01
- O Dia**, 03 de março de 1931, p. 5, ed. 2192
- O Dia**, 17 de fevereiro de 1932, p. 6, ed. 2471
- O Dia**, 17 de maio de 1932, p. 6, ed. 2556
- O Dia**, 21 de setembro de 1933, p. 6, ed. 2972
- O Dia**, 02 de fevereiro de 1934, p.8, n. 2101.
- O Dia**, 08 de maio de 1934, p. 6.
- O Dia**, 10 de maio de 1934, p. 3, ed. 2161
- O Dia**, 18 de maio de 1934, p. 1; 8. n. 2.169

- O Dia, 18 de janeiro de 1935, p. 6, ed. 3372
- O Dia, 02 de março de 1935, p. 7, ed. 3408
- O Dia, 08 de março de 1935, p. 6. n. 3.411
- O Dia, 23 de março de 1935, p. 6. n. 3.424
- O Dia, 11 de maio de 1935, p. 6 n. 3.474
- O Dia, 17 de novembro de 1935, p. 6, ed. 3434
- O Dia, 21 de novembro de 1935, p. 5, ed. 3437
- O Dia, 23 de novembro de 1935, p. 4. n. 3.439
- O Dia, 11 de maio de 1935, p. 6, n. 03474
- O Dia, 02 de outubro de 1936, p. 6 ed. 3984
- O Dia, 20 de novembro de 1936, p. 6, ed. 4025
- O Dia, 13 de janeiro de 1937, p. 6. n. 4.096
- O Dia, 13 de maio de 1937, p. 6. n. 4.233
- O Dia, 14 de março de 1937, p. 6, n. 4.173
- O Dia, 23 de fevereiro de 1937, p. 6, n. 4.156
- O Dia, 29 de julho de 1937, p. 3, ed. 4299
- O Dia, 14 de maio de 1938, p. 2, ed. 4538
- O Dia, 30 de julho de 1938, p. 9, ed. 4602
- O Dia, 28 de agosto de 1938, p. 8, ed. 4627
- O Dia, 04 de abril de 1939, p. 8, ed. 4809
- O Dia, 25 de maio de 1939, p. 7, ed. 4851
- O Dia, 19 de maio de 1940, p. 5, n. 05153
- O Dia, 26 de julho de 1940, p. 5, ed. 5211
- O Dia, 11 de outubro de 1940, p. 10, n. 05277
- O Dia, 30 de dezembro de 1941, p. 8, n. 05647
- O Dia, 20 de janeiro de 1943, p. 4, ed. 5968
- O Dia, 07 de março de 1943, p. 6, n. 06008
- O Dia, 02 de dezembro de 1943, p. 2, ed. 6232
- O Dia, 21 de abril de 1949, p. 2, ed. 8087
- O Dia, 03 de janeiro de 1951, p. 6, n. 08596
- O Dia, 03 de maio de 1952, p. 10. n. 09002
- O Dia, 05 de junho de 1954, p. 02, n. 09581
- O Dia, 04 de março de 1959, p. 12, ed. 11085
- O Estado, 02 de dezembro de 1936, p. 8.

- O Estado**, 4 de fevereiro de 1937, p. 7, ed. 106
- O Estado**, 19 de fevereiro de 1937, p. 2, ed. 117
- O Estado**, 8 de abril de 1937, p. 5, ed. 158
- O Estado**, 02 de julho de 1937, p. 2, ed. 239
- O Estado**, 03 de julho de 1937, p. 8.
- O Estado**, 16 de outubro de 1937, p. 2, ed. 338
- O Estado**, 19 de novembro de 1937, p. 2, ed. 366
- O Paiz**, 28 e 29 de julho de 1930, p. 2, ed. 16716-16717
- Última Hora**, 17 de fevereiro de 1962, p. 9, ed. 221
- Última Hora**, 12 de dezembro de 1961, p. 3, n. 00165
- Última Hora**, 10 de agosto de 1962, p. 7, n. 00369

Revista de Educação Física

1º PALESTRA REALIZADA DURANTE O CURSO DE INSPETORES DE ENSINO, SOBRE A E. FÍSICA. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 42, p. 55, 1938.

VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 24, p. 29-30, 1935b.

A ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE S. PAULO E SUAS ATIVIDADES. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 31, p. 16-17, 1936.

A EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAES. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 21, s/p, 1935.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS – PARANÁ – CURITIBA. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 49, p. 23, 1938b.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESTADOS. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 43, p. 44, 1938d.

ABREU, Modesto de. *Mente sã em corpo sã*. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 34, p. 1, 1937.

ARAÚJO, Paulo Frederico de. DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. PAULO FREDERICO DE ARAÚJO, POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO DE 1934, NA E.E.F. DO EXÉRCITO. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 18, p. 9-10, 1934.

AS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 39, p. 28, 1938.

A VIDA DO C.M. IRRADIAÇÃO E DIFUSÃO DO ENSINO. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.1, s/p, 1932.

BARROS, José D.'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas—uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 397-419, 2021.

BONORINO, L. Lopes. Fernando de Azevedo e a Educação Física. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.6, s/p, 1933.

CAMPOS DE JOGOS. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.4, s/p, 1933.

CAMPOS DE JOGOS. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.7, s/p, 1933b.

E.F EM 1931. VISITAS. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.1, s/p, 1932.

EM SANTA CATARINA. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.34, p. 29, 1937.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A Educação Física no Brasil. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 32, s/p, 1936.

MIRANDA, Nicanor. O significado de um Parque Infantil em Santo Amaro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 46, p. 3 - 4, 1939.

MIRANDA, Nicanor. Parques Infantis em São Paulo. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 48, p. 9-11, 1941.

MOLINA, Antônio M. A Escola de Educação Física do Exército: Sua atuação em prol da Educação Física Nacional. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 25, p. 5-7, 1935.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A EDUCAÇÃO FÍSICA. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 33, p. 2, 1936.

ORGANIZAÇÃO DE UM CAMPO DE JOGOS. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 37, p. 3 - 5, 1937b.

PINHEIRO, João Ribeiro. Militarismo e Educação Física. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.1, s/p, 1932.

PLANO DE ENSINO DE 1932. Organizado pela Comissão encarregada da elaboração do Regulamento da Escola de Educação Física. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed.1, s/p, 1932.

RENAULT, Abgar. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 46, p. 1, 1939.

SEGUNDA CONFERENCIA REALIZADA PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OS INSPETORES DE ENSINO. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 43, p. 35-37, 1938c.

Leis, decretos e regulamentos.

BRASIL. Decreto n. 1.331-A de 17/02/1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria Ministerial nº 70, de 18 de abril de 1931.

BRASIL. Decreto-lei n. 24.794, de 14 de julho de 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo.

BRASIL. Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Decreto-lei n. 421 de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.190 de 04 de abril de 1939. Dá Organização à Faculdade Nacional de Filosofia.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.212 de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

BRASIL, Coleção de Leis do Brasil. Página 97 Vol. 4 (Publicação Original), 1939.

BRASIL. Decreto-lei n. 9.890, DE 7 DE JULHO DE 1942 - Concede autorização para funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, com sede em Curitiba.

BRASIL. Decreto-lei n. 17.592, DE 16 DE JANEIRO DE 1945 - Concede reconhecimento a cursos da Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.977 de 10/11/1943 - Altera a tabela do salário-mínimo, e dá outras providências. 1943.

PARANÁ. Ato de Instituição do ensino de *Gymnastica* assinado pelo então Presidente da Província Carlos de Carvalho em 30/06/1882.

PARANÁ. Decreto n. 31 de 29/01/1890 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1890.

PARANÁ. Decreto n. 35 de 09/02/1895 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1895.

PARANÁ. Decreto n. 93 de 11/03/1901 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decreto n. 263 de 22/10/1903 – Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1901.

PARANÁ. Decreto n. 479 de 10/12/1907 – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1907.

PARANÁ. Decreto n. 510 de 15/10/1909 – Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná. Decretos e Regulamentos de 1909.

PARANÁ. Lei n. 1236 do dia 02/05/1912.

PARANÁ. Decreto n. 710 de 18/10/1915 – Código do Ensino. Decretos e Regulamentos de 1915.

PARANÁ. Decreto n. 17 de 09/01/1917 – Código do Ensino. Decretos e Regulamentos de 1915.

PARANÁ. Programma dos Grupos Escolares do Estado do Paraná de 1921.

Relatórios e Ofícios de Instrução Pública

ALBIZU, Francisco Mateus. Ofício 5/44 – Relatório de Reconhecimento da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1944.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório Anual da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1944b.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório do 2º trimestre da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1944c.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório do 3º trimestre da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1944d.

ALBIZÚ, Francisco Mateus. Ofício encaminhado ao Sr. Interventor Federal Manoel Ribas. 05/03/1944. Paraná, 1944e.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório Anual da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1945.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório do 2º trimestre da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1945b.

ALBIZU, Francisco Mateus. Relatório do 3º trimestre da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná. Curitiba: Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, 1945c.

ALBIZU, Francisco Mateus. Ofício encaminhado ao Interventor Federal do Paraná e ao Diretor Geral de Educação. 18/01/1945. Paraná, 1945d.

ALBIZU, Francisco Mateus. Ofício encaminhado ao Ministro da Educação e Saude. 15/02/1945. Paraná, 1945e.

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE CURITIBA. Relatório dos Programas e Atividades da Associação Cristã de Moços de Curitiba, ACM. De 1/01/70 a 31/12/70.

LICHTWARDT, Henry Herman; BUHRER, Oscar Raul. Extrato do Estudo Sôbre a Cidade de Curitiba Feita pelo Sr. Lightwart com a ajuda do Sr. Oscar Raul Buhrer - 4 - 15 de setembro de 1948. Rio de Janeiro, 1948.

LICHTWARDT, H. H. Carta enviada a Francisco Albizu. Rio de Janeiro, 1949.

RIBAS, Manoel. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado ao instalar-se a 2ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura da Segunda República, em 1º de setembro de 1936. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936.

XAVIER, Aristoteles. Relatório encaminhado à Inspeção Geral do Ensino em 03/07/1923.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. S. A. **A trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira. (Final do século XIX e primeiras décadas do século XX)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Formando o professor primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. **Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP, Graf. FE, HISTEDBR**, p. 1-25, 2006.

AGÜERO, A. L., IGLESIAS, S. B.; DEL VALLE MILANINO, A. E. Enrique Romero Brest, el creador de la educación física escolar: comentarios a su obra [en línea], **Res Gesta**, 48, 2010.

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): revendo uma trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.76, n. 184, p.665-89, 1995.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignacio Silveira da Mota (1856-1857). **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, 2013.

ANJOS, Juarez José Tuchinski; SOUZA, Gizele. A criação e supressão de escolas no Paraná Oitocentista: o “barulho por baixo da história”. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 225-245, 2015.

ANJOS, Tiane Melo dos. A Escola Normal e a Feminização do Magistério Primário na Bahia entre 1842 e 1889. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

ARAÚJO, Cristina. A Reforma Antônio Carneiro Leão no final dos anos de 1920. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 9, n. 01, p. 119-136, 2009.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de; MALINA, André. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mal uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

BAIA, Anderson da Cunha. Associação Cristã de Moços no Brasil: um projeto de formação moral, intelectual e física (1890-1929). 2012. 214f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BAÍA, Anderson da Cunha; MORENO, Andrea. O Departamento Físico no projeto formador das Associações Cristãs de Moços, no Brasil (1893-1929). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p. 2011, 2020.

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Por Terra, Por Água, Pela Leitura: as conexões dos responsáveis pela Inspeção e Instrução Pública no Paraná (1854-1890). 2016. 480f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2016.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

BONA JÚNIOR, Aurélio. Educação e modernidade nas conferências educacionais da década de 1920 no Paraná. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2005.

BONA JUNIOR, Aurélio; VIEIRA, Carlos Eduardo. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920 no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo

(org). Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). **Curitiba: Ed. UFPR**, 2007.

BOMBASSARO, Ticiane; VAZ, Alexandre Fernandez. Sobre a formação de professores para a disciplina Educação Física em Santa Catarina (1937-1945): ciência, controle e ludicidade na educação dos corpos. *Educar em revista*, p. 111-128, 2009.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 11, n. 42, p. 94-112, 2011.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; MOREIRA, Laélia Carmelita Portela. Formação e profissionalização docente no Brasil: instituições, práticas educativas e história. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 5, n. 9, p. 43-62, 2013.

BRANDÃO, Angela. A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba 1905-1913. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

BREST, Enrique Romero. El Instituto Nacional Superior de Educación Física. Antecedentes, organización y resultados. **Cabaut y Cía. Editores**. Bs. As, 1917.

BRUSCHI, Marcela et al. As monografias da escola de educação física do Espírito Santo: circulação e produção de saberes (1932-1939). **Movimento**, v. 24, n. 4, p. 1369-1380, 2019.

BRUSCHI, Marcela; ELLER, Marcelo Laquini; SCHNEIDER, Omar. A criação do método francês: as disputas em torno de um objeto de ensino da educação física. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

CAMPOS, Névio de. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org). Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). **Curitiba: Ed. UFPR**, 2007.

CAMPOS, Marcos Antonio Almeida. **Histórias entrelaçadas: presença da dança na Escola de Educação Física da UFMG (1952-1977)**. 2007b.

CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). **Educar em Revista**, p. 259-277, 2010.

CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro; COSTA, Lamartine Pereira da. Ensino Superior em Educação Física. **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, p. 489-493, 2006.

CANTARINO FILHO, Mario Ribeiro; COSTA, Lamartine Pereira da. Associação Cristã de Moços – Movimento voluntário da Educação Física no Brasil. **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, p. 789, 2006b.

CARDOSO, Álvaro. A Educação Física e a Constituição de 10 de novembro. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 45, p. 6, 1939.

CASTANHA, André Paulo. Escolas Normais no século XIX: um estudo comparativo. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 32, p. 17-36, 2008.

CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: Coeducação ou escolas mistas. **História da Educação**, v. 19, n. 47, p. 197-212, 2015.

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997

CASTRO, Elizabeth Amorim; POSSE, Zulmara Clara Sauner. Escolas Públicas do Paraná. Memória Urbana, 2013. Disponível em:

<<https://www.memoriaurbana.com.br/arquitetura-escola/014-grupo-escolar-professor-cleto/>>. Acesso em janeiro de 2023.

CAVALCANTE, Fernando Resende; BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. Rui Barbosa e a educação física nos pareceres para o ensino primário de 1883: influências e proposições. **Movimento**, v. 26, p. e26078, 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Godofredo Mendes Viana. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA%2C%20Godofredo%20Mendes.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2023.

CHAVES JUNIOR, Sergio Roberto. **A Educação Física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DALBEN, André et al. Criação do departamento de educação física do estado de São Paulo (1925-1932). **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 264-286, 2019.

DALCASTAGNE, G; AGUILAR, L.E. A educação física escolar no Brasil e na Argentina: considerações históricas a partir do contexto político educacional (1930-1985). **ALESDE: Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte**, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2017.

DOGLIOTTI, Paola. La formación de maestros de educación física en el Uruguay (1921-1930): Julio J. Rodríguez. **História da Educação**, v. 17, p. 139-158, 2013.

DOGLIOTTI, Paola. Educación del cuerpo y discursividades en torno a la formación en Educación Física en Uruguay:(1874-1948). **Biblioteca Plural**;, 2015.

DOGLIOTTI, Paola. El Homo sportivus en la formación de docentes de Educación Física en el Uruguay (1906-1956). **Pedagogía y Saberes**, n. 44, p. 21-34, 2016.

DOGLIOTTI, Paola; SILVA, Giovanna da. Diálogos transnacionais entre Uruguai, América do Sul e Estados Unidos: a preparação de diretores de Educação Física pela Associação Cristã de Moços. **History of Education in Latin America-HistELA**, v. 4, p. e25762-e25762, 2021.

DUSSEL, Inés. Historias de cavernas, pupitres y guardapolvos: Los aportes del giro material en la historia de la educación. In: Arata, N. y P. Pineau (dir.), **Latinoamérica: la educación y su historia. Nuevos enfoques para su debate y enseñanza** (35-55). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2019a.

DUSSEL, Inés. El patio escolar, de claustro a aula al aire libre. Historia de la transformación de los espacios escolares (Argentina, 1850-1920). **Historia de la Educación**. Anuario, v. 20, n. 1, 2019b.

DUSSEL, Inés. El patio escolar, de claustro a aula al aire libre. Historia de la transformación de los espacios escolares (Argentina, 1850-1920). **Historia de la educación-anuario**, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2019c.

FEIX, E.; GOELLNER, S. V. O florescimento dos espaços públicos de lazer e de recreação em Porto Alegre e o protagonismo de Frederico Guilherme Gaelzer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 1-18, dez. 2008.

FEIX, Eneida. A dimensão lúdica do esporte: as praças e parques, os jardins de recreio e colônia de férias. **Memórias do esporte e do lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundergs**, p. 53-64, 2013.

FERREIRA, Rita de Cassia Oliveira. A escola normal da capital: instalação e organização (1906-1916). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, Débora Menengotti. Os parques infantis de Ribeirão Preto: um estudo sobre a sua implantação. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação

(Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)**. Aracruz: Facha; 1999.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. A história da Educação Física e os primeiros cursos de formação superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FONSECA, Sérgio César da; FERREIRA, Débora Menengotti; PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. O Departamento de Educação Física de São Paulo e a interiorização dos parques infantis: o caso de Ribeirão Preto. *História e Cultura*, v. 4, n. 2, p. 237-261, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.

FROST, Joe L. **A history of children's play and play environments: Toward a contemporary child-saving movement**. Routledge, 2010.

FURTADO, Heitor Luiz. A constituição da cultura física em Blumenau (1859-1920): imigração, associativismo e educação do corpo. Curitiba: Universidade Federal Do Paraná. Tese (Doutorado em Educação Física) Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

GALAK, Eduardo Lautaro. Educación del cuerpo y política: concepciones de raza, higienismo y eugenesia en la Educación Física Argentina. **Movimento**, v. 20, n. 4, p. 1543-1562, 2014.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Infância, escola e modernidade**. Paraná: Editora Cortez, 1997.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 2017.

GLEYSE, Jacques. **O verbo e a Carne: Uma arqueologia do corpo nos manuais franceses de moral e higiene**. São Paulo: LiberArs, 2021.

GOELLNER, Silvana, V. O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola. [Dissertação de Mestrado em Ciência do Movimento Humano]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano; 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola**. Porto Alegre: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, 2021.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo; BATISTA, José Carlos Freitas. A introdução da gymnastica na Escola Normal de São Paulo (1890-1908). **Movimento**, v. 16, n. 3, p. 71-87, 2010.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. O esporte e a modernidade em São Paulo: práticas corporais no fim do século XIX e início do XX. **Movimento**, v. 19, n. 4, p. 95-117, 2013.

GÓIS Júnior, Edivaldo. Georges Demeny e Fernando de Azevedo: uma ginástica científica e sem excessos (Brasil, França, 1900-1930). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 2, p. 144-150, 2015.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, v. 23, n. 2, p. 701-714, 2017.

GOMET, Doriane; ATTALI, Michaël. Éducation des corps et disciplinarisation: le processus d'intégration des sports dans l'éducation scolaire française (1918–années 1990). **Paedagogica Historica**, v. 54, n. 1-2, p. 66-82, 2018.

GRANDO, José Carlos. **Sacralização do corpo: a educação física na formação da força de trabalho brasileira**. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. Escola Nacional de Educação Física e Desportos: o projeto de uma época. **São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS**, 1997.

GOODSON, Ivor F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa. Currículo. 1997.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Autores Associados, 2022.

JARDILINO, José Rubens Lima; PEDRUZZI, Jumara Seraphim. A Escola Normal de Ouro Preto-um percurso marcado por crises e reestruturações (1835-1852). **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 2, p. 679-699, 2016.

KIRK, David. "Physical culture, Physical education and relational analysis". In: **Sport, Education and Society**, v. 4, n. 1, pp. 63-73; London: UK, 1999.

KUHLMANN, Moysés. Parque infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, v. 35, p. 223-244, 2019.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 193, p. 63-71, 1998.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Encontro da rede Alfredo de Carvalho (alcar)**, v. 10, 2015.

LESSA, Priscila Requião. A Paulicéia em duas rodas: dos primeiros passeios de bicicleta à criação da corrida ciclística nove de julho (1895-1933). Curitiba: Universidade Federal Do Paraná. Tese (Doutorado em Educação Física) Programa

de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

LIMEIRA, Aline de Moraes; DE SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Ensino particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte imperial. **Revista HISTEDBR**, n.32, p. 48-64, 2008.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola e o esporte: uma história de práticas culturais**. Cortez Editora, 2009.

LINHALES, Meily Assbú. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). **Educar em Revista**, p. 75-91, 2009b.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Ricardo. **Esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.

LOPES, Sonia de Castro; MARTINEZ, Silvia Alicia. A emergência de escolas normais no Rio de Janeiro do século XIX. Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campo. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 7, n. 3, p. 53-77, 2007.

LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri. Faces da Gymnastica e da Educação Physica nas Escolas do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. **Movimento**, p. 1325-1336, 2016.

MASSUCATO, José Geraldo; BARBANTI, Valdir José. Histórico da escola de educação física e esporte da universidade de São Paulo. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 13, p. 7-12, 1999.

MASTROROSA, Adriano. Departamento de Educação Física, Escola Superior de Educação Física e Associação dos professores de Educação Física: o ordenamento da Educação Física no Estado de São Paulo no início da década de 1930. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti. Os Jardins de Recreio em Porto Alegre/RS: uma análise da relação entre a política pública e a constituição de uma Educação na República (1920 a 1950). Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sonhos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.

MAZO, Janice Zarpelon. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). **Movimento (Porto Alegre)**, v. 11, n. 1, p. 143-167, 2005.

MAZO, Janice Zarpellon; SILVA, Carolina Fernandes da; FROSI, Tiago Oviedo. A Associação Cristã de Moços e a propagação dos esportes em Porto Alegre. **Kinesis**. Santa Maria. Vol. 30, n. 1 (jan./jun. 2012), p. 158-173, 2012.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro de. **Entre esportes, divertimentos e competições: a cultura física nos rios Tietê e Pinheiros (São Paulo, 1899-1949)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2021.

MÉDICAS já são maioria entre os profissionais ativos registrados no CRM e que atuam em Curitiba. CRM-PR, 2023. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Medicas-ja-sao-maioria-entre-os-profissionais-ativos-registrados-no-CRM-e-que-atuam-em-Cur-11-58259.shtml>. Acesso em 03 de maio de 2024.

MELO, Victor Andrade de. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MELO, Victor Andrade de. Cidade “sportiva”: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Relume-Dumará/Faperj**, 2001.

MIECOANSKI, Ellen. Com a graça da dança. **Gazeta do Povo**, 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/com-a-graca-da-danca-4zu49t313axcyw1q5fnnngvmp/>. Acesso em: 09 de maio de 2024.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanc. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B., LOPES, A. P. C (orgs.). **As escolas normais do Império à República**. Campinas: Alínea Editora, p. 145-162, 2018.

MIGUEL, Antonieta. A prática profissional e a invenção de espaços escolares na Escola Normal da Bahia (1881-1930). **Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, p. e11359-e11359, 2023.

MONTEIRO, Andréia; PAJAÚ, Rita; BARROSO, Tátilla. As leis como fonte para a história da educação na primeira república maranhense. *Revista Bibliomar*, v. 15, n. 1/2, p. 49-63, 2017.

MORAES E SILVA, Marcelo. “Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918)”. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes. O contexto de fundação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: educando corpos para a vida urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, p. 623-636, 2011.

MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten. A cultura física na cidade de Curitiba: a emergência de uma pedagogia corporal (1899-1909). **Revista de Ciências Sociais**, v.27, n.41, p. 275-296, 2018.

MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lucia. “Práticas educativas e de divertimento junto à natureza: a cultura física em Curitiba (1886-1914)”. **Educação em Pesquisa**, v. 44, e178293; São Paulo, Brasil, 2018.

MORAES E SILVA, Marcelo et al. A emergência das corridas de bicicleta em Curitiba (1895-1913): idealizando pedagogias corporais. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20190105, 2022.

MORAES E SILVA, Marcelo. MORO, Vera Luiza; SOUZA, Gizele. A incorporação da cultura física na instrução pública paranaense: em busca de uma Gymnastica racional (1882-1917). **Diálogo Educacional**, v. 22, n. 73, 2022.

MORAES E SILVA, Marcelo et al. A emergência das corridas de bicicleta em Curitiba (1895-1913): idealizando pedagogias corporais. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20190105, 2022.

MORENO, Andrea. Corpo e Ginástica num Rio de Janeiro: um mosaico de imagens e textos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. 246f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MORENO, Jean Carlos. Intelectuais na década de 1920: César Pietro Martinez e Lysímaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: VIEIRA, Carlos Eduardo (org). Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). **Curitiba: Ed. UFPR**, 2007.

MORENO, Andrea et al. TORNANDO-SE PROFESSOR E PROFESSORA DE GYMNASTICA: PERCURSOS NO ENSINO NORMAL EM MINAS GERAIS (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, 2014.

MORO, Vera Luiza; MORAES E SILVA, Marcelo. A inserção da cultura física na Escola Normal do Paraná. **InterMeio**, v. 28, n. 56, p. 61-84, 2022.

MORO, Vera Luiza; GOMES, Leonardo do Couto; SILVA, Marcelo Moraes. A Gymnastica na Escola Normal de Curitiba: um olhar aos documentos oficiais (1876-1923). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, 2020.

MORO, Vera Luiza; Quitzau, Evelise Amgarten; MORAES E SILVA, Marcelo. Gimnasia en el proceso de formación de profesores en la Escola Normal do Paraná (1917-1923). **Contextos Educativos-Revista De Educacion**, 2022.

MORO, Vera Luiza; MORAES E SILVA, Marcelo. A Gymnastica na reforma do Programa da Escola Normal do Paraná (1920-1924): os diálogos transnacionais estabelecidos por Lysimaco Ferreirada Costa. In: MORENO, Andrea; BAÍA, Anderson da Cunha; MORAES E SILVA, Marcelo; QUITZAU, Evelise Amgarten. (Orgs.). **Corpo e Ginástica na história: métodos, sujeitos, instituições e manuais**. Campinas: Mercado das Letras, 2022b. p. 187-207.

MOTTA, Ana Paula; PIOVEZAN, Adriane. O contestado e a construção do mito do herói de guerra João Gualberto. **Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, v. 8, n. 16, 2023.

NASCIMENTO et al. Investigando contextos: organizando os arquivos do CEMEF/UFMG. In: LINHALES e NASCIMENTO (orgs.). **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PAULILO, André Luiz. A cultura material da escola: apontamentos a partir da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio: Apicuri, 2009.

PÉNARD, Etienne; GOMET, Doriane; ATTALI, Michaël. Les activités physiques et sportives dans les institutions juives françaises durant l'Entre-deux-guerres (1918-

1939): un éclectisme de pratiques et d'objectifs. **Sport History Review**, v. 52, n. 1, p. 90-108, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, Jun., 2007.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo: Da educação física às ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 37, p. 81-98, 1994.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de pesquisa**, p. 179-195, 2001.

PRADO, Douglas Silva do. Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889). **Orientadora, Michele Rosset. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020.**

PUCHTA, Diogo Rodrigues. A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

PUCHTA, Diogo Rodrigues; LINHALES, Meily Assbú. A ginástica doméstica de Daniel Schreber: manuais em circulação nas últimas décadas do século XIX. **Educação em Revista**, v. 38, 2022.

QUEIROZ, Kauê da Silva Fabiano; CANCELLA, Karina. A implementação do regulamento n 7 de educação física no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 32, n. 3, p. 379-389, 2018.

REINALDIM, Douglas Julio Toppel. Associação Cristã de Moços de Curitiba. Curitiba, 01 nov, 2022. Facebook: usuário Facebook.

RIBEIRO, Alexandra Ferreira Martins; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Intelectuais paranaenses e a Escola Nova, durante a Era Vargas (1930-1945). **Série-Estudos**, v. 24, n. 50, p. 199-217, 2019.217, 2019.

ROCHA, Fabiano Ayub; CARNEIRO, Bruna Teixeira; SCHNEIDER, Omar. O GRUPAMENTO HOMOGÊNEO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940: LUTAS DE REPRESENTAÇÃO NA IMPRENSA PERIÓDICA. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 1216-1238, 2023.

RODRÍGUEZ, R. Saber del cuerpo: una exploración entre normalismo y universidad en ocasión de la educación física (Uruguay, 1876-1939). (Tesis maestría en Enseñanza Universitaria, Universidad de la República), Uruguay, 2012.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira; AVELAR, Ana Claudia; MORENO, Andrea. A gymnastica no Collegio de Pedro II: uma prática compartilhada pelos seus mestres. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023.

SAINT-MARTIN, Jean; ATTALI, Michaël. The Joinville School and the Institutionalization of a French-Style Physical Education, 1852–1939. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 6, p. 740-753, 2015.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. História dos cursos normais públicos de formação de professores primários no estado do Paraná. **Educere et Educare**, 2016.

SCARLATO, Ines. Corpo e tempo livre: As plazas vecinales de cultura física em Montevideú (1911-1915). (Dissertação de Mestrado . Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil), 2015.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. O pai da educação física na Argentina: fabricando uma política corporal. **Perspectiva**, p. 83-119, 2004.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. Introducción. In: SCHARAGRODSKY, Pablo (Org.). **Miradas médicas sobre la ‘cultura física’ en Argentina (1880-1970)**. Buenos Aires: Prometeo, pp. 9-12, 2014.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. El Sistema Argentino de Educación Física. Entre el cientificismo, la higienización, el eclecticismo y la argentinidad. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 158-164, 2015.

SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel; QUITZAU, Evelise Amgarten. Intercambio de Saberes, Emergencia de Expertos Y Visibilidad de Instituciones: El caso del Primer Congreso Panamericano de Educación Física, Brasil 1943. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 24, e324, 2024.

SILVA, Giovanna Camila. **A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da educação física no Estado**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Giovanna Camila. **A Associação Cristã de Moços e experiências de escolarização da Educação Física no Brasil: sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Giovanna Camila. Um lugar de memória da Young Men's Christian Association: nos Kautz Family YMCA archives, os rastros sobre a formação de diretores físicos. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, n. 1, p. 38-51, 2018.

SILVA, Giovanna Camila. Educar corpos, costumes e sensibilidades: práticas culturais estadunidenses e interpretações sobre o Brasil em circulação pela associação cristã de moços. **Educação em Revista**, v. 36, p. e222213, 2020.

SILVA, Giovanna Camila. A Inspeção de Educação Física de Minas Gerais: elementos de complexificação da formação de professoras para o ensino da disciplina (1927-1937). **Educação em Foco**, v. 24, n. 42, p. 25-44, 2021.

SILVA, Giovanna Camila da. Entre playgrounds, praças de jogos e jardins de recreio: o debate sobre a proveitosa ocupação do tempo. **Movimento**, v. 25, e25099, 2019.

SILVA, Leonardo Mattos da Motta; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Physical education at the Brazilian Education Association: modern practices of body education in Rio de Janeiro city from 1928 to 1935. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 25, e10190248, 2019.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias**. Campinas: Autores associados, 1994.

SOUSA, José Carlos de. **A história da educação física como disciplina escolar no Piauí: de 1939 a 1975**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

SOUZA, Gizele de. Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares do Paraná, 1900-1929. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2004. 317 f. Tese (Doutorado em História, Política, Sociedade), Programa de Pós-Graduação em História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOUZA, Patricia Pereira de. Constituição do ensino superior de Educação Física no Espírito Santo (1931-1972). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004b.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 20, p. 9-28, 2000.

SOUZA NETO, Samuel de et al. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

STOFFEL, Floriano; ARAUJO, Paulo Frederico de Figueiredo. Revista de Educação Física do Exército: Um problema de máxima importância para nossa nacionalidade. Revista de Educação Física. **Revista de Educação Física**. Rio de Janeiro, ed. 30, p. 7-9, 1936.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 61-88, 2000.

TIZZOT FILHO, Omair Guilherme. A Argentina como referência de instrução pública: visões da elite normalista de São Paulo (1890-1920). 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2013.

VAGO, Tarcísio Mauro. Da ortopedia à eficiência dos corpos: a gymnastica e as exigências da "vida moderna"(Minas Gerais, 1906-1930). **Movimento**, v. 10, n. 3, p. 77-97, 2004.

VAGO, Tarcísio Mauro. Sobre a produção da Educação Física como disciplina escolar: apontamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonora Maria (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

VICARI, Paulo Renato; LYRA, Vanessa Bellani; MAZO, Janice. Rede de atores da Educação Física no Rio Grande do Sul: o caso do professor Frederico Guilherme Gaelzer. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. 2, p. 293-303, 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, v. 23, p. 37-70, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; RABELO, Rafaela Silva. A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores. **Cadernos de História da educação**, v. 18, n. 1, p. 208-220, 2019.

VIEIRA, Carlos Eduardo (org). Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964). **Curitiba: Ed. UFPR**, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo; DANIEL, L. S. (2015). Lysimaco Ferreira da Costa e a formação de professores no Paraná na década de 1920. In: Vieira, C.E; Osinski, D. R. B.; Bencostta, M.L. (Orgs.). **Intelectuais, modernidade e formação de professores no Paraná (1910-1980)**. Curitiba: Editora da UFPR, p. 45-76, 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). **Educar em Revista**, p. 19-34, 2017.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Independência, democracia e formação no discurso da Associação Brasileira de Educação: 1927-1945. **História da Educação**, v. 25, p. e106131, 2021.

VIGARELLO, Georges. **Le corps redressé**. Paris: Editions du Félin, 2018.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O Mestre-escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 79-134.

VILLELA, Heloísa de O. S. Entre o “saber fazer” e a profissionalização: a escola normal do século XIX e a constituição da cultura profissional docente. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira (Orgs.). **A educação escolar em perspectiva histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 77-101, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Espacio y tiempo, educación e historia**. Instituto Michoacano de Ciencias de la Educación José María Morelos, 1996.

XAVIER, Ana Paula da Silva; SÁ, Nicanor Palhares. A escola normal de Mato Grosso no século XIX. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. **Cadernos de História da Educação**, v. 3, 2004.

WITTIG, Ehrenfried Othmar. **Arquivos do Conselho Regional De Medicina do Paraná**. Curitiba, v.23, n.91, p. 184. Jul/Set, 2006.